



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Giane Silvestre

**Dias de visita:
uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina**

**- São Carlos-
2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Giane Silvestre

Dias de visita:
uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto.

- São Carlos -
2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S587dv

Silvestre, Giane.

Dias de visita : uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina / Giane Silvestre. -- São Carlos : UFSCar, 2011. 190 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Sociologia. 2. Violência. 3. Controle social. 4. Crime. 5. Encarceramento. 6. Ressocialização. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos - SP / Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

GIANE SILVESTRE

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 03 de maio de 2011 às 10h, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 03 de maio de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Jacqueline Sinhoretto
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar
Orientadora e Presidente

Prof. Dra. Cibele Saliba Rizek
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. Marcos César Alvarez
Universidade de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 22.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 27/05/2011

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Coordenador do PPGS

*À minha mãe Aparecida
pela dedicação e confiança.*

*À memória de meu avô José Maia
pelos bons tempos da ferrovia.*

AGRADECIMENTOS

Enfim, chega a hora de escrever estas últimas linhas e prestar os devidos agradecimentos a todos que me acompanharam nesta jornada. Sinto-me feliz por encerrar um ciclo da minha vida com a certeza do dever cumprido, ainda que uma angústia pela incerteza do que virá insista em me rodear.

Em primeiro lugar, devo prestar meus agradecimentos à Fundação de Amparo à pesquisa do estado de São Paulo – FAPESP pela concessão da bolsa de estudos que tornou viável a realização desta pesquisa.

Pela total confiança, amor e dedicação agradeço à minha mãe, Aparecida R. Maia Silvestre que sempre me apoiou nas minhas escolhas acreditando na minha capacidade de concretizá-las, não poupando esforços para tal. Ao meu pai José Silvestre, que por vezes intermediou algumas das entrevistas desta pesquisa e às minhas irmãs Gisele Silvestre Berro e Gislaine Silvestre Rosa. Aos meus sobrinhos Gabriel, Giulia, Felipe, Lucas e Clarinha, que nunca entenderam muito bem o motivo pelo qual a tia ficava tanto tempo na frente do computador aos finais de semana, pedindo para abaixar o volume da televisão ou dos gritos no quintal. Por fim, agradeço aos meus cunhados, Alexandre e Carlos, meus tios Orlando e Renato e minha tia Dirce que contribuíram de forma significativa para os resultados desta pesquisa, sejam pelas entrevistas concedidas, ou pelas conversas nas reuniões de família. À minha priminha Thaís que superou as expectativas de todos pelo seu empenho. A toda minha família agradeço pelo apoio, carinho e pela compreensão.

Acredito que todas as palavras que eu escreva aqui sejam insuficientes para demonstrar a gratidão e o profundo afeto que sinto pela minha orientadora Jacqueline Sinhoretto. Sem a sua enorme dedicação e incentivo, este trabalho não seria metade do que é. Obrigada, Jacque, por acreditar em mim e na minha capacidade e também por ter se tornado esta grande amiga, que eu quero ao meu lado ao longo de toda minha vida.

Agradeço também aos professores Gabriel Feltran e Marcos Alvarez pela dedicada leitura e pelas importantes contribuições feitas no exame de qualificação, e que me ajudaram a repensar os caminhos deste trabalho. Sou grata também aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar, em especial aos com quem tive um contato mais frequente durante o mestrado e que contribuíram e muito para minha formação. Agradeço ainda em especial a professora Cibele Rizek que se dispôs a participar da banca examinadora da defesa deste trabalho. Não poderia deixar de agradecer ao professor Luis Antônio F. de Souza que me ajudou a traçar as primeiras linhas desta pesquisa, dando corpo e sustentação a ela.

À nossa querida Ana Maria Bertolo por tantos “galhos quebrados” e pelo largo sorriso com que sempre nos atende na Secretaria do PPGS. Aos queridos colegas de turma da pós, em

especial Audria Perez, Airton Moreira, Beatriz Medeiros, Diego Correia, Dora Vargas, Benedita Mendes e Karina de Sousa, Mariana Siena, pelas tensões e pelos períodos de descontração compartilhados. Aos queridos amigos de graduação da UNESP/Marília Ângelo Araújo, Elson Menegazzo, Henrique Bomfim, Jonathan Leite, Julio Barassa, Mayara Lopes, Maria Fernanda de Lima, Natália Sganzella, Pedro Carinhato e Rebeca Serrano que mesmo a distância compartilharam deste trabalho.

A vida em São Carlos não teria sido tão especial sem a “família” que formamos na casa 490 da Alameda das Orquídeas. Impossível esquecer as alegrias e as crises que protagonizamos ali. Obrigada, Diego Correia, Felipe Stucchi e Ralf Flores, obrigada, família. Pelas primeiras leituras e pelo constante diálogo agradeço à Maria Carolina Schlittler, grande amiga e interlocutora que entrou pela porta da frente na nossa “família”. Aos amigos que chegam a nossas vidas por outros amigos, André Stahlhauer, Amanda Castilho, Elaine Jardim e Renata Odorissio agradeço o carinho. Também deixo aqui um agradecimento especial ao Victor Robin que por tantas vezes me emprestou seu ombro no decorrer desta pesquisa.

Pelos primeiros e difíceis dias em São Paulo, agradeço a todos que me ajudaram nessa adaptação e na redação das últimas linhas deste trabalho, muito obrigada mais uma vez Jacque, João Serfozo, Liana de Paula, Renato Lima, Eneida Haddad e Dânyo Nascimento. Às queridas amigas de pesquisa do Instituto “Sou da Paz” Clarissa Peres, Fernanda de Deus, Fernanda Barreto, Juliana Carlos, Natália Acquisti, Rebecca Groterhorst e Viviane Cantarelli agradeço pelos dias compartilhados no Fórum Criminal da Barra Funda e pela bela amizade que consolidamos nesse período.

Sou grata também ao Jornal da Região, que permitiu minha pesquisa em seus arquivos, prestando todo o suporte necessário, à prefeitura e câmara municipal de Itirapina que também colaboraram com minha coleta de dados. Aos comerciantes/moradores e agentes penitenciários de Itirapina que contribuíram diretamente com meu trabalho, por meio de suas entrevistas. Aos membros do Conseg que me sempre receberam da melhor forma possível. Agradeço ainda às minhas interlocutoras, com as quais dividi muitos finais de semana na *casinha*, no *mercado* ou na *porta da cadeia*, sem as suas histórias este trabalho não seria possível.

Agradeço aos colegas do Observatório de Segurança Pública de Marília (OSP) e aos membros do Grupo de Estudos em Violência e Administração de Conflitos de São Carlos (GEVAC) pelas contribuições dadas a esta pesquisa, em especial ao colega Felipe Melo e à professora Maria da Glória Bonelli pelas leituras e sugestões que aqui foram incorporadas.

A todos meus mais sinceros agradecimentos.

“Conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que ela é perigosa, quando não inútil. E, entretanto, não ‘vemos’ o que por em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”.

Michel Foucault

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender as transformações ocorridas nas políticas penitenciárias do Estado de São Paulo nas últimas três décadas, a partir de um estudo de caso da cidade de Itirapina, localizada na região central do Estado. Com duas unidades prisionais instaladas em épocas diferentes, Itirapina apresenta particularidades, pois ali é possível observar a existência de duas penitenciárias implantadas com modelos e ideais diferentes operando ao mesmo tempo. A primeira delas foi instalada no ano de 1978, ainda sob o governo militar e a segunda em 1998, já em um contexto democrático. A pesquisa realizou um levantamento bibliográfico dos estudos relacionados à violência, crime, punição e controle social, tanto no âmbito global como local. O trabalho empírico consistiu em pesquisas em arquivos da imprensa local, entrevistas com comerciantes/moradores, agentes penitenciários e na etnografia realizada na cidade nos *dias de visita* junto às mulheres dos presos e nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança. Foi possível notar que os sujeitos envolvidos com o cotidiano prisional em Itirapina percebem e se relacionam de forma distinta com cada uma das penitenciárias do município, mostrando assim a coexistência empírica de dois modelos diferentes de políticas penitenciárias, que atravessam o global e o local. As análises apontam que houve uma mudança nas diretrizes das políticas de encarceramento no estado de São Paulo, em consonância com as transformações ocorridas em um contexto global, onde o ideal da punição como elemento ressocializador dos presos entrou em declínio, dando lugar às políticas de encarceramento acelerado voltadas mais ao controle e gestão dos presos, além da expansão física do sistema prisional para municípios do interior. A presença das penitenciárias impacta a socialidade local, reordenando a vida moral e negando a integração dos familiares dos presos ao cotidiano da cidade.

Palavras-chave: políticas penitenciárias, sociologia da punição, ressocialização, encarceramento, interiorização penitenciária, Itirapina.

ABSTRACT

The aim of the present work is to understand the transformations in São Paulo State prisons policies in the last three decades, from a case study on the city of Itirapina, located in the central region of the state. There are two prisons facilities installed at different moments, the city of Itirapina presents peculiarities in the prisons' scene, therefore it is possible to observe the existence of two prisons implanted with distinct models and philosophies operating simultaneously. The first prison was founded in 1978, still under Brazilian's military dictatorship rules, and the second was founded in 1998 in a democratic context. The research realized a literature review on studies on violence, crime, punishment and social control, both globally and locally. The empirical research consisted of an archival research on local media reports, interviews with shopkeepers, prison agents and ethnography of the *visit days* with prisoners' wives and on the meetings of the Itirapina's Community Security Council. It was possible to observe that the subjects involved with prison's daily life in the city of Itirapina, have a different perception and relationship with each one of the prisons installed, thus showing the coexistence of two distinct models of prisons' policies where global perspectives cross local instances. The analysis point out a change in São Paulo State incarceration policies directives, in line with the changes that occurred worldwide, where the ideal of punishment as a social reinsertion element of prisoners, fell into decline, giving way to the policies of accelerated imprisonment turned to the control and management of prisoners, beyond the expansion of the prison system to the countryside municipalities. The presence of prisons impacts the local sociality, reordering the moral life and denying integration to the prisoners' relatives in city life.

Keywords: Prisons policies; sociology of punishment; resocialization, incarceration, prison's interiorization; Itirapina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Itirapina no mapa do estado de São Paulo

Figura 2 - Localização de Itirapina e municípios vizinhos

Figura 3 - Penitenciária 1 de Itirapina

Figura 4 - Penitenciária 2 de Itirapina

Figura 5 - Vista aérea de Itirapina e suas penitenciárias

Figura 6 - Vista aérea da Penitenciária 2.

Figura 7 - Ala de Progressão Penitenciária de Itirapina.

Gráfico 1 – Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes Estado de São Paulo, 1987 a 1992.

Gráfico 2 – Crescimento da população encarcerada Estado de São Paulo, 1994 a 2006

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes Estado de São Paulo, 1987 a 1992

Tabela 2 – Crescimento da população encarcerada Estado de São Paulo, 1994 a 2006

Tabela 3 – Municípios da coordenadoria da região oeste com menos de 50.000 habitantes, segundo número e modelos de Unidades Prisionais

Tabela 4 – Número de presos segundo o tipo de crime Estado de São Paulo, 2010

Tabela 5 – Número de presos segundo a faixa etária Estado de São Paulo, 2010

LISTA DE SIGLAS

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APA – Área de Proteção Ambiental
APIB – Associação dos Proprietários de Imóveis do Broa
ASP – Agente de Segurança Penitenciária
CDP – Centro de Detenção Provisória
COESPE - Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado
Conseg – Conselho Comunitário de Segurança Pública
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CRBC – Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
DIPE - Departamento de Institutos Penais do Estado
DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEPASA – Ferrovia Paulista S.A.
GESP – Grupo de Estudos em Segurança Pública
IC – Iniciação Científica
LA – Liberdade Assistida
LEP – Lei de Execuções Penais
MJ – Ministério da Justiça
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
P1 – Penitenciária 1
P2 – Penitenciária 2
PCC – Primeiro Comando da Capital
PL – Projeto de Lei
PM – Polícia Militar
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SAP – Secretaria de Administração Penitenciária
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 13

Moradora e pesquisadora, 14

Novas inquietações, 23

A entrada em campo, 25

A organização dos capítulos, 29

CAPÍTULO 1 - Percurso teórico: o debate internacional e a especificidade do local, 33

1. O debate internacional: as relações entre a violência e punição, 35

2. O controle social e a punição, 40

3. O cenário nacional: segurança, crime e violência na redemocratização, 46

4. As políticas penitenciárias brasileiras na redemocratização, 56

CAPÍTULO 2 - Itirapina e suas prisões: da ferrovia às grades, 65

1. A cidade: seu passado e seu presente, 66

2. A penitenciária 1 e o contexto de sua implantação, 74

3. O processo de interiorização penitenciária em São Paulo, 79

4. A penitenciária 2 e o contexto de sua implantação, 85

CAPÍTULO 3 - Prisões e sociedade: identidades e moralidades em jogo, 95

1. O comércio e a moral: discursos e práticas em torno das prisões, 96

2. O ASP e seu trabalho, 109

CAPÍTULO 4 - O Conseg de Itirapina: discursos e práticas em torno da segurança, 126

1. O Conseg de Itirapina, 129

2. Compreendendo os discursos, 148

3. O projeto de lei 556/07, 150

CAPÍTULO 5 - Da cadeia ao mercado: a etnografia do dia de visita, 154

1. Quem são elas?, 157

1.1 Julia, 159

1.2 Vera, 163

1.3 Ana, 166

1.4 Juliana, 169

2. A cidade, o sistema e os ASPs: o conflito com os insiders, 171

3. O PCC por elas, 176

4. O amor, a família e o futuro, 178

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 181

BIBLIOGRAFIA, 185

Introdução

A trajetória de vida de um pesquisador ou de uma pesquisadora pode dizer muito a respeito de suas escolhas, seus êxitos e suas dificuldades. A formação acadêmica, mediada por diferentes relações com a instituição, com os colegas e os docentes, por exemplo, também tem suas contribuições. Os créditos cursados em disciplinas, as participações em grupos de estudos, a participação em eventos acadêmicos e a afinidade com determinada bibliografia ajudam ainda ao pesquisador ou a pesquisadora a tecer seus métodos e técnicas e, assim, dar forma à sua pesquisa.

Posso afirmar, isenta de dúvidas, que minha trajetória de vida diz muito a respeito das páginas que serão escritas a seguir, na verdade, acho muito difícil desvincular minhas trajetórias de vida e de pesquisadora, já que a primeira influenciou diretamente na segunda. Por conta disso, tentarei mostrar como essa pesquisa foi se delineando ao longo da minha trajetória de vida e de pesquisa. Entre os anos de 1997 e 1998, muito antes de pensar em cursar Ciências Sociais, ou, antes mesmo de saber o que significava esta formação, meu objeto de pesquisa já começava a me cercar, ainda que eu não soubesse o que viria a ser uma pesquisa acadêmica.

Moradora e pesquisadora

Itirapina é uma cidade localizada cerca de 220 km da Capital de São Paulo, na região central do Estado, vizinha de cidades como São Carlos, Rio Claro e Brotas. Foi fundada no século XIX, permaneceu como distrito de Rio Claro até meados do século XX, tendo sua emancipação político-administrativa ocorrido no dia 25 de Março de 1935. A cidade também foi, em seu passado, um importante ponto na rota ferroviária paulista, durante o auge da atividade ferroviária, tendo sido esta a principal fonte econômica da cidade à época. Atualmente, o município tem a população de 15.528 habitantes, segundo os dados censo de 2010¹ e duas penitenciárias.

Morando em Itirapina desde que nasci e vivendo no convívio de uma família extensa, posso afirmar que sempre convivi diretamente com a realidade das penitenciárias em Itirapina. Até o ano de 1998, quando a cidade possuía apenas uma unidade prisional inaugurada em 1978, antes do meu nascimento, meu contato com a unidade se dava, basicamente, por três tios próximos que lá trabalhavam. Minhas lembranças de infância pouco

¹ Uma descrição mais detalhada do município de Itirapina e de sua história será apresentada no capítulo 2 deste texto.

ou nada trazem de recordações acerca de fatos considerados por eles perigosos, exaustivos, ou ainda de fatos de qualquer natureza ocorridos dentro da unidade. No âmbito familiar pouco se falava da penitenciária, fato que mudaria radicalmente ao longo dos anos seguintes.

No início do ano de 1997, já na minha adolescência, surgiram vários rumores em Itirapina de que o governo do Estado de São Paulo construiria ali mais uma penitenciária. Entre rumores, incertezas e fatos, foi a primeira vez que observei discussões e debates dos moradores e da imprensa local acerca do tema da penitenciária. Houve, neste período, mobilizações promovidas por algumas entidades civis que se manifestavam contrárias à instalação de mais uma penitenciária no município, também o prefeito da época e outras autoridades começaram uma tentativa de negociação com o governo do Estado para que Itirapina não recebesse mais uma penitenciária. Fato é que fora a primeira vez que a população se “incomodara” com a possível presença de uma penitenciária na cidade, embora já existisse uma unidade ali há quase vinte anos.

O desenrolar deste período de mobilização popular terminou com a inauguração da segunda penitenciária em Itirapina em 1998. Presenciei este período vendo alguns colegas e familiares se dedicando a prestar concursos para trabalhar nesta penitenciária, sendo inclusive incentivada por alguns deles a fazer mesmo assim eu que completasse a maioria. Afinal, aquele era considerado por boa parte dos moradores o melhor emprego para quem vivia na cidade, com a estabilidade de um cargo público, salário elevado e diversos benefícios que outros empregos de Itirapina não ofereciam. As ofertas locais de emprego eram bastante restritas, basicamente no setor de serviços, e a atividade industrial no município nunca fora muito desenvolvida.

Os anos foram passando e novas unidades prisionais foram sendo inauguradas na região, em cidades como Piracicaba, Limeira e Rio Claro e, cada vez mais, conhecia pessoas que estavam prestando concursos e sendo aprovadas para trabalhar nestas novas unidades. Como nem sempre as pessoas aprovadas nestes concursos conseguiam vagas para trabalhar em seus municípios, elas assumiam os cargos em outras cidades e acabavam fazendo viagens diárias ou se mudando. Pelos mesmos motivos, novas pessoas se mudavam para Itirapina para trabalhar nas unidades, sobretudo na segunda penitenciária, chamada pelos moradores de P2.

No início dos anos 2000, comecei a perceber que os moradores de Itirapina, sobretudo os mais antigos, inclusive meus familiares, começaram a tecer constantes reclamações relacionadas a mudanças que estariam ocorrendo na cidade. Essas reclamações remetiam à percepção de aumento da criminalidade urbana, de crescimento da sensação de

insegurança e, principalmente, da presença de pessoas estranhas a eles, sempre sendo referenciadas como as pessoas *de fora*². Tais elementos, que observei durante anos, seguiram me angustiando ao mesmo tempo em que despertavam em mim uma grande curiosidade acerca das possíveis mudanças que estariam ocorrendo em Itirapina. Despertavam-me a vontade de compreender os motivos pelos quais estas supostas mudanças incomodavam tanto aos moradores itirapinenses.

Em 2004, iniciei minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista – UNESP – na cidade de Marília, e por mudar acabei me distanciando um pouco deste cotidiano de Itirapina, entretanto, penso que o “distanciamento” temporário tenha sido fundamental para o amadurecimento desta pesquisa. Nos primeiros anos de graduação, tomei conhecimento do que é uma pesquisa acadêmica e, cursando as disciplinas, cogitei vários temas de pesquisa, percorrendo também alguns grupos de estudos, ainda sem me dar conta de que a minha trajetória já trazia elementos mais do que suficientes para a construção de um objeto de pesquisa.

Em meados de 2005, conheci o professor Luis Antônio F. de Souza que ouviu minhas considerações sobre Itirapina e se interessou pelo desenvolvimento de uma pesquisa sobre o município. Luis me apresentou então boa parte da bibliografia acerca do tema da segurança e da violência e me convidou ainda para participar do grupo de estudos que ele estava, naquele momento, iniciando na universidade. No ano de 2006, com algumas leituras sobre o tema e também com as colaborações do Grupo de Estudos em Segurança Pública – GESP – comecei a rascunhar as primeiras linhas do trabalho que apresento aqui, ao qual me dedico há alguns anos, que não considero conclusivo e nem sei se poderá se esgotar, pois continua sempre me surpreendendo com a sua complexidade e heterogeneidade.

Com base no amadurecimento destas leituras consegui transformar as minhas inquietações em relação à Itirapina em um projeto de Iniciação Científica. No início de 2007 o projeto³ foi contemplado com uma bolsa de I. C. pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - FAPESP e dei início à pesquisa. O principal objetivo era entender o impacto social e econômico causado pela existência de duas penitenciárias em Itirapina, bem compreender a visão que moradores e comerciantes locais tinham da prisão, dos prisioneiros e da presença de

² Neste texto serão grafados em *itálico* os termos e expressões de meus interlocutores (moradores-comerciantes, agentes penitenciários e familiares de presos) que foram obtidos tanto em entrevistas gravadas como nas incursões etnográficas. Optei por colocar em *itálico* também os trechos de depoimentos reveladores da forma como eles entendem a temática discutida neste texto. Serão grafadas entre “aspas duplas” as expressões ou palavras que merecem destaque no corpo do texto, assim como citações diretas no corpo do texto. Já entre ‘aspas simples’ serão grafados os conceitos teóricos presentes na bibliografia aqui referenciada.

³ “Unidades Prisionais em dois tempos: o impacto social da política penitenciária na cidade de Itirapina, SP (1978-1998)”.

seus familiares nos dias de visita. A escolha de se trabalhar com as percepções de moradores-comerciantes se deu por conta da influência que o setor sofre com a presença dos familiares dos presos que, aos finais de semana instalam-se na cidade, compram alimentos, fazem uso de transporte particular; enfim, impulsionam o comércio local e, para tanto, foram realizadas entrevistas⁴ semi-estruturadas, com gravador, junto a moradores-comerciantes de Itirapina.

Os dados obtidos evidenciaram que as relações sociais entre comerciantes e familiares dos presos são diferentes das relações estabelecidas entre comerciantes e outros moradores de Itirapina. Percebi que, embora haja relações de compra e venda entre alguns comerciantes e familiares de presos, a maioria dos comerciantes adota uma postura bastante impessoal na hora da venda, o que não ocorre quando o consumidor é um morador da cidade. Houve também uma mudança nas representações dos moradores relacionadas à sensação de insegurança e criminalidade e que pode ser entendida na perspectiva da ‘fala do crime’ descrita por Caldeira (2000). Para ela, a constante reprodução de histórias de situações de perigo e violência acaba reforçando as sensações de insegurança, alimentando um “círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é num só tempo combatida e ampliada” (p. 27). Nesse processo, criou-se um discurso local que associa a criminalidade e a violência à figura do “outro”, muitas vezes identificado ao ‘outsider’⁵. O grupo visto como ‘outsider’ é formado pelas mulheres que não tem residência fixa no município e lá se instalam apenas aos finais de semana para visitar seus parentes presos nas duas penitenciárias; assim, a discriminação não ocorre em relação a qualquer grupo ‘outsider’, mas especificamente o grupo que tem contato direto com as penitenciárias e, sobretudo, com os presos. E não apenas um contato institucionalizado, e sim um contato íntimo. É a figura do ‘outsider’ sujeitado criminalmente⁶.

Ainda posso afirmar que as relações estabelecidas entre moradores do município e familiares de presos seguem uma nítida divisão permeada por relações de poder e estigmatização social. Para Norbert Elias (2000), as relações sociais estabelecidas entre

⁴ Farei aqui uma breve exposição sobre os resultados obtidos na pesquisa de Iniciação Científica, com base nas entrevistas realizadas com moradores-comerciantes e agentes penitenciários, entretanto, uma análise mais detalhada destes dados será apresentada no capítulo 3 desta dissertação.

⁵ De acordo com Howard Becker (2008, p. 15) “todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamentos a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo social, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider”.

⁶ Segundo Misse (2008 a, p.14) a sujeição criminal é um dos níveis analíticos que nos ajudam compreender a construção social do crime, “através do qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um “tipo social” cujo caráter é socialmente considerado “propenso a cometer um crime””.

diferentes grupos sociais, onde todos se conhecem e mantêm um contato próximo, acabam por qualificar e determinar as posições de cada indivíduo no grupo ou no coletivo. No entanto,

um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (...) nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. (p. 23-4).

A estigmatização, neste caso, percorre elementos que vão desde os tipos de roupas e bagagem que este grupo usa e carrega, os tipos de produtos que compra, a forma de comportamento e como se relacionam. Pelas suas falas, os moradores acreditam poder distinguir as *visitas* pelas suas roupas *diferentes e extravagantes*, das quais os moradores da cidade não fariam uso; além disso, declaram identificar um padrão nos produtos comprados pelas *visitas*: alimentação industrializada, como refrigerantes, doces, biscoitos, e produtos de higiene pessoal. Afirmam ainda que reconhecem as *visitas* nos pequenos grupos de mulheres que estão sempre andando pela cidade, geralmente com crianças, apresentando um comportamento *diferente*.

Ainda de acordo com os comerciantes, é quase unânime a idéia de que as unidades prisionais são a principal fonte de empregos da cidade, o que consolida o vínculo de dependência econômica entre município e penitenciárias. Também as teias de informalidade estão se tecendo e se expandindo de modo significativo em Itirapina. O aumento do comércio informal apresenta relações diretas com o processo de implantação das penitenciárias, emergindo como uma das suas consequências.

Também entrevistei agentes penitenciários de ambas as penitenciárias de Itirapina, com o objetivo de evidenciar, a partir de suas falas e experiências, as consequências da presença das unidades na cidade, e suas visões em relação à prisão, aos prisioneiros, aos seus próprios trabalhos, e também da presença dos familiares dos detentos nos dias de visita.

As análises que fiz destas entrevistas, sempre em comparação com os relatos dos comerciantes, permitiram dimensionar a importância das penitenciárias na geração de empregos para o município. Segundo os funcionários, as penitenciárias configuram para o município a melhor possibilidade de empregos, salário, estabilidade econômica e financeira, destacando com o motivo de interesse pelo emprego, a estabilidade em um cargo público:

No meu caso foi porque eu não pretendia sair de Itirapina pra trabalhar em outro lugar, na época que eu prestei o concurso eu estava pra casar, então,

*a Penitenciária aqui em Itirapina hoje é o único lugar de estabilidade e segurança pra quem pretende morar aqui*⁷.

As entrevistas com os funcionários me revelaram ainda os mesmos sentimentos de estranhamento e estigmatização em relação aos familiares dos presos, sobretudo as mulheres, observados nas falas dos comerciantes. Algumas falas associavam as visitas a pessoas “carentes”, “moralmente inferiores” e que não necessariamente têm uma relação conjugal legitimada com os presos que visitam: *a maior parte são amásias. Esposas, casadas não se submetem a isso, muito difícil de ver*⁸. Já outro agente penitenciário afirma: *Sabe-se que tem o sentido pejorativo sim, não saio pra rua à noite, então não posso falar muito, mas acredito que boa coisa não é, existe as meras exceções*⁹.

As falas dos agentes caminham no sentido de minimizar a influência dos familiares dos presos no comércio local, contrariando os relatos dos próprios comerciantes. Segundo eles, mais importante para a economia do município é o impacto financeiro dos seus próprios salários.

Desde que a penitenciária 2 foi inaugurada em Itirapina, em 1998, meu contato direto com as instituições aumentou. Se antes eu tinha no meu círculo familiar próximo três tios que trabalhavam na penitenciária 1, após 1998, esse círculo aumentou com mais dois cunhados. Ressalto a importância de destacar estes fatos, pois como já disse no início dessa introdução, minha memória de infância pouco traz recordações sobre meus tios falando de fatos relacionados às penitenciárias, o que mudou radicalmente após 1998. Já nos anos 2000, na minha adolescência, todas as reuniões familiares, por mais descontraídas que fossem como churrascos, almoços, aniversários, passaram a seguir uma mesma “ordem”, na qual os agentes penitenciários da família sempre acabavam se isolando dos demais e tecendo longas conversas sobre a *cadeia*¹⁰. Observei que nessas conversas os assuntos variavam desde ações administrativas da Secretaria de Administração Penitenciária, fatos ocorridos dentro das celas

⁷ Transcrição de entrevista realizada com gravador com um agente de segurança penitenciária (ASP) 3 (funcionário da P 2).

⁸ Idem.

⁹ Transcrição de entrevista realizada com gravador com um agente de segurança penitenciária (ASP) 1 (funcionário da P 1).

¹⁰ *Cadeia* é o termo usado tanto pelos presos, familiares, e agentes para se referirem as penitenciárias. A palavra penitenciária dificilmente é ouvida nas falas desses atores. Neste trabalho entendo que há, pelo menos, dois significados para a categoria *cadeia*, o primeiro usado pelos presos está relacionado não somente ao lugar, mas também a uma experiência que vivenciam; daí a expressão “tirar cadeia” que está relacionada ao tempo que o preso permanece na instituição. Já para os agentes penitenciários, o termo é usado para fazer referência ao lugar e também para marcar uma diferenciação e um distanciamento em relação aos presos, colocando-os numa posição ainda mais marginalizada; também fazem uso do termo em contextos que querem dar um significado pejorativo a algo.

e com familiares dos presos. Ouvi algumas vezes do restante da família reclamações de que *eles só sabem falar de presídio*. O enredo, porém, sempre se repetia.

Neste sentido, o estudo de Moraes (2005) tentou compreender a constituição de uma identidade profissional entre os agentes penitenciários. Argumenta que estes sujeitos precisam aprender rapidamente a dinâmica de uma prisão e, para isso, encontram-se sob pressões que têm um grande custo psíquico e identitário. Tais pressões provocam nos agentes uma “assimilação de comportamento dentro e fora” (p. 221), fazendo-os permanecer “sempre em alerta” e em constante vigilância de tudo que acontece ao seu redor. Isso impossibilita, por vezes, que os agentes se “desconectem” do universo prisional e seus problemas, mesmo quando estão fora deste espaço.

Comecei a perceber, que sempre que eu estava em Itirapina, mesmo em situações alheias a uma entrevista formal ou uma observação, eu estava constantemente “em campo”. Mesmo quando eu imaginava estar em ambientes totalmente fora do meu “campo”, como um churrasco familiar ou então na mesa de um bar, tomando uma cerveja com alguns colegas, surgiam pequenas falas que representavam mais do que algumas horas de entrevista gravada. Percebi, tal qual White (2005, p. 304), que saber ouvir poderia me render muitas repostas, as quais talvez eu nem tivesse imaginado nas perguntas¹¹. Notei então, que as posições de moradora/pesquisadora e pesquisadora/moradora são fluidas e oscilam o tempo todo, sendo impossível, para mim, deixar de ser uma pra ser outra ou vice-versa.

Considero importante o relato que fiz sobre minha trajetória, pois ele permite mostrar um pouco da ambivalência que vivi na condição de “moradora de” Itirapina e na condição de “pesquisadora em” Itirapina. Neste sentido, encontrei na obra White, e na sua experiência de imersão em campo no distrito de Cornerville as bases metodológicas que me ajudaram na realização desta pesquisa. De acordo com White (2005, p. 283):

O pesquisador tem que desempenhar um papel, e as demandas de sua própria personalidade devem ser satisfeitas, em alguma medida, para que ele possa atuar com sucesso. Quando o pesquisador está instalado na universidade, passando poucas horas no campo, pode manter sua vida social separada da atividade de campo. Lidar com diferentes papéis não é tão complicado. Contudo se viver um longo período na comunidade que é seu objeto, sua vida pessoal estará inextricavelmente associada à sua pesquisa. Assim, uma explicação real de como a pesquisa foi feita necessariamente envolve um relato bastante pessoal do modo como o pesquisador viveu durante o tempo de realização do estudo.

¹¹ Quero deixar claro aqui que minha intenção não é traçar uma hierarquia entre os métodos de pesquisa, ou ainda fazer qualquer julgamento de considere um método melhor que o outro, quero apenas ressaltar que neste momento da minha trajetória de pesquisa, a observação e a etnografia tiveram importância significativa.

Esta relação entre distanciamento e envolvimento foi trabalhada por Gilberto Velho em alguns de seus textos. Para o autor, ter um objeto de estudo familiar é cada vez mais recorrente nas pesquisas qualitativas e, ao estudar o que está próximo, o pesquisador se expõe em maior ou menor intensidade a conflitos com outros especialistas. No entanto, Velho (1978, p.45) acredita que seja possível transcender as possíveis limitações da proximidade e familiaridade de um pesquisador ao transformar o familiar em uma realidade bem mais complexa do que aquela apresentada por outros indicadores. Assim, “o processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações”.
Atores que circulavam no meu campo, também circulavam na minha família

Neste processo de ‘estranhar’ o familiar, deparei-me com alguns conflitos gerados, de certa forma, pela intensidade do meu trabalho de campo. Quando frequentava outros ambientes que eu imaginava estarem alheios aos espaços de minha pesquisa em Itirapina, acabava ouvindo relatos que imediatamente me remetiam ao meu trabalho e com isso logo me atentava para ouvir e incorporar tais falas aos dados da minha pesquisa. Assim, percebi que os atores da minha pesquisa circulavam e interagiam em diferentes espaços, inclusive naqueles em que eu me via apenas como uma moradora, por isso, me “desconectar” do trabalho de campo nos momentos que estava na cidade era impossível. Por vezes me senti próxima aos agentes penitenciários da família, que não se “desconectavam” de seus trabalhos nem mesmo nos momentos de lazer, todavia, a diferença era que minha pesquisa nunca fora o “assunto” das conversas, tais como eram as fugas, rebeliões, alguns presos e seus familiares.

Este transitar entre as condições de moradora e pesquisadora diante do campo não delimita posições, mas sim as ressignifica e representa um constante exercício para a realização dos trabalhos de campo e a reflexão teórica, ao mesmo tempo em que invoca minha condição de moradora, mesmo não morando mais lá. Quando realizo entrevistas com os moradores da cidade, sinto que a relação de confiança se dá, em parte, porque meus interlocutores consideram a moradora nascida e criada ali, filha de seus conhecidos e, por isso aceitam me receber e conceder a entrevista. Um bom exemplo disso é um dos relatos que obtive ao entrevistar um morador antigo de Itirapina:

Agora, você, seu pai, sua mãe, eu, meus irmãos, os irmãos do seu pai somos gente ‘nascida e criada’ aqui, num outro ambiente e numa outra ‘povoação’, uma povoação pequena, que considera quase todo mundo como família.¹²

¹² Transcrição de entrevista realizada com gravador com um morador-comerciante de Itirapina.

Contudo, quando ia a campo com as mulheres dos presos tinha que realizar um constante trabalho de distanciamento desta condição de moradora que, na situação anterior acabava sendo um diferencial e um facilitador na consolidação da confiança com meus entrevistados. Ao fazer esse trabalho de distanciamento, precisava ainda mostrar para minhas interlocutoras que eu também era uma pesquisadora que está ali para ouvi-las e não para julgá-las ou qualquer outra coisa do gênero. Neste ponto, a relação de confiança é sempre construída mais lentamente, uma linha frágil que pode ser rompida a qualquer momento e que é, por sua vez, constantemente testada.

Neste contexto de construção lenta e gradual de uma relação de confiança, por vezes, algumas atitudes ou iniciativas tomadas pelos pesquisadores podem valer mais do que horas de conversas ou explicações sobre seus trabalhos. Foi assim que White (2005) consolidou sua relação de confiança junto aos moradores mais antigos de Cornerville. O autor relata que, ao se hospedar na casa de uma família de imigrantes italianos em Cornerville, na qual apenas os filhos jovens falavam inglês, se dedicou ao estudo da língua italiana para estabelecer uma posição dentro daquele distrito, ainda que a maioria dos jovens – o público alvo de sua pesquisa - falasse inglês. No entanto, seu esforço chamou a atenção do patriarca da família que reconheceu sua dedicação e o acolheu não mais como um hospede e sim como um membro da família¹³.

No caso do meu trabalho de campo, passei por uma situação em que uma atitude aparentemente simples acabou consolidando as bases da relação de confiança entre minhas interlocutoras e eu. Depois de certo tempo compartilhado com as mulheres dos presos, uma delas me relatou que uma das coisas que a fez confiar em mim para me contar sua história foi a maneira como eu a cumprimentei ao conhecê-la, dando um beijo em seu rosto, pois, segundo ela, *os moradores da cidade parecem que têm nojo de encostar na gente*¹⁴.

Diante deste contexto de imersão, no qual meu objeto está sempre me rondando, mesmo nos momentos mais inesperados (ou que pelo menos eu achava que eram), passei a considerar que estar em Itirapina significa “estar em campo”. Mesmo diante destes conflitos, adotei a pesquisa etnográfica como método e deixei o caderno de campo sempre à mão, passei a fazer uso de todos os meus sentidos, aprendendo a ouvir, ver e perguntar no momento mais oportuno, tudo isso para tentar entender as novas inquietações que os dois anos de pesquisa em Itirapina me trouxeram.

¹³ Segundo White (2005, p. 298) “Meu esforço em aprender a língua provavelmente foi mais útil para demonstrar a sinceridade de meu interesse do que qualquer coisa que eu pudesse ter dito às pessoas a meu respeito e de meu trabalho”.

¹⁴ Anotação em caderno de campo dos relatos de uma *mulher de preso*.

Novas inquietações

Diante da breve exposição que fiz acerca dos resultados da pesquisa realizada com moradores-comerciantes e funcionários das unidades em Itirapina, posso afirmar que os elementos para uma análise sobre os impactos causados pelas penitenciárias no município não se esgotaram, muito pelo contrário, se ampliaram.

No ano de 2009, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar para cursar o mestrado. Na UFSCar tive a oportunidade de conhecer a professora Jacqueline Sinhoretto que também havia entrado no departamento de sociologia naquele ano. Ao dividir com a professora os resultados da minha pesquisa, expus a ela minhas novas inquietações que motivaram esta pesquisa de mestrado e assim se delineou a pesquisa apresentada neste texto. No segundo semestre de 2009, encaminhei o projeto à FAPESP, que me concedeu uma bolsa de mestrado para a realização da pesquisa, onde busco o aprofundamento das questões que emergiram na pesquisa realizada nos anos de 2007 e 2008, como Iniciação Científica.

A pesquisa de mestrado buscou então, localizar as especificidades de Itirapina, dentro de um amplo movimento global, no qual o aumento do número de pessoas encarceradas decorrente, sobretudo, de uma mudança no paradigma da punição, descrita por Garland (1998), gerou consequências ainda poucos estudadas. Busquei trazer um retrato mais completo sobre as penitenciárias de Itirapina, assim como as relações de poder e técnicas de controle social que ali se desenvolvem. Para tanto, realizei um novo trabalho de campo para complementar a coleta de dados realizada com os comerciante-moradores e agentes penitenciários de Itirapina, fazendo um levantamento das movimentações políticas do poder público e da sociedade civil diante do tema.

Assim, realizei um trabalho empírico em dois espaços distintos, nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança – Conseg - ainda com uma parcela dos moradores de Itirapina, embora desta vez organizada em uma entidade civil, dentro de um espaço de debate e construção de saberes em torno da segurança. No segundo espaço busquei compreender as percepções das mulheres que tem seus parentes detidos nas unidades prisionais em Itirapina, a partir de um momento específico dessa experiência: o *dia de visita*. Tentei compreender ainda, como estas mulheres percebem suas trajetórias, os processos de enfrentamento e estigmatização que derivam destes deslocamentos em dias de visita nas prisões, focalizando a análise nas suas próprias falas.

Mais uma vez meu campo de pesquisa se delineava em Itirapina, entretanto, dessa vez o foco da pesquisa não estava voltado exclusivamente para os moradores, ou seja, o grupo estabelecido, mas também para as *mulheres de preso*, o grupo considerado ‘outsider’. No entanto, naquele momento a ‘outsider’ era eu e por conta disso, penso ser válido demonstrar como se deu minha entrada neste novo campo.

Eu estava prestes a entrar em um território de pesquisa que não conhecia, assim como também não conhecia as relações sociais estabelecidas ali. Eu sabia, porém, que as respostas que buscava para minhas indagações dependiam diretamente do meu comportamento e das relações que ali seriam desenvolvidas. Mais uma vez apoiei-me na obra de White (2005) que conseguiu, por meio de sua pesquisa, questionar estereótipos e ao mesmo tempo, compreender as relações sociais estabelecidas em Cornerville, mas não sem a ajuda de “Doc”, seu intermediário¹⁵. De acordo com White o pesquisador não é esperado pelo grupo, e desconhece muitas vezes as teias de relações que marcam a hierarquia de poder e a estrutura social local e engana-se o pesquisador que pressupõe deter o controle da situação. Além de facilitar e mediar a entrada em campo, o intermediário, com o tempo, passa a ser um colaborador da pesquisa, e é com ele que o pesquisador poderá esclarecer algumas das incertezas que permanecerão ao longo da investigação (Cf. White, 2005).

Percebi então que uma pesquisa de campo como aquela que eu propunha não seria possível sem a ajuda de um intermediário, um mediador que pudesse facilitar pelo menos o meu primeiro contato com o novo grupo.

Gilberto Velho também nos mostrou, ao problematizar as pesquisas desenvolvidas em ambientes urbanos, que os pesquisadores conseguem chegar a diferentes grupos e locais por intermédios de outras pessoas que fazem parte de suas relações sociais mais ou menos íntimas. Não por menos “o pesquisador brasileiro, geralmente em sua própria cidade, vale-se de sua rede de relações previamente existente e anterior à investigação” (p.12).

Com base nestas considerações, decidi que o melhor caminho para que eu conseguisse chegar às *mulheres dos presos* era por meio de um intermediário, uma pessoa que facilitasse meu acesso e, ao mesmo tempo, oferecesse credibilidade ao meu trabalho perante elas, foi aí que, mais uma vez, tive que recorrer à minha condição de moradora/pesquisadora. Conversei então com alguns familiares, que sugeriram que eu procurasse a dona de um hotel

¹⁵ Ao narrar sua primeira conversa com seu intermediário, Doc, White admite a importância dele para o sucesso de sua entrada em campo e, conseqüentemente para a realização de sua pesquisa: “na época achei difícil acreditar que, com seu apoio, minha entrada pudesse ser tão fácil como Doc havia dito. Mas aconteceu exatamente assim”. (White, p. 295).

em Itirapina, cuja clientela é em grande parte formada pelas *mulheres dos presos*. Ela se dispôs a me ajudar.

A dona do hotel me disse que havia uma moça muito “boazinha” que estava morando no estabelecimento havia alguns meses e acreditava que ela se disporia a conversar comigo. Ela pediu para que eu fosse ao hotel durante os dias da semana para nos apresentar uma à outra. Só mais tarde eu viria a compreender o motivo desse cuidado¹⁶.

A entrada no campo

No dia 21 de janeiro de 2010, uma quinta-feira, fui ao hotel conforme eu havia combinado com a dona do estabelecimento, a encontrei logo na entrada e depois de uma breve conversa fiquei sabendo que a “moça” que ela iria me apresentar havia saído, resolvi esperar, como ela me sugeriu. Era minha primeira incursão no campo e a ansiedade era grande, tanto quanto a expectativa. Sentei em um sofá que ficava no hall de entrada de frente para uma televisão que sintonizava um canal de notícias, o relógio no canto direito da TV marcava 16h25min quando a minha espera começou.

Eu estava ansiosa. Sentada em uma mesa ao lado do sofá a dona do hotel tecia comentários sobre as reportagens da TV e eu concordava fazendo algumas considerações. Sentado na porta estava um senhor que parecia ser companheiro da dona do hotel e que tinha certa dificuldade para ouvir. Talvez por isso ela falasse com ele sempre com o tom de voz alto. Foi quando ela disse a ele: *ela é filha do fulano [nome do meu pai]*, sorri constrangida e pensei que seria impossível não carregar comigo o “rótulo” de moradora. Para completar minha angústia, a dona do hotel me disse: *fui muito amiga de sicrano [nome de um tio] onde ele está morando agora?* Tecer então um diálogo com ela sobre minha família.

Eu continuava ansiosa e um pouco inquieta. O noticiário já havia trocado de reportagem várias vezes e o relógio marcava 16h47min. A moça “boazinha” que a dona do hotel iria me apresentar não chegava. Ela tinha saído para ir ao correio poucos minutos antes da minha chegada. Pensei em voltar outra hora, mas logo desisti. 17 h, o céu começou a ficar nublado, parecia que ia chover. 17h14min, duas mulheres entram no hotel e a dona do estabelecimento disse: *chegaram! Aí Julia¹⁷, a moça que quer conversar com você pro trabalho da escola, ela tá esperando faz tempo!* (Caderno de Campo, 21/01/2010).

¹⁶ Falarei dos motivos pelo qual o encontro teve de ser realizado durante a semana no capítulo 4.

¹⁷ Todos os nomes citados neste trabalho são fictícios para preservar a identidade de minhas interlocutoras.

Foi assim que conheci Julia, uma mulher de 36 anos que tem seu marido preso há dez anos. Ela estava grávida de seis meses de seu segundo filho. Começamos a conversar ali mesmo no hall de entrada, ela e a amiga Claudia sentaram no sofá ao lado. Comecei a conversa explicando para as duas qual era meu trabalho e de que maneira elas poderiam colaborar comigo, Julia então se dispôs a me ajudar e começou a contar a sua história, enquanto Claudia pouco falou, apenas concordou com as considerações de Julia quando ela a indagou com o olhar. O marido de Julia estava detido em Itirapina havia oito meses, no entanto, nos dez últimos anos, ele já havia passado por mais de dez unidades prisionais em diferentes cidades e Julia sempre o acompanhou, mudando-se para estes locais, deixando para trás São Paulo, sua cidade natal.

De repente Julia olhou para mim e vendo que eu não trazia nenhum papel e caneta me questionou: *mas você não vai anotar nada?* Disse então a ela que eu queria apenas conversar um pouco naquele momento e, como pretendia me encontrar com ela outras vezes, poderia fazer as anotações depois. E assim fiz todas as vezes que fui a campo. Passava algumas horas com as mulheres, nas casas e pensões, no supermercado durante as compras, nas saídas das visitas e, sempre que voltava para casa, me debruçava sobre o caderno de campo durante horas, tentando relatar ali todos os detalhes daquele *dia de visita*. Foi assim nos sábados e domingos por sucessivas semanas.

Julia continuou me contando sua história por mais de uma hora, mas, por ora, o importante é saber que Julia, além de ter me contado a sua história, também me abriu as portas junto às outras mulheres, das quais tratarei no capítulo 4 desta dissertação.

No fim de semana, quando as *colegas*¹⁸ de Julia chegariam, fui ao endereço combinado, às 16h20min, quando as visitas na penitenciária tivessem se encerrado. Era uma pequena casa de fundos, cheguei ao pequeno portão e chamei várias vezes, mas ninguém escutava, foi então que uma mulher que estava de saída me viu e chamou Julia, que me permitiu a entrada. Entrei por um corredor longo e estreito, cheguei aos fundos e me deparei com um pequeno quintal, com algumas plantas e chão de terra. A casa era bem pequena, três cômodos, sendo uma cozinha, uma sala (que virara um quarto) e um quarto, o banheiro ficava na parte externa da casa. Ali se hospedavam cerca de dez mulheres durante o final de semana, ao custo médio de quinze reais por pernoite, elas se revezavam em uma pequena cozinha, com

¹⁸ Colega é a categoria usada entre as mulheres que visitam seus familiares para se referirem umas às outras.

um fogão e uma geladeira para preparar os alimentos que levariam para seus companheiros¹⁹ nas penitenciárias.

Aquele grupo de mulheres realizava as visitas aos sábados e domingos, com uma rotina bastante parecida, em geral chegavam em Itirapina às sextas-feiras para o pernoite e sábado pela manhã iam à penitenciária para a primeira visita. Saíam de lá por volta das 16 h, horário determinado pela unidade para o encerramento da visita, e iam para a pequena casa deixar suas sacolas e seus potes sujos com as comidas que haviam levado naquele dia, o chamado *jumbo*²⁰. Em seguida, elas iam às compras no comércio local, supermercado, mercearias, farmácia, lojas de roupas, etc. Em geral, no sábado compram os alimentos levados à penitenciária no domingo e outras coisas específicas que foram solicitadas por seus parentes, como doces, remédios, produtos de higiene, roupas íntimas, etc. No final da tarde de sábado, elas voltam para a casa que estão hospedadas e começam novamente a preparar os alimentos que levarão aos parentes no domingo, macarronada, arroz, feijão, carnes, doces, bolos, etc. No domingo pela manhã, novamente elas realizam a visita na penitenciária que, mais uma vez se encerra às 16 h, depois a maioria delas retorna para seus municípios.

Diante desta rotina com os horários bem determinados, e muito pouco tempo ocioso, acreditei que a melhor maneira de realizar esta pesquisa seria acompanhá-las em seus trajetos e experiências durante os *dias de visita* pelos espaços da cidade, todavia, sem entrar nas penitenciárias.

Aqui gostaria de justificar algumas opções metodológicas que fiz para a realização do trabalho de campo, a primeira, foi a escolha em acompanhar as mulheres nesta rotina o máximo de tempo que podia, pois compartilho com White (2005) a idéia de que o tempo é também um pré-requisito para os estudos que envolvem o comportamento e a ação de grupos; para se compreender as relações sociais estabelecidas entre pessoas e grupos é necessário observá-los por um longo período e não num único momento. A segunda escolha refere-se à opção que fiz de não tentar entrar nas penitenciárias para acompanhá-las, primeiramente por se tratar de um momento muito particular e íntimo da vida destas mulheres e, em segundo lugar, por que compartilho mais uma vez com as idéias de White (Idem), de que o pesquisador deve mostrar-se diferente do grupo pesquisado. Seu papel de pessoa de fora

¹⁹ Todas as mulheres com as quais conversei durante o trabalho de campo estavam ali para visitar seus companheiros, no grupo que acompanhei não tive a oportunidade de encontrar durante as idas a campo mães, pais ou outro tipo de familiares.

²⁰ *Jumbo* é uma categoria nativa usada denominar as sacolas com mantimentos e produtos de higiene que as mulheres levam para seus parentes presos nas unidades prisionais. Em geral são sacolas grandes e de plástico transparente, por recomendação da administração da penitenciária para facilitar a revista na entrada da unidade.

terá que ser afirmado e reafirmado, não devendo enganar os outros, nem a si próprio. De acordo com o autor “aprendi que as pessoas não esperavam que eu fosse igual a elas. Na realidade estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente. Abandonei, portanto, meus esforços de imersão total”. (p. 304).

Também em relação ao método etnográfico, compartilho com a ideia de Fonseca (1998), na qual a etnografia deve situar seus sujeitos em seus contextos históricos e sociais que trazem informações relevantes para a composição e compreensão dos sujeitos ali inseridos e, conseqüentemente para a qualidade da pesquisa. Justamente por isso, optei em ouvir os relatos das minhas interlocutoras buscando compreender os contextos históricos e sociais no qual estavam inseridas, assim como parte de suas percepções sobre suas próprias experiências.

para o pesquisador tirar qualquer conclusão de seu material, foi necessário situar seus sujeitos em um contexto histórico e social. É só ao completar esse movimento interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico. Sem esta “contextualização” (um tipo de representatividade *post ipso facto*), o “qualitativo” não acrescenta grande coisa à reflexão acadêmica (p. 61).

O trabalho etnográfico é opção metodológica que, se por um lado aproxima ainda mais a pesquisadora do seu objeto, fazendo com que a inserção em campo seja mais profunda, por outro lado, nos deixa ainda mais sensíveis aos problemas e desafios que surgem no desenrolar da pesquisa. Não por menos, por diversas vezes me senti completamente “sugada” pelo trabalho de campo, ouvir as dificuldades expostas pelas minhas interlocutoras, acompanhar suas rotinas nos *dias de visita*, presenciar suas frustrações e incertezas diante das situações de seus companheiros, enfim, tudo isso demandava uma energia de minha parte, era muito difícil não ficar sensibilizada diante das histórias que eu ouvia. Porém, tratarei destes processos sociais ao longo das páginas deste trabalho.

A organização dos capítulos

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, busquei resgatar e expor as percepções dos sujeitos envolvidos nestes processos sociais que decorrem da presença das penitenciárias em Itirapina. Assim, acrescentei aos dados obtidos em relação aos moradores e agentes penitenciários, os dados obtidos junto às reuniões do Conseg e também às mulheres que visitam seus parentes presos em Itirapina, confrontando assim, diversas visões do mesmo processo. Após esta coleta, procurei elaborar uma análise integrada destes múltiplos e diferentes momentos e visões que circulam na cidade, assim como situar as particularidades de Itirapina em um contexto global do aumento de encarceramento e estigmatização dos criminosos e seus familiares.

No entanto, uma discussão como esta envolve diversos elementos teóricos que sustentam e orientam a reflexão. Exatamente por isso, optei em delinear o primeiro capítulo deste trabalho com uma revisão bibliográfica que apontará os conceitos e discussões que orientaram esta pesquisa. Assim, no primeiro capítulo busco mostrar, o desenvolvimento dos debates acerca da sociologia da violência em um contexto internacional, passando ainda pelas discussões sobre as ideias clássicas e contemporâneas da punição na sociedade moderna.

Com base nos dados empíricos e no trabalho teórico que discutem os macro-processos acerca da punitividade, pude perceber que a especificidade de Itirapina e de suas penitenciárias marcam historicamente uma mudança global no paradigma da punição (Garland, 1990, 2008). As diferentes temporalidades das duas prisões mostram a coexistência de dois ideais de punição operando no mesmo local e que pode ser sentida diretamente nas falas dos agentes penitenciários e também na percepção dos próprios moradores em relação a cada uma das unidades.

Também procurei evidenciar os diálogos entre as discussões acerca da violência e criminalidade, tanto no âmbito global como na literatura brasileira, sobretudo no que tange às questões relacionadas à Segurança Pública no período da abertura política do país, com o objetivo de evidenciar as particularidades brasileiras neste processo, assim como as contradições e conflitos que ainda hoje reverberam no cenário da Segurança Pública (Caldeira, 2000, Adorno, 1998). Para finalizar o primeiro capítulo, busquei demonstrar parte do percurso das políticas penitenciárias no país e no Estado de São Paulo, também a partir do recorte histórico o período da redemocratização brasileira. Acredito que estas discussões teóricas presentes neste capítulo nos ajudam a compreender o contexto global e nacional em

que Itirapina se insere, uma vez que pode encontrar ali as consequências diretas e indiretas das mudanças nas políticas e práticas direcionadas ao sistema penitenciário paulista, como a expansão e interiorização das unidades, o aumento do encarceramento, e a dependência econômica do município. Neste sentido, partindo de um contexto muito particular, como Itirapina, poderemos perceber as relações de interferência existentes entre o global e o local.

No segundo capítulo deste trabalho, intitulado ‘Itirapina e suas prisões: da ferrovia às grades’ busquei traçar o histórico do município, desde seu nascimento como um povoado até sua emancipação político administrativa, que ocorreu no ano de 1935. O desenvolvimento econômico de Itirapina desde sua fundação sempre foi muito atrelado à atividade ferroviária paulista, a grande maioria dos moradores trabalhavam nesta área e a classe média da cidade era formada basicamente por estes trabalhadores. A cidade passou a ser conhecida pela maior parte das pessoas que viajavam de trem à época, pois era um importante ponto de entroncamento da linha férrea. Com a decadência da atividade ferroviária no final dos anos de 1980, o município entrou em uma fase de estagnação econômica que só fora revertida com a instalação da segunda penitenciária.

No que tange ao histórico das unidades prisionais de Itirapina, fiz um resgate do contexto de instalação de cada uma delas, assim como este processo fora acompanhado e sentido por seus moradores, levando-se em consideração as particularidades de cada época e propostas políticas que norteavam a implantação destas unidades. A primeira unidade, instalada no ano de 1978 estava inserida em um contexto que prezava pela reinserção do preso na sociedade, por meio do trabalho²¹. Não por menos a P1 foi construída sob o preceito de “prisão albergue”, na qual os presos iriam apenas para passar as noites, trabalhando em outros locais durante o dia. Curiosamente é sob o regime autoritário da ditadura militar que o discurso da ressocialização, ou bem-estar penal (Garland 1990, 2008) ganhou forças no cenário brasileiro. Este modelo de prisão era apresentado ainda como uma experiência bem sucedida do então governador do Estado Paulo Egydio.

Já a segunda penitenciária, instala no ano de 1998 está inserida em um processo de expansão física do sistema prisional paulista, pautado na interiorização das unidades. A partir dos anos de 1990, a grande maioria das penitenciárias foi construída em municípios do interior do Estado, sob o argumento da geração de empregos (Góes, 2004) e

²¹ “Esta a concepção política que começa a tomar forma no fim dos anos 1970 e início da década de 1980 tem duas orientações ideológicas: de um lado, a expectativa de que o trabalho seria a principal porta de saída do mundo do crime e, portanto, de reintegração social, sendo este o objetivo fundamental da prisão e não a punição do infrator; de outro lado, e em consonância com esta assertiva, estava a centralidade adquirida pelas questões dos direitos humanos dos presos, da preservação de sua dignidade como essencial no processo de ressocialização que deveria ser empreendido pela instituição penal” (Dias, Silvestre, 2009, p. 92).

estímulos às economias locais. Sob o regime democrático, assistimos a um aumento sem precedentes da população encarcerada no Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo. As políticas e práticas penitenciárias neste contexto deixaram de lado o discurso ressocializador e passaram a operar dentro de outra racionalidade. Desde o início dos anos 1990, foram constantes as denúncias de casos de violação dos direitos humanos nas prisões, assim como as violentas intervenções nas unidades²². É dentro deste contexto que a P2 de Itirapina é implantada e este novo registro de prisão é também observado nas falas dos interlocutores desta pesquisa.

As ‘identidades e moralidades’ que circulam nas falas e percepções dos moradores e funcionários das unidades em relação às penitenciárias de Itirapina serão trabalhadas no capítulo três deste texto. Neste sentido, tentei demonstrar os valores que permeiam a comunidade de Itirapina não só em relação às penitenciárias, mas também em relação aos familiares dos detentos que ali se estabelecem aos finais de semana, destacando ainda, na fala dos comerciantes locais as implicações deste processo no comércio e na economia local. Ainda seguindo esta linha, o terceiro capítulo traz os dados de uma etnografia realizada durante as reuniões do Conselho de Segurança Comunitário de Itirapina, neste espaço de mobilização da sociedade civil em torno da segurança, pude identificar algumas percepções e práticas relacionadas ao que a sociedade local entende e opera como segurança pública.

Para concluir o terceiro capítulo, incluirei um acompanhamento e uma análise acerca de um projeto de lei que tramita na Assembléia do Estado de São Paulo, de autoria da deputada Ana Perugini do Partido dos Trabalhadores - PT. Este projeto de lei nº 556 de 2007 propõe, entre outras coisas, que os municípios que recebam unidades prisionais em seus limites territoriais recebam medidas compensatórias que possam sanar os possíveis impactos causados pela presença das prisões. Decidi fazer o acompanhamento desta PL, por conta da mobilização que a deputada e sua assessoria realizaram nos últimos dois anos junto aos municípios que já abrigam unidades prisionais, inclusive Itirapina. Com isso, o terceiro capítulo pode ser visto como “a visão dos *insiders*”, ou seja, o ponto de vista dos moradores da cidade, a respeito dos problemas de controle social e de sua relação com as penitenciárias e a indústria da punição.

Por fim, o capítulo quatro apresenta os dados obtidos através da etnografia realizada junto às mulheres que visitam seus familiares presos em Itirapina. ‘Da cadeia ao

²² Um dos marcos deste período foi a violenta intervenção realizada na Casa de Detenção de São Paulo, em 1992, onde 111 presos foram mortos. O episódio ficou conhecido como o “massacre do carandiru”.

mercado' foi o título que escolhi para este capítulo, por acreditar que ele sintetiza, de certa forma, alguns pontos importantes destacados nesta pesquisa. Neste capítulo busquei relatar algumas questões que “atravessaram” meu trabalho de campo, assim como procurei evidenciar as percepções e experiências destas mulheres por meio de suas falas. Embora eu tenha acompanhado os *dias de vista* e ouvido a história de dezenas de mulheres, destaquei parte dos relatos de quatro delas: Julia, Vera, Ana e Juliana²³, por acreditar que estas histórias trazem elementos comuns às demais histórias, que comporão, da mesma forma, as análises deste trabalho. As visões e opiniões destas mulheres sobre os processos que envolvem o sistema prisional agregam a esta pesquisa novos dados que comporão a análise de todas estas transformações ocorridas em Itirapina.

O processo de encarceramento massivo somado à interiorização das unidades prisionais no Estado de São Paulo gerou como uma de suas consequências diretas a necessidade de deslocamentos dos familiares dos presos para a realização das visitas. Também o fato das prisões serem construídas em pequenas cidades, onde o vínculo entre os moradores é consolidado há gerações e o contato entre eles é próximo, contribuiu para que os familiares dos presos fossem identificados, na maioria das vezes como o grupo ‘outsider’ daquele local, não fazendo parte das relações pessoais ali estabelecidas. Além disso, a criação e reprodução de discursos acerca da criminalidade e violência, bem como a exploração midiática destes casos, (Caldeira, 2000) somada ao aumento da sensação de insegurança por parte da população contribuiu para os processos estigmatização não só daqueles que cometeram algum tipo de crime, mas também de seus familiares.

Assim, as percepções e opiniões destas mulheres, sobre seus deslocamentos, enfrentamentos e estigmatização contribuíram para compor a compreensão destes processos que decorrem da presença das penitenciárias em Itirapina. Mesmo trabalhando em um contexto local e específico, é possível perceber as relações e conexões que se estabelecem entre os processos globais de mudança no paradigma da punição e as suas reverberações nos contextos locais. Como já ressaltéi Itirapina possui uma particularidade dentro dos municípios que possuem unidades prisionais, que se dá pela existência de duas penitenciárias implantadas com vinte anos de diferença. Isso nos possibilita observar a coexistência de diferentes racionalidades penais operando concomitantemente, além das consequências diretas e indiretas da atual política penal paulista, daí a importância dos processos que decorrem da presença das prisões em Itirapina e que tentarei explorar nesta pesquisa.

²³ Nomes fictícios

Capítulo 1.

Percurso teórico: o debate internacional e a especificidade do local

Não é nenhuma novidade afirmar que o processo de globalização, que emergiu nas últimas décadas do século XX, provocou profundas mudanças no cenário econômico mundial, nas atuações políticas dos Estados, nos meios de comunicação, nas formas de sociabilidade, assim como em outros diversos segmentos. No entanto, pode-se afirmar também, que as transformações advindas da globalização provocaram mudanças nas percepções de noções como a violência, a criminalidade, segurança e o controle social. Neste contexto, ainda, houve uma desestruturação dos enquadramentos binários explicativos no campo da teoria social, assim como houve a emergência de novos atores sociais.

Diante deste novo cenário, alguns autores do campo da teoria social contemporânea passaram a buscar novos modelos interpretativos para se pensar - ou pelo menos oferecer os alicerces para tal - este novo e complexo conjunto de fenômenos. As mudanças nas concepções e práticas que direcionam as ações de controle da violência, da aplicação de punições e também da implementação de políticas de segurança são discutidas por autores tanto no cenário internacional, quanto no nacional, sempre pautados pelas experiências e particularidades do contexto que discutem.

No cenário brasileiro específico, as reflexões acerca da violência, crime, segurança e punição exigem ainda uma análise mais complexa de um contexto histórico, político, econômico e social do país. Os estudos sobre tais temáticas estão, em grande parte, relacionados ao processo de redemocratização do Brasil, pois este período abarcou o fim de um regime autoritário e configurou um campo de disputas nas ações relativas à segurança pública brasileira. Também a análise do processo de redemocratização política, servirá para evidenciar as rupturas ou ausência delas nas diretrizes adotadas pelas políticas de segurança pública em um governo democrático.

Neste sentido, este capítulo trará um levantamento bibliográfico de alguns autores do cenário internacional e do cenário nacional que buscam interpretar algumas das questões relacionadas às percepções de noções como a violência, a criminalidade, segurança e o controle social e que com isso, ajudam a compreender os processos observados e analisados no campo empírico. Estas reflexões são importantes ainda, para compreendermos que os processos que ocorrem em Itirapina não são estritamente locais, mas são atravessados e constituídos pelas forças sociais que transcendem o local.

1. O debate internacional: as relações entre a violência e punição.

O autor francês Michel Wieviorka argumenta que as transformações advindas do cenário econômico, político e social ocorridas, sobretudo, a partir da década de 60 do século XX, teriam delineado um “novo paradigma da violência”. De acordo com Wieviorka, além das mudanças circunscritas às práticas e percepções do crime e da criminalidade, do controle social e da punição, também estaria ocorrendo uma mudança mais geral da violência e das suas representações no mundo contemporâneo. Tendo em mente a noção de que a violência não é a mesma de um período ao outro, Wieviorka demonstra como tais transformações mundiais recentes são fundamentais para se pensar e explorar o que ele chama de um novo paradigma da violência, que caracterizaria o mundo contemporâneo.

Neste sentido, Wieviorka busca conceituar a violência contemporânea, levando em consideração as mais diferentes perspectivas em que ela aparece, seja na forma de terrorismos ou no desenvolvimento de novas biológicas, químicas e da física nuclear. Segundo Wieviorka (2006), devemos ter a clara noção de que as manifestações de violência não são permanentes, elas mudam, assim com também mudam as percepções e os comportamentos em relação a ela. Neste sentido, o autor nos mostra que “as percepções da violência são função de outros elementos que não o fenômeno ele mesmo, em sua aparente objetividade” (p. 1148).

A tese de Wieviorka pode ser sintetizada no argumento central de que a violência emergiria em situações nas quais os canais para o confronto organizado de interesse são inexistentes. Ao analisar o período histórico da Guerra Fria, por exemplo, Wieviorka (2006) demonstra que ali havia um conflito central que exercia um efeito dissuasivo e que evitou a generalização de uma guerra bélica, exercendo ainda um controle sobre o terrorismo internacional. Dentro deste contexto, o controle das ações violentas a níveis estatais era feita através da ameaça e do medo. Com o fim da Guerra Fria, o mundo ficou sem um princípio de estruturação conflitual que, durante muito tempo evitou mais do que autorizou a violência militar. Assim, iniciou-se um período no qual, novas formas de violência se desenvolveram, abrindo caminho para novas expressões de crimes e terrorismos.

Para o Wieviorka (2006), a violência traduz a existência de problemas sociais que não são transformados em debates e em conflitos. Quando um espaço social não está estruturado por um conflito que produza as possibilidades e os meios para o tratamento das

demandas, a violência encontra espaço para se expressar, “a violência é o contrário do conflito institucionalizável”. (p. 1150).

Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações. (WIEVIORKA, M. 1997, p. 7).

Contudo, para Wiewiorka, as mudanças mais recentes do cenário mundial, sobretudo após os ataques de 11 de setembro, também influenciaram e, de certa forma, trouxeram uma nova característica às manifestações da violência no mundo contemporâneo. Como bem sintetizaram Salla, Gauto e Alvarez (2006)

(...) manifestações de violência que caracterizaram grande parte do século XX, como a violência política e o terrorismo de extrema-esquerda, a violência de extrema-direita voltada para o controle do Estado e a violência decorrente das lutas de libertação nacional entram em refluxo, substituídas em grande medida pela violência de extrema-direita voltada para a manutenção de atividades privadas fora do controle do Estado ou por práticas de violência articuladas a identidades étnicas e religiosas. No plano das representações, se o emprego da violência perde legitimidade nas discussões públicas das democracias ocidentais, se toda referência positiva à violência é abolida, mesmo entre os intelectuais, em contrapartida ganham força percepções e representações de medo perante a alteridade, a diferença cultural ou religiosa. (p.331-2).

Ainda de acordo com Wiewiorka (2006), as ciências humanas e sociais propõem três formas de abordagens sobre a violência que podem ser assim resumidas, a primeira delas pensa a violência como uma conduta de crise, uma resposta a mudança na situação de ator ou atores que reagem por uma frustração; a segunda abordagem aponta um caráter racional e instrumental da violência, inclusive nas suas dimensões coletivas; e finalmente, a terceira abordagem demonstra um vínculo entre cultura e violência. O que Wiewiorka considera como algo comum e falho a estas a três abordagens, é que nenhuma delas toca diretamente na noção do sujeito, caindo por vezes em um essencialismo.

Diante desse conjunto de transformações materiais e simbólicas que ocorreram no cenário do mundo contemporâneo, Wiewiorka aponta a necessidade de revisão dos modelos interpretativos das ciências humanas e sociais para tentar explicar as novas faces da violência a partir de teorias mais complexas. O próprio Wiewiorka (2006) passa a pensar uma

nova interpretação das questões relacionadas à violência ao introduzir a noção do sujeito nas discussões acerca da violência, propondo novas categorias que considerem as relações entre a violência e as subjetividades.

Assim, pode-se afirmar que Wieviorka faz uma leitura da nova e complexa face da violência no mundo contemporâneo articulando-a com a forma com que a sociedade atual responde ao crime e estabelece suas práticas punitivas e os dispositivos de controle social. Salla, Gauto e Alvarez (2006) vêm na análise de Wieviorka que “as alterações nas práticas penais e nas políticas de segurança poderiam ser consideradas resultado do crescimento do medo e da insegurança diante da emergência dessas novas formas de violência” (p. 332). Entretanto, outros autores do debate internacional buscam pensar as mudanças nas políticas de segurança e nas práticas punitivas como estratégias de poder articuladas a fenômenos como a crise do Estado de Bem-Estar Social e à globalização.

Loïc Wacquant (2001, 2008) relaciona o processo de criminalização da miséria ocorrido nos Estados Unidos, e que se estende para a Europa, como consequência do fim do chamado Estado de Bem-estar Social. Neste processo, Wacquant nos mostra como as ideologias adotadas pelos governos destes países, de forma pioneira e já consolidada, caminharam na construção do que ele caracteriza como Estado Penitência e também como as idéias presentes neste modelo se expandem para diversas partes do mundo.

Esta nova configuração política do “Estado Penitência” caracteriza-se por um conjunto de medidas que se tornaram conhecidas como “tolerância zero” ou “endurecimento penal”. Tal política pauta-se em ações como o aumento da repressão policial nas ruas, por penas mais severas para autores de atos infracionais, diminuição da maioria penal, punições “exemplares” para qualquer tipo de delito etc. Os defensores destas ações comumente utilizam um discurso em que negam ou minimizam a responsabilidade do desemprego e da miséria como algumas das principais causas da “delinquência” e deste modo tentam demonstrar que toda a responsabilidade por atos considerados criminosos deve ser buscada nos próprios indivíduos.

A resposta à maior degradação social, deflagrada pelas mudanças nas políticas sociais, é o desenvolvimento de um complexo sistema de vigilância dos pobres, não só a partir de instrumentos tecnológicos, mas também de toda uma estrutura de assistência social que controla os passos daqueles que recebem o benefício, inclusive obrigando-os a trabalhar em troca do recurso (SALLA, GAUTO E ALVAREZ 2006, p. 334).

A natureza destas ações tem um viés punitivo, pois direta ou indiretamente, acabam ao mesmo tempo liquidando benefícios, subsídios, conquistas sociais e reforçando o aparelho judicial, policial e penitenciário. Wacquant destaca que o estado punitivo procura manter o controle dos setores populares que estão à margem do consumo e do sistema capitalista, setores geralmente representados por pobres, negros e imigrantes. Este controle, entretanto, é feito por meio de uma gestão social vinculada diretamente ao controle penal, neste sentido, a prisão surge como um instrumento de controle, punição e de gestão da miséria social.

O que nós estamos testemunhando aqui é a gênese, não de um “complexo industrial prisional”, como é sugerido por alguns criminólogos, acompanhados por um coro de jornalistas e ativistas dos movimentos pela justiça, mobilizados contra o crescimento do Estado Penal, mas de uma forma organizacional verdadeiramente nova, um *continuum carcerário-assistencial em parte explorado para fins lucrativos*, que é a linha de frente do Estado liberal-paternalista nascente. Sua missão é vigiar e subjugar, e se necessário reprimir e neutralizar, as populações refratárias à nova ordem econômica que segue uma divisão do trabalho por sexo, com o seu componente penal voltando-se sobretudo aos homens e o componente assistencial exercendo sua tutela sobre as mulheres e crianças (desses mesmos homens) (WACQUANT, 2008, p. 15).

Assim, Wacquant reafirma seu argumento central, no qual o complexo penitenciário assumiu um lugar central na administração da pobreza, na gestão do mercado de trabalho desqualificado, no colapso do gueto urbano, assim como nos serviços do chamado Estado de Bem-estar Social reformados.

Zygmunt Bauman, por sua vez, busca analisar as mudanças nas práticas punitivas e nas políticas de segurança contemporânea menos como uma resposta a um novo modo perfil da violência advindo do processo de globalização – como pensa Wiewiorka – e mais como um processo de complexas estratégias de poder, articuladas ao fenômeno da globalização. Assim, o foco da análise de Bauman está mais voltado para a relação entre a estrutura social e as formas de punição que emergiram com a globalização.

De acordo com Bauman (1999) a atual política do sistema prisional segue uma tendência mundial de grandes investimentos em construção e manutenção de prisões pautada num encarceramento em massa, no qual há um total abandono do discurso reabilitador das prisões que emergiu no início da era moderna. Neste contexto, que Bauman caracteriza como ‘pós-correcional’, os investimentos no setor prisional e a construção de novas prisões

tornaram-se o principal instrumento de propaganda, por parte dos governos, de que há constantes ações para garantir a segurança pública e o combate à criminalidade. Nesta lógica, a espetaculosidade das ações punitivas tem um valor superior à sua eficácia.

Na lógica atual do sistema capitalista, segundo o autor, a oferta de emprego torna-se cada vez mais restrita levando a um aumento do número de pessoas excluídas pelo sistema e, neste contexto, as prisões servem como um espaço de confinamento dos excluídos. Para Bauman (1999) “nas atuais circunstâncias, o confinamento é antes *uma alternativa ao emprego*, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária à produção e para qual não há trabalho ‘ao qual se integrar’”. (p. 117-8).

Para Bauman, a globalização desconstruiu os alicerces de uma sociedade fundada na ética do trabalho. Neste sentido, perde-se a necessidade da sociedade “regenerar” os “criminosos” por meio do trabalho nas prisões, nem tampouco se espera que estes se tornem “virtuosos”. A única necessidade agora é que eles sejam apenas contidos e, acima de tudo, imobilizados em instituições que antes eram o símbolo disciplinar da sociedade, o aparelho disciplinador por excelência, e que agora não passam de fortalezas que paralisam os miseráveis indóceis. Não é por acaso que, segundo Bauman (1999), “cresce rapidamente em quase todos os países o número de pessoas na prisão ou que esperam prováveis sentenças de prisão. Em quase toda a parte a rede de prisões está se ampliando intensamente” (p. 122).

O que sugere a acentuada aceleração da punição através do encarceramento, em outras palavras, é que há novos e amplos setores da população visados por uma razão ou outra como uma ‘ameaça à ordem social’ e que sua expulsão forçada do intercâmbio social através da prisão é vista como um método eficiente de neutralizar a ameaça ou acalmar a ansiedade pública provocada por essa ameaça. (BAUMAN, 1999, p. 122-3).

Os autores até aqui citados, cada uma à sua maneira, acabam tecendo algumas reflexões sobre os sentidos e as representações da punição e do controle social na sociedade contemporânea. Também David Garland vem buscando desenvolver uma discussão, dentro da teoria social contemporânea, que tenha como centro a questão da punição e do controle social. Pautado em autores da teoria clássica e moderna, Garland vem construindo seu debate a fim de evidenciar o papel que a punição assume diante da atual sociedade. Neste sentido, serão

apresentadas brevemente neste texto algumas noções desenvolvidas por Garland acerca do controle social e da punição baseadas nos escritos de Michel Foucault.

2. O controle social e a punição

Para se refletir e discutir acerca dos vários conceitos e noções existentes dentro das ciências sociais é preciso primeiro ter em mente que, dada a multiplicidade e complexidade de interpretações e percursos teóricos, é impossível de se chegar a um significado único e original para cada conceito. Tal pressuposto também não poderia ser diferente quando tratamos do significado da noção de controle social, já que esta noção é amplamente utilizada no pensamento social por diversos autores nos mais variados contextos teóricos e metodológicos.

Podemos dizer que a mais clássica das noções de controle social está presente nos escritos de Émile Durkheim. O autor relaciona a noção de controle social às questões da ordem e da integração social e neste sentido, Durkheim faz uma leitura do crime e da punição como mecanismos empregados pela sociedade quando algum indivíduo desrespeita as normas sociais e passa a representar uma ameaça à ordem social. De acordo com Alvarez (2004), Durkheim vê na punição uma “reação coletiva que, embora aparentemente voltada para o criminoso, visa na realidade reforçar a solidariedade social entre os demais membros da sociedade e, conseqüentemente, garantir a integração social” (p.169).

Já no período que sucede a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no campo da sociologia do crime e do desvio, a noção de controle social passou a ser operada por uma teoria do conflito e não mais do consenso. A coesão social deixou de ser vista como resultado de uma solidariedade e de uma integração e passou a ser vista como dominação por parte do Estado ou ainda por parte das “classes dominantes” (cf. Alvarez, 2004). Esta conotação mais crítica e até mesmo negativa atribuída à noção de controle social estimulou uma vasta produção voltada ao estudo de instituições diretamente relacionadas à questão do crime e do desvio (polícia, prisão e justiça criminal), assim como aquelas indiretamente envolvidas com tais questões (escolas, hospitais, asilos, etc.).

Entretanto, uma leitura que inovou a noção de controle social, ultrapassando uma visão instrumentalizada e funcionalista, propondo novas formas multidimensionais para se pensar o problema foi trazida por Michel Foucault. Sua análise sobre o sentido da punição

na modernidade rompe tanto com uma visão liberal à época quanto uma perspectiva marxista. A primeira visão citada, via na prisão um avanço na humanização das práticas punitivas, já a segunda perspectiva, concebia a prisão como um mero epifenômeno do modo de produção capitalista. Assim, Foucault rompe com tais perspectivas ao interpretar as práticas punitivas como “tecnologias de poder”.

Em virtude desta perspectiva, Foucault, ao analisar as práticas punitivas na modernidade, não partirá nem das teorias penais existentes no período, nem apenas da forma estatal dominante, nem mesmo de uma genérica dominação de classe, mas sim da instituição que melhor corporifica a tecnologia de poder específica da modernidade: essa instituição é a prisão e a tecnologia de poder que aí tão bem se aplica é a disciplina. (ALVAREZ, 2004, p. 171).

Foucault caracteriza ainda a sociedade moderna como uma sociedade disciplinar, na qual os indivíduos e suas condutas são continuamente registrados, onde o modelo de estabelecer a “verdade” se dá pelo “exame” e onde um poder se instaura através do adestramento de comportamentos que definem os atos e ações de todos os indivíduos dentro de uma normalidade.

A análise de Foucault evidencia ainda que as práticas disciplinares operadas no interior da prisão não ficam restritas aos muros da instituição, e pelo contrário, pois ao se constituírem como tecnologias de poder, elas passam a operar simultaneamente em instituições como escolas, fábricas e hospitais, Assim, Foucault (1987) nos mostra a disciplina como técnicas de controle minucioso das operações do corpo, que impõe aos corpos a relação entre docilidade e utilidade. A análise das técnicas disciplinares de Foucault mostra como o corpo, ao invés de ser marcado pela punição física, pode ser treinado, manipulado, moldado, respondendo aos estímulos e assim se tornar adestrado ou como denomina o próprio Foucault, docilizado.

Assim, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (FOUCAULT, 1987, p.118). Foucault aponta que a docilidade traz o uso de novas técnicas de ação sobre o corpo, são métodos de controle minuciosos através de uma coerção ininterrupta e constante que vela mais sobre os processos de atividade do que pelos resultados, esquadrihando ao máximo o tempo, o espaço e os movimentos. Foucault quer demonstrar ainda que, embora os processos disciplinares já existissem em instituições como as militares ou os conventos, por exemplo, ela passa, a partir

dos séculos XVII e, sobretudo o XVIII a serem formas gerais de dominação. Assim, Foucault (1987) assinala para a emergência de uma análise microscópica de poder.

Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica de poder, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não somente para que façam o que se quer, mas para que se operem como quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. (p.119).

Vale ressaltar que, de acordo com Foucault, a prisão permanece na modernidade, apesar das críticas, justamente porque “ela permite gerir as ilegalidades das classes dominadas, criando um meio delinquente fechado, separado e útil em termos políticos” (ALVAREZ, 2004, p.172). Neste sentido, podemos afirmar que a análise de Foucault, acerca das práticas de controle social e punição se afastam das formas tradicionais de se pensar tais noções. Há uma postura metodológica diferente que vê as formas de controle social e poder da modernidade como forças produtivas, multidimensionais e muito mais complexas do que as formas anteriores.

Não por menos, Foucault refinou suas análises ao longo dos anos nos oferecendo uma nova leitura das tecnologias de poder. Diferentemente do poder disciplinar descrito por Foucault, em *Vigiar e Punir*, o biopoder surge em seus escritos como uma nova tecnologia de poder, que não exclui a técnica disciplinar, mas se opera em outro nível. A diferença se dá na medida em que, a técnica disciplinar se aplica na multiplicidade dos homens que, por sua vez deve recair na individualização dos corpos para serem vigiados, treinados, utilizados, docilizados. Já o biopoder que emerge, sobretudo na segunda metade do século XVIII, se aplica na massificação do homem, a fim de formar um grupo homogêneo afetado por conjuntos de processos que são próprios da vida.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consonante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem espécie. (FOUCAULT, 2005, p.289.)

O biopoder se aplica assim, diferentemente do poder soberano, através de técnicas de normalização que agem diretamente nos corpos dos indivíduos gerando assim, o controle e a disciplina esperados para o desenvolvimento dos processos sociais de regulação e

normalização. Assim, de acordo com Foucault, podemos afirmar que o poder moderno é o biopoder e que ele pode ser aplicado tanto nas técnicas disciplinares que incidem diretamente sobre os corpos dos sujeitos tornando-os docilizados, quanto pode aplicar-se através da biopolítica que age sobre a população através de processos biológicos por meio de mecanismos regulamentadores do Estado. Esta biopolítica age constituindo relações e conformando indivíduos, definindo modos de vida e subjetividades, influenciando na constituição do social.

Foucault diferencia ainda os mecanismos e funções da biopolítica dos outros mecanismos disciplinares, mostrando que a biopolítica faz uso de técnicas voltadas às previsões, estimativas, modificações globais, com a finalidade de agir não diretamente em cada corpo, mas sim nos fenômenos, no que eles têm de global, encontrando ainda respaldo e regulamentação no Estado. Embora Foucault (2005) faça uma distinção destas duas técnicas de poder, ele ressalta que ambas não são excludentes, podendo muitas vezes agir articuladamente. “(...) esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar, o outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Isso lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro”. (p. 299).

Todavia, Foucault aponta que, no final do século XVIII, alguns fenômenos como a introdução de uma medicina voltada para as questões de higiene e saúde pública, com coordenação de tratamentos médicos, centralização de informações e normalizações passam a integrar um projeto de gestão da população, inovando assim os campos de atuação desta biopolítica.

Neste momento, Foucault (2009) está chamando a atenção, para a emergência da população, a partir do século XVIII, como um problema político e econômico. Os governos passam a se preocupar com diversas técnicas de controle que vão desde as taxas de natalidade, casamentos, até as práticas contraceptivas e controle de doenças transmissíveis. Neste sentido, o poder normalizante da medicina encontra total respaldo dentro da biopolítica. O controle de doenças infecto-contagiosas, a preocupação com os limites do corpo, sexualidade, controle de peso, crescimento, medicamentos, sedentarismos, alimentação, longevidade, morte, tudo isso passa a ser enquadrado em uma política de gestão populacional. Há ainda muitos meandros da biopolítica que são travestidos em questões moralizantes dentro desta gestão populacional, de acordo com os valores de cada época.

Dentro desta noção de biopolítica, que Foucault demonstra algumas das estratégias de governamentalidade, através de uma relação entre segurança, população e governo, ressaltando ainda a noção de governo como uma forma política de atuação. Foucault

aponta através de uma retomada histórica que, a noção de governar um Estado sempre esteve muito atrelada à noção do próprio governo de bens, família, patrimônios, governo de si. Assim, a “arte de governar” estava vinculada à gestão familiar. Uma gestão atrelada ao soberano e que Foucault busca suas fundamentações históricas nas monarquias. Contudo, no decorrer dos séculos essa concepção de governo é substituída, a partir do momento que a população passa a ser irredutível à noção de família, passando esta para segundo plano, ou então um segmento da população.

Assim, a população, e não mais a família, passa a ser o objeto final do governo, no intuito gerir a vida das pessoas, aumentando suas riquezas, saúde, longevidade, etc.

Campanhas através das quais age diretamente sobre a população, e técnicas que vão agir indiretamente sobre ela e que permitirão aumentar, sem que as pessoas se dêem conta, a taxa de natalidade ou dirigir para uma determinada região ou para uma determinada atividade os fluxos de população, etc. A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento de governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo daquilo que quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (FOUCAULT, 2007, p.289).

Com este novo elemento que surge dentro da biopolítica, a noção de população, Foucault faz questão de destacar que as técnicas disciplinares relatadas anteriormente não são suprimidas dentro deste processo, muito pelo contrário, a disciplina continua sendo essencial dentro da gestão populacional. Assim, não se trata de substituições, de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar ou ainda uma sociedade de governo, trata-se de uma tríade: soberania – disciplina – gestão, na qual a população emerge como alvo principal, além disso, os mecanismos essenciais para o funcionamento dessa tríade são dados pelos mecanismos de segurança.

Atualmente, podemos afirmar que a prisão em si é uma instituição disciplinar e, ao mesmo tempo, uma instituição de gestão de pessoas. A população carcerária é gerida por biopolíticas que atuam diretamente no cotidiano dos detentos, em seus comportamentos, condutas e tempo, por meio de inúmeras técnicas de disciplina, controle e gestão. Como apontou Garland (2008), a prisão, novamente se transformou, deixando para trás os ideais de uma instituição “ressocializadora” que caíram em descrédito no final do século XX, tornando-se contemporaneamente um instrumento eficaz de manutenção ordem social.

Bastante influenciado pelos escritos de Foucault e também pelas teorias sociais clássicas (mas apropriando-se criticamente destes aspectos), David Garland se propõe a desenvolver uma análise mais minuciosa da punição na modernidade, tentando inclusive lançar as bases para uma sociologia da punição. Garland rompe com as explicações que enfatizavam os laços entre a pena e o delito, ou entre o delito e o criminoso e propõe uma abertura analítica, na qual se articulam sociedade, crime e punição. Nas análises sobre punição anteriores aos escritos de Garland, a punição aparecia mais como um elemento, dentre outros, que ajudavam a construir uma análise maior sobre a história de determinado processo social. Neste sentido, uma das principais contribuições de Garland para a interpretação da punição na modernidade está no fato do autor destacar a importância da cultura e seus diferentes âmbitos e símbolos, assim como a necessidade de se “pensar a punição como uma instituição social – tal como a família, a escola, o governo e o mercado, instituições que agregam uma gama de variáveis e fatores que influenciam seu funcionamento” (SALLA, GAUTO E ALVAREZ 2006, p. 340).

A punição e suas práticas devem ser vistas e pensadas, de acordo com Garland, como fatores que constituem uma instituição social, organizada sobre um plano específico da vida social e que põe à disposição uma estrutura reguladora e normativa para a conduta dos indivíduos nesse plano. As práticas penais devem ser vistas, assim, como uma instituição social que vincula uma estrutura complexa e densa de significados (cf. Salla, Gauto e Alvarez, 2006). É importante ainda, segundo Garland, que as análises em torno das práticas penais as considerem como instituições sociais, independente de quais tipos, pois tais instituições se ligam entre elas, assim como com o mundo exterior, recebendo influências de aspectos econômicos, políticos, culturais e tecnológicos que constituem o social.

Também as práticas de controle social podem ser analisadas por dois vieses, segundo Garland, as formais e as informais. O controle social formal pode ser entendido como as práticas desenvolvidas pelas instituições como a polícia, o sistema judiciário, o sistema prisional, etc. Tais instituições funcionavam numa perspectiva “correcional” e ressocializadora. Já as práticas de controle social informal eram exercidas nas famílias, comunidades, vizinhança, concomitantemente com as disciplinas impostas pelas escolas e locais de trabalho, criando assim, um cotidiano de normas e sanções que davam base as demandas e suporte das intervenções do Estado de Bem-Estar Social pelo menos enquanto as bases deste modelo estavam calcadas nos países centrais.

Assim como os demais autores contemporâneos citados neste texto, Garland também vê a falência do modelo do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais, como

França, Inglaterra e Estados Unidos, por exemplo, mesmo que em cada um destes países o modelo de um Estado de Bem-Estar Social tenha se dado de forma particular. Para Garland, as sociedades da modernidade tardia estariam se constituindo em sociedades punitivas, nas quais, os indivíduos são incentivados a adotar medidas privadas de segurança, ocorrendo uma transferência de responsabilidades da esfera estatal para a esfera grupal ou individual. “A responsabilidade da prevenção e do controle do crime não recai mais apenas sobre o Estado, mas também sobre os varejistas, sobre os industriais, os urbanistas, as autoridades escolares, as empresas de transporte, empregadores, pais etc.” (GARLAND, 1999, p.68).

3. O cenário nacional: segurança, crime e violência na redemocratização

Após o golpe de 1964 e os sucessivos governos militares, a conjuntura política brasileira em poucos anos se caracterizava pela abertura econômica ao capital estrangeiro, pelo forte aumento na concentração de renda da população, além do dismantelamento de organizações sociais como sindicatos de trabalhadores, organizações estudantis, etc. Contudo, nos primeiros anos de instauração do regime militar, as práticas autoritárias e violentas como as detenções arbitrárias e as torturas que recaíram sobre estes segmentos da sociedade foram pouco condenadas e denunciadas pela maior parte da sociedade civil. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro e Guilherme Assis de Almeida, somente a partir do momento em que estas práticas autoritárias começaram a recair sobre alguns membros da elite nacional é que emergiram protestos e denúncias invocando temas como os direitos humanos. (cf. Pinheiro e Almeida, 2003).

Com a emergência destes protestos e denúncias, as práticas arbitrárias e autoritárias do regime militar se radicalizaram a partir de 1969 estendendo-se até 1974, neste período as forças repressivas passaram a atuar mais violentamente, aquém de um aparato legal. Os protestos e denúncias recaíram então sobre as violações dos direitos civis cometidos pelos militares e forças armadas.

A partir da década de 1980 os movimentos sociais contrários às práticas do regime autoritário ganharam novo fôlego e restabeleceram uma nova dinâmica no país. Foi neste momento que, segundo Pinheiro e Almeida (2003) emergiram os novos conceitos de direitos humanos na sociedade brasileira ao mesmo tempo em que começam a surgir novos

movimentos sociais, de cunhos econômicos, ambientais, culturais, reivindicando direitos à moradia, saúde e alimentação, direitos das mulheres, crianças, entre muitos outros. Assim, pode-se ressaltar que “paradoxalmente foi sob o regime militar que novas formas de mobilização se desenvolveram”. (p. 31).

Boaventura de Sousa Santos (2008) também chama a atenção para o caráter paradoxal da década de 1980 no cenário mundial. É neste período que, segundo ele, a crise do Estado-Providência se acentuou nos países centrais, agravando as desigualdades sociais e os processos de exclusão social, fazendo com que estes países assumissem características que pareciam ser próprias de países periféricos. Já nos países de fato periféricos, o agravamento das condições sociais foi ainda mais intenso. Contudo, Santos também afirma que em relação à participação social e política dos cidadãos e dos grupos sociais, a década de 1980 foi bastante rica. Ele a caracteriza como a “década dos movimentos sociais e da democracia, do fim do comunismo autoritário e do *apartheid*, do fim do conflito Leste-Oeste e de um certo abrandamento (momentâneo?) da ameaça nuclear”. (p. 18).

Remetendo-nos novamente ao Brasil, é possível afirmar que, foi a partir da década de 1980, que os estudos brasileiros relacionados às temáticas da violência, criminalidade, segurança pública e políticas públicas em geral, começaram a surgir, evidenciando assim, uma maior preocupação com o Estado e com as políticas sociais²⁴. “Ou seja, à medida que se altera a agenda política no Brasil, com a redemocratização, diversos trabalhos foram elaborados procurando pensar os desafios dessa área em meio ao processo mesmo de recomposição da República brasileira”. (ALVAREZ, SALLA, SOUZA, 2004, p. 6). Também foi neste período de redemocratização, que a discussão sobre os Direitos Humanos se tornou um tema transversal dentro dos estudos relacionados à área de segurança Pública no Brasil, ainda que encontrasse resistência em diversos setores da sociedade.

O tema dos direitos humanos é o grande paradigma para as análises que procuram entender em quais circunstâncias os atores do processo político interferem como obstáculos na proposição e implementação de ações governamentais para a área; e é, por fim, em seu nome que se tem buscado avaliar não apenas os resultados e impactos das políticas adotadas, mas o grau de protagonismo das organizações da sociedade civil, os níveis de interpenetração delas com as agências governamentais (ALVAREZ, SALLA, SOUZA, 2004, p. 7).

²⁴ Na década de 1980 uma produção bastante rica que contribui significativamente para se pensar os temas da segurança, violência e crime no Brasil, a partir de várias vertentes, como por exemplo, Edmundo Campos Coelho (1987); Antônio Luiz Paixão (1987) e José Ricardo Ramalho (1983).

Estas preocupações estão ainda relacionadas não só com as mudanças no cenário econômico e social do país, mas também refletem os novos padrões de criminalidade e violência que se colocam no país durante este período, sobretudo nos grandes centros urbanos.²⁵

Outra grande contribuição no campo de discussão sobre violência no Brasil pode ser encontrada nos trabalhos de Michel Misse. Sendo um dos pioneiros no país a problematizar sobre as questões relacionadas à violência e criminalidade na sociedade brasileira, Misse nos oferece uma base teórica para pensarmos, entre outras coisas, as particularidades brasileiras no que tange à chamada “acumulação social da violência”, observada na cidade do Rio de Janeiro, mas que por vezes adquire uma abrangência nacional. Para Misse (2008) categorias como “violência” e “crime” são representações de práticas variadas, interações e conflitos sociais muito mais complexos do que a maneira como são operados no senso comum. Neste sentido, é necessário que se faça uma distinção entre o uso dos termos enquanto categorias e enquanto conceitos.

Posso, evidentemente, utilizar a categoria para descrever uma representação social do uso da força e da agressão física para obter poder numa relação social, que é o seu sentido mais comum. Mas isso não lhe transforma em conceito, dado que dependerá da disputa de legitimidade desse uso o conteúdo através do qual utilizo a noção. (p. 373).

O uso do termo violência, enquanto uma categoria de acusação social, segundo Misse, é sempre performático e a torna uma categoria inseparável da criminalização moderna no que se refere à resolução de conflitos. Não por menos, o uso da categoria “violência” acaba pressupondo a pacificação das relações sociais, assim como o monopólio e uso legítimo da força pelo Estado. Entretanto, no Brasil este monopólio da violência nunca se consolidou, ao mesmo passo em que, o Estado não foi capaz de oferecer o acesso judicial de resolução de conflitos a todos os cidadãos. Segundo Misse (2008) isso significa dizer que

o Estado brasileiro não deteve, em nenhum momento completamente, a capacidade de ter o monopólio do uso da força em todo território, nem o de ser capaz de transferir para si a administração plena da Justiça. Ao dizer isso, eu estou afirmando que sempre restaram espaços e, portanto, sempre restou uma incompletude no processo de modernização do país, que atingiu tanto o Estado quanto a sociedade, e que é, em parte, responsável pelos efeitos de violência que nós estamos assistindo hoje. (p. 374).

²⁵ Neste contexto, é válido destacar que Caldeira (2000) faz um detalhado levantamento das taxas de crime na Região Metropolitana de São Paulo, durante o início da década de 1980 até o ano de 1996. Neste levantamento a autora apresenta dados relativos aos vários tipos de crimes assim considerados pela legislação brasileira, tais como crimes contra a pessoa, crimes contra a propriedade, homicídios, lesões, entre outros.

Misse (2008 b) recupera ainda a contribuição de Carvalho (2005) para tratar de outra particularidade do processo brasileiro que é a inversão que se deu na conquista da cidadania no país, já que aqui este processo ocorreu de forma diferente da história política da maior parte dos países democráticos. Se nestes países os direitos civis foram conquistados antes dos direitos sociais, no Brasil isso se inverteu. Aqui, a conquista dos direitos sociais foi anterior a conquista dos direitos civis, criando uma forma de cidadania que é regulada, não universal e que cria, portanto, desigualdades de acesso a direitos e classes de cidadãos diferenciadas. É a cidadania sem a igualdade.

Segundo Misse, até meados dos anos de 1950, a sociedade brasileira era uma sociedade tradicional, hierarquizada, e socialmente desigual, no entanto, não havia uma forte demanda pela igualdade, nem uma pressão pelo acesso a direitos. Também não havia uma sensibilidade maior para a violência, que já estava ali, mas que ainda não era percebida como um problema. Nesta sociedade predominavam os crimes contra a propriedade, contudo, tais crimes não envolviam o uso da força física ou a sua ameaça. (cf. Misse 2008). Após meados dos anos 1950, uma lenta mudança passou a ocorrer nos padrões de crime nos grandes centros urbanos brasileiros, desencadeando em constantes notícias relacionadas à criminalidade por parte da imprensa escrita, assim como da televisiva, que começava a se expandir e estabelecer no cenário nacional.

Já no final dos anos 1970, quando se inicia o processo de redemocratização no país, os índices de criminalidade que vinham aumentando há uma década passaram a ganhar uma maior visibilidade. A imprensa de circulação nacional passou a dar amplo espaço às notícias relacionadas à violência e criminalidade, mostrando a aparente contradição daquele período, pois, embora a chamada abertura política implementada no Brasil na década de 1980 tenha sido pautada em novas formas de convívio social pacíficas, esse período “coincide” com um aumento da violência, criminalidade, emergência de organizações criminosas, ocorrido em alguns dos grandes centros urbanos do país.

Segundo a análise dos fenômenos da violência na sociedade brasileira contemporânea presente na obra de José Vicente Tavares dos Santos, estamos diante de um contexto da mundialização da violência e da injustiça e diante deste quadro, Tavares dos Santos (2004) propõe o desenvolvimento de uma Sociologia da Conflitualidade como uma “abordagem sociológica que pretende explicar os processos de conflitualidade social, contraditórios e conflitivos, salientando a necessidade da discussão política sobre o controle social”. (p. 3).

Tavares dos Santos (2004) desenvolve a idéia de violência difusa que pode ser assim sintetizada:

As diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social podem ser explicadas se compreendermos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção social (p. 8).

Para o autor, os fenômenos da violência difusa crescem entre os conflitos sociais atuais, ao mesmo tempo em que aumenta a dificuldade das sociedades e dos Estados contemporâneos em enfrentá-los. Também os problemas atuais diante das técnicas de um controle social, seja formal ou informal, abrem espaços para essa violência difusa na sociedade contemporânea.

O autor ainda nos mostra que a discussão sobre perda do monopólio da violência estatal nos países periféricos é ainda mais difusa, já que nestes países, tal monopólio nunca foi atingido na prática e parece estar cada vez mais distante de se efetivar. Ainda de acordo com Tavares dos Santos (2004), o processo de globalização tem gerado um novo espaço mundial de conflitualidades, onde predominam “a mercantilização do social e a destruição das sociabilidades coletivas” (p. 5).

Na ‘modernidade tardia’, o fenômeno da violência difusa adquire novos contornos, disseminando-se na sociedade e trazendo uma multiplicidade nas formas de violência, tais como a ecológica e a exclusão social, configurando-se em um processo de dilaceramento da cidadania. Tavares dos Santos também observa em nosso contexto latino-americano, as relações existentes entre a violência e as subjetividades. Diante desta nova configuração dos fenômenos da violência, o autor propõe uma compreensão que perpassa a noção de microfísica do poder de Foucault, através de uma “microfísica da violência”, já que a contemporaneidade nos mostra as objetividades e subjetividades das variadas formas de violência, nesta leitura, a violência seria um dispositivo de poder em circulação.

Tavares dos Santos (2004) retoma ainda o argumento já citado neste texto e bastante discutido por autores como Garland, Wacquant e Bauman, por exemplo, que pensam sobre um declínio de Estado de Bem-Estar Social e sua substituição por um Estado de controle social penal. Este Estado de controle seria configurado por elementos como: “a polícia repressiva, o Judiciário penalizante, a privatização do controle social, fazendo com que o crescimento das polícias privadas e das prisões privadas seja acompanhado pelo complexo industrial policial” (p. 9). Contudo, ao analisar tal argumento sob a perspectiva e experiência

latino-americana e brasileira, Tavares dos Santos percebe diversas fissuras que quebram com tal argumento, uma vez que nestes lugares, a plenitude do Estado de Direito nunca foi colocada em prática.

Segundo Caldeira (2000), para se compreender o aumento da violência, é necessário se compreender o contexto sociocultural em que se dá o apoio da população ao uso da violência como forma de punição e repressão ao crime. Compreender elementos como “o status dos direitos individuais, a descrença no judiciário e sua capacidade de mediar conflitos, o padrão violento de desempenho da polícia e as reações à consolidação do regime democrático”. (p. 134).

Historicamente, o processo de redemocratização brasileiro foi um dos mais longos processos de transição entre os países da América do Sul. Além disso, possibilitou aos líderes militares, responsáveis por violentas práticas da ditadura, a negociação de uma anistia que, segundo reforçam Pinheiro e Almeida (2003), garantiu a impunidade de todas as práticas de violência ocorridas em nome do regime político. Caldeira desenvolve o conceito de ‘democracia disjuntiva’ para dar conta dos processos contraditórios que marcam a redemocratização brasileira, na qual a questão da expansão dos direitos é ainda mais problemática. Nesta análise, Caldeira mostra que a democratização política no Brasil não trouxe consigo o respeito pelos direitos, mas sim o seu oposto. Neste contexto, o crime expressa os processos negativos dessa mudança, além de expressar os limites e desafios da democratização.

Na verdade, o universo do crime indica o caráter disjuntivo da democracia brasileira de duas maneiras: em primeiro lugar, porque o crescimento da violência em si deteriora os direitos dos cidadãos; e em segundo lugar, porque ele oferece um campo no qual as reações à violência tornam-se não apenas mais violentas e desrespeitadoras dos direitos, mas ajudam a deteriorar o espaço público, a segregar grupos sociais e a desestabilizar o estado de direito. (CALDEIRA, 2000, p. 56).

A democracia brasileira vem de um histórico de avanço nas formas democráticas de convivência e que culminou na promulgação da Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”; os principais marcos do regime autoritário foram, aos poucos afastados do sistema político, assim como diversos movimentos sociais, partidos políticos, organizações não-governamentais, sindicatos e grupos religiosos se diversificaram; novos espaços de debate político foram criados e o país consolidou acordos internacionais

voltados à promoção e respeito aos Direitos Humanos. Estes fatos, no entanto, não eximem o caráter paradoxal da democracia brasileira, como destacou Peralva (2001, p. 27), pois “se os avanços são indiscutíveis, há também o sentimento de se estar vivendo uma crise que não acaba nunca, e que até agora só proporcionou raros períodos de trégua”. No que tange diretamente à questão da Segurança Pública, os avanços não se consolidaram, muito pelo contrário, mantiveram-se alheios aos processos de democratização, contribuindo ainda mais para o caráter disjuntivo da democracia brasileira.

Os aparatos policial e prisional, desde a década de 1980, têm oposto forte resistência à assimilação dos novos padrões da vida democrática que se estabeleceram no país, em boa parte em razão das práticas de arbitrariedade e violência cultivadas durante o regime militar e que subsistiram nessas instituições apesar do esfacelamento das formas autoritárias de governo. (SALLA, 2003, p. 419.)

Neste sentido, Sérgio Adorno (1998) chama a atenção para o fato de que as políticas de segurança e justiça implementadas pelos governos estaduais a partir do processo de redemocratização, pouco se diferem das políticas implementadas pelos regimes militares durante o governo ditatorial, acumulando uma série de problemas que uma estrutura deficitária pode trazer. Assim a herança ditatorial das políticas e instituições de Segurança Pública, que ainda se faz muito presente em nosso contexto atual, demonstra como o Estado torna-se incapaz de gerir e sanar os problemas de segurança postos na nossa atualidade dificultando as bases para a consolidação de uma democracia. Como apontaram também Pinheiro e Almeida (2003), “quando a violência alcança patamares quase epidêmicos, os quais estas instituições de controle não são mais capazes de enfrentar adequadamente, o Estado não tem condições de oferecer respostas eficazes à violência”. (p. 32).

Também tentando compreender as especificidades da violência no contexto brasileiro e fugindo do senso comum que estabeleceu uma relação direta entre “pobreza e violência”, Sérgio Adorno (2002) nos mostra como as desigualdades socioeconômicas de nosso país estão ligadas com as manifestações de violência, em uma relação que não é necessariamente de decorrência, ou consequência, ou seja, embora estejam relacionadas, a violência não pode ser vista como um epifenômeno da desigualdade socioeconômica. Para Adorno, após a retomada da democracia, a sociedade brasileira tornou-se cada vez mais complexa e densa em suas relações de classe, nas relações intersubjetivas, assim como nas

lutas sociais por reconhecimento de direitos e identidades, no entanto, as taxas de concentração de desigualdade e de riqueza permaneceram as mesmas por décadas.

A desigualdade de direitos e de acesso à justiça agravou-se na proporção mesma em que a sociedade tornou-se mais densa e complexa. Os conflitos sociais tornaram-se mais acentuados. Nesse contexto, a sociedade brasileira vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações dos direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas. (ADORNO, 2002, p. 87-8).

De acordo com Caldeira (2000), na mesma medida em que a violência e a criminalidade passaram a registrar altas taxas neste período, o medo e a sensação de insegurança por parte principalmente das classes médias e altas da população seguiram pelo mesmo caminho e acabaram influenciando diretamente na vida cotidiana da população, principalmente nos grandes centros urbanos. Ela destaca ainda que neste mesmo período, a crença no “progresso” foi substituída por um pessimismo, uma frustração e uma desconfiança perante o poder público na capacidade de garantir segurança aos cidadãos. Tal sensação de medo e de insegurança, particularmente no interior das classes médias urbanas, abriu espaço para que a segurança se tornasse uma rica mercadoria para empreendimentos privados e objeto de ampla discussão e visibilidade pública, atualizando localmente um processo global descrito por Garland (1999, 2008).

Ao encontro das idéias expostas por Caldeira, Sergio Adorno (2002) demonstra como as particularidades do contexto brasileiro como a mudança na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência, a crise no sistema de justiça criminal e a acentuada desigualdade social e segregação urbana, culminaram na “descrença dos cidadãos nas instituições promotoras da justiça em especial encarregadas de distribuir e aplicar sanções para os autores de crime e de violência” (p. 104). Neste sentido, Adorno demonstra como a desigualdade socioeconômica interfere diretamente na maneira como os cidadãos mais abastados passam a “consumir” serviços de segurança, enquanto que a parcela menos favorecida da sociedade acaba recorrendo a diferentes alternativas.

Aqueles que dispõem de recursos apelam, cada vez mais, para o mercado de segurança privada, um segmento que vem crescendo há, pelo menos, duas décadas. Em contrapartida, a grande maioria da população urbana depende de guardas privados não profissionalizados, apóia-se perversamente na “proteção” oferecida por traficantes locais, ou procura resolver suas pendências e conflitos por conta própria. Tanto num como noutro caso, seus resultados contribuem ainda mais para enfraquecer a busca de soluções

proporcionada pelas leis e pelo funcionamento do sistema e da justiça criminal.

Estes elementos de intensificação das técnicas de segurança, muitas vezes sofisticadas, acabaram implicando numa nova forma de posicionamento dos indivíduos no mundo, impondo-se com isso novos padrões de inclusão e exclusão, configurando um novo padrão de segregação social. Com isso, as camadas mais pobres da população, sem acesso a tais tipos de segurança sofisticada acabam sendo ainda mais estigmatizadas, vistas sempre como uma ameaça à segurança; aqueles que estão mais abaixo na estrutura social passam a ser vistos como os “mais ameaçadores”. No entanto, como bem destacou Adorno (2002, p. 109) “o problema não residia na pobreza, porém na criminalização dos pobres, vale dizer, no foco privilegiado conferido pelas agências de controle social contra a delinqüência cometida por cidadãos pobres”. Assim, uma associação direta entre criminalidade e pobreza que passa a permear mais fortemente o imaginário desta nova “sociedade democrática” que passa a emergir.

Assim, diante de diversos processos contraditórios, a redemocratização brasileira ocorrida na década de 1980, considerada uma década simbólica mundialmente, caminha descompassada até os dias de hoje. E como bem nos lembra Santos (2008), “as décadas só existem em nossa imaginação temporal. As transformações ocorridas no final da década de oitenta entram de rompante na década de noventa e estão-nos agora em casa”. (p. 18).

O início dos anos 1990 foi marcado por uma profunda frustração pelo não cumprimento de diversas promessas realizadas no fim dos anos 80 e que encontraram respaldo na chamada “Constituição Cidadã” de 1988, tida como uma das mais democráticas. Tais frustrações se deram, principalmente, pela inaplicabilidade de grande parte dos dispositivos presentes nesta nova Constituição, já que as promessas pautadas na implantação de políticas e de um Estado de Bem-Estar Social nunca chegaram a um efetivo funcionamento no Brasil.

Somado a tais frustrações, as diretrizes das políticas econômicas dos anos 90 também contribuíram para a constituição de novas subjetividades dentro da sociedade que restabelecia sua democracia. Dentro da perspectiva neoliberal que se impunha às políticas econômicas no Brasil, as políticas de privatização de setores públicos, que ganharam força nos anos 90, acabaram refletindo em um imaginário coletivo de “não necessidade” do público, desfavorecendo ainda mais a efetivação e garantia dos direitos. Tem-se ainda, no mesmo

período, um aumento da tendência das políticas econômicas voltadas para o mercado, com preocupações diretas em metas fiscais, orçamentárias e *superávits* na balança comercial do país, diretrizes que se efetivaram em detrimento da distribuição de renda e riquezas, acentuando ainda mais as desigualdades sociais já existentes.

O acirramento destas desigualdades e divisões sociais exigiu ainda uma política voltada para o controle e disciplinamento destes segmentos excluídos dos direitos civis não aplicados pela Constituição brasileira. É neste cenário de acirramento das desigualdades e descrença no poder e instituições públicas, que a violência e a criminalidade alcançaram altos patamares, sobretudo nos grandes centros urbanos (considerando-se ainda a influência desta conjuntura socioeconômica para tal elevação). Neste período ainda, as políticas de segurança pública e os aparelhos policiais e penitenciários reforçam o monitoramento das atividades repressivas que desembocam em um quadro de violações dos direitos humanos. Toda esta nova conjuntura funda também as bases para a pulverização do senso-comum que se coloca na sociedade brasileira, e que é muito bem destacado por Caldeira (2000), a idéia de negação dos Direitos Humanos e da cidadania, além das constantes práticas de violações dos mesmos por parte do Estado.

No cenário brasileiro, uma análise que leve em conta a configuração de um “Estado Punitivo” é sempre mais complexa, pois como já discutido aqui, as particularidades e contradições do processo de redemocratização, assim como a ausência de um Estado de Bem-Estar Social ainda reverberam em nosso país. Por outro lado, é inegável a presença de alguns elementos que caracterizam o Estado Punitivo na sociedade brasileira, como o aumento da população carcerária, o crescimento da indústria da segurança privada, as discussões em torno da redução da maioria penal e os apelos por parte de setores da população assim como da mídia, sobretudo a sensacionalista, em torno do aumento da punitividade.

4. As políticas penitenciárias brasileiras na redemocratização.

O chamado ideal “ressocializador” foi uma concepção que trouxe para dentro das instituições prisionais uma série de propostas e medidas para um tratamento mais respeitoso aos direitos humanos para com os prisioneiros, bem como apostava em medidas de cunho ressocializador para reinserção social dos detentos. Este ideal ressocializador - ou ainda reabilitador - da prisão passou a imperar nos países de capitalismo avançado desde os anos de 1960, caracterizando-se como um marco da racionalidade penal moderna. Contudo, com o passar de alguns anos, principalmente a partir da década de 1980, uma nova racionalização penal começou a se operar nestes países, partindo de uma nova reconfiguração no âmbito das instituições e práticas de controle, delineando assim, um novo paradigma na finalidade da prisão, em detrimento do ideal ressocializador que se mantinha até então. Para Garland (2008, p. 51) “a reabilitação foi o suporte estrutural central do sistema, a mola-mestra de um grupo de práticas e ideologias que se alimentavam mutuamente. Quando a fé neste ideal ruiu, dissipou-se o arcabouço de crenças, valores e prática sobre o qual a modernidade foi erigida”.

Curiosamente, o Brasil vai em direção oposta a esta tendência que se coloca mundialmente. A conjuntura histórica brasileira vivida a partir da segunda metade da década de 1970, já caminhava na direção de uma abertura política, após alguns anos sob um regime militar autoritário, retornando assim, para um governo democrático. Todos os ideais voltados a este processo de redemocratização acabaram calcando as bases para o desenvolvimento de um ideal ressocializador das prisões brasileiras, em momento que estas idéias já entravam em declínio nos demais países ocidentais de capitalismo avançado.

Como já se viu, paradoxalmente, foi sob o regime militar autoritário que emergiram diversos movimentos de cunho social e com a prisão não foi diferente. Os movimentos sociais pela anistia e pela libertação dos presos políticos foram os primeiros movimentos a evidenciar e denunciar a realidade das prisões e suas condições de funcionamento. A partir dos anos 1980 então, surgiram diversos movimentos e organizações em São Paulo, como a Comissão de Justiça e Paz, a Pastoral dos Direitos Humanos e a OAB que passaram a evidenciar e denunciar as violações de direitos sofridas pelos presos “comuns” dentro das prisões brasileiras. No âmbito acadêmico, também houve um aumento nas

pesquisas qualitativas voltadas para a questão da Segurança Pública Nacional e mais particularmente para o sistema carcerário.

Entre estas novas organizações criadas nos anos 1980, Teixeira (2006) destaca a dupla importância do papel desempenhado pela Comissão Teotônio Vilela, fundada em 1983:

A criação da Comissão Teotônio Vilela no período pode representar, no mesmo sentido, a importância que a temática vinha ganhando no debate político, implicado sua atuação um extenso rol de denúncias e intervenções contra as diversas manifestações do estado autoritário como: a violência policial, a violência no campo, as ilegalidades das prisões cautelares, a prática reiterada da tortura nos estabelecimentos carcerários, enfim uma série de arbitrariedades que sempre permearam as práticas de controle e repressão no país, desde muito antes do golpe militar. (p. 51).

Também dentro deste contexto de redemocratização, em meados dos anos 1970, houve uma mudança nas políticas do Estado, que no âmbito do sistema carcerário se refletiu na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito nacional do sistema carcerário com uma postura política que apostava no ideal de “ressocialização dos presos” e de tornar as unidades existentes, assim como criar novas unidades com melhores condições de vida aos detentos. Um dos resultados desta CPI, em consonância com a conjuntura política do país, se desdobrou, entre outras coisas, na primeira codificação de leis voltadas para a execução de penas no Brasil, a Lei de Execuções Penais (LEP) de 1984 que vigora até os dias atuais.

Essa nova postura que se colocou no cenário das execuções penais brasileiras gerou diversos protestos e críticas dos setores mais conservadores da sociedade. Ademais, por se instaurar ainda sob o autoritarismo deste regime, também a CPI do sistema carcerário teve uma tarefa desafiadora, uma vez que propunha uma série de reformas que atingiam tanto aos sistemas de controle, como a polícia, quanto ao sistema repressivo, como as prisões e suas execuções.

Com esta perspectiva da reinserção social, a CPI do sistema carcerário de 1975, representou um momento de mudança nos discursos oficiais das políticas penitenciárias do país, isso porque, de certo modo, as práticas de inspiração positivista de intervenção penal pautadas na “cura” e nos “tratamentos” dos criminosos, por exemplo, estava dando lugar a uma perspectiva que passava a reconhecer os presos como sujeitos que possuíam, ainda que minimamente, direitos visando assim a reintegração social. Entretanto, o discurso pautado em

uma biotipologia do criminoso não foi abandonado por completo, gerando muitas vezes um discurso que aglutinava ambas as concepções (cf. Teixeira, 2006).

O governador Paulo Egydio Martins e seu secretário de Justiça Manoel Pedro Pimentel, que atuaram na gestão do Estado de São Paulo entre 1975 e 1979, representaram no Estado paulista, esta mudança no paradigma vigente da prisão no Brasil, passando de um ideal repressor para um ideal “recuperador”. A gestão de Paulo Egydio atuou em diversas ações que iam ao encontro com o ideal de ressocialização dos presos, ainda que certas ideais positivistas as permeassem. No que tange o sistema penitenciário, foram operadas diversas ações voltadas à proposta de ressocialização dos detentos, dentre elas há a criação da chamada “prisão-albergue” que apostava na “recuperação” do detento através do trabalho, onde os presos tinham a oportunidade de trabalhar fora da prisão durante o dia, retornando à instituição apenas durante as noites.

A atuação do Secretário de Justiça Manoel Pedro Pimentel ficou marcada por dois pontos de inovação nas políticas penitenciárias de São Paulo, a primeira delas foi a criação da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado, a chamada COESPE, no ano de 1979. A COESPE foi criada pelo decreto de Lei nº 13412 para substituir o extinto Departamento de Institutos Penais do Estado, o DIPE, que possuía uma estrutura investigativa e repressiva, criado ainda na ditadura militar. Esta substituição mais do que uma simples mudança, representou uma tentativa de articulação política pautada não mais no aparato repressivo, e pela primeira vez na história do sistema prisional paulista, partia-se da articulação de órgãos e diretrizes para a intervenção prisional, entre outras finalidades e não mais a autoridade repressiva.

A COESPE passou ainda a considerar o ideal de ressocialização como orientação oficial de suas práticas, além de se voltar para mecanismos administrativos, pautados em uma maior racionalidade (cf. Teixeira, 2006). O segundo marco desta gestão foi a criação, do já citado instituto prisão-albergue que, fazia parte de uma “filosofia desencarceradora” e que se colocava como a pedra angular da gestão de Manoel Pedro Pimentel. Esta diretriz se apoiava “na mesma filosofia seguida em diversas partes do mundo, prevendo o trabalho como fator de recuperação do detento” como o então Secretário sempre enfatizava. (Secretaria da Justiça-DIPE, 1978).

De acordo com o levantamento de Teixeira (2006), até o ano de 1978, foram criadas 46 prisões-albergue no interior de São Paulo, dentre elas, a penitenciária 1 de Itirapina, inaugurada também em 1978, evidenciando ainda mais o caráter da política penitenciária implementada pelo então Secretário de Justiça Manoel Pedro Pimentel.

Ademais, a proposta ressocializadora trazida pela chamada prisão-albergue, convoca uma parceria com a comunidade local na sua inserção, fosse ela organizada em representações ou mesmo igrejas, maçônicas, etc.

Ideais reforçavam a perspectiva da reinserção social do detento que se instalavam, ainda que tardiamente nas políticas penais do Brasil e do Estado de São Paulo. No entanto, os anos subsequentes às políticas de implementação dos institutos prisão-albergue passaram a ser duramente criticadas e caíram em desuso. As transformações econômicas e sociais do país passaram a refletir diretamente em críticas a este sistema ressocializador e desprisionalizador.

Entretanto, a gestão de Paulo Egydio Martins na figura do seu secretário de Justiça Manoel Pedro Pimentel ficara marcada na história do sistema penitenciário paulista pela sua racionalidade nele impressa. Suas ações políticas, como a criação do COESPE que existe até hoje, e sua perspectiva desprisionalizadora inspiraram diretamente os dispositivos presentes na Lei de Execuções Penais de 1984 e a reformulação do Código Penal brasileiro, marcando um passo importante, ainda que breve, no percurso das políticas de humanização do sistema penal brasileiro.

Oito anos após o encerramento da CPI do sistema carcerário, foi promulgada a Lei de Execuções Penais e elaborados os textos referentes ao Código Penal, ainda sob o último governo militar, de João Figueiredo, em 1984. Entretanto, já sob a perspectiva da redemocratização, estas leis traziam os anseios por um novo Estado que não mais restringisse os direitos e as garantias civis. Mesmo com o aumento das taxas de criminalidade que cresciam, sobretudo nos grandes centros urbanos, que vinha sendo uma tendência que se impunha naquele momento, e consequentes pressões para que houvesse um reforço no aparato repressivo do Estado, o caráter da reforma penal não se alterou.

No ano de 1982 pela primeira vez, desde o golpe militar de 1964, um governador assumiu o governo de São Paulo de forma democrática. Franco Montoro foi eleito com o slogan “retorno ao estado de direito”, que representava “não apenas eleições democráticas e a possibilidade de criar uma nova ordem constitucional, mas também a de controlar todos os tipos de abuso de poder característicos do regime militar” (CALDEIRA, 2000, p. 163). Neste sentido, Montoro se tornou o símbolo das expectativas de mudança no processo de redemocratização.

O Secretário de Justiça José Carlos Dias, nomeado por Montoro, já era conhecido por sua atuação em prol dos direitos humanos e durante sua gestão iniciou a implantação de uma série de medidas que iam ao encontro destes preceitos (cf. Caldeira,

2000). No que tangia ao sistema penitenciário, Dias assumiu a tarefa de colocar em prática os dispositivos presentes na Lei de Execuções Penais, ainda não sancionados. Ademais deveria continuar pondo em prática as medidas de reformulação do sistema penitenciário paulista iniciadas por Manoel Pedro Pimentel, então Secretário de Justiça de Paulo Egydio. Não contrariando as expectativas, José Carlos Dias implementou uma série políticas para o sistema penitenciário que ficaram conhecidas na história como “políticas humanizadoras dos presídios”. De acordo com Fernando Salla (2007) este foi um momento significativo na história do sistema penal do Estado de São Paulo, na medida em que

Montoro e seu Secretário de Justiça, José Carlos Dias, procuraram implementar uma nova política para o sistema penitenciário. A chamada política de humanização dos presídios buscou dar transparência ao sistema e eliminar as práticas rotineiras de arbítrio, violência e tortura que se ocultavam sob a vigência do silêncio imposto pelo regime militar. Nesse sentido, buscou estabelecer novas práticas de gestão dos presídios por meio da criação de mecanismos de diálogo entre dirigentes e presos, da renovação dos quadros técnicos que atuavam no interior das penitenciárias, da reorganização dos serviços no sentido de contemplar uma política de reintegração dos presos na sociedade e de respeito aos direitos humanos. (p. 75).

José Carlos Dias implementou uma série de medidas que efetivaram a situação dos presos como indivíduos detentores de direitos, entre elas estavam as assistências jurídicas, a ampliação de vagas no sistema e as visitas íntimas. Contudo, ainda de acordo com Salla (2007), estas práticas “humanizadoras” propostas neste período encontraram fortes resistências dentro e fora das penitenciárias brasileiras. Conforme também destacou Caldeira (2000) “ficou claro, contudo, que defender direitos humanos sob a democracia era quase tão difícil e polêmico quanto durante o regime militar” (p.164). Neste sentido diversas forças se mobilizaram contrariamente a tais medidas, havendo inclusive a participação de alguns setores da mídia nacional.

Diante das proporções tomadas pelo cenário da época, a política de “humanização” proposta por Montoro e Dias se viu desgastada ainda perante um conjunto de rebeliões, motins – alguns de autenticidades duvidosas²⁶ - e organizações de fugas nas penitenciárias paulistas, e começa a delinear seu desfecho nada favorável.

²⁶ Segundo estudo de Eda Maria Góes, A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas, 1982-1986, datado em 1991 e citado por Teixeira (2006), a primeira rebelião ocorrida após a posse do Secretário José Carlos Dias, na Penitenciária do Estado foi estimulada por agentes contrários as políticas de Dias e que tinham a clara finalidade de desmoralizá-las.

Desgastado com a política na área da segurança pública, depois de quatro anos, o governo Montoro reconduzia a postos importantes membros ligados ao governo anterior (Maluf), como Omar Cassin, que era o coordenador dos estabelecimentos penitenciários em 1982 por ocasião da rebelião na Casa de Detenção e que voltava a ocupar esse posto em 1986, quando tragicamente se deu o desfecho da rebelião na Penitenciária de Wenceslau.(...) A política de humanização dos presídios chegava ao final do governo Montoro profundamente desgastada. Aparentemente saía de cena. (SALLA, 2007, p. 76).

Montoro terminou sua gestão com suas propostas de humanização dos presídios totalmente desgastadas, deixando ainda base para a ascensão de práticas novamente repressoras e violentas próprias de alguns segmentos conservadores da sociedade. Em 1987, Orestes Quécia assumiu o governo de São Paulo e implementou uma série de políticas na área da Segurança Pública, que marcam o seu retrocesso, principalmente nas garantias dos Direitos Humanos, sistema policial e prisional paulista. Ações que ajudaram a marcar o início dos anos 1990, como uma década de mudanças significativas tanto no contexto socioeconômico do país como no imaginário da população brasileira, como vimos no item anterior.

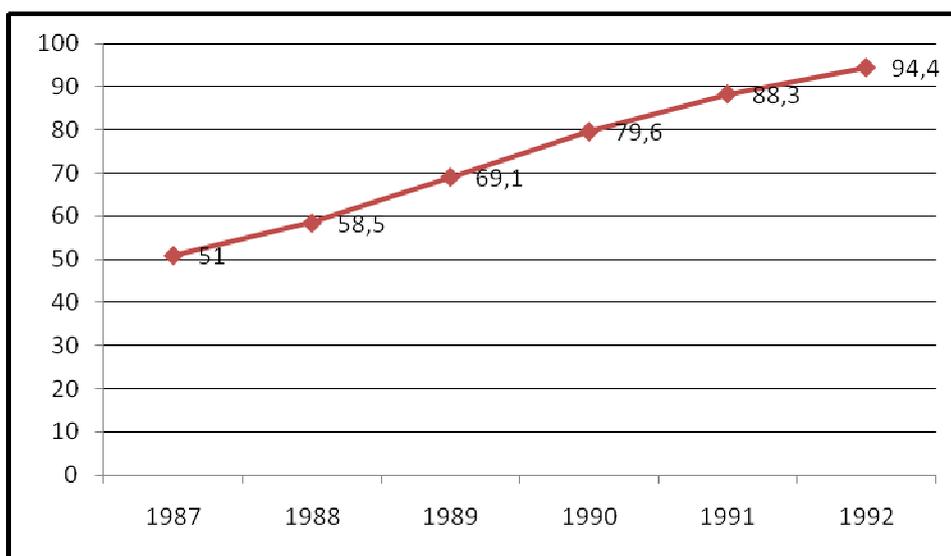
O estudo de Salla (2007) aponta que no início do governo Quécia em 1987, a COESPE abrangia um total de 21 unidades prisionais e ao final de seu governo, em 1990 este número passou para 37, representando assim, um salto quantitativo de 32% em quatro anos de gestão. Ainda segundo os dados apresentados por Salla (2007), já no final da década de 1980, havia um acelerado crescimento da população encarcerada no Estado de São Paulo, no ano de 1987 este número era de 14.998 pessoas, já em 1992, este número chegou a 30.670, quando o número de unidades prisionais chegou a 43, representando um crescimento vertiginoso de 104% na população prisional paulista. A tabela e o gráfico abaixo ilustram o crescimento da taxa de encarceramento neste período.

***Tabela 01 – Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes
Estado de São Paulo, 1987 a 1992.***

Ano	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes
1987	51,0
1988	58,5
1989	69,1
1990	79,6
1991	88,3
1992	94,4

Fontes: Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários de São Paulo – COESPE; Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinqüente – ILANUD. In: TEIXEIRA, 2006.

**Gráfico 01 – Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes
Estado de São Paulo, 1987 a 1992.**



Fontes: Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários de São Paulo – COESPE; Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinquente – ILANUD. In: TEIXEIRA, 2006

O principal ponto de inflexão desta política de humanização das prisões pode ser assistido no ano de 1992, com o chamado “massacre do Carandiru”. Neste episódio 111 presos²⁷ foram mortos em uma violenta intervenção policial que visava controlar uma rebelião no pavilhão nove da unidade. Além de ter ficado marcado na história pela violência dos atos, o massacre do Carandiru também é lembrado pela ausência de punição aos envolvidos que, de certa forma, perpetraram esses crimes, expressando, desta forma, a chancela do Estado – e de grande parte da sociedade – a esta forma de ação (Cf. Dias, Silvestre, 2009). Desde o episódio do massacre cresceu a pressão social para a desativação da Casa de Detenção, palco não apenas deste episódio violento, mas de sistemáticas denúncias de todo tipo de maus-tratos, abusos e torturas – impostas por funcionários, diretores e presos – além de uma corrupção endêmica, que assolava a estrutura da instituição. No entanto o projeto de desativação da Casa de Detenção foi constantemente adiado, e seu funcionamento adentrou os anos 1990, acompanhando a efetivação do projeto de expansão e interiorização²⁸ do sistema prisional e somente em 2001 a desativação do complexo foi efetivada.

²⁷ Este é o número oficial divulgado pelo governo à época, entretanto, existem questionamentos sobre este dado.

²⁸ Este processo é caracterizado como interiorização, pois a partir deste período, a maior parte das Unidades Prisionais construídas em São Paulo passou a se localizar em municípios do interior paulista; promovendo, assim, um deslocamento da população encarcerada, removendo-a para as áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Tendo a desativação da Casa de Detenção de São Paulo como uma importante proposta de governo de Mário Covas, o Estado de São Paulo recebeu significativa verba do governo federal para a construção de novas unidades prisionais [...] A Casa de Detenção, no entanto, continuou funcionando a todo vapor neste período, muito embora a todo vapor também se expandisse o sistema carcerário paulista, num aumento vertiginoso e inédito em sua história, acompanhado de um aumento também vertiginoso da população carcerária que impedia a abertura de vagas suficiente para absorver a enorme população carcerária da Detenção, que chegou a mais de 8 mil presos. (DIAS, SILVESTRE, 2009, p. 96)

Para Caldeira (2000) o violento episódio ocorrido na Casa de Detenção do Carandiru “é bastante revelador do caráter paradoxal de uma sociedade em que instituições democráticas e práticas repressivas abusivas coexistem” (p. 174). Neste sentido, a fala de Caldeira nos dá a pista para pensarmos na coexistência dos vários ordenamentos e teorias que orientam as ações práticas dos atores envolvidos no processo de implementação das políticas de segurança no Brasil e mais especificamente no Estado de São Paulo. As principais políticas para a área começaram a ser pensadas e repensadas no contexto histórico da redemocratização, onde havia uma forte ênfase nos movimentos sociais e uma maior politização do cotidiano, o que fez com que a maiorias das áreas passassem a ser pensadas através do paradigma da asseguaração de direitos, embora a prática fosse diferente. Contudo, o percurso teórico desta pesquisa nos ajuda a observar que o desenrolar destas políticas e ações sofreu uma mudança radical, principalmente se compararmos com os últimos anos. A mudança no paradigma punitivo e o encarceramento massivo apontam para um Estado muito mais punitivo do que um Estado de Direito.

Atualmente, com mais de vinte anos de democracia consolidada assistimos algo muito próximo, guardadas as proporções, do que Loïc Wacquant apresenta em suas pesquisas realizadas nos Estados Unidos. Toda esta aparente contradição entre ideais humanitários e autoritarismo ou democracia e punitividade deve ser entendida dentro desta chave analítica da coexistência já descrita por Caldeira, onde diversos ordenamentos operam de diferentes maneiras dentro de um mesmo espaço ou território. Apenas dentro desta noção de coexistência poderemos compreender alguns discursos e práticas aparentemente contraditórios desta gama de atores envolvidos no cotidiano prisional.

Os anos 1990 marcaram uma nova racionalidade na política penitenciária que difere das políticas de cunho ressocializador. Tal racionalidade é pautada, sobretudo na expansão física e interiorização do sistema, assim como um aumento expressivo na população encarcerada. Neste sentido o estudo de caso de Itirapina apresenta uma característica

particular, pouco encontrada em outros municípios paulistas. A cidade foi testemunha do desenrolar e das mudanças ocorridas na racionalidade penal do Estado de São Paulo, vivendo até hoje a experiência de diferentes ordenamentos coexistindo em torno das práticas dos atores envolvidos com o cotidiano da prisão. A situação particular de Itirapina nos permite trabalhar com uma análise que observa as mudanças de forma contextualizada com suas instituições e atores, neste sentido, nos permite não apenas listar as mudanças, como bem destaca Garland (2008, p. 68), ela nos permite ver as mudanças se manifestando num caso empírico.

Listar estes sinais da mudança não significa nada mais do que apresentar um catálogo de desdobramentos que será familiar para qualquer pessoa informada sobre a recente política criminal. Todavia, reuni-los desta forma e contrastá-los com as instituições e práticas existentes antes de 1970 indica, de forma mais nítida do que o normal, a surpreendente natureza do presente estágio do tema, quando visto de uma perspectiva mais ampla.

Assim, veremos nos capítulos seguintes os diferentes discursos e tensões que coexistem e permeiam as práticas dos sujeitos envolvidos neste cotidiano prisional a partir do estudo de caso de Itirapina.

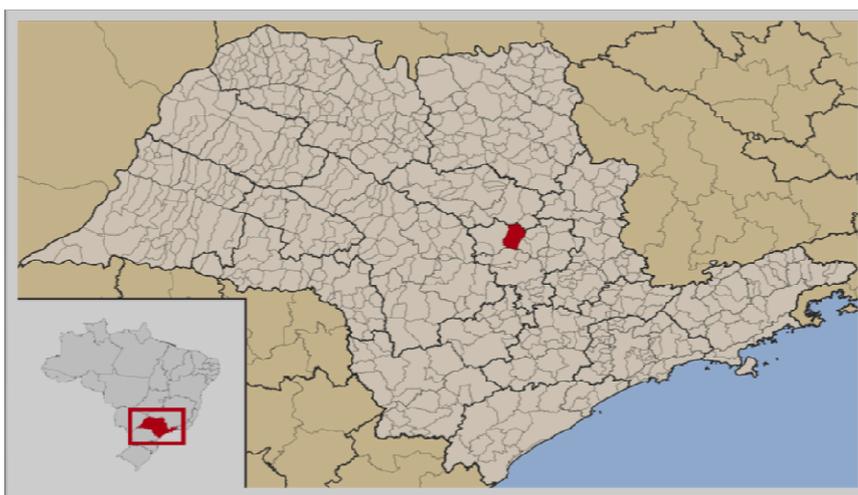
Capítulo 2.

Itirapina e suas prisões: da ferrovia às grades

1. A cidade: seu passado e seu presente

Itirapina é um município do interior do Estado de São Paulo que se localiza a aproximadamente 220 km da capital paulista, na região central. Foi fundada a partir de uma freguesia chamada Itaqueri da Serra, consolidada numa região serrana e que atualmente pertence ao município de Itirapina. Itaqueri da Serra, segundo o memorialista Walter Verlengia, (1996) formou-se como um povoado por volta de 1833, com a chegada de famílias portuguesas provenientes da região da Ilha da Madeira e que se estabeleceram no local.

Figura 1 - Localização do município de Itirapina no mapa do estado de São Paulo



Fonte: <http://www.tiosam.net/enciclopedia/?q=Itirapina>

Os habitantes do povoado construíram uma capela adotando como santa protetora Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem havia sido trazida pelos imigrantes de suas terras. Em 16 de maio de 1839, a capela de Itaqueri da Serra foi elevada à capela curata, fato que favoreceu a desvinculação do povoado de Itaqueri da Serra da Freguesia de São João Batista do Rio Claro. Segundo Verlengia (1996), a partir deste momento

A nova vila conseguiu, pela lei provincial nº. 5 de julho de 1852, ser elevada à freguesia, o que lhe dava autonomia e um ‘status’ mais importante. Nessa ocasião, Itaqueri da Serra já tinha Juízo Municipal que decidia as questões judiciais da população, o que atesta a sua importância” (p.45).

No decorrer de meados do século XIX a ferrovia emerge, entre outros aspectos, como uma solução para o problema de transporte do café, sobretudo no Estado de São Paulo. A primeira estrada de ferro paulista, chamada Pedro II começou a funcionar em 1859 para facilitar o escoamento da produção cafeeira da região do Vale do Paraíba. No ano de 1858, iniciou-se também a organização das obras de implantação da SP Railway. Ambas foram implantadas através de capital estrangeiro e tornaram-se negócios altamente lucrativos. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro criada em 1868 foi a primeira estrada férrea financiada e implantada através de capital nacional, tendo sido elaborada e implantada de acordo com os interesses de uma elite rural e seu funcionamento estava diretamente vinculado à produção cafeeira paulista. Inicialmente a rota da Cia. Paulista abrangia apenas 45 km, ligando Jundiaí a Campinas, mas em 1875, a malha ferroviária da Cia. Paulista foi ampliada, chegando até a região de Santa Bárbara e no ano de 1876 alcançou também as regiões de Limeira e Rio Claro.

A expansão da malha ferroviária pelo território teve uma influência direta no processo de urbanização das vilas e cidades paulistas ao longo do século XIX, sendo a ferrovia, em muitos casos, o ponto de partida para o surgimento de muitas delas. Como destaca Reis Garcia (1992), “essa expansão ferroviária levou a inúmeras transformações na paisagem urbana, constituindo a chegada dos trilhos um marco na história das cidades. Com a estrada de ferro, veio todo o aparelhamento que ela exigia”. (p.24).

A origem e o processo de urbanização de Itirapina não fugiram a esta regra, alguns anos após a chegada da Companhia Paulista de Estrada de Ferro em Rio Claro foi inaugurada uma estação ferroviária em outro ponto da região, abaixo da Serra onde estava consolidada a freguesia de Itaqueri. A estação que fazia parte da rota da Cia. Paulista foi inaugurada em 1º de junho de 1885, com o nome de Estação Morro Pelado, em alusão a um morro presente na região, cujo cume possui vegetação rasteira. A instalação da estação naquele local atraiu a migração de boa parte da população de Itaqueri, uma vez que a proximidade da estação ferroviária, naquele momento representava maior facilidade de acesso a serviços como transportes, saúde, alimentação, entre outros. O prédio desta estação ainda existe, representando um marco histórico do início da povoação de Itirapina.

A concentração de pessoas junto à estação ferroviária impulsionou o surgimento de um novo povoado, Morro Pelado em terras que pertenciam à comarca de São João Batista do Rio Claro, que posteriormente veio requerer o direito de propriedade sobre elas.

Ao lado da estação nasceu a primeira rua do povoado, chamada de Rua Um (1) e posteriormente, com o surgimento de outras ruas, elas foram numeradas tendo como referência a rua da estação²⁹. Esta lógica de numeração foi adotada seguindo o exemplo de Rio Claro, que também possui suas ruas numeradas tendo como referência a estação ferroviária.

Em 18 de janeiro de 1890, por decreto do então governador do Estado Prudente de Moraes, a sede da Freguesia de Itaqueri da Serra foi transferida para o local onde se encontrava o povoado do Morro Pelado e a estação ferroviária. Dez anos depois, em setembro de 1900, a Freguesia passou a ser chamada de Itirapina, que na linguagem tupi guarani significa exatamente Morro Pelado.

De acordo com os levantamentos históricos de Guariento (1992) e Verlengia (1987), o povoado de Itaqueri da Serra foi incorporado à freguesia de Itirapina no ano de 1903, marcando-se novas divisas territoriais. A condição de freguesia não desvinculou Itirapina da comarca de Rio Claro que, ao requerer a posse das terras onde se encontrava a freguesia, acabou incorporando Itirapina e Itaqueri da Serra como seus distritos.

Durante o findar do século XIX e início do século XX, a ferrovia paulista atingia o ápice de seu desenvolvimento. O povoado de Itirapina originou-se, cresceu e se desenvolveu concomitantemente ao desenvolvimento da ferrovia, tornando-se um importante ponto na rota ferroviária paulista. Segundo Guariento (1992), nos anos 30 do século XX

Itirapina, com mais de 8.000 habitantes, era considerada o maior centro baldeário da América do Sul, conjugando o tronco ferroviário São Paulo-Barretos à primeira variante Itirapina-Tupã, com mais de 2.000 trabalhadores somente nos armazéns da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Apesar disso, a sua condição era de simples distrito da Comarca de Rio Claro. (p. 16).

Em 1876, quando a ferrovia chegou a Rio Claro a comarca se tornou um centro urbano que passou a suprir as necessidades de povoados vizinhos, como Itirapina. Reis Garcia (1996) destacou que Rio Claro “como o terminal ferroviário não só concentrou toda a produção das regiões mais interioranas, como também transformou-se num centro de comércio, fornecendo gêneros alimentícios e suprimentos a toda população e a todas as

²⁹ No ano de 1916 a Cia. Paulista construiu outro prédio pra abrigar a estação ferroviária Morro Pelado, devido a uma mudança no traçado da ferroviária, a nova estação foi construída na então Rua Sete. Entretanto, para manter a lógica de numeração partindo da rua da estação, todos os números das ruas existentes foram mudados, a Rua Sete passou a ser a nova Rua Um e consequentemente as outras ruas tiveram sua numerações alteradas.

atividades desenvolvidas na região” (p.26). O município de Rio Claro consolidou sua condição de potência industrial da época, devido ao pólo ferroviário, que lhe proporcionava um desenvolvimento, pois

como as ferrovias requerem um grande aparato em termos de construção e reparos mecânicos, é fácil compreender sua importância, nos primórdios de nossa industrialização, quando instalaram importantes oficinas de reparo, construção e montagem, promovendo inclusive, treinamento e habilitação da mão de obra (CANO, 1977, p.53).

Com isso, “Rio Claro tornou-se uma fonte potente de emprego urbano que, com certeza, constituiu uma pressão no sentido de se desenvolverem atividades caracteristicamente urbanas: comércio, serviços, atividades culturais, etc”. (OHTAKE, 1982, p.105). Neste contexto em que “a importância de Rio Claro na região vai ser consolidada. As atividades urbanas proliferam-se, ocorre um surto demográfico e o lugarejo ganha vida e prosperidade”. (GARCIA, 1992, p.27).

Em seu estudo sobre o processo de urbanização paulista, Ohtake (1982) abordou o caso do município de Rio Claro fazendo um levantamento sobre os dados relacionados ao processo de industrialização e urbanização. Segundo a autora, no ano de 1934 – um ano antes da emancipação de Itirapina - O município de Rio Claro contava com uma população de 55.706 habitantes, sendo 19.557 na área urbana e 36.149 na zona rural. Ainda num estudo evolutivo sobre a população de Rio Claro, a autora destacou que do ano de 1934 ao ano de 1940, o município apresentou taxas de crescimento urbano superiores ao do Estado de São Paulo. Ohtake (1982) apontou que, até aproximadamente 1940, Rio Claro se caracterizou como pioneiro dentre os municípios de São Paulo na atividade industrial, destacando ainda sua particularidade o na “prestação de serviços urbanos aos núcleos vizinhos”. (p. 220).

Diante das condições de desenvolvimento urbano de Rio Claro, o distrito de Itirapina viu acentuar-se a sua dependência política em relação à Rio Claro.

O processo de emancipação de Itirapina foi relatado em uma literatura local desenvolvida por memorialistas e antigos moradores. Tal literatura contém diversos dados, relatos e imagens referentes ao período em questão, entretanto, nela é possível observar literatura uma narrativa tendenciosa, motivada por uma demonstração, ainda que implícita, de um sentimento de “orgulho” pelo movimento da emancipação.

De acordo com a literatura local, ao longo dos anos da sua condição de distrito, a população de Itirapina foi se descontentando com a administração de Rio Claro, visto que esta não atendia a todos os anseios da população, relacionados principalmente ao saneamento básico e a infra-estrutura. Ações, por mais simples que fossem, demoravam um tempo demasiado para serem executadas. As aspirações pela emancipação foram sendo difundidas entre os moradores e autoridades de Itirapina, na crença de que a emancipação político-administrativa traria mais benefícios e agilidade nas obras de infra-estrutura que crescimento demandava.

No ano de 1933, Itirapina contava com um representante na câmara municipal de Rio Claro, o vereador Ricardo Guariento. Os relatos referentes a este período apontam que o vereador também defendia os interesses de emancipação do distrito e acabou colaborando para que o “desejo de tornar-se um município emancipado” se consolidasse em Itirapina, tanto por parte da população quanto por parte de alguns políticos do distrito na época. Em 31 de dezembro do mesmo ano, um grupo de itirapinenses reuniu-se com a finalidade de organizar uma comissão que ficaria encarregada de empreender “os esforços necessários” para a conquista da emancipação político-administrativa de Itirapina.

Segundo as fontes históricas de Guariento (1992), o maior impasse estava no orçamento. Segundo ele, “o decreto nº. 4.846 de 27 de janeiro de 1931 impunha, como norma, para a criação de municípios autônomos, um orçamento mínimo de 100 contos de réis.” (p. 16). No entanto, em um levantamento orçamentário realizado por Pedro Guariento, membro da comissão formada em prol da emancipação, o distrito de Itirapina possuía um orçamento de apenas 80 contos de réis. Este impasse, entretanto, foi resolvido com a anexação de Itaqueri da Serra às terras de Itirapina. Itaqueri contava com um orçamento de 25 contos de réis e, somando-se os dois orçamentos, obteve-se a renda necessária para que Itirapina pleiteasse sua condição de município.

Ainda segundo a mesma fonte, o movimento pela emancipação de Itirapina contou com o respaldo da população, que se organizou em prol desta causa, dedicando apoio à comissão eleita, participando das reuniões e da elaboração de documentos para o propósito da emancipação. Pouco mais de um ano após a formação da comissão, em 23 de março de 1935, a mesma foi ouvida em reunião com então governador Armando de Sales Oliveira, levando a este sua proposta de emancipação (VERLENGIA, 1987, p.28). Dois dias depois, o governador concedeu o pedido, tornando Itirapina um município. André Teixeira Pinto, presidente da comissão, foi nomeado o primeiro prefeito. Segundo

Guariento (1992), a notícia da emancipação foi recebida com muitos festejos e comemorações:

A comissão foi recebida na estação local por uma grande massa popular, professores alunos e autoridades. Uma banda musical abrilhantou o ato e seguiram todos para a residência do Dr. André Teixeira Pinto, prefeito nomeado de Itirapina, que na ocasião ofereceu um almoço”. (p. 20)

Já na situação de município, a dependência de Itirapina em relação a Rio Claro ao longo dos anos não deixou de existir. O acesso a alguns tipos de serviços tais como hospitais, cartórios, universidades, comércios especializados era possível somente em Rio Claro ou São Carlos. Segundo relatos de antigos moradores, o então município possuía um pequeno e insuficiente comércio, grande parte da população vivia e trabalhava na zona rural, geralmente em pequenas propriedades familiares, na zona urbana a fonte de empregos era basicamente a Companhia Paulista de Estradas de Ferro que, no fim da década de 1940, já não era mais uma empresa tão rentável como antes conforme apresenta (Saes, 1981).

Ao observarmos, portanto, o período de 70 anos – de 1870 a 1940 – somos levados a concluir que a prosperidade das estradas de ferro só foi plena nas duas primeiras décadas: até então, as crises cíclicas da oferta ou da demanda de café ainda afetavam pouco a rentabilidade das empresas. (p.186).

No ano de 1971, a partir de decreto de lei nº 10.410 de 28 de outubro, do então governador Laudo Natel, toda a malha ferroviária do Estado de São Paulo foi unificada formando-se então a Ferrovias Paulista S.A. – FEPASA, nova empresa estatal. Ao longo da segunda metade do século XX, Itirapina foi caracterizando-se como uma cidade de pequeno porte e sofreu visíveis consequências econômicas da decadência da ferrovia paulista. Os empregos oferecidos pela FEPASA já não representavam garantia e nem salários compensatórios. Em pesquisa realizada nos arquivos de um jornal local, encontrei diversas reportagens da década de 1990 que apontavam para a crise no setor ferroviário e também para a incerteza em relação ao futuro do setor, dos empregos e dos diversos prédios e casas que a FEPASA possuía. A reportagem de 22 de novembro de 1996 do Jornal da Região traz em destaque a preocupação com o fechamento da estação ferroviária em Itirapina devido ao pouco movimento e procura por passagens, segundo a mesma reportagem, duas estações de cidades próximas já haviam sido fechadas: Sumaré e Cordeirópolis. Outra reportagem de 25 de março de 1997, intitulada “Fim da linha... Fim

dos trens em Itirapina”, mostra um sentimento de nostalgia ao anúncio da FEPASA sobre o fim das linhas de transportes de passageiros em Itirapina. A notícia relaciona a data do aniversário de emancipação do município com a “triste” notícia:

A notícia não poderia ser pior, bem no aniversário de emancipação política em Itirapina, a Fepasa anuncia o fim dos trens de passageiros. Itirapina nasceu com a ferrovia é cercada de trilhos por todos os lados e os terrenos da Fepasa ao sul da cidade cercam a mesma em pelo menos um quarto de seu território, ainda assim corta a cidade ao meio, com uma linha tronco e outro ramal que vai para Bauru”. (JORNAL DA REGIÃO, 25/03/1997).

Nos dias atuais alguns trens ainda circulam pelas linhas ferroviárias de Itirapina, no entanto são apenas transportam cargas, em geral grãos de soja. A estação ferroviária desativada permaneceu por diversos anos abandonada e foi alvo de constantes depredações. Atualmente, alguns projetos da prefeitura municipal caminham no sentido de reforma e uso cultural do espaço. Os trens que circulam diariamente pelas linhas da cidade encontram-se bastante deteriorados. Os trilhos cortam algumas das principais ruas e, além do tempo que os trens demoram a atravessá-las, por diversas vezes acabam parando nas linhas, causando congestionamentos, confusões no trânsito e, como já ocorreram algumas vezes, graves acidentes. Deste modo, os trens hoje se configuram para a população como um constante alvo de reclamações.

O comércio local cresceu nos últimos anos, mas ainda continua restrito. Não se desenvolveram, por exemplo, grandes indústrias, escolas particulares, escolas técnicas, faculdades, teatros, cinemas. Atualmente existem três agências bancárias, enquanto que na década de 1980 havia duas. O primeiro e único hospital da cidade foi construído no ano de 1996 e o terminal rodoviário que facilitou a implantação e ampliação de linhas de ônibus interurbanos foi instalado no ano 2000. Itirapina possui uma indústria e estofados, instalada na cidade desde 2001, que emprega cerca de mil pessoas, sendo a grande maioria mão de obra não qualificada. Continua havendo dependência econômica, em termos de empregos e serviços, principalmente das duas cidades mais próximas da região, Rio Claro (aproximadamente 35 km) e São Carlos (aproximadamente 25 km).

Figura 2 – Localização de Itirapina e municípios vizinhos



Fonte: www.portaliitrapina.com.br

De acordo com a Fundação SEADE, Itirapina teve um aumento populacional, passando de 6.889 habitantes, em 1980, para 15.517 em 2010, representando um crescimento de 125%, quase o dobro da média do Estado de São Paulo que, no mesmo período, apresentou um crescimento de 65%. A população urbana da cidade atingiu em 2010, 13.994 habitantes, crescendo 178%, enquanto que a população rural, ao contrário, sofreu um decréscimo de 18%. Já os dados do último Censo apontam, para o ano de 2010, uma população de 15.528 habitantes em Itirapina, sendo 14.004 da zona urbana e 1.524 da zona rural.

Indubitavelmente, tais crescimentos decorreram de processos sociais e econômicos mais complexos, no entanto, a presença das penitenciárias no município de Itirapina também contribuiu para isto. De acordo com conversas realizadas com moradores e funcionários das penitenciárias, na medida em que as unidades emergiram como uma fonte de empregos, muitas pessoas se mudaram para a cidade para trabalhar nas penitenciárias e também algumas famílias de detentos instalaram-se em Itirapina para ficarem mais próximas de seus parentes.

2. A penitenciária 1 e o contexto de sua implantação

Itirapina possui uma singularidade dentro do processo de políticas de implantação penitenciária, merecendo assim uma análise minuciosa. Tal particularidade se expressa no fato de que o município possui duas unidades prisionais implantadas em diferentes períodos históricos, com intervalo de 20 anos entre elas. Neste sentido, a história destas unidades nos oferece distintos exemplos de desdobramentos da política penitenciária paulista, assim como dos diferentes ordenamentos que operam as práticas dos atores ali presentes.

A primeira penitenciária de Itirapina, chamada “Dr. Antônio de Queiroz Filho” (P1) foi inaugurada no dia 11 de outubro de 1978, ainda no período da ditadura militar (1964-1984), governo que foi caracterizado por medidas e políticas autoritárias, repressivas e, sobretudo violentas. De acordo com uma reportagem da imprensa escrita à época publicada no “Jornal da Região³⁰” em 09 de março de 1980, a população itirapinense encontrava-se descontente com uma série de problemas recorrentes, as reclamações e mobilizações da população junto às autoridades eram relacionadas, de um modo geral, ao saneamento básico e à falta de infraestrutura do município que, segundo a reportagem, se encontrava em “franco crescimento” e necessitava de reformas que acompanhassem tal desenvolvimento. Foi possível encontrar ainda, em outra reportagem do mesmo jornal, publicada no dia 02 de dezembro de 1979, notícias relatando que a administração municipal estava empenhada, com base em reivindicações da população, em buscar recursos para a instalação de uma Casa de Saúde e Maternidade.

Ainda que existissem reclamações e reivindicações por parte da população nas reportagens publicadas na época, encontrei durante a pesquisa nos arquivos do jornal entre os anos de 1979 a 1981 constantes reportagens que denotam um sentimento de crença no progresso por parte a população. Algumas reportagens remetiam-se a Itirapina como “a cidade do futuro”, hospitaleira, moderna e de “clima bom pra se viver” e também reforçavam o esforço da emancipação que “custou suor, sangue, lágrimas e sacrifícios ingentes, mas foi conquistada”. (JORNAL DA REGIÃO, 03/02/1980). São constantes os artigos encontrados que remetem a estas idéias:

³⁰ Todas as pesquisas que realizei em arquivos da imprensa de Itirapina foram feitas no “Jornal da Região”, pois do final da década de 1970 até metade dos anos 2000, este foi o único jornal de circulação ininterrupta no município, sendo que sua publicação permanece até os dias atuais.

A cidade de Itirapina, vista em todos os seus ângulos, perfaz-se hoje dentro de um progresso contínuo. A expansão residencial e o aumento da população, estatisticamente verificada a cada ano que passa, cria oportunidades para a implantação de novas atividades em todos os setores. (JORNAL DA REGIÃO, 02/12/1979).

Cidade de linhas modernas, ruas bem traçadas e numeradas, Itirapina agrada a todos os que têm a graça de visitá-la, assim com é esparramada num planalto de suaves elevações, batida de sol e de ares claros e sadios. De povo ordeiro, hospitaleiro e empreendedor, tradicionalmente amante de sua terra (...) (JORNAL DA REGIÃO, 10/02/1980).

Percebi que nos exemplares pesquisados entre 1979³¹ e 1981 não havia artigos e nem reportagens que apontavam preocupação, receio, ou qualquer outro sentimento de recusa por parte da população de Itirapina relacionado à instalação da penitenciária 1. Porém, eram muitos os indícios que apontavam ideais de “prosperidade” e “progresso” e as preocupações existentes neste período eram relacionadas às questões que poderiam impedir ou então prejudicar tal progresso, como a falta de infraestrutura, por exemplo.

A falta de discussões sobre a instalação da primeira penitenciária em Itirapina nas reportagens trazidas pelo jornal no final dos anos 1970 somada aos dados obtidos em entrevistas com moradores me revelaram a ausência de um elemento muito comum na sociedade contemporânea: a produção e reprodução dos discursos em torno do crime.

Os processos sociais que sucederam o período da abertura política no país, sobretudo marcado pelo caráter ‘disjuntivo’ da democracia brasileira³² (Caldeira 2000), como a elevação das taxas de criminalidade e violência, somadas ao aumento da sensação de insegurança por parte da população dos grandes centros urbanos, acabaram culminando na formulação do que Teresa Caleira nomeou a ‘fala do crime’. Narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo piadas que têm como tema o crime, se combinam ao medo e à experiência de ser vítima de um crime, e assim, estas falas passam a criar e ao mesmo tempo proliferar o medo e a sensação de insegurança. Neste sentido, “a ‘fala do crime’ promove uma reorganização simbólica de um universo que foi perturbado tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processos que vêm afetando profundamente a sociedade brasileira nas últimas décadas” (p. 9-10).

Com base nestas considerações posso afirmar que ainda no ano de 1978, mesmo com a instalação da P1 em Itirapina, não havia no imaginário da sociedade local um ordenamento simbólico permeado pela ‘fala do crime’. Naquele momento, além da população

³¹ Ano em que os primeiros exemplares do jornal passaram a ser organizados em arquivos.

³² Conforme descrito no capítulo 1.

da cidade não ter um conhecimento referente ao funcionamento de uma penitenciária, como apontaram alguns moradores entrevistados, também não havia a circulação de discursos que elaboravam preconceitos e naturalizavam certos grupos como perigosos, criando estereótipos e estigmas. As práticas cotidianas e as interações sociais dos moradores itirapinenses se davam fora deste universo simbólico pautado pelos discursos em torno do crime.

A recepção da penitenciária foi interpretada a partir do discurso do progresso, como a chegada de uma nova indústria, que traria movimento e desenvolvimento. Não por menos, encontrei ainda nos arquivos do jornal, no período, reportagens que destacam atividades e eventos ocorridos na penitenciária, muitos deles abertos à população, como uma matéria intitulada: “Presídio comemora dia da criança”, no dia 06/09/1979. Outra matéria do mesmo jornal datada de 06/01/1980 destacava ainda uma saída dos detentos no Natal, com a seguinte manchete: “Indulto natalino beneficiou reeducandos do Presídio de Itirapina”, a reportagem chama a atenção para o fato de que os 16 detentos que obtiveram o benefício do indulto retornaram ao presídio no horário marcado, sem se envolverem com nenhuma ocorrência policial. Notei que nas reportagens havia também um cuidado em utilizar o termo “reeducando” para se referir aos presos, assim como uma constante divulgação das realizações internas da penitenciária: notícias sobre indultos, festas organizadas pelos detentos, venda de artesanatos fabricados na unidade e libertação de detentos que já haviam cumprido a pena; percebi que neste período havia uma maior interação entre presos e sociedade local, ao passo que a penitenciária recebia mais atenção da imprensa com notícias e reportagens, as quais estendiam à penitenciária e aos seus presos a imagem ordeira associada aos moradores da cidade.

A P1 de Itirapina fazia parte de um contexto de política penitenciária diferente da que assistimos atualmente, no qual o modelo de penitenciária estava inserido em ideal ressocializador, que propunha uma “correção” dos presos, uma retirada da “vida criminosa” prezando a volta ao convívio social, sobretudo através da ética do trabalho. O que demonstra um caráter ambíguo da política penitenciária da época que, sob um regime autoritário marcado por atos de repressão muitas vezes violentos, propunha um modelo corretivo e não apenas repressivo. O governo de Paulo de Egydio Martins, neste sentido, pode ser visto como um marco no início do deslocamento do paradigma da prisão dentro das políticas de Estado em São Paulo, até então marcados pelo autoritarismo repressivo. A política penitenciária deste governo marcou a o redirecionamento do paradigma da prisão de uma esfera exclusivamente repressiva para a esfera da recuperação, associada ainda à perspectiva da desprisionalização (cf. Teixeira, 2006).

Na ocasião da inauguração da P1 em Itirapina, foram distribuídos alguns livretos contendo um roteiro da cerimônia, informações sobre os representantes políticos da época – tanto estaduais como municipais – dados sobre a área, natureza de regime, serviços e outras informações correspondentes à referida penitenciária. Neste informativo também é possível observar os ideais trazidos para o setor penitenciário pelo governo de Paulo Egydio, pois além destas informações, o livreto destacava ainda a preocupação do governo com medidas para sanar o problema o déficit de 11 mil vagas no setor, e ressaltavam também que, “construir presídios é necessário, mas só construir presídios não será a solução” (Secretaria da Justiça - DIPE, 1978).

Este modelo de prisão pautado na recuperação do preso através do trabalho era o norte da política penitenciária do governo de Paulo Egydio. Não por menos, no final do ano de 1976, pela Lei Estadual nº 1.238 de 22 de dezembro, foi criada a Fundação de Amparo ao Preso Trabalhador – FUNAP, uma instituição que baseava-se “na mesma filosofia seguida em diversas partes do mundo, prevendo o trabalho como fator de recuperação do detento” (Secretaria da Justiça - DIPE, 1978). Assim, a P1 de Itirapina foi inaugurada inserida nesta lógica, na qual o trabalho atua como fator de recuperação do “reeducando”, foi uma das 46 unidades criadas em todo o Estado, denominadas de “Prisão Albergue”, um modelo de prisão que também foi destacado no informativo da penitenciária como uma “experiência vitoriosa” do governo Paulo Egydio. Segundo o informativo, “o preso submetido a este regime penal apenas dorme na prisão, saindo para trabalhar, obrigatoriamente, e passando os fins de semana recolhido” (Secretaria da Justiça-DIPE, 1978).

Figura 3 - Penitenciária 1 de Itirapina



Fonte: arquivo pessoal

De acordo com os dados obtidos em entrevistas com os moradores, a partir da década de 1980, os detentos da P1 desenvolviam diversos tipos de trabalhos na unidade,

inclusive peças artesanais, as quais expunham e vendiam no jardim público da cidade, a população podia, além de adquirir os trabalhos expostos, encomendar outros objetos produzidos pelos detentos. Fato que vai ao encontro dos preceitos do Secretário de Justiça a época, Manoel Pedro Pimentel, que promoveu uma gestão embasada em uma maior abertura à sociedade cível, facilitando assim, uma maior politização da questão carcerária (Teixeira, 2006).

Ainda segundo as entrevistas com moradores, alguns detentos também eram contratados pela população para realizar serviços de pedreiros, pintores, carpinteiros a um preço abaixo do mercado, e os presos se tornaram, nesta época, uma alternativa de mão de obra barata e disponível. Em uma reportagem de 19 de julho de 1997, intitulada “Ao trabalho” a foto de um detento realizando o serviço de pintura em uma casa aparece em destaque. Segundo a reportagem, diversos presos do regime semi-aberto exerciam trabalhos manuais em variadas funções na cidade. A reportagem apontou ainda que esta prestação de serviço por parte dos detentos era bem vista pela comunidade local e “quando terminam de cumprir a pena eles já estão integrados na comunidade” (JORNAL DA REGIÃO 19/07/1997). Contudo, essa situação chegou a mobilizar reclamações de alguns profissionais destas atividades que alegavam concorrência desleal.

Esta relação de trabalho entre detentos e moradores de Itirapina perdurou por vários anos. Em 1994, a câmara municipal de Itirapina instituiu a lei nº 1.624 de 16 de setembro que passou a autorizar “o poder executivo municipal a firmar compromisso com o presídio “Dr. Antonio de Queiroz Filho” para a colocação de reeducandos para prestação de serviços de mão-de-obra”, desde então os presos desta unidade prestam serviços ao município, conforme solicitação do poder executivo.

Estes ideais que reforçavam a perspectiva da reinserção social dos detentos se instalavam, ainda que tardiamente, nas políticas penais do Brasil, no final da década de 1970. No entanto, os anos subsequentes às políticas de implementação dos institutos de prisão-albergue no Estado de São Paulo, as políticas pautadas nos ideais da ressocialização, passaram a ser duramente criticadas e a partir de meados da década de 1980 entraram em declínio, sobretudo com o fim do governo Franco Montoro. As transformações econômicas e sociais que se sucederam no país após esse período acabaram acirrando as desigualdades socioeconômicas, a concentração de renda e o desemprego, ao mesmo tempo em que as taxas de criminalidade e violência se elevaram nos grandes centros urbanos. Em meio a estas mudanças estruturais o paradigma da punição também mudou, a velha inspiração correccionalista deu lugar ao encarceramento maciço e as modernas técnicas de controle,

assim, “o centro de gravidade política se deslocou, e um novo e rígido consenso se formou em torno de medidas penais que sejam percebidas pelo público como duras, hábeis e adequadas” (GARLAND, 2008, p.58). Neste deslocamento do paradigma da punição a prisão foi reinventada, e “ao longo de poucas décadas, ela deixou de ser uma instituição correcional desacreditada e decadente para se tornar um maciço e aparentemente indispensável pilar da ordem contemporânea” (p. 60).

3. O processo de interiorização penitenciária em São Paulo

Como já foi referido no capítulo 1, o episódio da violenta intervenção policial ocorrida na Casa de Detenção de São Paulo, mais conhecida como complexo do Carandiru, no ano de 1992 resultou, entre outras coisas, na morte de mais de uma centena de presos. Tal ação marcou a história do sistema penitenciário nacional pela sua violência, por tornar públicas as condições de vida desumanas dentro dos presídios e pela visibilidade da fragilidade do processo de redemocratização brasileira. Ainda neste contexto, a resistência ao processo da abertura política encontrava força em alguns segmentos da sociedade, que traziam uma forte herança do período militar e tinham grande respaldo nos aparelhos policiais e penitenciários (cf. Caldeira, 2000). O Massacre do Carandiru (como ficou nacionalmente conhecido) também marcou a história do sistema penitenciário paulista pelas mudanças de diretrizes e políticas para o setor a partir desta data, como a mudança nas instituições administrativas e novos projetos de construção e modelos de penitenciárias. Podemos dizer que o episódio do Carandiru é um “divisor de águas” na história do sistema penitenciário paulista.

Talvez a mais imediata ação governamental em resposta ao episódio do Carandiru tenha sido a criação da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP. A SAP foi criada pelo Governador Luis Antonio Fleury Filho, em 26 de janeiro de 1993 e a partir de então, passou a administrar as unidades prisionais do Estado, sendo a primeira Secretaria criada para este segmento específico no Brasil. Ainda no ano de sua criação, a SAP iniciou um amplo projeto de expansão de vagas no sistema penitenciário, com a construção de novas unidades prisionais em resposta, entre outras demandas, a questões humanitárias, como problemas de superlotação e pelas más condições de higiene e

salubridade dentro das celas, que chegaram ao conhecimento público, principalmente após o Massacre do Carandiru.

A superlotação das carceragens era uma também uma situação de abrigo insalubre dos presos, tendo motivado vários casos de graves violações aos direitos humanos, incluindo mortes por sufocamento e incêndios. O caso mais notório foi o do 42º Departamento de Polícia de São Paulo³³, que motivou denúncia internacional do Brasil por violação dos direitos humanos. Havia também uma forte demanda de longa data do setor policial para que houvesse uma transferência dos presos provisoriamente alojados em xadrezes nos distritos policiais para unidades prisionais da SAP, uma vez que era do entendimento comum que as atividades de carceragem eram uma espécie de desvio de função a prejudicar a eficiência de outras tarefas policiais.

Em 1995, Mario Covas assumiu o governo do Estado de São Paulo e deu continuidade ao compromisso de ampliação das vagas do sistema penitenciário paulista e de desativação do Complexo do Carandiru, colocando tais questões na sua pauta de ações. Iniciou-se então, a partir deste período, uma expansão física do sistema prisional paulista que envolveu uma interiorização das unidades prisionais do Estado. Assim, no ano de 1996, o então governador Mario Covas (contando também com recursos financeiros do Governo Federal) iniciou um grande projeto de construção simultânea de 22 novas unidades prisionais em São Paulo para suprir o déficit de vagas do Estado e também para receber os presos da Casa de Detenção de São Paulo (cf. Salla, 2007). A grande maioria destas unidades foi construída em municípios do interior do Estado e o governo paulista acelerou a construção de novas unidades sob a justificativa do processo de desativação do complexo do Carandiru.

Como parte dos resultados deste processo, no ano de 1999, segundo os dados de Salla (2007), já eram 64 unidades prisionais sob a administração da SAP, 21 a mais do que 1998, abrigando um total de 47.000 presos. Embora as unidades planejadas sob a justificativa de abrigar a população do complexo do Carandiru tenham sido construídas, a desativação da Casa de Detenção era constantemente adiada, sob argumentos relacionados ao aumento da criminalidade e conseqüentemente à falta de vagas no sistema. A desativação do complexo do Carandiru só ocorreu em dezembro de 2002, em decorrência da primeira megarrebelião das

³³ Neste episódio ocorrido no xadrez do 42º D.P. de São Paulo em 1989, 18 presos morreram por asfixia por terem sido encerrados, juntamente com mais 33 detentos, durante horas, em uma cela sem ventilação, medindo 17 metros quadrados.

penitenciárias paulistas ocorrida entre 10 e 19 de fevereiro de 2001, na qual 29 unidades se rebelaram conjuntamente, incluindo a Casa de Detenção.

Interesses econômicos e políticos também se vincularam ao processo de interiorização das unidades prisionais no âmbito das negociações entre estado e municípios. De acordo com Eda Góes (2004), o contexto econômico do país no período da interiorização penitenciária (meados da década de 1990) era marcado por estagnação e crise em vários setores da economia, materializada, sobretudo, no desemprego. Góes (2004) apresenta os dados do Ministério do Trabalho que mostram que, no período de 1990 até 1996, foram eliminados 2,4 milhões de empregos formais no Brasil. No Estado de São Paulo, em contrapartida, a construção destas novas unidades prisionais no interior do Estado representou a geração de 18 mil novas vagas de empregos, resultantes de um investimento de 230 milhões de reais (Góes, 2004).

Tais investimentos assumiram uma dimensão ainda muito mais significativa no âmbito municipal, pois a implantação destas novas unidades penitenciárias acabou proporcionando um retorno financeiro direto. Isto representou uma compensação material importante aos municípios, sobretudo para aqueles cuja economia estava estagnada. Tal processo de interiorização foi permeado pelo discurso da geração de empregos diretos e indiretos, o que foi explorado politicamente como um retorno, ou uma compensação que equilibraria os supostos malefícios da presença das prisões nos municípios, além de servir como argumento para minimizar as possíveis resistências da sociedade local.

Entretanto, além da construção de unidades prisionais em municípios do interior com a justificativa de movimentação da economia destas cidades, a dispersão das vagas e dos presos para as áreas afastadas da capital do estado também permitiu que o aumento expressivo das pessoas encarceradas em São Paulo passasse longe dos olhos de grande parte da população. De acordo com Biondi (2009) “essa pulverização evitou o impacto visual que o crescimento da população carcerária poderia causar, camuflando a política de encarceramento em massa colocada em prática pelo Estado Paulista” (p. 46).

Em um período de 12 anos, o estado de São Paulo teve um aumento vertiginoso da sua população encarcerada, passando de 55.021 pessoas presas em 1994 para 144.430³⁴ em 2006³⁵, representando um crescimento de 162,4%. Neste mesmo período, no entanto, a população paulista apresentou crescimento de 18,6%. Acompanhando o ritmo de

³⁴ Considerando-se a população carcerária sob custódia das Secretarias de Segurança Pública e da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

³⁵ Dados disponíveis em: < <http://www.sap.sp.gov.br/common/dti/estatisticas/populacao.htm> > Acesso em 25/05/2010.

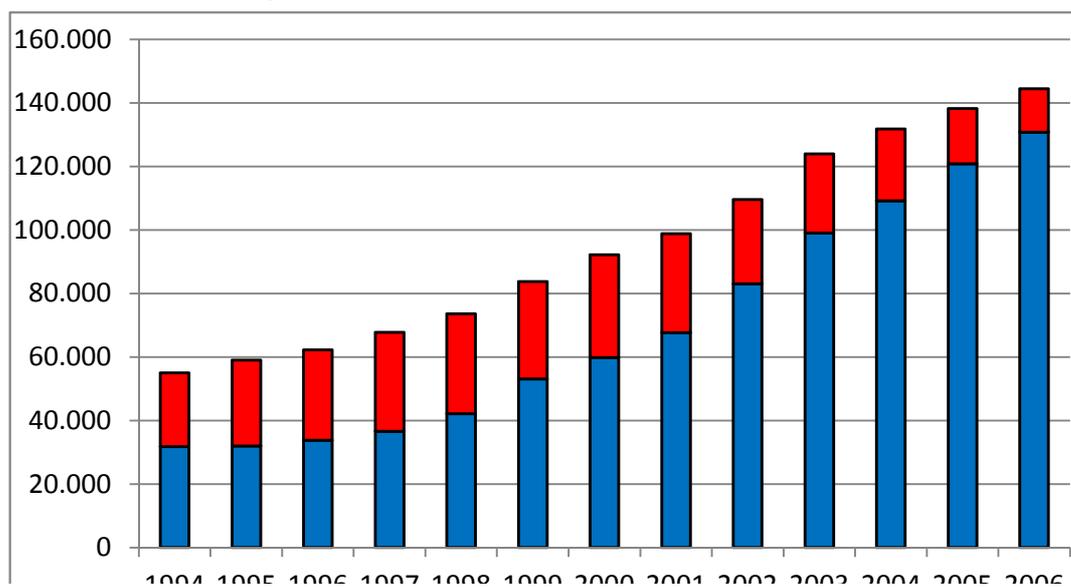
crescimento da população carcerária, também cresceu o número de unidades prisionais no Estado, no ano de 1994 eram 43 unidades sob a administração da SAP, já em 2010, este número chegou a 148 unidades (Salla, 2007; SAP). Este incremento da população carcerária pode ser entendido, entre outras medidas, como um reflexo direto de políticas e ações governamentais que, desde meados da década 1980, apostavam em um aparelho judicial e penitenciário mais repressivo, encarcerando cada vez mais um número maior de pessoas. A tabela e os gráficos abaixo ilustram estes crescimentos.

Tabela 2 – Crescimento da população encarcerada
Estado de São Paulo, 1994 a 2006

Ano	SAP	SSP	Total
1994	31.842	23.179	55.021
1995	31.993	27.033	59.026
1996	33.777	28.501	62.278
1997	36.621	31.127	67.748
1998	42.134	31.481	73.615
1999	53.117	30.626	83.743
2000	59.867	32.319	92.186
2001	67.649	31.173	98.822
2002	83.033	26.502	109.341
2003	99.026	24.906	123.932
2004	109.163	22.601	131.923
2005	120.887	17.361	138.116
2006	130.814	13.616	144.430

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP

Gráfico 2 – Crescimento da população encarcerada
Estado de São Paulo, 1994 a 2006



Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária – SAP.

Mesmo com este aumento no número de novas unidades prisionais em São Paulo, o déficit nas vagas do sistema não diminuiu, o que os dados mostram é um constante crescimento no déficit de vagas do sistema. De acordo com Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em dezembro de 2003 o déficit nas vagas do sistema prisional paulista era de 27.511 e em dezembro de 2007 passou a ser de 47.490 um crescimento de 72%.

No ano de 2010, cerca de 10 anos após as inaugurações das primeiras unidades prisionais construídas dentro do projeto de interiorização, São Paulo conta com o montante de 148 Unidades Prisionais sob a administração da SAP, sendo que 116 delas estão concentradas no interior e no litoral do Estado, enquanto 32 estão localizadas na Capital e Região Metropolitana de São Paulo³⁶. Das unidades do interior, uma grande parcela foi implantada em pequenos municípios, nos quais a população encarcerada representa uma porcentagem significativa da população local. Para uma breve exemplificação, podemos apontar a coordenadoria da região oeste³⁷, que abrange o maior número de unidades prisionais (35) entre todas as coordenadorias do Estado. Todas estas unidades estão distribuídas em 25 municípios, sendo que 19 deles possuem uma população inferior a 50.000 habitantes e 12 apresentam uma população inferior a 20.000 habitantes, e 5 deles, uma população inferior a 10.000 habitantes segundo os dados do Censo referentes ao ano de 2010. Todavia, pouco se sabe sobre as consequências dos processos de instalação das unidades nestes pequenos municípios.

³⁶ Dados oficiais da SAP, disponíveis em <www.sap.sp.gov.br>

³⁷ A SAP distribui a gestão das unidades a coordenadorias que as agrupam em divisões de região diferentes da divisão administrativa do Estado de São Paulo. Por exemplo, a região administrativa de Sorocaba possui diferentes municípios com penitenciárias pertencentes tanto à coordenadoria da região noroeste quanto à coordenadoria da região central. Assim, na divisão da SAP, a coordenadoria da região noroeste, com sede na cidade de Pirajuí, administra 33 unidades; a coordenadoria da capital e grande São Paulo, com sede na cidade de São Paulo, tem 28 unidades; a coordenadoria da região central, com sede em Campinas, conta 30 unidades; a coordenadoria da região do Vale do Paraíba e litoral, com sede na cidade de Tremembé, soma 17 unidades; a coordenadoria da região Oeste, com sede na cidade de Presidente Wenceslau, tem 35 unidades; a coordenadoria de saúde do sistema penitenciário, localizada na capital, possui 6 unidades e a coordenadoria de reintegração social e cidadania, com sede na capital, com 47 unidades.

Tabela 3 - Municípios da coordenadoria da região oeste com menos de 50.000 habitantes, segundo número e modelos de Unidades Prisionais.

Município	Habitantes³⁸	Número de Unidades	Modelo³⁹
Caiuá	5.039	1	Centro de Detenção Provisória
Dracena	43.263	1	Penitenciária
Flórida Paulista	12.849	1	Penitenciária
Irapuru	7.787	1	Penitenciária
Junqueirópolis	18.726	1	Penitenciária
Lavínia	8.782	3	Penitenciária
Lucélia	19.885	1	Penitenciária com anexo de Ala de Progresão
Marabá Paulista	4.812	1	Penitenciária
Martinópolis	24.260	1	Penitenciária
Mirandópolis	27.475	2	Penitenciária
Oswaldo Cruz	30.917	1	Penitenciária
Pacaembu	12.934	1	Penitenciária
Paraguaçu Paulista	42.281	1	Penitenciária
Pracinha	2.863	1	Penitenciária
Presidente Bernardes	13.544	2	Penitenciária e Unidade de Segurança Máxima (RDD)
Presidente Venceslau	37.915	2	Penitenciária
Riolândia	10.574	1	Penitenciária
Tupi Paulista	14.262	1	Penitenciária
Valparaíso	22.617	2	Penitenciária e Centro de Progressão Penitenciária

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária – SAP; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Censo 2010.

A implantação de uma unidade prisional em pequenos municípios gera impactos nas suas dinâmicas econômica, social e política, as quais pretendo explorar neste trabalho a partir do estudo de caso realizado em Itirapina. Como uma das consequências deste processo de interiorização, podemos destacar os constantes deslocamentos dos familiares dos detentos. Com a “pulverização” de unidades prisionais para o interior do Estado, grande parte das pessoas presas acaba cumprindo suas penas em prisões instaladas distantes de suas cidades de origem, nestes casos, os familiares têm de se mobilizar para a realização das visitas aos finais de semana e datas comemorativas. Este deslocamento exige dos familiares, além dos custos financeiros com viagens, alimentação e hospedagem, uma disposição de tempo e de enquadramentos em normas e horários das unidades. Por outro lado, os municípios que abrigam estas unidades e recebem estes familiares acabam oferecendo serviços como hospedagem, transporte e comércio, tendo assim um impacto na economia local. No entanto,

³⁸ Segundo os dados do Censo 2010.

³⁹ Número e modelos de unidades segundo dados da SAP.

esta relação entre familiares de presos e moradores locais não se dá de forma tão simbiótica, entre esta aparente relação de oferta e demanda, existe uma gama de conflitos morais e sociais, dos quais tratarei no terceiro capítulo deste trabalho.

4. A penitenciária 2 e seu contexto de implantação

Vinte anos após a implantação da primeira penitenciária no município, mais precisamente no dia 12 de dezembro de 1998, foi inaugurada a segunda unidade prisional de Itirapina, a Penitenciária “João Batista de Arruda Sampaio”, conhecida como P2. Esta unidade já estava inserida em uma política penitenciária diferente da que assistimos em 1978, tal política caminhou no sentido do aumento expressivo das vagas e das unidades, sobretudo no interior do estado desde o início da década de 1990, conforme o processo descrito acima.

No ano de 1995, o município de Itirapina contava com uma população de 11.168 habitantes, distribuindo-se em 9.000 habitantes na zona urbana e 2.168 na zona rural. A economia do município ainda era voltada basicamente para o setor agropecuário e de serviços; os empregos gerados pela FEPASA eram cada vez mais raros, uma vez que a empresa estava em um processo de constante crise econômica. A P1 já representava, neste momento, uma significativa fonte de empregos da cidade, e ainda neste contexto, começaram a surgir rumores na cidade sobre a construção e instalação de novas unidades prisionais em diversos municípios do interior do estado de São Paulo.

Novamente com base nas pesquisas que realizei nos arquivos do jornal local observei que entre 1996, quando apareceram os primeiros rumores sobre a construção de mais uma unidade prisional em Itirapina, e 1998, data da inauguração da segunda unidade, foram constantes as matérias relativas à construção da segunda penitenciária do município. As primeiras reportagens retratavam incertezas em relação à construção da P2 oscilando entre notícias que afirmavam e negavam tal construção, retratando assim, as dúvidas que estavam presentes na sociedade local naquele momento. A primeira reportagem que confirmava de fato a construção da penitenciária só foi encontrada em agosto de 1997.

De acordo com uma reportagem datada de 07 de dezembro de 1996, o então governador Mário Covas (PSDB) havia divulgado um projeto de construção de unidades prisionais no interior do estado, o projeto era irreversível e já estavam definidas as três

primeiras cidades que receberiam estas unidades: Avaré, Dois Córregos e Casa Branca. A reportagem apontava também a mobilização de moradores dos municípios que possivelmente também seriam designados para a construção de novas unidades prisionais, destacando a mobilização popular em Iperó contra a instalação de uma penitenciária e também outro movimento de recolhimento de assinaturas organizado pela associação comercial, industrial e agropecuária de Capão Bonito contra a instalação de uma penitenciária no município. A mesma reportagem trazia ainda a notícia de que o prefeito que acabara de ser eleito à época em Itirapina (PSDB), estaria sendo consultado pelos assessores do governo do Estado a respeito da construção de uma nova unidade penitenciária no município.

Em reportagem de capa, o Jornal da Região do dia 07 de março de 1997, trazia a seguinte notícia: “Presídio vai dar 400 novos empregos” a matéria relatava que prefeito do município teria assinado contrato com a Secretaria dos Assuntos Penitenciários no dia 22 de fevereiro daquele ano para a construção da nova penitenciária. A reportagem destacava ainda que o local escolhido para a construção da unidade não teria agradado aos munícipes e nem aos ecologistas, pois se tratava de uma área de cerrado e pertencente à Área de Proteção Ambiental (APA) de Corumbataí, uma das últimas do Estado, além disso, a área também ficava próxima ao local onde seria instalado um distrito industrial. Destacava ainda o empenho do prefeito na tentativa de mudar o local indicado para a construção, porém, sem êxito.

Observei ainda um fato curioso na mesma reportagem, no mesmo parágrafo havia a preocupação com o fato de se tratar de um presídio de segurança máxima e com a periculosidade dos presos, ao mesmo tempo em que destacava um possível favorecimento que a unidade traria para o comércio local. “Ali os presos apesar de serem mais perigosos, não sairão de jeito nenhum, vão ficar lá trancados. Por outro lado, os presídios costumam fazer suas compras na cidade onde estão instalados, sendo assim, é bom para o comércio local”. (JORNAL DA REGIÃO, 07/03/1997). A mesma reportagem apontou ainda que o governo do Estado de São Paulo naquele momento teria um plano de construir presídios em 28 cidades do interior e em nove destas cidades a construção teria início imediato, entre elas estava Itirapina.

Um semana depois, no dia 14 de março de 1997, o Jornal da Região trazia em destaque uma extensa matéria sobre uma reunião organizada pelo secretário geral do município no dia 11 de março daquele ano. Nesta reunião estavam presentes 47 lideranças municipais, incluindo representantes da igreja, dos professores, da Polícia Militar, secretários municipais, vereadores, ecologistas e advogados. Segundo o jornal, foram discutidos diversos pontos nesta reunião acerca da instalação da segunda penitenciária, questões como a falta de

segurança que a unidade poderia trazer, o prejuízo de outro presídio ao potencial turístico do município e a relação proporcional entre habitantes e detentos. A geração de empregos que era um argumento até então visto por grande parte da sociedade local como um ponto favorável à instalação da P2, foi também alvo de críticas nesta reunião: segundo algumas autoridades, o fato das vagas serem preenchidas através de concurso público não garantiria, necessariamente, que elas fossem ocupadas por moradores do município. O representante da igreja declarou ao jornal de forma enfática que “não queremos aqui o presídio, ele causará um mal social muito grande na cidade, os empregos que por ventura virão não compensa este tipo de sacrifício, nossa contribuição está dada, temos aqui um grande presídio e basta”. (JORNAL DA REGIÃO, 14/03/1997).

Ao final desta reunião foi realizada uma votação para decidir se o município aceitaria ou não a implantação da segunda unidade, com um resultado de 18 votos a favor e 23 contra, as lideranças municipais decidiram pela não aprovação da instalação da P2 em Itirapina. Ainda segundo a reportagem, o prefeito municipal recém eleito levaria o resultado da votação ao então governador Mario Covas, afirmando em entrevista ao jornal: “se não quisermos ele [governador] manda o presídio para outra cidade” (JORNAL DA REGIÃO, 14/03/1997).

De acordo com as, notei que, a partir deste período, passou a haver nas reportagens jornalísticas um discurso seguro em relação à instalação da penitenciária por parte das autoridades locais, as falas caminhavam na direção de mostrar certo grau de autonomia do município em relação às decisões do Estado e que o mesmo não teria a obrigação de aceitar a presença da unidade. O ponto que fortalecia tal argumentação das autoridades era o fato de o prefeito do município pertencer ao mesmo partido do governador Mário Covas, o PSDB, o que teoricamente facilitaria o diálogo entre a esfera estadual e a esfera municipal.

A partir da data da já referida reunião do Conselho Comunitário, as autoridades itirapinenses e também o prefeito municipal assumiram um posicionamento claro contra a instalação da segunda penitenciária do município. Os argumentos mais usados para tal posicionamento foram: o potencial turístico do município que seria prejudicado com a instalação da unidade e também o local escolhido para a construção que seria uma área de proteção ambiental. Curiosamente, observei que as reportagens da imprensa local, neste momento, também assumiram o discurso contrário à instalação da unidade e passaram a apresentar matérias de cunho militante defendendo tal posição.

No dia 04 de abril de 1997, o Jornal da Região apresentou uma matéria intitulada “A cidade não quer mais um presídio”, na qual o então prefeito municipal fez a seguinte declaração:

Vou fazer um cordão humano em volta do local escolhido para que ali, naquela mata de cerrado não seja construído um presídio de segurança máxima em Itirapina. Vou fazer tudo o que é possível porque para nós um só presídio já basta. Nossa cooperação está dada, agora não queremos mais um presídio por aqui. Queremos incrementar o turismo e com o presídio, não dá. (JORNAL DA REGIÃO, 05/04/1997).

Segundo a mesma reportagem, o prefeito teria em suas mãos um estudo ambiental realizado por professores da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Estadual de Campinas, que atestava que a área designada para a construção da penitenciária era de preservação ambiental. Tal estudo seria encaminhado juntamente com um ofício ao governo do Estado na tentativa de inviabilizar a construção do presídio.

Na tentativa de ter acesso ao referido estudo ambiental, entrei em contato com o Professor Fernando Roberto Martins, do departamento de ecologia da Universidade Estadual de Campinas que foi citado na matéria. Segundo o professor, ele ministra uma disciplina anual do curso de biologia, em que parte dela ocorre no município de Itirapina. O professor explicou que o município conta com diversas áreas de cerrado e de proteção ambiental e que os estudos realizados no município anualmente encontram-se disponíveis na página eletrônica da Universidade, contudo, em relação ao estudo específico citado na reportagem o professor não o tinha em mãos e tampouco teria como viabilizar o acesso a tal.

Também pude constatar que eram muito comuns pequenas reportagens e notas nas edições do jornal fazendo referência a outros municípios que passavam por situação semelhante à de Itirapina, na qual a população não aceitava a implantação de penitenciárias, organizando mobilizações na tentativa de inviabilizá-las. Na mesma edição do dia 05 de maio de 1997, a reportagem aponta o caso do município de Casa Branca onde, de acordo com o jornal, um grupo de moradores estaria organizando um movimento para interromper o trânsito em duas rodovias que dão acesso à cidade. A paralisação do tráfego ocorreria por cerca de 30 minutos em protesto à já confirmada construção da penitenciária no município. Ainda de acordo com a reportagem a assessoria de segurança pública do Estado havia informado que o cronograma das obras previa a construção da unidade em 15 meses e que o processo era irreversível.

No dia 12 de julho de 1997, matéria da primeira página do jornal da região trazia o seguinte título: “Chega de presídio, senhor governador!” e também trazia na capa a foto da Penitenciária 1 de Itirapina, presente no município desde 1978 e que, segundo a reportagem, já contava com 580 presos. O jornal destacava que cerca de 90% da população do município não queria a instalação de um novo presídio (ainda que sem citar as fontes das referências estatísticas) e iniciava a reportagem apontando que “toda a população já está se mobilizando contra a chegada de mais um presídio” (JORNAL DA REGIÃO, 12/07/1997). A matéria trazia também uma declaração do prefeito municipal que ressaltava o potencial turístico que o município possuía e sua vontade de torná-lo uma estância turística, vontade que seria impossibilitada, segundo ele, com a implantação de mais uma unidade penitenciária. No fim da reportagem encontravam-se mais uma vez referências ao resultado da votação do conselho municipal realizado há meses atrás.

Na mesma edição citada acima, encontrava-se uma nota fazendo referência à “difícil situação” em que se encontrava o prefeito municipal naquele momento. De acordo com a nota o prefeito teria ficado surpreso com a publicação no Diário Oficial do edital de licitação de concorrência para construção da P2 em Itirapina, e o mesmo declarou que já havia encaminhado, em abril de 1997, um ofício ao governo do Estado com diversos argumentos para a recusa de mais uma unidade prisional no município. O prefeito declarou que o argumento central de tal ofício era o investimento que seria feito no setor do turismo, segundo ele “reforçamos nossa luta e nossos investimentos para transformar Itirapina numa estância turística. Esse processo já está bastante adiantado. E sabemos que numa cidade com características penitenciárias não teríamos condições de atrair turistas”. (JORNAL DA REGIÃO, 12/07/1997). A reportagem foi finalizada aparentando uma preocupação em relação à concentração penitenciária e às características da cidade.

O fato de trazer este presídio para a cidade significa concentrar novamente o sistema penitenciário, o que é pior, numa cidade pequena, mudando todas as suas características e não conseguindo alcançar os efeitos desejados pela população e seu governo” (JORNAL DA REGIÃO, 12/07/1997).

Ainda em pesquisa ao arquivo do Jornal da Região, no decorrer do ano de 1997 encontrei mais matérias reiterando a posição contrária de grande parte da população e das autoridades do município de Itirapina. Uma destas reportagens afirma que o então prefeito chegou a distribuir ofícios para cidades vizinhas reafirmando a recusa da instalação da

penitenciária. Também em algumas reportagens ficava nítido o descontentamento da administração municipal em relação ao governo do Estado, pois por pertencer ao partido político no governo, o prefeito acreditou na possibilidade do diálogo e na relevância da opinião pública local na decisão de se construir mais uma unidade no município; o que não ocorreu, já que a P2 foi construída em meio a críticas e descontentamentos, observados pela pesquisa que realizei nos arquivos da imprensa local e na fala de alguns entrevistados.

O contexto de instalação da P2 marcou uma disputa de poder no campo político entre a esfera estatal e a esfera municipal, mostrando assim as implicações locais de uma política implementada a nível estatal. As pressões de entidades humanitárias e civis nacionais e internacionais que se fortaleceram em decorrência do episódio do “Massacre do Carandiru”, levaram o governo paulista a adotar como principal medida o projeto de ampliação física do sistema prisional. Tal decisão, entretanto, ainda que envolvesse diretamente os municípios do interior do Estado, não abriu espaços para negociações e opiniões dos governos destes municípios, reforçando assim o caráter de subordinação e hierarquia das esferas de governo. A partir do caso de Itirapina, é possível observar que o fato do mesmo partido político (PSDB) orientar os governos estadual e municipal àquela época não foi um facilitador do diálogo e da negociação, como imaginava o prefeito, mas pelo contrário, facilitou ao então governador Mário Covas o uso de sua posição hierárquica de poder, fazendo com que suas medidas fossem implementadas sem discussão.

Assim, após um período de dúvidas e informações muitas vezes contraditórias, a manchete do Jornal da região do dia 08 de agosto de 1997 trouxe a confirmação da instalação da segunda penitenciária em Itirapina. O jornal relatou que o então governador Mario Covas, em visita à cidade vizinha de Rio Claro, confirmou a construção do presídio para a imprensa. Quando questionado pelo repórter de Itirapina sobre a construção da P2 o governador respondeu:

Itirapina vai ganhar com a vinda de mais um presídio, vai dar emprego, vai agilizar o comércio local, e demais o que vocês têm contra os presos? Presídio todo mundo quer, mas não na sua cidade. (...) Vai ser construído sim e vocês terão dois presídios. Lá é uma cidade de bom clima, tem uma bela represa, os presos vão se sentir bem e vocês vão ganhar com isso. (JORNAL DA REGIÃO, 08/08/1997)

No final desta reportagem foi destacado que a Secretaria de Administração Penitenciária havia confirmado para dia 15 de agosto o início das obras da P2 em Itirapina, a matéria destacou ainda que a obra teria um orçamento de onze milhões de reais e ficaria

pronta até setembro do ano seguinte. A partir desta reportagem, não encontrei mais matérias contrárias à construção e instalação da P2 e nem maiores críticas a este processo. Foram encontradas apenas matérias relatando o andamento das obras, inspeções nelas realizadas por secretários de Estado e a inauguração da unidade.

Finalmente, no dia 12 de dezembro de 1998, foi inaugurada a segunda unidade prisional de Itirapina. O evento ganhou destaque nas páginas do Jornal da Região que estampou uma foto aérea da penitenciária em sua capa. A reportagem destacou que o presídio naquele momento tinha capacidade para 852 presos e era a 12ª unidade inaugurada dentre as 24 novas unidades construídas no projeto de expansão das vagas do sistema penitenciário do Estado de São Paulo. A reportagem referiu-se a tal expansão como:

O maior esforço penitenciário já realizado no mundo, incluindo as vagas das cinco penitenciárias entregues em 1996 e 97, são quase 20 mil vagas acrescidas ao sistema prisional paulista, durante a atual gestão. Esta marca supera os números recordes registrados pela França que, ao investir em uma ampla reforma de seu sistema, construiu 13 mil novas vagas em seis anos. (JORNAL DA REGIÃO, 12/12/1998)

A reportagem sobre a inauguração da penitenciária trouxe ainda diversas fotos das autoridades municipais, das autoridades e prefeitos de outras cidades da região, do prefeito municipal de Itirapina e do então governador do Estado Geraldo Alckmin na solenidade de inauguração, além de fotos dos corredores, quadras esportivas e sistema eletrônico de segurança da penitenciária. Em seu discurso de inauguração, o então governador Alckmin ressaltou a importância da participação da prefeitura no processo de construção e manutenção da unidade e destacou ainda que “estamos hoje dando 373 empregos diretos que vão injetar 500 mil reais na economia da cidade” (JORNAL DA REGIÃO, 12/12/1998).

Ainda na ocasião da inauguração da penitenciária, o prefeito municipal realizou um discurso com um tom distinto daquele usado na fase de negociação da instalação da penitenciária no município. Com um tom de gratidão e reconhecimento, – apontou a reportagem – que o prefeito municipal

começou seu discurso agradecendo o Governador do Estado por esta obra construída em Itirapina, entre outras considerações falou que no começo, quando era pra ser construído mais um presídio, não estava de acordo, foi contra, mas depois, sentou-se a mesa com os homens do partido e viu que os nossos jovens estavam sem emprego e que a cidade teria a ganhar e o peso da decisão foi a de gerar mais empregos. (JORNAL DA REGIÃO, 12/12/1998)

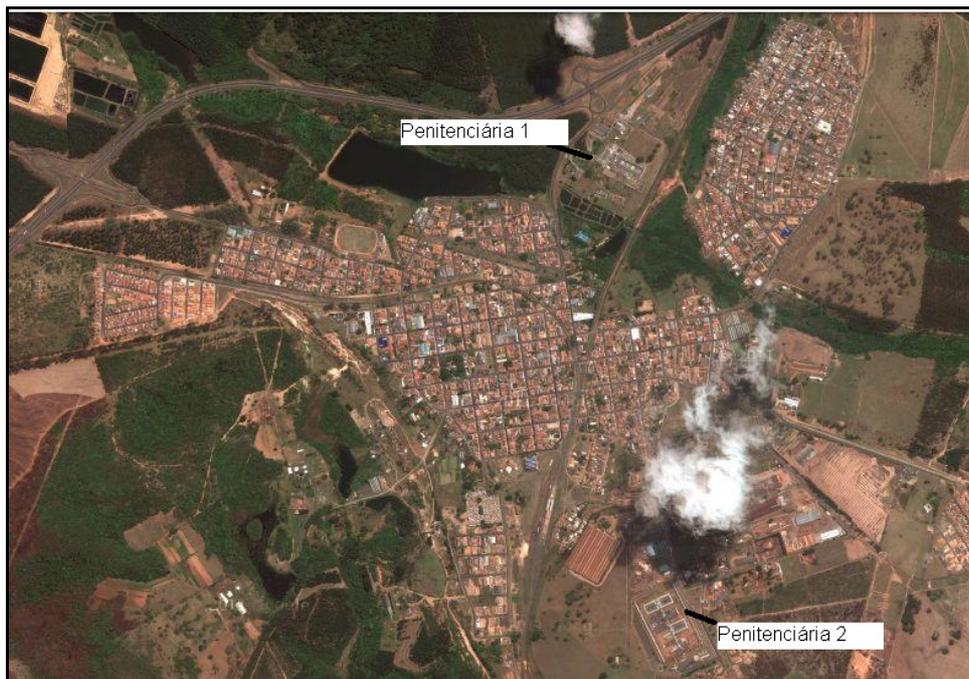
Figura 4 - Penitenciária 2 de Itirapina



Fonte: arquivo pessoal

Desta maneira, apesar de cerca de três anos de tentativas de negociação, mobilizações populares e informações desencontradas, a segunda unidade prisional de Itirapina foi construída e inaugurada, já inserida em uma política penitenciária distinta da que assistimos em 1978. O resgate do contexto histórico de implantação de cada uma das unidades prisionais localizadas em Itirapina mostrou que estes processos ocorreram de forma diferenciada, assim como a aceitação de cada uma das unidades por parte da população local e das autoridades também ocorreu de forma distinta.

Figura 5 - Vista aérea de Itirapina e suas penitenciárias



Fonte: Google Maps

Em meados da década de 1990, o contexto brasileiro era bastante diverso do final da década de 1970, o país já havia vivido uma conturbada transição política passando de um governo de ditadura militar para um governo democrático. Conforme expus no primeiro capítulo, esta transição foi marcada por diversos processos sociais ambíguos e contraditórios que deram à democracia brasileira o caráter ‘disjuntivo’ descrito por Caldeira (2000). Dentre estes processos, as reações às manifestações da violência e o desrespeito aos direitos civis, ajudaram a na deterioração do espaço público, na segregação de grupos sociais e desestabilização do estado de direito. Assim, estes ordenamentos passaram a reger os valores da sociedade de democrática que estava em plena ascensão.

Dentro deste ordenamento é que a P2 de Itirapina foi implantada e sua aceitação por parte da sociedade local ocorreu de maneira muito diversa à P1. O levantamento histórico nos possibilitou observar que os discursos relacionados à P2 eram permeados por ligações com o medo do crime, com a violência e a segregação social. Também já não há indícios de uma relação direta entre penitenciária e sociedade local, como foi possível observar no contexto da P1, neste momento os presos já não são vistos como integrados à cidade, mas sim como elementos que devem ser isolados do convívio e do cotidiano local. Em relação a P2, perdeu-se a crença na prisão como um instrumento ressocializador, assim como se perdeu a preocupação de ver nos presos os “reeducandos”.

A partir das transformações ocorridas em Itirapina, sobretudo com as diferenças explicitadas no processo de instalação de cada uma das unidades prisionais, é possível perceber as relações com o atual contexto global, onde as mudanças nos ideais políticos e administrativos do campo do controle do crime aparecem com outras configurações. No escopo destas mudanças, alguns elementos passaram a orientar políticas ao mesmo tempo em que reproduzem sua necessidade. De acordo com Garland (2008, p. 54)

O reconfigurado campo do controle do crime é o resultado de escolhas políticas e decisões administrativas, ambas assentadas sobre uma nova estrutura de relações sociais e informadas por um novo padrão de sensibilidades culturais. O medo do crime passou a ser visto como um problema em si só, bem distinto do crime e sua vitimização, e políticas têm sido desenvolvidas mais com o objetivo de reduzir o medo do que o crime

No contexto atual, a descrença na prisão enquanto um instrumento ressocializador se espalhou nos países ocidentais. No entanto, a instituição permanece, reinventando-se sob o paradigma do controle e do gerenciamento dos riscos.

Hoje em dia, os programas de reabilitação não mais reivindicam o status de expressão máxima da ideologia do sistema, nem mesmo a posição de objetivo primordial de qualquer medida penal. As sentenças condenatórias não são mais inspiradas por conceitos correcionais, tais como indeterminação e soltura antecipada. As possibilidades de reabilitação das medidas da justiça criminal são rotineiramente subordinadas a outros objetivos penais, especialmente a retribuição, a neutralização e o gerenciamento dos riscos. (GARLAND, 2008, p. 51).

Estas mudanças descritas por Garland em um contexto global são possíveis de serem observadas no contexto particular de Itirapina. Neste regate comparativo entre os processos sociais e políticos que envolveram a instalação das duas penitenciárias é possível perceber os embates e conflitos políticos entre diferentes níveis de governo, assim como os reflexos diretos da mudança no paradigma da prisão, expressados pelas percepções e sensibilidades dos moradores da sociedade local. A ‘fala do crime’ descrita por Caldeira (2000) e a nova dimensão dada ao ‘medo do crime’ colocado por Garland (2008), passam a moldar as percepções dos moradores de Itirapina diante da prisão que ali chega em 1998 dentro deste novo paradigma. No entanto, mais do que a oportunidade de observar empiricamente estas mudanças, o estudo do caso de Itirapina nos permite observar a coexistência de dois diferentes ordenamentos da punição que são constantemente reproduzidos nas falas dos moradores e funcionários das penitenciárias, das quais tratarei no próximo capítulo. A percepção dos moradores em relação às penitenciárias mostra esta coexistência de valores em torno das unidades, conforme uma interlocutora me relatou em entrevista:

Quando tinha só a P1, pra mim era a mesma coisa que tivesse uma indústria, uma fábrica, ou uma outra coisa qualquer, a gente sabia que tinha aquilo ali, mas eu nunca prestei atenção naquilo ali como uma coisa perigosa, eu só fui notar realmente o perigo, depois que abriu a P2 e começou a ter essas rebeliões, mas também, mais ainda quando foi aquela geral que abrangeu o Estado todo, sai até um pouco fora do Estado. Aí que eu fui ver a periculosidade da coisa, eu não sei se é porque o meu marido não comenta, eu não sei se é por isso e também nunca sai muita coisa da P1 na televisão, né? Quando a gente fala “ai eu vi pelo jornal, eu vi pela televisão”... Quando sai, sai da P2. Então com a P1 eu não vi nada assim de ruim, então é o que eu to te falando, é como se fosse uma indústria, alguma coisa que veio pra dar emprego para as pessoas. (Comerciante 3).

Capítulo 3

*Prisões e sociedade: identidades e
moralidades em jogo*

Neste capítulo apresentarei dados relativos às percepções dos moradores de Itirapina em relação às consequências advindas da presença das unidades prisionais no município. Trabalharei aqui com dados obtidos por meio de entrevista com os comerciantes locais e com os agentes penitenciários de ambas as unidades. Assim, buscarei evidenciar as opiniões, percepções e práticas destes atores tanto no âmbito individual - enquanto moradores - quanto no âmbito profissional - enquanto funcionários do sistema.

1. O comércio e a moral: discursos e práticas em torno das prisões

No capítulo anterior procurei evidenciar as diferenças no processo de implementação das duas unidades prisionais em Itirapina, a diferença nas percepções e aceitação por parte dos moradores em cada um destes processos, bem como as transformações macro-sociais que refletiram nos seus discursos e práticas em cada contexto. Neste terceiro capítulo pretendo destacar os conflitos gerados pela presença dos familiares dos detentos durante a realização das visitas nas unidades onde seus entes estão presos.

Os resultados da pesquisa realizada durante minha Iniciação Científica (Silvestre, 2007) evidenciaram, entre outros aspectos, que as relações sociais tecidas entre comerciantes e familiares dos presos são diferentes das relações estabelecidas entre comerciantes e outros moradores de Itirapina. Embora haja relações de compra e venda entre alguns comerciantes e familiares de presos, a maioria destes comerciantes adota uma postura bastante impessoal na hora da venda, o que não ocorre quando o consumidor é um morador da cidade. Assim, demonstrarei a seguir, como as falas destes interlocutores me fizeram chegar a estas análises.

As opiniões e os argumentos expostos pelos comerciantes não seguiram uma tendência geral para caracterizar a presença das penitenciárias como “positiva ou negativa”, algumas delas chegaram, em alguns casos, a ser conflitantes. Entretanto, na opinião dos comerciantes que admitiram como “positiva” a presença das penitenciárias, o principal argumento para a justificava de tal posição, além do aumento das vendas em seus respectivos comércios, foi a geração de empregos proporcionada pelas duas unidades, conforme as seguintes falas:

Sempre falo isso, graças à penitenciária tem muita gente empregada, ganhando bem e sobrevivendo bem, não ta passando necessidades, então tem muita gente que ia ter que ir embora daqui, por que ia trabalhar onde? (comerciante 1).

É só modo de emprego pra cidade, da cidade trabalhar no presídio. (comerciante 2).

Eu acho que a penitenciária é boa por causa disso, porque gera empregos, coisa que não tem muito na cidade, não tem muito “pra onde correr” [...]. E o pessoal não tem muito que reclamar não! Porque você vê muita gente daqui, que mora aqui e que trabalha na penitenciária. (comerciante 6).

O vínculo econômico entre o comércio municipal e as penitenciárias ficou mais evidente ainda quando, no ano de 2006, em decorrência da megarrebelião⁴⁰ ocorrida em todo o Estado de São Paulo, a P2 de Itirapina permaneceu desativada de julho daquele ano até maio de 2007, quando os primeiros detentos começaram a ser remanejados novamente para a unidade. Este período de desativação da P2 de Itirapina trouxe consequências diretas para a economia local, tendo havido uma diminuição significativa no volume de vendas, segundo comerciantes. Muitos agentes que trabalhavam na unidade tiveram que ser remanejados para outras cidades durante o período da desativação, que durou aproximadamente dez meses, representando uma queda significativa no número de familiares no município, que foi atribuída também à redução do número de pessoas que estão na cidade com a finalidade de visitar os que estão presos, especialmente as mulheres:

Ah, fez bastante diferença, porque elas não estavam mais aqui, não vinham mais visitar, faz diferença, né? Porque querendo ou não, é sempre uma “coisa ou outra” que elas levam, como eu te falei, elas deixam pra comprar aqui mesmo, então a diferença foi essa [...] É, nos finais de semana sim, o movimento que a gente tinha delas acabou. Era só o pessoal da cidade mesmo. (comerciante 6).

Alguns comerciantes, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância dos empregos gerados pelas penitenciárias e também afirmam que o comércio se beneficiou diretamente com o movimento dos familiares dos presos, ressaltam problemas como falta de

⁴⁰ Segundo nota oficial divulgada pela SAP a rebelião na P 2 de Itirapina teve início em no dia 16 de junho de 2006 e terminou no dia seguinte, totalizando aproximadamente 21 horas. O saldo desta rebelião foi a morte de um detento e sete feridos, além destruição quase total de toda a P 2, que teve que ser desativada logo após o período do conflito para ser submetida a uma reconstrução, ampliação e também uma readequação da estrutura interna, com a criação de sistema de isolamento entre as alas do presídio.

segurança, insuficiência no efetivo policial e aumento da criminalidade como consequências diretas da presença das unidades no município. A fala de um de meus interlocutores mostra que, embora reconheça que as vendas em seu estabelecimento aumentem aos finais de semana, ele também necessita investir em gastos com funcionários e com a segurança de seu comércio.

Bom, eu vejo assim, pelo lado da população, em termos de emprego, essas coisas, pra Itirapina foi uma “boa”. Porque foi o negócio que mais deu empregos e com o melhor salário. Agora em termos de comércio, não. No comércio eu acho que atrapalha bastante por causa das visitas de presos. O que “atrapalha nós” é a visita. Se eu trabalho, vamos supor, com uma pessoa só durante a semana, chega de sexta, sábado, eu tenho que ter no mínimo duas ou três. Você acaba vendendo mais aos finais de semana, mas ao mesmo tempo... Ao mesmo tempo você tem que ficar com aquele cuidado, né? Você não sabe se elas entram pra mexer, se elas entram pra roubar... Então você fica naquela “corda bamba”... Não é nem bom e nem ruim, viu, essa resposta eu não tenho pra te dar! Se é excelente ou se é ruim demais, eu acho que é aquele meio termo. Eu acho assim, resumindo, economicamente ajudou, em termos de segurança atrapalhou. Eu acho que atrapalhou muito, acho que eles cresceram muito no presídio e esqueceram que Itirapina tinha que ter segurança. (comerciante 5)

Outro comerciante que entrevistei, trabalha com o comércio de roupas e acessórios e, segundo ele próprio, são produtos que não são visados por este perfil de consumidor e, desse modo, ele não estabelece relações de vendas diretas com familiares dos presos. O principal argumento relatado por este comerciante em sua opinião em relação à presença das unidades é justamente a movimentação de pessoas que ele considera como “estranhas e diferentes” que circulam na cidade em função da presença das penitenciárias. Fato que, de acordo com sua fala, demonstra certa preocupação com a segurança.

O presídio, em si, pra cidade é ruim. É ruim! É ruim porque vem... Vem família de preso [...] O ‘cara’ entra na loja, tem que ficar de olho, ver seu eu acho que aquela ali é “de preso” se não é! Porque você não conhece mais a cidade, a cidade mudou muito! (comerciante 4).

O segundo comerciante que demonstrou uma perspectiva “negativa” em relação à presença das penitenciárias apontou um possível caminho de precariedade que certos setores da economia de Itirapina estão tomando.

De acordo com este comerciante, que atua no setor de transporte e hospedagem, a constante movimentação das visitas dos familiares dos detentos aos finais de semana já foi bastante lucrativa para seus negócios, uma vez que se beneficiava diretamente prestando serviços a elas com seu táxi e sua pensão. Segundo ele, este fato ocorria, sobretudo, no período inicial do funcionamento da P 2, quando ele transportava um grande número de pessoas do terminal rodoviário até as pensões e também das pensões até as penitenciárias nos *dias de visitas*. Contudo, o comerciante afirma que nos últimos anos seus negócios vêm sendo prejudicados pelo que ele chama de *clandestinos*.

Segundo ele, nos últimos anos as *visitas* que vão para a cidade estão sendo atraídas por algumas oportunidades mais econômicas de transporte e hospedagem. O comerciante afirmou que alguns grupos de pessoas, principalmente da região da Grande São Paulo, passaram a organizar a viagem e o transporte destas *visitas* dentro da cidade, por um preço mais acessível a elas. O comerciante afirmou ainda que, por vezes, estas visitas acabam pernoitando dentro destes ônibus, sem fazer uso de pensões ou hotéis, fato que, segundo ele, prejudicou muito seu comércio.

Então, o presídio até ajudaria a cidade se não tivesse os 'clandestinos'. Por exemplo, o táxi, hoje eu já não faço mais nada em relação às 'mulher de preso', porque os ônibus vêm de São Paulo e 'traz elas', então hospeda aonde eles querem. Por exemplo, não tem um lugar certo, um lugar definido, eles não largam aqui na pousada ou lá no hotel, eles 'largam' onde eles querem, não sei se é lá de dentro da 'cadeia' que manda, eu não sei o que é. Então o que acontece, de manhã eles passam com o ônibus, então ele leva todas as 'mulher' pra 'cadeia', a tarde eles pegam todas as 'mulher' e levam pras pousadas que eles acham que é melhor pra elas 'ficar', então, em relação ao táxi, a 'cadeia' não traz muita vantagem não. (comerciante 8).

O comerciante ressaltou ainda que, pelo fato de muitos destes ônibus encontrarem-se em situação irregular e até mesmo em estado de má conservação, por vezes tentou alertar algumas das pessoas que vinham para fazer suas visitas, o que criou uma indisposição entre ele e os organizadores estas chamadas excursões, conforme explicou

É, porque a gente procura mandar no lugar certo, né? Porque o ônibus Prata [empresa Expresso de Prata, que realiza as viagens entre Itirapina, Bauru, Campinas e São Paulo] tem seguro, é mais confortável e esses ônibus não, esses ônibus é pneu 'tudo' ressolado, é pneu careca, é motorista que já viajou a noite inteira, de dia, não dormiu, a noite vai voltar com esse ônibus

cansado, quer dizer, é risco de acidente, então se você conhece uma pessoa você fala, 'olha, tem o Prata', porque elas vem de São Paulo e elas não sabem que tem o Prata, que tem esse benefício da empresa, então eles acham que é só a cadeia e da cadeia vai embora, mas não é assim. Agora, eu 'pego o pessoal do Prata', então a primeira vez vem pra minha pousada, na segunda vez não, na segunda vez já vai no ônibus da excursão, então eu já perco aquela freguesa também. (comerciante 8).

O mesmo comerciante afirmou ainda que a movimentação destas visitas aos finais de semana acabou abrindo precedentes para que surgissem novas formas irregulares de comércio, sobretudo na área de hospedagem. Segundo ele, algumas pessoas acabaram alugando quartos ou ainda edículas de suas próprias casas por um preço inferior aos cobrados nas pensões e hotéis da cidade. Para ele, falta ainda uma fiscalização mais intensa por parte das autoridades municipais que acabam comungando com o funcionamento de alguns estabelecimentos irregulares.

Por exemplo, tem uma fiscalização aqui em Itirapina, só que eles não 'faz' a função de fiscalização... A pessoa vai lá e abre um cômodo, joga lá 15 'colchão' no chão, aluga por 7 reais a noite, a 6 reais a noite, as 'mulher' vai lá! Então, foi o que atrapalhou. Essa outra mulher alugou aquela casa ali, não tem alvará [apontou para o seu alvará de funcionamento exposto na parede], não tem nada! Ela põe lá dentro 10 'mulher'! Aluga a 10 reais a noite, com as 'mulher' podendo cozinhar, ela leva de carro de manhã, a tarde vai buscar! Então o que acabou com o meu comércio, os 'clandestinos'. (comerciante 8).

Com base nestes dados, podemos afirmar que a instalação das unidades prisionais no município está relacionada, entre outros aspectos, com uma medida de criação de empregos e estímulos diretos e indiretos à economia municipal, já que este é um dos principais argumentos apresentado pelos comerciantes, além da ligação destes estímulos com o desenvolvimento da cidade. É possível observar ainda com base nas falas, que o município de Itirapina vem passando, nas duas últimas décadas, por um processo precário de modernização econômica, um caminho que perpassa a expansão do complexo penitenciário, o aumento da informalidade, principalmente no comércio, além da precarização do espaço urbano.

Os dados obtidos nas entrevistas apontaram ainda, além das percepções relacionadas ao comércio local, diversos elementos relativos às relações sociais tecidas entre os comerciantes/moradores de Itirapina e seus consumidores/visitantes. Relações estas que

perpassam por certas tensões e estigmas que serão aqui evidenciadas pelas próprias falas dos sujeitos, além de demonstrar suas sensações em relação à segurança diante destes processos. Vale lembrar ainda que os dados das entrevistas apresentados neste capítulo representam apenas as visões de uma parte em relação à outra, ou seja, as percepções dos comerciantes/moradores em relação aos familiares dos presos. As percepções da outra parte deste processo serão apresentadas no capítulo 5 deste trabalho.

De acordo com os moradores/comerciantes, estaria ocorrendo uma mudança no perfil da população de Itirapina, em decorrência de seu crescimento. Deste modo, os moradores não se reconhecem mais nas ruas, rompendo assim laços consolidados há gerações. Tal mudança, representada pela emergência do desconhecido no espaço urbano passa a ser relacionada à “sensação de insegurança”. Muitos moradores relacionam o crescimento populacional e a conseqüente emergência do desconhecido com o processo de instalação da segunda penitenciária.

Do tempo que eu vim pra cá, tem muita gente, acho que metade da cidade hoje eu não conheço e quando eu vim pra cá, a gente conhecia todo mundo, conhecia aquele monte de gente da Fepasa, fazendinha [horto florestal do Estado], prefeitura, até o pessoal do presídio. Agora, às vezes vem gente aqui que eu não sei quem é. (comerciante 3 – grifo meu).

A cidade, quando tinha só a primeira, a gente não tinha movimento nenhum. Andava na rua, todo mundo conhecia todo mundo, a cidade era uma cidade onde você cumprimentava, conversava com todo mundo, a partir do momento que entrou a segunda penitenciária, eu acho que deu uma ‘reviravolta’ bem grande na cidade. Acho assim, que é um negócio que você anda na rua, mas que nem você conhece as pessoas de anos atrás, agora, de 5, 6 anos pra trás, que é mais ou menos a idade da penitenciária, talvez um pouquinho mais velha [...] Mas assim, eu acho que de uns 5 anos pra cá, 6 anos pra cá que eu acho que mudou bastante! Você não sabe, se você sai de um dia de sábado à tarde, você não sabe se é gente de Itirapina ou não é. Então você olha pras pessoas ‘meio que’ desconfiando. (comerciante 5 – grifo meu).

Então a cidade hoje, nós estamos aí com 15 mil habitantes, 16 mil, você pode ver que não tem um roubo de carro, não tem nada! Tem roubo de carro quando tem festa, porque ‘é’ os cara de fora que vem! [...] É! O pessoal vem na festa e rouba. (comerciante 8).

Então, isso nós nunca sofremos, nunca passamos por assalto, mas o que a gente escuta, o que a gente ouve por aí é que aumentou, né? Sempre, ‘vira e mexe’ a gente escuta aqui no comércio, tal lugar foi roubado, coisas que a gente não ouvia há 5 anos atrás, então aumentou. (comerciante 6).

Outro ponto que foi evidenciado pelas falas dos comerciantes, sobretudo os que atuam área central da cidade e que apontaram uma relação direta entre a preocupação com a segurança e a presença das penitenciárias, foi o direito de saída dos presos, previsto em lei, chamados de *saidinha*.⁴¹ Segundo os comerciantes, nos períodos destes indultos muitos presos acabam circulando pela cidade e aumentam sua sensação de insegurança e medo. Conforme a fala:

O único problema é dia de “saidinha” né? Chegou um dia dos pais, “que nem” nós tivemos um dia dos pais, que roubaram uma bicicleta na porta da minha loja! E foi preso! [...]Aí “deu parte” tudo e “não sei o que”... Quando ela voltou aqui a tarde, ela me falou que o preso foi até a rodoviária, aí ele teve um problema na rodoviária pra pegar o ônibus para ir embora e mandaram ele pra delegacia, chegou na delegacia anotaram os dados dele e liberaram ele pra ir embora. Não voltaram ele para o presídio. Ali ele veio na rua 4, andando reto, sem destino, pegou a bicicleta e saiu com a bicicleta, a primeira bicicleta que ele achou no caminho... É um roubo? É um roubo! (comerciante 5).

Eu acho perigoso, não só com preso, a gente tem que ter cuidado a todo momento. Mas ‘que nem’ aqui onde eu estou localizada, eu tenho dois bares nas esquinas, um na esquina ‘de lá’ e outro na esquina ‘de cá’, no dia dos pais, quando eles voltaram na terça feira, esse bar estava assim ‘entupido’ de homem, e aqui eu tenho uma menina sozinha [funcionária]. Eu vim, subi pra trabalhar com ela, mas não vai inibir ninguém né? Eu acho que é perigoso, entendeu? Eu acho que ao mesmo tempo que tem, vamos supor, 20 presos num bar, tem que ter umas 4, 5 viaturas na cidade! Pelo menos andando no centro onde eles estão andando, porque eles têm até as 5 horas da tarde pra entrar! Então eu acho assim, se eles voltassem com o ônibus da ‘uma’, o ônibus da uma hora entrou lá no presídio e larga os presos lá dentro! Não, eles largam o preso na rodoviária, o preso anda a cidade inteira, se ele tiver que roubar, ele rouba, ele apronta o que tiver que aprontar, pra depois voltar pra penitenciária! ‘Enche a cara’ no bar e depois 5 horas ta entrando na penitenciária. (comerciante 5 – grifo meu).

A partir destas falas é possível perceber que o preso tornou-se um cliente indesejado, já que fica claro que os comerciantes e moradores não querem que ele faça “uso” da cidade, não devendo nem mesmo circular por ela, a não ser sob a vigilância da polícia. Os moradores e comerciantes associam a figura do preso à confusão, roubo, crimes e desvios morais de conduta.

Nestas falas também é notória a diferença na relação entre sociedade local e as duas penitenciárias de Itirapina. Conforme exposto no capítulo 2, no projeto de implantação da P1 a relação entre os presos e os moradores foi pensada no viés da ressocialização, em um

⁴¹ A saída temporária dos presos, os indultos concedidos em algumas épocas do ano é um direito previsto na lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984 que instituiu a Lei de Execução Penal.

esforço de integração dos presos na vida cotidiana local. A população foi, de certa forma, informada e preparada pelas reportagens do jornal local para a recepção dos presos, ao mesmo tempo em que um espaço lhes foi dado e garantido na vida comunitária pela prestação de serviços. No projeto de implantação da P1 houve até mesmo a intermediação do poder municipal, pois a prefeitura, ao utilizar a mão de obra prisional, de certa maneira avalizou e legitimou a circulação dos presos pela cidade.

Já o projeto que norteia a implantação da P2 não previu uma forma de relacionamento institucionalizada entre o dentro e o fora e, tampouco, foi pensado pelo viés da ressocialização. Neste projeto operava o registro de que os presos deveriam permanecer isolados, sem qualquer participação na vida e nas atividades comunitárias. Com base nas reportagens mostradas no capítulo 2, é possível observar que a imprensa local passou a transmitir a ideia de que o preso da P2 seria mais perigoso e por isso deveria permanecer isolado, não devendo circular pela cidade. Enquanto o preso da P1 era visto pela sociedade como uma pessoa que estava ali para ser ressocializado e reintegrado à sociedade, o preso da P2 é visto como o criminoso perigoso, que já faz parte do “contexto pós Massacre do Carandiru”, ou seja, o preso que ganhou visibilidade pela rebelião, pelo conflito e pela organização em coletivos, como o PCC, por exemplo.

Do jeito que tem essa P2 aí, é uma parte do Carandiru que tinha em São Paulo! Uma ala do Carandiru em São Paulo, porque você pega, vai, 2000 homens que estejam aí dentro hoje... É um alto risco, eu acho que eles tinham que ter aumentado, assim, não tem que ter só uma base da polícia militar, Itirapina precisa de um corpo de bombeiros, concorda comigo? O dia que eles colocaram fogo, hastearam fogo no presídio, não tinha corpo de bombeiro, Itirapina precisa de um corpo de bombeiro, teria que ter mais bases da polícia militar... Em termo de segurança eu acho que atrapalhou totalmente, ta totalmente bagunçado! (comerciante 5).

Nas reportagens apresentadas no capítulo anterior, não há ideia de integração entre o preso da P2 e a cidade, assim como não há nenhuma razão prevista para a circulação deles naquele espaço. A partir da implantação da P2, a presença dos presos na vida comunitária se tornou um fato perturbador, simultaneamente à emergência do desconhecido no espaço urbano, associou-se uma coisa à outra; o preso da P2 é desconhecido, enquanto que o preso da P1 podia ser conhecido, já que ele era um trabalhador e tinha seu espaço na vida comunitária. A integração do preso da P2 à vida local não foi pensada.

Estas diferenças no modo de se relacionar com os presos se assemelham a dois tipos de sociedades analisadas por Foucault (1987), a ‘comunidade pura’ e a ‘sociedade

disciplinar' que na verdade, são "duas maneiras de exercer poder sobre os homens, de controlar suas relações, de desmanchar suas perigosas misturas" (p.164). Ao analisar o diferente modo como as cidades trataram a peste e a lepra no século XVII, Foucault demonstra que tanto os modelos de exclusão adotados em relação aos leprosos quanto a organização e vigilância despendida aos pestilentos traziam consigo a mesma intenção de evitar o "contágio". Em um caso isola-se o indesejável e no outro vigia-se.

Em um primeiro momento, a presença dos presos na vida comunitária é aceitável, desde que controlada, vigiada e organizada, sobretudo pela intensa disciplina do trabalho, já que

Atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos contágios, da peste, das revoltas, dos crimes da vagabundagem, das deserções, das pessoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem (FOUCAULT, 1987, p. 164)

Quando o ideal ressocializador entra em declínio, seu principal instrumento torna-se obsoleto. A disciplina do trabalho deixa de ser o instrumento da vigilância e da organização do convívio e a exclusão da população indesejada à vida comunitária torna-se uma alternativa mais eficaz, mantendo assim a o ideal da 'comunidade pura'. Não por menos, a presença e circulação dos presos na cidade durante o período dos indultos se tornaram um fato tão perturbador e indesejável.

É importante destacar ainda que as relações sociais estabelecidas em pequenos grupos são permeadas por relações de poder que acabam por qualificar e determinar as posições de cada indivíduo em uma determinada sociedade ou grupo. Elias (2000) aponta que mesmo dentro de um pequeno grupo existem divisões que hierarquizam e determinam os papéis de cada um dos sujeitos, mostrando implícitas formas de relações de poder. Por vezes, alguns grupos sentem-se numa posição de prestígio em relação ao outro, legitimando assim suas visões e comportamentos. Ainda segundo Elias (2000) diversos são os motivos que levam a estas visões, sendo a principal delas, a coesão grupal dada pelo tempo.

Naquela pequena comunidade, a superioridade de forças do grupo estabelecido desde longa data era desse tipo, em grande medida. Baseava-se no alto grau de coesão de famílias que se conheciam havia duas ou três gerações, em contraste com os recém-chegados, que eram estranhos não apenas para os antigos residentes, mas também entre si [...] Assim, a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram

armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. (p 22).

A formação de Itirapina, já descrita no capítulo 2, ocorreu por famílias com uma origem migratória comum e de atividade ocupacional similar, ligadas à ferrovia. Este fato garantiu uma relativa homogeneidade social, cultural e até racial aos moradores. A estagnação econômica favoreceu a estabilidade social que predominou no século XX, dando a Itirapina uma característica peculiar de cidade interiorana em que as pessoas têm a pretensão de conhecer todos os moradores e as relações sociais são movidas pelos laços de familiaridade. Todos os indivíduos precisam ter uma matriz local, justamente por isso é comum que as pessoas se apresentem fazendo referência aos seus familiares. Entre os moradores mais antigos é muito comum ouvir a expressão *gente de quem?* ao indagar a qual família pertence uma pessoa. Este mesmo padrão fez com que aparecesse uma nova categoria a partir da introdução da segunda penitenciária: *gente de preso*, conforme apareceu em algumas falas dos comerciantes retratadas acima.

Este grupo que constitui a *gente de preso* convive com a sociedade local, ainda que de forma indesejada, pois apesar de todo o preconceito e recusa, circula e faz “uso” dos espaços da cidade, tendo assim um lugar marginal. Quando questionados sobre a maneira pela qual identificavam uma pessoa *de fora* com um possível familiar de preso, os comerciantes deram respostas elencando diversos elementos, tais como os tipos de roupas e bagagem que este grupo usa e carrega, os tipos de produtos que compram, o comportamento e também o fato de andarem sempre em pequenos grupos. Ainda segundo os comerciantes, estas características são específicas das *mulheres de preso*, não estando presentes entre os moradores do município. Assim, a construção desta figura do ‘outsider’ é toda direcionada a um grupo específico, formado pelas mulheres que têm um contato direto com o a prisão e seus prisioneiros, porém um contato afetivo e íntimo e não um contato perpassado pela instituição como no caso dos agentes penitenciários, que não passam pelo mesmo processo de estigmatização. Neste sentido, o grupo visto como ‘outsider’ não é assim reconhecido apenas por ser *de fora*, conforme as falas dos moradores, mas também por ser um grupo “contaminado” pelo contato com os prisioneiros e por isso, visto com um “tipo social cujo caráter é socialmente considerado “propenso a cometer um crime””. É a figura do ‘outsider’ sujeitado criminalmente (Misse, 2008 a).

Para eles, as *visitas* usam roupas “diferentes” e por vezes extravagantes que, segundo eles, os moradores da cidade não fariam uso. Além disso, os comerciantes declaram

que as *visitas* estão sempre comprando produtos de alimentação, como refrigerantes, doces, biscoitos, entre outros, além de produtos de higiene pessoal. Apontam ainda que, as *visitas* estão sempre em pequenos grupos pela cidade, geralmente com crianças, e apresentarem um comportamento “diferente”, além de associarem a presença delas a possíveis confusões e desordem. É válido observar a fala de cada um dos entrevistados sobre este aspecto:

Mais pela roupa, pela vestimenta. Pelos trajes assim que a pessoa usa, sabe? Elas não usam um tipo de vestiário assim. As roupas que elas usam não é assim um traje... Como eu vou explicar? Não é um traje normal, é mais diferente assim, barriga de fora, é ‘tudo aberto’, sabe? Sempre cheio de sacola na mão de mercado, já entra de duas, três, então eu identifico dessa maneira [...] O comportamento delas, o comportamento é diferente das pessoas de Itirapina. É, tem quem vai com criança, tem quem não vai com criança, mas a vestimenta é completamente diferente do hábito das pessoas de Itirapina. (comerciante 1 – grifo meu).

Ah. Lógico que conhece, só no entrar, gastar, você já percebe [...] Ah, porque não tenho essas ‘vendas’ aqui, né? Da gente não tem, é gente de fora que entra ‘pega isso, pega aquilo’, pega pasta de dente escova de dente, aí ‘pra que que é’? Você já percebe, sabonete, pra que que é? Pra levar lá! Pela compra, compra assim, cigarro. (comerciante 2 – grifo meu).

Então, eu percebi isso, que é o único lugar que saio daqui e vou, entro, de comércio, seria o mercado, e normalmente depois das 5, 6 horas da tarde que eu fecho aqui de fim de semana. Então esse alvoroço lá eu vejo, vejo que estão comprando, vejo muita gente que vem de fora, visitas, parentes, e as vezes a gente conversa porque ta ali, ta esperando, conversa naturalmente, mas vejo também, muitos assim, prontos pra armar um barraco, com essa intenção. (comerciante 3).

Olha, às vezes a gente vê uma pessoa e pensa que é parente de preso e não é, mas na maior parte a gente acerta. Porque a gente vê ‘elas’ circulando pela cidade, entrando numa pensão que elas ‘fica’, ou numa van, ou num ônibus, que fica ali junto com a companhia das outras. Por isso só. Mas a gente vê, você vai mais ou menos por essa base, vê uma entrando na pensão, andando com outra que já tava ali e que você viu, então você sabe que é, porque uma daqui da cidade não faz amizade. (comerciante 4 – grifo meu).

Então você ‘bate o olho’ e você vê as sacolas que elas andam na mão, elas andam sempre com sacolas, tipo de bolsa, modo de se vestir, a gente percebe tudo. Infelizmente Itirapina, antes se conhecia todo mundo né? Agora você vê a população, você sabe focar, né? O jeito delas se vestirem principalmente. (comerciante 5 – grifo meu).

Na maioria das vezes elas fazem questão de falar, ‘ai, porque tal coisa não entra’ [na penitenciária] ‘Isso aqui nós vamos levar, mas eu acho que não entra’, então os assuntos delas mesmo é assim, elas querem deixar bem claro que é pra elas levarem pra eles. Pelo assunto, na maioria das vezes elas vêm falando no celular, eu acho até que é com eles, porque elas falam ‘eu estou aqui em tal lugar, você quer que eu leve isso?’ Perguntam diretamente. (comerciante 6).

É, porque elas trazem alimento. Por exemplo, se você vai viajar, você tem um tipo de bolsa, bolsa de viagem, elas já têm bolsa que anda na porta da 'cadeia'. [...] Se eu 'ver', eu falo! Você pode me por lá na rodoviária que eu falo pra você, essa é visita, essa não é... (comerciante 8).

Diante disso, é possível afirmar que as relações tecidas entre comerciantes/moradores e *visitas* seguem uma nítida divisão permeada por relações de poder e pela recusa da integração destas mulheres à vida cotidiana da cidade. Quando as *visitas* vão às compras, é notório que não há por parte dos comerciantes uma preocupação ou interesse pelo grupo enquanto consumidoras - como ocorre quando o consumidor é *gente da cidade*. Embora os comerciantes reconheçam que são beneficiados pela presença das *visitas*, eles demonstram estranhamento e estigmatização em relação às mulheres, inclusive buscando um distanciamento, além de associar, por vezes a presença delas com a criminalidade.

Também busquei durante as entrevistas, levantar a opinião dos comerciantes em relação ao funcionamento do sistema penitenciário paulista e sua eficácia enquanto proposta de ressocialização dos detentos. Os comerciantes que opinaram sobre esta questão demonstraram, em sua maioria, uma descrença na prisão como um instrumento que se propõe ressocializador, no entanto, as falas fizeram referência à necessidade do trabalho dentro da prisão, considerando também que atividade seja uma forma de compensação pelos “custos” da penitenciária, além da ocupação do tempo do detento. Fica claro na fala abaixo que a cobrança por punição por parte dos moradores é relacionada à disciplina por meio do trabalho, pelo controle do corpo, da alimentação, do sexo e do contato com os familiares. O que demonstra que a disciplina pelo trabalho, que fez parte do contexto de implantação da P1, ainda coexiste na percepção de alguns moradores mesmo com a descrença no ideal ressocializador; assim é necessário que haja a punição e o isolamento, porém pautados pela disciplina do trabalho.

Você é uma cidadã, como eu sou, qual o benefício que você tem como cidadã? Você tem médico particular? Psiquiatra? Psicólogo? Dentista? Você entra na fila, se você quiser isso aí de graça, você vai 3 horas da manhã e fica lá na fila esperando. Você é uma cidadã, você paga seus impostos, você trabalha. Eles [presos] não fazem nada disso, eles lesaram, eles prejudicaram, e eles têm toda mordomia possível. Isso é uma coisa errada. Liberar pra trabalhar na cidade? Não! Na cidade vai trabalhar quem está livre. O nome não é detento? Detento é detido. Lá dentro sim, devia ter, fábrica, horta, vende pra cidade, nem que fique aqui, ou vá pra fora, mas tem que ter pra todos eles trabalharem. Além de tudo a família ainda recebe. Eles não fazem nada, eles comem, e eles não comem esquentado! Lá não tem isso de esquentar! Se não quer não come, faz greve,

faz rebelião. Entende o que eu quero dizer? Então nessa parte eu acho que ta errado! Não vai melhorar é nunca! Eles tinham que entrar, ter horário pra levantar, tomar o café deles, depois ir trabalhar, o almoço, você vai trabalhar 'x', dependendo 'x' que você vai trabalhar, você vai ter o seu almoço aqui, você vai poder escolher se vai querer uma carne ou não, se você não trabalhou, arroz e feijão, sem carne. Você quer uma verdura, vai lá na horta, vai plantar! Se a partir do momento que eles entrassem lá, para eles terem alguma vantagem, eles tivessem que trabalhar, ocupar a mente deles, eu acho que eles estariam bem melhores. Eu acho que eles tinham que ocupar a mente deles com serviço! Tudo o que eles quisessem lá dentro, ele fala, quero uma televisão, então ta, uma televisão hoje custa 800 reais, se você trabalhar todo dia direitinho, o salário mínimo é 380, se você trabalhar dois meses e mais um 'pouquinho' você vai comprar a televisão. Não dar uma televisão pra ele, entendeu? Médico, se acidentou tudo bem. Agora psicólogo? Psiquiatra? Nós que somos trabalhadores não temos isso! Vê se você consegue uma psicóloga de graça, psiquiatra de graça, é difícil! E quando você consegue tem que entrar na fila de madrugada. Você ta entendendo? Pra gente que paga os impostos, que não ta lesando ninguém, não lesou ninguém, tudo é mais difícil. Pra eles é fácil! Visita íntima? Não. Pensa bem antes de fazer o ato, pensa bem no que vai fazer! Eu acho assim, um 'blindadão' bonito aqui, um telefone aqui e outro aí, pode até receber quantas visitas quiser, mas assim! Atrás do blindado. Por telefone. Nada de contato, nada de entrar, dormir junto. Você vai ver sua família, pelo vidro! Você vai conversar com eles, pelo telefone! Acabava muita coisa! [...] Não devia ter privilégio, não devia ter nada de graça, nós não temos que trabalhar? E eles fazem e tem toda mordomia, não trabalham. (comerciante 3 – grifo meu).

O relato nos faz retomar ainda uma questão levantada por Teresa Caldeira em relação à noção de cidadania e direitos humanos entre a população brasileira. A autora fez uma análise das crescentes opiniões que se opunham aos direitos humanos e aos seus defensores e também da campanha pela introdução da pena de morte na Constituição Brasileira, demonstrando como historicamente os direitos sociais tornaram-se muito mais legítimos do que os direitos individuais, fato que, segundo a autora acabou por possibilitar uma maior tolerância à violência, além de questionar elementos da democracia brasileira, durante os anos 1980. Ainda de acordo com essa tese, Caldeira (2000) argumenta que a precariedade encontrada nas áreas sociais, como a saúde pública, por exemplo, acabam legitimando este tipo de percepção entre a população.

A população considera que métodos humanitários e o respeito à lei por parte da polícia contribuíram para o aumento do crime. No contexto do aumento do crime e medo do crime, a população tem exigido punições mais pesadas e uma polícia mais violenta, e não direitos humanos. (p 349).

Nosso contexto atual assinala para um processo contínuo de acirramento de tensões e conflitos no sistema penitenciário, assim como uma demanda no imaginário popular por um aumento das medidas punitivas. Como uma das consequências da interiorização do sistema penitenciário paulista, temos um processo de modernização precária de cidades do interior, como Itirapina, que alia expansão do complexo prisional, precarização do espaço urbano e aumento das teias de informalidade que estão se formando e se expandindo de modo significativo no município. O aumento do comércio informal apresenta relações diretas com o processo de implantação das penitenciárias, sobretudo após a instalação da P2.

2. O ASP e seu trabalho

Também busquei durante a trajetória desta pesquisa descobrir as percepções de outros atores envolvidos com o cotidiano prisional, os agentes de segurança penitenciária, ou então como são chamados, *ASPs*. Para tanto realizei entrevistas com o uso de gravador, assim como fiz com os comerciantes e, com base nos relatos, pude observar as aproximações e os distanciamentos nas questões abordadas nas entrevistas desta pesquisa.

Partindo desta chave analítica, posso apontar que dos quatro⁴² funcionários entrevistados, todos ressaltaram a importância das unidades prisionais na geração de empregos para o município, assim como também fora relatada pelos comerciantes. Segundo os funcionários, as penitenciárias se configuram para o município como a melhor possibilidade de emprego, estabilidade econômica e financeira. Quando questionados em relação ao motivo por que se interessaram pelo emprego, todos apontaram como justificativa a estabilidade em um cargo público, não sendo assim, uma escolha ideologicamente motivada.

É, na época eu me interessei não pelo trabalho, foi mais pela situação financeira, porque eu era recém casado e tal, e eu trabalhava com construção, tinha uma vida boa e talvez teria até ficado melhor se tivesse continuado fora, mas como a gente almejava uma aposentadoria e tal. Não tinha assim, uma orientação que deveria pagar um INPS, um instituto e tal, então eu peguei, e prestei o concurso e passei! (ASP 1 - funcionário da P1).

A nível de empregos são ótimas. A nível de, vamos dizer, cultura, ela atrapalha porque embarga um pouco o crescimento cultural da cidade, mas

⁴² Um dos agentes entrevistados não autorizou a gravação da entrevista, mas suas opiniões foram anotadas durante a conversa e estão incorporadas nas análises, embora não tenham sido transcritas como as demais.

de um modo geral, hoje é viável, essas duas unidades na cidade de Itirapina. (ASP 2 - funcionário da P1).

Sim, no meu caso foi, porque eu não pretendia sair de Itirapina pra trabalhar em outro lugar, na época que eu prestei o concurso eu estava pra casar, então, a Penitenciária aqui em Itirapina hoje é o único lugar de estabilidade e segurança pra quem pretende morar aqui. (ASP 3 - funcionário da P2).

Hoje eu acredito que as duas penitenciárias têm mais de 500 funcionários, acredito até mais, uns 600 funcionários com um salário médio de 2.000 reais, isso é um impacto financeiro violento na cidade, esse é um dado positivo, porque eu sou filho de ASP aposentado, eu sou irmão de ASP e na minha família tem meu pai, eu, meu irmão. (ASP 3 - funcionário da P2).

Dois funcionários que são naturais do município ressaltaram ainda o caráter predominantemente rural e ferroviário da economia municipal anteriormente à implantação das penitenciárias no município, fato também evidenciado pelas entrevistas anteriores:

Mas se eu não tenho a penitenciária para trabalhar como tem uns 200 e poucos funcionários na P1 e uns 400 na P2, são 600 funcionários, nós teríamos que estar catando laranja, trabalhando nas granjas, então o sistema penitenciário foi ótimo. (ASP 1 - funcionário da P1).

Olha, a minha opinião como cidadão, como pessoa, é que se não tivesse as duas penitenciárias aqui em Itirapina nós estaríamos voltando na época da cana, da laranja, trabalhar na granja, colheita de cana. Porque a Fepasa, que era o maior empregador da cidade, ela desapareceu, com o fechamento da Fepasa as pessoas migraram pra trabalhar nas penitenciárias. (ASP 3 - funcionário da P2).

Na fala acima é possível observar o trabalho rural é visto pelos agentes, assim como por outros moradores, como um trabalho de menor prestígio, atrasado e até indesejado, uma vez que as principais atividades do município sempre estiveram ligadas a serviços urbanos, no caso a ferrovia. Com a derrocada da Fepasa, as penitenciárias supriram à vocação urbana de Itirapina. Outro ponto bastante ressaltado pelos quatro funcionários entrevistados foi relacionado aos seus salários, nenhum dos funcionários admitiu o próprio salário como insuficiente, todos se consideraram bem remunerados, principalmente tomando como referência os níveis salariais de outros postos de trabalho existentes no município.

Eu acho que pro grau de escolaridade, pra mim, por exemplo, eu acho que não tá ruim, eu ganho 2.700 e pouco, eu to no último nível, no nível mais alto e tal. To almejando aposentar, mas eu acho que não é ruim, você

entendeu? Se fosse ruim não tinha advogado, entendeu? Então essa parte, você pode ter certeza que não é o problema. (ASP 1 - funcionário da P1).

Bom, o salário a meu ver é ótimo, o que acontece é que o ser humano, o ASP não foge à regra, ele se adapta ao seu orçamento e ele passa a ser pouco, é o que nós sempre conversamos lá, não adianta reclamar do salário, vamos saber administrar o que ganhamos, faz tempo que a gente não tem um aumento real, faz mais de 12 anos, mas hoje, uma pessoa com o 2º. Grau, começar ganhando o que ganha no sistema penitenciário, é muito salário. (ASP 2 - funcionário da P1).

Pra Itirapina, na minha idade, 2.100 reais. Eu não acho isso pouco, um secretário municipal na prefeitura hoje, ganha menos do que eu, o secretário municipal da saúde, o secretário municipal da educação, todos os secretários municipais da prefeitura, cargos de confiança, somente 4 anos, sem concurso e ganham menos que um ASP. (ASP 3 - funcionário da P2).

Além das questões salariais, alguns funcionários associaram diretamente o crescimento e desenvolvimento econômico do município ao processo de implantação das duas unidades prisionais. Esta associação também foi feita por diversos comerciantes entrevistados nesta pesquisa.

Com certeza é uma coisa boa, Itirapina cresceu muito por causa disso, embora alguns políticos, algumas pessoas não dá valor. (ASP 1 - funcionário da P1).

O Estado usou a seguinte estratégia, cidades pequenas aonde não “tinha nada”, ele construiu uma penitenciária, essa penitenciária gerou emprego, trouxe mão de obra, tal, e em Itirapina, se você voltar há 30 anos atrás, não existia a Cianelli, não existia a Monte Alegre, não existia a Santa Cruz [bairros de Itirapina]. No caso de Itirapina ta comprovado e em outras cidades que eu viajo e que eu vejo, a cidade cresce! Cresce com a construção da penitenciária, porque você pega hoje uma renda base do trabalhador do campo, 400 reais por mês, os funcionários da penitenciária que ganham 2.000, ganham, 5 vezes mais, ele vão comprar terreno e construir casas. É bastante grande o número de ASP que constrói casa, que compra um carro, se você for olhar o valor do IPVA que Itirapina recebe do Estado é infinitamente maior do que muitas cidades, inclusive cidades maiores, o que tem de carro zero e semi novo em Itirapina é assustador! Proporcionalmente por pessoa, é gigantesco, e na grande maioria são funcionários da penitenciária. Eu estive em São Pedro e conversei com um comerciante de lá e ele me disse que lá o supermercado entrega mercadoria com uma Kombi a gasolina e velha, o supermercado de Itirapina tem 5 caminhões zero! E São Pedro é uma cidade maior! Aqui, o movimento em torno das penitenciárias ultrapassa uma cidade do porte de São Pedro. Esse é um lado positivo. (ASP 3 - funcionário da P2).

Outro fato que evidencia um aumento da dinâmica da economia local de Itirapina pode ser observado levando-se em conta o número de pensões e hospedarias ali

existentes. Realizei uma busca nos arquivos e dados da Prefeitura Municipal de Itirapina, e constatei que o município possui sete pensões devidamente registradas. A primeira pensão foi registrada na Prefeitura no ano de 1998, a segunda de 2002, a terceira de 2004, a quarta no mês de julho de 2005, a quinta, em agosto de 2005, a sexta em 2006 e a última no ano de 2008. Contudo, além destas pensões registradas, consegui localizar, por meio de observação e questionamentos, pelo menos mais três pensões que não possuem o registro na Prefeitura, sendo que duas estão localizadas no centro da cidade e uma no bairro Vila Garbi. O levantamento destes dados aponta assim, que o processo de implantação das duas penitenciárias no município e seus desdobramentos impulsionou, de certo modo, a dinâmica da economia de Itirapina, mostrando uma consonância entre os dados obtidos nos relatos tanto dos comerciantes de Itirapina, quanto nos relatos dos funcionários das duas Unidades.

Para além das questões econômicas, notei ainda que os mesmos sentimentos de estranhamento e estigmatização observados nas falas dos comerciantes persistem também nas falas dos funcionários das penitenciárias. Contudo, enquanto alguns comerciantes destacavam uma significativa e direta participação nas vendas de seus produtos para os familiares dos detentos, os funcionários demonstraram, em suas falas, acreditar que essa participação no comércio, por parte das visitas é pouco significativa. Sendo mais importante para a economia do município o impacto financeiro dos salários dos funcionários.

No município? Aí eu já não tenho como responder muito, só vejo as visitas na penitenciária, agora no cotidiano, na rua não posso falar, sabe-se que tem o sentido pejorativo sim, não saio pra rua a noite, então não posso falar muito, mas acredito que boa coisa não é, existe as meras exceções. (ASP 1 - funcionário da P1).

Se gasta, é bom para o município, mas eu não acredito que o tanto que elas gastam vai influenciar tanto na economia do município, porque é aquilo que eu falei pra você, é uma população itinerante, ela vem vai no mercado compra uma ou duas garrafas de guaraná, 100, 200 gramas de mortadela, meia dúzia de pão, bolacha e leva. Tudo bem, num “bolo” total se torna grande, mas a meu ver não é tão importante na economia. É importante pro município o que os funcionários ganham e deixam no município, muito mais importante. (ASP 2 - funcionário da P1).

Olha, as visitas... A minha opinião, particular é o seguinte, são todas mulheres carentes, em todos os sentidos, a sua maioria são pobres, grande parte delas já tem filhos com presos, algumas tem filho com um preso e hoje visitam outro, então grande parte delas vem pra penitenciária, além do sexo, vem pra se alimentar, elas se alimentam no sábado e no domingo, os presos dão dinheiro pra elas pagarem as pensões por aí, existem presos que dão o dinheiro que elas gastam com os filhos, essa é a verdade. Eles [presos] não tem vínculo, porque o preso hoje aqui consegue, através de carta, de rádio, uma pessoa da rua pra ir visitá-lo, depois se ele é transferido lá pra

Americana ele já arruma outra pessoa lá, tanto que o Estado hoje está controlado, porque tinha preso que tinha 5, 6 mulheres, hoje pra você tirar uma e colocar outra, só depois de 6 meses, porque senão vai chegar uma hora em que vai ter preso com 5, 6 filhos, cada um com uma mãe. (ASP 3 - funcionário da P2).

Durante as entrevistas realizadas com os comerciantes, a maioria deles apontou uma visão diferenciada entre as duas unidades prisionais de Itirapina. Em geral, estes comerciantes apontaram a P1, como uma unidade de menor periculosidade se comparada à P2. Além disso, destacaram que o número de presos e, conseqüentemente o número de *visitas* da P1 que circulavam e compravam na cidade era menor. Os dados obtidos junto aos funcionários também apontaram para a diferença entre as unidades e os principais argumentos que embasaram essa diferenciação foram a estrutura física da Unidade, os funcionários e o perfil dos presos. Estas características relatadas pelos ASPs reforçam ainda mais a diferença dos projetos políticos de cada uma das unidades, conforme já relatei anteriormente.

Dentro do ideal de ressocialização pela disciplina do trabalho no qual a P1 fora inaugurada, os presos eram vistos como presos-trabalhadores e a relação entre agentes e detentos se dava neste registro. Embora o ideal ressocializador tenha entrado em declínio enquanto elemento norteador da política penitenciária, ainda é possível observar nas falas dos ASPs da P1 as características desta política, que não por menos um dos entrevistados chamou de filosofia antiga.

Na P1 o funcionário trata o preso como gente, em primeiro lugar, a diretoria é também da mesma forma, a visita do preso é respeitada, o preso é respeitado até que ele nos respeita, nós como somos guardas velhos, que já vem há muito tempo, nós sabemos quando o preso, usando a gúria, ta tentando “tirar o guarda”, tentando burlar, quando o funcionário não ta vendo, mas já tem outro funcionário que ta vendo, entendeu? Ou esse preso vai ter que mudar, ou esse preso vai ter que mudar de cadeia, vamos falar assim, então, principalmente quando 2 ou 3 funcionários vê o grau de malandragem dele tentando passar por cima de outro funcionário. Mais ou menos dessa forma, então isso aí segura muito ele na P1, porque na P1 tem alimentação boa, não estou falando que em outras cadeias não tenha, mas conheço só da P1 que eu prestei concurso pra ela e trabalho lá há 30 anos, tem uma alimentação boa, a diretoria trata bem o preso, o preso passa a ser obrigado a tratar bem a gente, porque a gente também trata bem a visita do preso, que é um ser humano igual nós, que ta na rua no corpo a corpo. Mas onde há PCC é mais “esculachadão”, porque o preso não fica muito tempo na mesma cadeia, ele já “toma bonde”, a visita daqui hoje vai pra lá, ele tem um problema com um funcionário, com a diretoria ele já “toma bonde”, então quer dizer, ele não para muito, entendeu? Então é mais ou menos assim. (ASP 1 - funcionário da P1 – grifo meu).

Existe uma diferença porque a Unidade da P1 foi construída em 1978, está fazendo 30 anos hoje e a P2 foi construída com uma mentalidade mais moderna, a nossa na época, era considerada de segurança máxima e pra poucos presos, já a P2 foi construída pra Segurança máxima também, mas com outro tipo de filosofia, então isso é diferente. Nós na P1 ainda hoje cultuamos a filosofia antiga e eles lá [P2] trabalham com uma filosofia mais moderna. Só que o número de presos da 2 em relação a 1 é mínima. A nossa filosofia que é diferente da deles [P2] é a disciplina com o preso, não é que ela é mais rígida, ela é mais imposta. Como a Unidade tem um raio só você tem mais tempo e mais condições de vigiar o preso, já a P2 ela tem 3 ou 4 raios, depois da reforma cada raio foi dividido, dobrou a população, então não se tem condições de conhecer todos os sentenciados, porque hoje você ta trabalhando nesse setor, amanhã você ta em outro e aí você não consegue assemelhar quem é quem. Lá na nossa, você pega a população, ela fica 1 ano, 1 ano e meio junta, então você sabe quem é quem, o nome do preso, a matrícula do preso. Não é um tratamento diferenciado, mas por ser menor você tem essas condições, pode conversar mais com o preso, porque o papel do ASP passa a ser também um papel de psicólogo. Ele ouve os problemas do preso, o preso quando ele se apega com algum funcionário ele conta os problemas dele pro funcionário, o funcionário por sua vez começa a aconselhar e mostrar um pouco da visão aqui de fora pra ele, então o funcionário passa a ser um psicólogo, eu sempre falei isso. O ASP é o segundo psicólogo da Unidade, porque é ele que tem o contato mais direto com o sentenciado, eu fico 12 horas olhando e conversando com aquele grupo, enquanto que um profissional ele vai lá e fica 15, 20 minutos, então a gente passa a saber mais coisa do sentenciado do que o psicólogo. Essa é a diferença se você for lá [P1] hoje, o funcionário ta lá andando no meio deles [presos], faz a caminha interna, bate papo, já na 2 me parece que é mais restrito, porque a cadeia é muito grande, então quanto maior a Unidade, menos contato se tem com o sentenciado”. (ASP 2 - funcionário da P1).

Já no contexto de encarceramento massivo no qual a P2 fora instalada, não há uma relação permeada pela disciplina do trabalho, os presos passam a ser visto como presos-perigosos, vindos da Casa de Detenção do Carandiru e integrados ao ‘mundo do crime’⁴³ e a relação entre agentes e detentos é permeada apenas pelo controle e gestão. Conforme a análise de Garland (2008, p.65), neste contexto punitivo: “autoridades prisionais consideram que sua tarefa principal é guardar com segurança os criminosos, e não pretendem mais levar a cabo medidas reabilitadoras para a maioria dos internos”.

Uma diferença gigantesca! Porque hoje existem as chamadas facções, que antes eram escondidas e hoje não. A penitenciária 2 ela é penitenciária de segurança máxima, onde o PCC é o comando, é uma penitenciária que eles se orgulham de ser. Presos da penitenciária 1 não entram na penitenciária 2, preso que passou na penitenciária 2 não entra na penitenciária 1, são

⁴³ Neste trabalho, o conceito ‘mundo do crime’, refere-se problematizações envolvendo os aspectos discursivos, éticos e de condutas *do crime*, relacionados aos sujeitos que o praticam, mas não somente. (Cf. Feltran 2008; Ramalho 1979).

inimigos os presos. A estrutura física é totalmente diferente, porque nós temos hoje na P2, 6 raios, eram 3 e foram divididos em 6 pavilhões. Após a rebelião, eram 3, já era uma estrutura física muito diferente, agora são 6 pavilhões e a P1 é só 1 raio e a P2 ainda tem um anexo do semi aberto e a P1 também tem um anexo pro semi aberto. A estrutura física é totalmente diferente, não se compara, é uma estrutura muito antiga a da P1 e é uma estrutura que não deu certo, porque só existem 3 unidades iguais à P1 que é a P1 de Itirapina, a P1 de Sorocaba e a P1 de São Vicente. Não foram construídas mais penitenciárias do porte físico dessas, evolui muito depois da construção dessas aí... Ela foi criada pra ser uma penitenciária semi aberta e hoje isso não existe mais. (ASP 3 - funcionário da P2 – grifo meu).

A fala do agente acima nos mostra ainda que a mudança no projeto político da prisão não ocorre só por parte das diretrizes do Estado, pois com a presença de coletivos como o PCC ou o CRBC nas prisões, os presos também têm projetos diferenciados para ambas as penitenciárias. A conclusão da fala do agente demonstra ainda sua convicção de que o projeto de ressocialização implantado com a instalação da P1 não apresenta mais eficácia, ou então é *uma estrutura que não deu certo*, pois quando ele afirma que o *semiaberto não existe mais*, na verdade se refere ao projeto político e não ao tipo de regime, que ainda permanece na lei.

Todos os funcionários entrevistados admitiram ainda a existência de coletivos dentro das duas Penitenciárias, entretanto, como pode ser visto nos relatos já destacados, P1 e P2 de Itirapina possuem presos integrantes de grupos rivais. A P1 possui presos integrantes do coletivo denominado Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), a qual se declara inimiga do Primeiro Comando da Capital (PCC), que possui membros entre os presos da P2 de Itirapina. A existência destes grupos dentro das penitenciárias paulistas chegou ao conhecimento de grande parte da população após primeira a megarrebelião ocorrida em fevereiro de 2001, na qual em 29 unidades prisionais do estado de São Paulo incluindo a Casa de Detenção do Carandiru e a P2 de Itirapina, se rebelaram simultaneamente, envolvendo cerca de 28.000 presos (Salla, 2007). A partir deste episódio, estes grupos passaram a se autolegitimar enquanto organizações, inclusive por meio de estatutos, onde a oposição das *facções* é abertamente declarada.

Tem bastante diferença, existe a facção, uma vergonha falar, mas a secretaria talvez não vai falar que tem duas ou três facções, ela não vai falar, mas ela sabe que tem, que funciona dessa forma, não adianta falar pra nós, ela pode falar pra vocês que não é do ramo. Então tem uma facção na P1 que é oposta a da P2. Dentro da P1 se tiver PCC é escondido como PCC. Ele é CRBC, como na P2 se tiver CRBC ele passa por PCC, ninguém descobriu que ele é, senão mata, tira do raio, vai pro seguro, é assim. (ASP 1 – funcionário da P1).

Você tem hoje, facções e é sabido e verídico que existem as facções, então quando são facções contrárias, você também tem que saber trabalhar. A P1 é facção contrária da P2. (ASP 2 – funcionário da P1).

Segundo os funcionários entrevistados, o fato destes presos pertencerem a grupos diferentes influencia diretamente na dinâmica e no cotidiano das unidades. Durante a realização das entrevistas com os comerciantes de Itirapina, a maior parte deles apontou a P1 como uma penitenciária com um menor grau de periculosidade em relação à P2, fato também foi observado nos relatos dos funcionários, que admitiram a P1 como menos perigosa frente à P2. Os dois funcionários da P1 entrevistados declararam nunca terem sido tomados como reféns pelos presos, além de nunca terem presenciado uma rebelião de grande porte, declararam apenas terem presenciado alguns problemas “corriqueiros”, como briga entre detentos, fugas isoladas, entre outros.

Então o preso que vem pra P1 ou entra no ritmo nosso ou ele não fica na Penitenciária, entendeu? Nós não trabalhamos com facção, trabalhamos com preso, se amanhã virar PCC na P1 que é CRBC e virar PCC, eu acredito que nossa cadeia não tem uma estrutura adequada para segurar. Porque é o seguinte, o que segura muito preso aqui, coíbe ele de fazer coisas erradas, da nossa facção ficar na P1 é que ele não pode estar indo de “bonde” pra qualquer cadeia. Bonde é o seguinte, ele foi transferido da P1 pra P2 ou pra Araraquara, porque a maioria das cadeias é regida pelo PCC, então esses presos do CRBC não podem ir pra essas cadeias, eles vão pra Guarulhos, umas 2 ou 3 “cadeinhas” que eles podem ir. Não, eu ser refém eu nunca fui, toda vida da forma que eu trabalho no raio, a P1 dificilmente acontece isso, de refém, aconteceu 1 vez eu acho, porque não acreditaram no que a gente falou, a diretoria, mas aí já se acertou, não teve nada contra o guarda e tipo meia hora, uma hora, duas horas, não me lembro mais, já se resolveu, já se negociou. (ASP 1 – funcionário da P1 – grifo meu).

Agora gostar eu gosto, estou aí há 22 anos e meio, nunca tive problema, nunca fui pego de refém, sempre tratei eles [presos] com respeito e eles também. (ASP 2 – funcionário da P1 – grifo meu).

Já os dois funcionários da P2 entrevistados relataram terem sido tomados como reféns pelos presos durante grandes rebeliões, incluindo as megarebeliões de 2001 e 2006. Um funcionário declarou ainda, ter sido refém dos presos em ambas as rebeliões, ressaltando também este fato, como diferencial entre os funcionários das duas Unidades.

Os funcionários da P1 não evoluíram pra acompanhar essas facções, essas coisas, e nós da P2 já passamos por inúmeras rebeliões, inúmeras situações de perigo que em termos de aprendizado a P1 nunca teve, nunca houve uma

rebelião, nunca houve... Os presos mais famosos de dentro, que comandam o PCC, que estão na inteligência do PCC passaram na P2, grande parte deles. (ASP 3 – funcionário da P2 – grifo meu).

É curioso notar que, enquanto os agentes da P1 relatam ter uma relação mais harmoniosa e respeitosa com os presos, conversando e circulando mais entre eles e afirmando ainda que *não trabalham com facções, mas sim com presos*, os agentes da P2 caracterizam os ASPs da P1 como “atrasados”, afirmando que eles não sabem lidar com o tom geral do sistema penitenciário, onde predominam as *facções*. O agente da P2 acredita que, por ter vivenciado duas grandes rebeliões dentro da *cadeia*, se tornou um ASP mais “preparado” do que os ASPs da P1, assim, o que a princípio deveria significar uma ineficiência do trabalho do agente (já que ele está ali para manter o controle da unidade) acabou sendo valorizado como um diferencial. Uma tensão gerada pelos diferentes ordenamentos que operam em cada uma das unidades, e que são frutos das políticas que nortearam suas implantações.

Podemos perceber também nas falas acima que além da mudança na política institucional ocorrida na passagem da P1 à P2, também mudou a política dos presos destas unidades. Enquanto que na P1 a proposta de ressocialização pelo trabalho e a valorização do preso-trabalhador norteou o funcionamento da unidade por anos, na P2 o elemento norteador é outro, pois como o *PCC é o comando da cadeia* a referência ali não passa pela ética do trabalho, mas pela valorização da ‘sujeição criminal’ (Misse, 2008 a) e da inserção do preso no ‘mundo do crime’. Não por menos, Biondi (2009) demonstra em sua etnografia sobre o PCC que a recomendação do *Partido* é de fazer oposição ao sistema e que entre os presos membros do PCC e os funcionários

O que existe é uma disputa por recursos entre as duas partes da negociação, ou melhor, a tentativa constante de refreamento do poder alheio. Desse confronto, resultam frágeis acordos, que podem ser dissolvidos a qualquer momento (p. 101-2).

Assim, nas cadeias onde *o PCC é o comando*, como na P2, há uma auto-afirmação do preso como *ladrão* e a sua inserção no ‘mundo do crime’ é valorizada, o que vai de encontro à identificação do preso como trabalhador, como pretendia o ideal da P1 em 1978. Neste sentido, a P2 é contraponto da P1 de duas maneiras, tanto pela mudança da própria instituição quanto pela mudança da organização e do projeto dos presos. Mudou a política institucional e também a política dos presos.

Além da diferença entre os presos e na maneira como os agentes se relacionam com ele, é possível notar que os ASPs também têm um perfil bastante diferente. Diferenças que se dão, além do tempo de trabalho e das experiências vividas dentro das unidades, pelo grau de escolaridade dos agentes. Conforme a fala do ASP 1, integrante da primeira turma de funcionários da P1 de Itirapina, o grau de escolaridade exigido à época para se trabalhar na Penitenciária 1, não é o mesmo exigido atualmente (Ensino médio completo – antigo 2º. Grau).

Eu não conclui a 8ª. série, só que na época, quando eu prestei o concurso, se a gente tivesse um curso profissional, ajudava, você entendeu? E eu sou desenhista mecânico formado. Entendeu? Então esse curso que eu fiz no Senai, me colocou dentro do sistema.

Eu entrei, realmente eu entrei no sistema com muito medo, porque eu tinha o que? 22, 23 anos, sei lá, mas eu nunca tinha visto uma maconha, eu nunca tinha visto cocaína nem se falava naquela época! Em 78, quando eu entrei no sistema. Maconha?! Ouvia falar, mas a gente tinha até medo da palavra, você entendeu? Na época ainda era regime militar, então né? Então, eu nunca tinha entrado numa delegacia, se falassem que tinha que ir numa delegacia pra pegar um documento, as “pernas já tremia”, dava até dor de barriga!

Presídio? Nossa! A gente foi mais porque foi uma coisa que se tivessem entrado só uma ou duas pessoas junto comigo, eu não teria ido! Eu fui entrei, prestei concurso e tal, fui pra Campinas fazer o exame médico, mas eu só fui porque entrou, tipo assim cem, cento e poucas pessoas, então foi um “pelotão”, a gente também tem um outro lado né? “A gente é homem” e não pode “fugir da raia”, como se diz. Então eu fui, porque eu achava que também dava conta e graças a Deus to com trinta anos e nunca tive problema”. (...) os mais analfabetos, que são os caras que “segura” a cadeia, que evita fuga, que dá revista no preso, “ta tudo dentro do raio” e desse “tudo” que eu falo pra você, é uma minoria, minha cadeia tem 200 e “tanto” funcionários, certo? Se você for lá, 20 entram no meio da população carcerária no dia que ela ta “problemática”, isso, incluindo os 4 plantões, 20 pessoas, vai dar 5 por plantão, você entendeu? E nós temos 200 e “tantos” funcionários. (ASP 1 – funcionário da P1).

Na fala de um funcionário da P2, com o grau superior de escolaridade, é possível perceber que ele recorre ao saber técnico qualificado para estabelecer a principal diferença entre os funcionários das duas unidades. O agente relata sua experiência de uma curta passagem que teve enquanto diretor da P1.

Ah sim, principalmente na P1 que o nível de escolaridade dos funcionários é limitado. São funcionários que ingressaram no sistema penitenciário na inauguração, em 1978. Então muitos ali não têm o ensino fundamental completo e como era um dos mais novos, já tinha terminado a faculdade em 85 e passei a ser diretor deles depois de 5 anos como funcionários e eles já eram de 15 anos, então houve uma certa resistência, eu não me dei bem

não! Houve um boicote por parte dos “mais antigos” e eu acabei não permanecendo. (ASP 3 – funcionário da P2).

Durante estas entrevistas realizadas com os funcionários das penitenciárias, também procurei ouvir os ASPs em relação às suas condições de trabalho. Neste sentido, os funcionários da P1 e da P2 também deram respostas diferentes em relação às suas perspectivas quanto às suas carreiras profissionais. Os funcionários da P1 apontaram que não sentem que ocupam um cargo de risco ou alta periculosidade, ao mesmo tempo em que se mostraram satisfeitos com suas profissões.

Meu trabalho, o meu é muito fácil, meu trabalho é um trabalho. Talvez até não seja assim, um trabalho mal remunerado. (ASP 1 – funcionário da P1 – grifo meu).

Olha, perigoso, todo serviço é. Seguro? Cada funcionário faz o seu papel, então cada um prepara sua segurança, se você for um elemento “A”, você vai receber um “A” de volta, se você for um “B”. Então você tem que ter um tratamento com o sentenciado que vai dizer a sua segurança. (ASP 2 – funcionário da P1).

Já os funcionários da P2 se mostraram descontentes com a falta de crescimento pessoal que o trabalho proporciona, assim como na carreira principalmente o funcionário 3, que ressaltou sua insatisfação pessoal em seu trabalho.

Olha, eu me sinto um inútil! Profissionalmente, de desempenho, de crescimento como pessoa, isso aí zero! Não se aprende nada de bom, não se aproveita nada, você precisa tomar muito cuidado pra você ser “contaminado”. A maioria também não estuda, não procura fazer uma faculdade, porque também não há nenhum incentivo por parte do Estado pra pessoa fazer uma faculdade, ele se acomoda pelo salário, acaba não evoluindo profissionalmente, não procura outra profissão, eu não conheço nenhum ASP que entrou ASP, se formou e foi ter outra profissão, infelizmente, é o meu caso também. (ASP 3 – funcionário da P2 – grifo meu).

Houve ainda, um fato significativo relatado pelos funcionários entrevistados acerca da corrupção entre alguns agentes penitenciários. Segundo eles, atualmente existem muitos agentes penitenciários que, na maioria das vezes, por questões financeiras, acabam se envolvendo em atividades ilícitas dentro das unidades, ou como os próprios funcionários caracterizam acabam se *contaminando*. A *contaminação* de alguns agentes se dá pelo

envolvimento com os presos, facilitando a eles o acesso a drogas, telefones celulares, entre outros. Segundo o funcionário 3, essa prática vem se tornando cada vez mais recorrente em sua unidade, a P2. Curioso notar ainda no relato abaixo que, quando o ASP afirma que sua função é reeducar, ele a coloca no plano teórico e não prático.

A ‘contaminação’ se dá no envolvimento do funcionário que tem a função dele que é teoricamente reeducar e ele passa a fazer parte de infrações, de levar drogas pro preso, levar celular pro preso, trazer recado do preso pra família, ligar pra família do preso, então ele se envolve de uma tal forma que quando ele vê, a família dele e os filhos e a família passam a ser ameaçados. Então o segredo está em você não se envolver!

Acontece! Acontece assim, o funcionário que já tem um “berço”, um amparo, ele não se deixa envolver, e ele é tido pelos presos como “bico sujo”, “linha dura”, muito severo, então no linguajar lá dentro, o funcionário correto, o bom funcionário, ele é tido pelos presos como o “bico sujo”, o “linha dura”, o “sujeira”. Então eu me orgulho quando, por exemplo, dos presos falarem isso de mim, porque eles chegam para o diretor, o meu superior e eles falam: O Seu Fulano é muito “linha dura”, ele é muito severo! Isso é sinal que você não está corrompido. Porque quando eles [presos] sobem e falam pro diretor: Olha, fulano de tal é gente fina, é gente boa, é “dos nossos”, esse cara está “contaminado”. E o diretor sabe disso”. (ASP 3 – funcionário da P2 – grifo meu).

Os agentes penitenciários entrevistados indicaram ainda, algumas mudanças no perfil dos presos nos dias atuais, segundo os ASPs, sobretudo os mais antigos há uma significativa mudança na faixa etária dos presos ao longo dos anos em que estão trabalhando no sistema, pois para eles, os presos estão entrando nas unidades cada vez mais cedo. Os funcionários disseram que há cerca de 20 anos a idade dos presos condenados girava em torno de 30 a 35 anos, atualmente os entrevistados indicaram que os presos da P2 têm uma média de idade entre 19 e 25 anos no caso dos não condenados e de 25 a 32 anos dos condenados.

Ainda segundo os agentes penitenciários de ambas as unidades, o tipo de crime pelos quais os presos estão chegando às Penitenciárias também mudou. Eles apontam que, há duas décadas, a grande parte dos presos condenados cumpria pena por crimes considerados mais graves, como assassinato, estupro e assalto, já nos dias atuais a grande maioria dos presos cumpre pena por tráfico de entorpecentes, pequenos furtos e roubos, demonstrando assim um aumento nas penas restritivas de liberdade nas últimas décadas.

O perfil mudou bastante, antigamente você tinha o sentenciado por homicídio, o ladrão, e o estuproador eram mais essas três classes, um não se envolvia com o outro e um respeitava o outro. Hoje a classe maior é o traficante e esse perfil de traficante envolve pessoas de 19, 20, 21 anos, é a

faixa etária que um ser humano hoje ta entrando na cadeia, então 70% dos presos é por tráfico. Estão mais novos e devido à mídia, a própria criação dentro do sistema penitenciário, os próprios direitos humanos, os presos se fortaleceram e automaticamente mudaram de perfil. (ASP 2 – funcionário da P1).

Hoje, a grande maioria é CDP regionalizado, preso de São Carlos, Rio Claro, Brotas, Analândia, Pirassununga, Descalvado, Leme, presos que têm um “flagrantezinho” mínimo de furto, rouba uma bicicleta, uma galinha, esse cara vem pra cá, até briga de marido e mulher! Já temos caso aqui na P2 de preso por causa daquela lei... Maria da Penha, ta aí no meio... (ASP 3 – funcionário da P2).

Os dados divulgados pelo Ministério da Justiça - Departamento Penitenciário Nacional – Depen, em fevereiro de 2011, relativos ao sistema penitenciários paulista no ano de 2010, nos permitem observar o número de presos de acordo com os crimes descritos no código penal. De acordo com o Depen, o principal crime cometido pelas pessoas presas foram os crimes contra o patrimônio, seguidos pelos crimes previstos nas legislações específicas e entorpecentes. Neste sentido, os dados estatísticos coadunam com a reflexão apresentada pelos ASPs durante as entrevistas, na qual há grande número de presos por crimes contra o patrimônio e entorpecentes.

Tabela 4 – Número de presos segundo o tipo de crime
Estado de São Paulo, 2010

Grupo – Código Penal	Homens	Mulheres	Total
Crimes contra pessoa	16.500	474	16.974
Crimes contra o patrimônio	101.242	1.629	102.871
Crime contra os costumes	4.616	36	4.652
Crimes contra a paz pública	2.153	57	2.210
Crimes contra a fé pública	1.489	32	1.521
Crimes contra a administração pública	164	9	173
Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Pública	227	7	234
Legislação Específica ⁴⁴	47.272	4.635	51.907
Entorpecentes (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06)	38.267	4.582	42.849
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 22/12/2003)	8.343	36	8.379

Fonte: Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional - Depen

⁴⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13/01/1990), Genocídio (Lei 2.889 de 01/10/1956), Crimes de Tortura (Lei 9.455 de 07/04/1997), Crimes Contra o Meio Ambiente (Lei 9.605 de 12/02/1998), Lei Maria da Penha - Violência Contra a Mulher (Lei 9.605 de 11.340 de 2006).

Também a mudança na faixa etária dos presos foi um fator relatado pelos ASPs. Segundo eles, os presos estão entrando no sistema penitenciário cada vez mais cedo, entre 18 e 22 anos. Os dados apresentados pelo Depen também confirmam este fato relatado pelos entrevistados, segundo o Depen, a maior parte da população carcerária de São Paulo está na faixa etária de 18 a 24 anos, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 5 – Número de presos segundo a faixa etária
Estado de São Paulo, 2010**

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total
18 a 24 anos	42.651	1.617	44.268
25 a 29 anos	36.943	1.619	38.562
30 a 34 anos	26.312	1.291	27.603
35 a 45 anos	21.178	1.571	22.749
46 a 60 anos	7.853	642	8.495
Mais de 60 anos	1.260	57	1.317
Não Informado	30	0	30

Fonte: Ministério da Justiça/ Departamento Penitenciário Nacional - Depen

Também procurei saber se os presos das duas unidades de Itirapina realizavam algum tipo de trabalho fora das penitenciárias, já que durante o levantamento histórico de instalação de cada uma das unidades apurei que os detentos, nas décadas de 1980 e 1990, realizavam no município diversos trabalhos de pedreiros, pintores, entre outros. Os funcionários entrevistados afirmaram que nos dias atuais, os detentos realizam todos os trabalhos relacionados à limpeza e alimentação no interior das Unidades, mas que, dificilmente saem delas para realizar qualquer prestação de serviço no município, assim, podemos perceber que o projeto político de ressocialização da P1 se alterou, contudo deixou suas marcas, tanto nos funcionários, quanto nos moradores da cidade, como vimos acima.

Segundo o funcionário da P2, ainda existem algumas fábricas que montam parte de sua produção no interior das penitenciárias, em geral são costuras de bolas e montagem de prendedores de roupa em que os presos trabalham, mas são poucos os postos de trabalhos, uma vez que os empresários temem instalar seus equipamentos dentro das penitenciárias, devido à possibilidade de destruição diante de uma rebelião, como ocorreu em 2006. Embora a P1 não tenha feito parte da megarebelião, é possível observar que hoje a imagem do que é uma penitenciária se alterou, já que não há mais espaço social para a existência de um projeto de disciplina para o trabalho, nem mesmo na unidade que foi implantada neste ideal.

Lá nós temos costura de bolas e a oficina de montagem de prendedores de roupa, devido a Unidade ser muito pequena. Depois tem o grupo de cozinha, de lavanderia e de faxina do raio, os “faxinas” como a gente chama é um grupo de umas 20 pessoas, eles são responsáveis pela faxina do raio, servir o café da manhã, servir o almoço, tirar o lixo e servir a janta. São grupos destacados tem 1 ou 2 professores que dão aula eles têm aula diariamente, tem um monitor que acompanha que é contratado da Funap, eles fizeram o ENEM, tem aquele supletivo, todo ano tem prova de supletivo, todo ano vem um professor de Limeira pra aplicar a prova e tem dois professores lá de dentro, presos, que recebem da Funap pra dar aula, tem 1 ou 2 que tomam conta do “posto cultural”, por exemplo, o preso quer ler um livro, então esse monitor cultural é que vai na biblioteca, pegar o livro, depois recolher. (ASP 3 – funcionário da P2).

Não é intensiva, mas tem uma fábrica de prendedor, uma fábrica de bola, o setor de cozinha, o setor de lavanderia, tem a faxina, a faxina do raio, a faxina do bloco B, enfim, tem... Mas falta serviço, então quando o preso ta num setor trabalhando, ele procura fazer o máximo para não perder aquele setor, porque daí ele vai pro outro raio. Lá não tem artesanal. (ASP 1 – funcionário da P1).

Todas as entrevistas que realizei com os agentes penitenciários foram encerradas com uma questão sobre da situação atual do sistema penitenciário paulista, de possíveis problemas e perspectivas futuras. As respostas foram as mais variadas, desde uma preocupação com plano de carreira e aposentarias até uma preocupação mais ampla em relação às práticas penitenciárias, ao aumento do encarceramento e às políticas públicas para a educação no Estado de São Paulo.

Eu acho que no sistema seria bom quando você como funcionário pudesse falar bem, eu falo bem, eu gosto do sistema, mas como eu disse antes, tem muita coisa que ficou mal definida, por exemplo, o funcionário deveria saber os direitos de aposentadoria, disso, daquilo, temos a mudança de nível, saiu uma lei que você tem que ficar 5 anos no nível se você aposentar no ano seguinte, você perde, volta pro nível retroativo, eu por exemplo era nível 5, agora to no nível 8, dá quase 1000 reais de diferença, se eu não esperar 2010 eu volto pro nível 5, eu vou perder bastante, seria uns 800, mais essa mudança de nível. Então essas coisas que o governo não poderia deixar. (ASP 1 – funcionário da P1 – grifo meu).

Quanto às unidades, elas cresceram muito, em 86, nós tínhamos uma faixa de 40 Unidades, hoje nós estamos com mais de 140, então hoje eu penso que o Estado, em 22 anos, fez mais penitenciárias do que escolas e tinha que ser o inverso. Eu já estou tomando conta de presos que são filhos de presos, então são presos que foram gerados dentro da Penitenciária! Pela abertura da visita íntima, hoje eu já tenho sentenciado que é fruto disso! Então, o Estado nesse ponto ele “andou pra trás”, então de 110 Unidades que foram feitas em 22 anos, deviam ter sido feitas 50 escolas e não forma feitas, pelo contrário, se você procurar por aí elas foram fechadas.

P: E você acha que de 1986 pra hoje, está se prendendo mais?

E: Está! Está se prendendo mais em função daquilo que eu falei, o tipo de crime mudou, antigamente o preso chegava pra Unidade ou ele tinha matado, ou ele tinha roubado, ou ele tinha estuprado, traficante era difícil você ouvir falar, hoje não, hoje 90% você vai pegar e o que é? É 12. 12 é o tráfico, então tem um menino de 18, 19 anos aí ele vai “tirar cadeia”, no mínimo uns 4 anos, que o juiz já manda uns 4 anos e nesses 4 anos ele já aprendeu o que é uma Penitenciária, só que ele vai sair e vai continuar. Então hoje, o maior crime é o tráfico”. (ASP 2 – funcionário da P1).

Olha, o Estado tinha um problema crônico e caótico que era a Casa de Detenção que tinha 7.000 presos, então como nós víamos pelos jornais, pela TV, aquilo foi dividido em “minis carandirus” só que esse, infelizmente é o preço que a sociedade tem que pagar, só que custa mais barato essas pessoas presas do que soltas. Então, não tem essa de esconder e falar que não existe, é um problema que nós temos que pagar, o custo do preso, o custo que eles trazem. O Estado usou a seguinte estratégia, cidades pequenas aonde não “tinha nada”, ele construiu uma penitenciária, essa penitenciária gerou emprego, trouxe mão de obra. (ASP 3 – funcionário da P2 – grifo meu).

Assim, é possível observar que a reflexão apresentada pelo ASP 1 sobre o principal problema do sistema penitenciário é relacionada à sua carreira e aposentadoria. Este ASP faz parte da primeira turma de agentes da P1 e ali trabalha a mais de trinta anos, estando prestes a se aposentar. Sua principal preocupação é relacionada ao tratamento que o Estado dá ao ASP enquanto profissional e exige maior clareza nos critérios adotados para o plano de carreira dos agentes. Em sua reflexão não aparecem preocupações relacionadas aos riscos da profissão, à criminalidade ou o aumento da população carcerária, por exemplo, pois como já afirmou anteriormente, nunca passou por rebeliões ou outras situações que considerasse perigosas, assim como acha que seu trabalho *é muito fácil*. Já o ASP 2, também funcionário da P1, demonstrou certa preocupação com o crescimento acelerado da população carcerária, assim como a aumento do número de jovens entre os presos, e relacionou ainda este crescimento à falta de investimentos na educação, já que segundo ele, *o Estado, em 22 anos, fez mais penitenciárias do que escolas*. Neste sentido, a reflexão do agente sobre os problemas do sistema prisional está em consonância com os preceitos do ideal ressocializador presente na implantação da P1, já que ele aponta que o Estado ao invés de (re)educar, está investindo mais no encarceramento acelerado.

A reflexão trazida pelo agente da P2 em relação ao sistema penitenciário foi direcionada à antiga Casa de Detenção do Carandiru, já desativada desde 2002 e que, segundo ele, era o maior problema do Estado na questão carcerária. Seu relato deixa transparecer a ideia de que com o projeto de interiorização das unidades, o sistema prisional não apresenta mais problemas sérios e que a sociedade deve aceitar a construção de novas prisões, pois este

é o preço que ela tem que pagar. O agente não vê o crescimento acelerado da população carcerária como problema e, tampouco visualiza uma função ressocializadora no seu trabalho, tanto que na única referência que faz a este ideal, o coloca no plano do impraticável: *a função dele que é teoricamente reeducar.* Assim, podemos observar nos relatos do ASP da P2 alguns dos elementos que norteiam a atual política penitenciária em São Paulo, pautada no aumento expressivo das pessoas encarceradas através e na interiorização do sistema, no controle e gestão da população carcerária, sem propostas e projetos eficazes na reinserção do preso à sociedade. Neste sentido, a política prisional hoje se assemelha às técnicas de gestão que operam dentro do que Foucault (2005) caracterizou como biopolítica, onde o poder não mais se opera nos indivíduos, mas sim na massificação dos homens, articulando as técnicas de disciplina e controle. Assim, como exposto no primeiro capítulo, não se trata de substituições, de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar ou ainda uma sociedade de governo, trata-se de uma tríade: soberania – disciplina – gestão, na qual a população emerge como alvo principal, além disso, os mecanismos essenciais para o funcionamento dessa tríade são regulados por dispositivos de segurança.

A análise das entrevistas apresentadas buscou contribuir para esclarecer as conexões entre as políticas penitenciárias do Estado de São Paulo e seus reflexos no âmbito local. Busquei evidenciar através deste capítulo, as tensões existentes em Itirapina, procurando evidenciar os valores, as crises e os conflitos dessa sociedade sob as visões de seus próprios sujeitos. Muito provavelmente estes processos vivenciados em Itirapina podem ser também constatados em outras cidades interioranas, consideradas de pequeno porte e que também possuem sua economia, de certa forma, atrelada às unidades prisionais, uma vez que, só no Estado de São Paulo são 148 estabelecimentos penais, sendo que 108 deles estão localizados no interior, o que confere relevância a estudos como este, contribuindo para se pensar as situações vivenciadas por estes municípios.

Capítulo 4

*O Conseg de Itirapina: discursos e práticas
em torno da segurança*

Durante o período do meu trabalho de campo tomei conhecimento de que estavam sendo organizadas em Itirapina reuniões do Conselho de Segurança Comunitária - Conseg, por meio de uma reportagem de um jornal de circulação regional que trazia o seguinte título: “Autoridades querem o fim do CDP na P2”. Li a matéria, intrigada pelo fato de que, oficialmente a chamada P2 de Itirapina não é uma unidade na qual opera o modelo Centro de Detenção Provisória – CDP, mas sim o modelo convencional de penitenciária⁴⁵. A reportagem trazida pelo Jornal “Primeira Página” discorria sobre os “diversos problemas causados pela saída dos presos durante o período noturno e aos finais de semana”; dentre tais problemas estariam os “pequenos furtos, pedidos de ajuda financeira no departamento de promoção social e aos populares, muitas vezes ‘em tom ameaçador’ e em horários inadequados, bebedeiras em bares e vandalismos” (Primeira Página, 15/07/2009). A reportagem trouxe ainda uma série de dados fornecidos pelos diretores de ambas as penitenciárias de Itirapina que ilustram, sobretudo, o fluxo de entrada e saída dos presos nas unidades; o modelo de CDP estaria em funcionamento na P2 desde o ano de 2007 e naquele momento, julho de 2009, a unidade abrigava cerca de mil presos provisórios, segundo o próprio diretor da unidade. Aquele teria sido um dos primeiros encontros do Conseg, com a presença de autoridades como o prefeito municipal, os diretores das duas penitenciárias, representantes da Polícia Militar e o delegado do município. A próxima reunião já estava marcada para o mês de setembro.

Acreditei que aqueles encontros me dariam a oportunidade de observar as movimentações e a articulação política da sociedade civil em Itirapina em torno das questões relacionadas às penitenciárias. Acompanhar os encontros do Conseg possibilitaria uma análise das diferentes esferas de interação e circulação de poder, assim como das articulações locais pensadas em decorrência do processo de interiorização penitenciária, que juntamente com as análises das transformações no paradigma da punição, contemplariam uma análise sociológica de transformações globais através de suas consequências locais.

Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Consegs - foram criados no estado de São Paulo no ano de 1985 durante o governo de Franco Montoro, uma gestão marcada pelos discursos e ideais que visavam resgatar e consolidar o Estado democrático de direito que havia sido desmantelado durante o governo da ditadura militar no Brasil. Já expus no primeiro capítulo deste texto, algumas das diretrizes e práticas políticas adotadas pelo

⁴⁵ Segundo as definições da Secretaria de Administração Penitenciária existem diferentes modelos de unidades prisionais, no caso dos Centros de Detenção Provisória – CDPs são unidades construídas para abrigar a população carcerária que se encontrava detida em Delegacias e cadeias públicas e presos provisórios que aguardam julgamento. Já as penitenciárias abrigam os presos já sentenciados.

governo Montoro para o sistema penitenciário paulista, medidas tais que buscavam inovar as políticas neste setor, embora as resistências a estas mudanças as acompanhavam, conforme aponta Salla (2007): “as reações contrárias a essa nova política foram grandes dentro e fora do sistema penitenciário, não obstante o clima de abertura política vivida naquele momento”.

As mudanças propostas por Montoro não se limitavam ao sistema penitenciário, sua intenção era colocar em prática mudanças profundas na área da Segurança Pública, rompendo assim com as práticas autoritárias advindas do modelo militarizado de segurança que desde o início da ditadura imperava no Brasil. Montoro também propôs a criação de uma “Nova Polícia”⁴⁶, na qual “a idéia central era que o conjunto de ações pudesse desmobilizar os vícios da polícia política em direção ao comprometimento em torno dos direitos humanos, o que tornaria mais fácil a aproximação com a sociedade civil” (CRUZ, 2009, p.30).

Esse ideal de uma “nova polícia” representou um passo fundamental na concepção e criação dos Conselhos Comunitários. Estes conselhos foram criados para se estabelecer um espaço de diálogo e discussões entre policiais e moradores nas questões relacionadas à Segurança Pública. Os Consegs podem ser entendidos como resultado de um movimento mais amplo de participação política difundida em algumas esferas da sociedade e do Estado na transição de um regime autoritário para um regime democrático (Cruz, 2009). Neste sentido, os Consegs “representaram, sem dúvida, um avanço em relação à ampliação da participação da sociedade civil na discussão da violência” (p. 29).

Cerca de vinte anos após a criação dos Consegs diversas mudanças ocorreram na composição de seus representantes e articuladores, sofrendo ainda influência direta de mudanças nas políticas governamentais, nos aparelhos policiais e na sociedade (cf. Cruz, 2009), no entanto, não tratarei aqui destes processos de mudanças e reformulações pelos quais os Consegs passaram ao longo dos anos. Gostaria de apontar, ainda que de forma breve, o contexto de participação democrática e comunitária no qual os Consegs foram concebidos e tratar especificamente das reuniões do Conseg de Itirapina, as quais etnografei, mostrando como este espaço de discussão, além de representar uma mobilização política da sociedade civil, também revela as representações, concepções e práticas em torno da Segurança Pública existentes em uma sociedade que há vinte e cinco anos vive em um regime democrático.

⁴⁶ Para uma melhor compreensão do tema, vide Mingardi, G. (1991).

1. O Conseg de Itirapina

Acompanhei as reuniões do Conselho de Comunitário de Segurança de Itirapina por cerca de sete meses, participando de sete reuniões nesse período. Minha primeira visita a uma reunião aconteceu no dia 09 de setembro de 2009 em um Centro Comunitário do município. Algumas pessoas que eu conhecia por ser moradora da cidade já estavam lá, ao entrar, percebi que a maioria das pessoas me olhava com certo “estranhamento” como se perguntassem a si mesmas o que eu estava fazendo ali. Apenas um homem que até então eu não conhecia veio em minha direção, me cumprimentou e me desejou boas vindas. Notei que a maioria das pessoas que ali estavam aparentava ter acima dos 40 anos, com exceção de três mulheres que faziam parte do Conselho Tutelar, também estavam presentes dois policiais militares e o diretor da Penitenciária 1.

O presidente do Conseg chegou com um pouco de atraso, cumprimentou as pessoas, conversou com algumas e pediu para que todos assinassem o livro de ata da reunião. Ele propôs que mudassem a disposição das cadeiras, formando um círculo, para não parecer *uma palestra*. Em seguida, deu início à reunião dando a palavra ao capitão da Polícia Militar. O capitão se apresentou e começou a falar dos problemas relativos ao batalhão no município.

De acordo com a fala do capitão, havia um déficit de sete policiais no efetivo em Itirapina. Além disso, em treze anos, a cidade tivera doze capitães diferentes, rotatividade que dificultara uma maior integração entre a PM e a comunidade local. Reforçou a importância dessa integração, colocando-se à disposição da população, além de falar de seus esforços para manter o efetivo policial em Itirapina. O capitão falou ainda do monitoramento que está sendo feito no centro da cidade por meio de câmeras de vigilância, o que segundo está se tornando referência para municípios vizinhos pelo baixo custo operacional e pelos bons resultados gerados.

Após a fala do capitão, o presidente do Conseg sugeriu que todos os presentes se apresentassem pelos seus nomes, cargos, profissões ou bairros em que moravam. Depois das apresentações, o presidente do Conseg disse que o objetivo daquela reunião era dar continuidade ao tema que fora discutido na reunião anterior, *o impacto das duas penitenciárias na segurança de Itirapina*. Segundo o presidente, a reunião anterior havia proposto que cada segmento (penitenciárias, PM, polícia civil, entre outros) elaborasse um documento para ser encaminhado à SAP, evidenciando assim tais impactos. Depois disso, o

presidente decidiu ler a ata da reunião anterior para que as pessoas presentes ali se interessassem do que havia sido discutido, além de distribuir uma cópia desta ata a cada um.

Recebi também uma cópia da ata. O documento trazia uma série de informações relativas às duas penitenciárias de Itirapina provenientes de seus diretores. Em relação à P2, que fora parcialmente destruída após a megarrebelião ocorrida em 2006, a unidade passou por uma reforma e ampliação da sua capacidade e naquele momento abrigava cerca de dois mil presos entre os regimes fechado e semiaberto. A reforma, ainda segundo o diretor, “transformou” uma ala da penitenciária 2 em CDP para abrigar presos provisórios de quatorze cidades da região. E foi justamente este fato que mobilizou os membros do Conseg a se articularem.

O que pude perceber ao ler ata e ouvir a discussão inicial daquele encontro, foi que a instalação do CDP em uma ala da P2 gerou um aumento no fluxo de entrada e saída dos presos da unidade e isso, por sua vez, causou um aumento da demanda em alguns setores específicos do município, além de aumentar a circulação destes homens na cidade. Como os presos encaminhados para um CDP estão em condição de prisão provisória, alguns deles conseguem uma ordem judicial para serem libertos. Segundo consta na ata, o diretor da P2 disse que os alvarás de soltura não têm dias e horários determinados para serem expedidos, ao passo que têm que ser cumpridos no momento em que a administração da unidade é notificada, assim, a penitenciária deve liberar o preso em qualquer dia e horário. O desenrolar da reunião do Conseg retomou as discussões apresentadas na leitura da ata e evidenciou ainda os “problemas” derivados e implícitos por trás daquele CDP.

A fala do prefeito de Itirapina, descrita na ata da reunião anterior, apresenta os principais elementos que nortearam a discussão da reunião em que eu estava presente, são pontos que perpassam desde a instalação das unidades, até algumas das consequências da presença de ambas no município:

O Senhor Prefeito disse a todos que o Estado instalou em nosso Município duas Penitenciárias, que juntas abrigam dois mil e oitocentos presos e para agravar mais ainda a situação instalou um CDP, sem também sermos consultados e esta decisão do Estado beneficia quatorze cidades da região que pegam seus presos e trazem para Itirapina ficando livre de muitas complicações, citou como exemplo São Carlos que não aceita que se instale nada por lá e trazem os presos para as Penitenciárias instaladas em nossa cidade. Quais são os benefícios que as Penitenciárias trouxeram ao nosso Município? Além dos empregos, a contrapartida do nosso Município tem sido muito grande, ou melhor, só tem saído dos cofres Municipais ultimamente. Por exemplo, o nosso sistema de saúde fica a disposição vinte e quatro horas para as Penitenciárias, aos finais de semana nosso hospital

fica a disposição dos familiares dos sentenciados assim como a nossa farmácia, no entanto a procura nos finais de semana é tão grande que estamos com dificuldade em arrumar médicos plantonistas para os finais de semana, e a sobre carga que vem ocorrendo no serviço social. Além de toda esta problemática que enfrentamos com as liberdades do CDP, saídas temporárias, aumento de familiares nos finais de semana, provocando um inchaço em nosso município existe uma grande reclamação dos nossos comerciantes que familiares destes sentenciados que furtam seus estabelecimentos obrigando os próprios contratarem segurança particular além é claro dos prejuízos. E a secretaria da Segurança Pública continua nos tratando como uma cidade normal de 14 mil habitantes não aumenta o efetivo da polícia Civil e Militar e a maioria do efetivo da polícia Militar está à disposição das escoltas das Penitenciárias, prova disto ganhamos uma viatura nova e não tem efetivo para aumentar o patrulhamento, e nossa população fica a disposição dos sentenciados que são liberados sem horário, e muitos que ficam vagando pelas ruas de nossa cidade colocando em risco a nossa população, pois estão livres novamente para cometer novos delitos é o que aponta as várias ocorrências registradas. As duas polícias, tanto a militar como a civil não tem sede própria, o Município arca com os aluguéis, e estão pessimamente instalados e isto vem se arrastando por vários anos. O acúmulo de serviços resultantes das Penitenciárias junto a Polícia Civil obriga a Prefeitura também manter funcionários para dar uma amenizada na situação dos vários serviços que se acumula. A sobrecarga na nossa rede de esgoto provocada por elas e os produtos químicos jogados degradam o nosso meio ambiente, as rebeliões, o entra e sai de viaturas em nossa cidade muitas vezes com sirene ligadas, colocam em pânico a nossa população. Esta é a realidade que as penitenciárias transformaram o nosso município. Acredito que nenhum dos quatorze municípios que descarregam seus presos aqui não convivem e nem querem estes problemas. Por isso eu, prefeito de Itirapina convido os diversos seguimentos de nossa sociedade aqui representados para nos unirmos não para fechar as Penitenciarias que seria utópico de nossa parte, mas buscarmos formas de fecharmos o CDP e buscarmos contrapartidas junto ao governo do Estado, para amenizar o impacto provocado pelas Penitenciárias em nosso Município começando pela Secretaria da Administração Penitenciária.

Após a leitura da ata da reunião anterior iniciou-se entre os presentes uma nova discussão sobre os impactos das penitenciárias em Itirapina. O primeiro a falar foi o diretor da P1, ele enfatizou que seria utópico trabalhar com a ideia de que as penitenciárias poderiam sair de Itirapina, segundo eles *as duas penitenciárias estão aí, não vão sair daqui e o que a gente tem que fazer, na realidade é unir forças e idéias para sanar esses tipos de problemas.* O diretor da P1 disse também que acredita que a presença do CDP na P2 seria uma realidade até que novas unidades planejadas pelo governo do Estado⁴⁷ fossem construídas, entretanto estas obras poderiam ser concluídas apenas em 2014.

⁴⁷ No início do mês de março de 2009, a SAP anunciou em seu site na internet a construção de mais 49 unidades prisionais em todo o Estado, gerando um total de 39.504 novas vagas no sistema. No entanto a construção e

O prefeito então pediu a palavra e falou de uma reunião que teve com o secretário da Administração Penitenciária e comentou o fato de que a construção destas unidades estaria em atraso por conta de processos judiciais movidos por alguns municípios que não querem a construção de unidades prisionais em seus limites territoriais e citou o exemplo do município de Porto Feliz, município de 50 mil habitantes da região de Sorocaba. Segundo o prefeito, enquanto estas ações tramitam na justiça, a construção de novas unidades podia demorar mais do que o previsto e, conseqüentemente, o CDP que está em funcionamento na P2 de Itirapina continuaria lá até que uma unidade própria fosse construída na região.

Para o prefeito, seria importante que o Conseg se articulasse na tentativa de gerar dados que mostrem o quanto o *CDP é um problema para nós*. Ele achava importante uma segunda conversa com o secretário de Administração Penitenciária, na qual possam ser levados os dados que comprovem este fato.

O que causa problema para o nosso município, para o hospital São José, o que causa um grande problema para o serviço social do município e o que causa um grande problema de segurança pública tanto para a polícia militar quanto a polícia civil é justamente o CDP.

O prefeito começou então a expor os dados que levantou relativos à saúde e educação no município, na tentativa de dimensionar os possíveis impactos nestas áreas por conta do aumento de demanda relacionado às penitenciárias. No que tange à área da saúde, o prefeito disse que a coleta de dados fora prejudicada pela demanda gerada pelos casos de suspeita da gripe A, causada pelo vírus H1N1, que naquele momento (julho e agosto de 2009) estava em situação epidêmica em vários locais do país. Assim, não foi possível nessa primeira tentativa do prefeito, dimensionar se os atendimentos na área da saúde aumentam aos finais de semana, em vista do aumento durante os dois meses de coleta, com isso tal levantamento, segundo ele, *não serve como base para dizer que foram os presos que aumentaram* [os atendimentos no hospital] *ou então foram os familiares dos presos*.

Seguindo a mesma proposta, o prefeito apresentou os dados coletados na área de educação e constatou que houve um aumento de crianças e jovens matriculados nas escolas e creches da cidade, assim como também houve um aumento dos nascimentos no município. Também ao se referir ao aumento do número de habitantes em Itirapina, o prefeito tentou relacionar esses números diretamente à presença das penitenciárias, os associando, sobretudo,

inauguração de várias destas unidades estão atrasadas de acordo com o planejamento do governo, pois alguns dos municípios que receberiam estas unidades entraram com recursos na justiça para impedir suas construções.

aos familiares dos presos e tentou construir uma linha de argumentação clara para justificar tal relação.

Pra questão de que as penitenciárias comprometeram o serviço de educação do município, a população aumentou. Nós tínhamos 14.312 habitantes, hoje nós temos 14.792 habitantes, saber se essas pessoas são ou não parentes de presos... Algumas pessoas chegam ao social e se referem que sim, outras se hospedam, vem só pro final de semana...

No entanto, apesar de não conseguir mensurar os dados relacionados à área da saúde em Itirapina, o prefeito disse que o dado mais significativo que ele teria sobre o impacto das penitenciárias nesse setor seria a dificuldade que o município estava passando para contratar médicos em regimes de plantão aos finais de semana. Segundo o prefeito, os médicos dizem não aceitarem os plantões aos finais de semana porque teriam que atender presos, *eles não gostam quando chega um bonde⁴⁸ para atender, mesmo com escolta e com os ASPs acompanhando, existe uma resistência muito grande dos médicos.* O prefeito encerra então sua fala considerando que para a área da saúde do município as penitenciárias representaram um prejuízo.

Após a fala do prefeito, a assistente social do município tomou a palavra e falou sobre o projeto da Secretaria de Assistência Social chamado “Projeto Migrante”⁴⁹. Em uma breve exposição ela disse que tal projeto se destinava a fornecer ajuda financeira a pessoas que estavam de passagem pela cidade e não tinham como voltar aos seus municípios, o projeto também oferecia assistência aos moradores de rua. Segundo a assistente social, em um levantamento feito nos anos de 2008 e 2009, foi constatado que o “Projeto Migrante” atendeu cerca de 220 pessoas por mês, número considerado alto por ela por acreditar que *é impossível num município passar esse número de migrantes* e ela disse acreditar que esta alta demanda está vinculada ao CDP. No entanto, a assistente apontou que não era possível identificar as pessoas que usufruíam deste auxílio, pois naquele momento ela ainda estava iniciando um cadastramento da assistência social.

Depois destas explicações, a assistente social foi questionada por um dos membros do Conseg sobre a possibilidade de se identificar os usuários deste projeto e de se criar limites na distribuição dos auxílios. A assistente social reiterou que o “Projeto Migrante”

⁴⁸ Refere-se à transferência de presos entre unidades, assim como deslocamento dos mesmos para outros locais fora da unidade prisional, como o Fórum, por exemplo.

⁴⁹ Projeto da Secretaria de Assistência Social que oferece auxílio financeiro para compra de passagens e também financia pernoites e alimentação em algumas pensões do município.

não vem pra atender essa população [presos], ele atende o migrante, população de rua e não existe 220 população de rua aqui, a gente sabe que tem preso ali, mas o projeto não é pra essa população. Ainda segundo a assistente, seria necessário criar outro projeto para atender os presos e seus familiares, já que o foco do “Projeto Migrante” é a população de rua. Apesar de não haver uma identificação formal dos usuários, a assistente reiterou acreditar que presos fazem uso dos auxílios do projeto, *a gente sabe que é [preso] porque a gente consegue identificar como eles são, a gente vê a diferença de um de outro.* De acordo com a assistente, alguns desses homens que ela identifica como presos recém saídos do CDP chegam até a fazer ameaças para conseguir o auxílio e disse que, apesar do projeto não ser direcionado a esse público, ela prefere fornecer a assistência para que a pessoa *vá logo embora.*

O diretor da PI interferiu e questionou se não era possível criar um projeto para dar uma assistência aos presos e seus familiares, pois poderiam articular um sistema de informações para comunicar quando um preso saísse da unidade e se o mesmo estaria em posse de auxílio para a passagem ou não. Disse ainda que algumas pessoas poderiam estar se passando por presos apenas para intimidar os funcionários da assistência social e assim conseguir ajuda financeira. A assistente social disse não acreditar nesta hipótese e afirmou *que não é por nada, mas ta na cara que é ex-presidiário.* O diretor por sua vez, alertou que essa era identificação difícil e delicada de ser feita, pois *tem muita gente que é mais bandido do que os presidiários e ta aí fora;* além de fazer essa afirmação o diretor chamou a atenção para o fato de que nem todos os presos *são ruins, tem presidiários que são bons.*

Neste momento, o diretor começou a falar da necessidade de se trabalhar na perspectiva da ressocialização dos presos e firmou que a população da cidade tem uma importância significativa nesse processo, ao mesmo tempo em que não está preparada para tal propósito. Segundo o diretor, quando o preso vai para uma penitenciária a sociedade quer excluí-lo, mas ele afirma que função da prisão não deve ser a exclusão, e sim dar as condições para recolocar este preso na sociedade. No entanto, afirmou que a sociedade não está dando aos ex-presidiários nenhuma oportunidade para que tal reinserção ocorra:

Se tem uma penitenciária, o que eu acho é que a gente tem que trabalhar em cima da ressocialização do preso e a gente tem que se preparar pra isso, o que dá pra perceber é que nós como sociedade não estamos preparados pra isso. O indivíduo, quando é preso, nós queremos excluí-lo da sociedade e não é bem isso. Ele está lá pra passar por um tratamento pra tentar se reinserido na sociedade, mas nós como sociedade não estamos dando nenhuma oportunidade pra tentar reinserir novamente.

O prefeito interrompeu a fala do diretor e disse que o discurso que ele havia feito era bastante contundente, e que o diretor sabia que a prefeitura tinha um convênio com a FUNAP para *fazer a sua parte na ressocialização*, mas que o município não poderia arcar com todas as despesas provenientes dos presos, pois, segundo o prefeito, todos os cidadãos já arcam com a manutenção dos presos nas unidades prisionais e reforçou que o número de 220 auxílios mensais é demasiado alto para o município e questionou os demais membros se *alguém aqui já viu 220 andarilhos em Itirapina*.

Dando prosseguimento, o prefeito disse que também estava preocupado com o que ele chamou de *afavelamento* em Itirapina. Segundo ele, diversos loteamentos irregulares vinham sendo feitos em diversos bairros do município e se referiu também aos já existentes, apontando sua preocupação com a saúde pública, violência e conflitos que podem ser gerados com este *afavelamento*. Juntamente a esta questão, o prefeito comentou sobre a falta de casas para serem alugadas na cidade, segundo ele, muitos ASPs que vieram para Itirapina trabalhar nas penitenciárias se organizaram e montaram *repúblicas*, também para dividirem os custos do aluguel. Também mostrou sua preocupação acerca de *senhoras, mães e esposas de preso que também estão fazendo república* e disse que um levantamento que estava sendo feito para mapear esses casos. Dizendo-se preocupado com a origem destas pessoas, o prefeito pede para que cada líder de bairro fique atento a *qualquer movimentação desse tipo* e disse que seu medo é que ao redor das próprias penitenciárias aconteça esse *afavelamento*, e cita como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, afirmando que as zonas próximas ao complexo penitenciário de Bangu se tornaram favelas por que familiares dos presos ali se instalaram. Ainda segundo o prefeito, esse processo já estaria ocorrendo nas proximidades da P2.

Depois da fala do prefeito, um dos membros do Conseg pediu a palavra e sugeriu que fossem feitas coletas de dados em setores como a saúde e o serviço social de Itirapina e que estes dados fossem comparados a outros municípios para que se tenha um documento que comprove os déficits nestes setores. Fez ainda uma reclamação ao capitão da PM ali presente, apontando a falta de efetivo policial na cidade, sobretudo nos bairros mais distantes das áreas centrais do município. E considerou que, pela quantidade de presos, seus familiares e turistas que a cidade recebe aos finais de semana, *Itirapina não é uma cidade normal como as outras*. Para ele, a cidade precisa coletar e agregar dados que mostrem a necessidade de mais investimentos nas áreas de segurança, com o aumento de efetivo policial, de saúde e assistência social.

O capitão da PM sugeriu então que, com posse destes dados sistematizados, as autoridades de Itirapina tentassem buscar uma contrapartida do Governo do Estado, *já que as*

penitenciárias foram trazidas ali pelo Estado. Neste momento, o prefeito interveio e disse que estavam tentando esta contrapartida há bastante tempo e citou o projeto de Lei da Deputada Ana Perugini que propõe medidas compensatórias aos municípios que abrigam penitenciárias⁵⁰. O prefeito falou ainda da dificuldade de manter o efetivo policial no devido às condições estruturais, já que a Companhia da Polícia não tem uma sede própria e funciona em um imóvel alugado pela prefeitura, pela falta de viaturas e pela dificuldade de conseguir verbas junto ao Governo do Estado.

O presidente do Conseg assumiu a palavra e deu encaminhamento para o encerramento da reunião, tecendo as conclusões a que ali chegaram. Concluíram então, em conjunto, que seria necessário fazer um levantamento de dados envolvendo diversas áreas do município, como saúde, assistência social e segurança para ser levado ao secretário de Segurança Pública do Estado, a fim de obterem mais investimentos nos setores que os membros do Conseg consideram sofrer um impacto direto pela presença das penitenciárias. Os membros também concluíram que seria importante *mapear* todos os presos que forem postos em liberdade diariamente, sendo que o diretor da P1, presente na reunião, disse que ele forneceria essas informações. O prefeito sugeriu também ao presidente da associação comercial, ali presente, que também fosse feito um levantamento no comércio, que ele acredita ser um bom *parâmetro*, pois *a gente vê no final de semana que algumas farmácias, mercados estão contratando pessoas pra fazer uma segurança particular.*

O prefeito pediu então que em um mês esse levantamento de dados fosse feito para que pudessem elaborar um documento a ser encaminhado ao secretário. Ele disse acreditar que os dados podem sensibilizar o secretário de segurança do Estado, pois mostrariam a *realidade em que vive o município*, que, segundo ele, é diferenciada dos demais municípios, por ter uma população de quase três mil presos e uma população flutuante aos finais de semana. O diretor da P1 pediu então que o presidente do Conseg encaminhasse um ofício às unidades prisionais de Itirapina solicitando os dados dos presos postos em liberdade, dos presos encaminhados ao hospital do município e número de visitas que entram nas unidades todos os finais de semana.

Um dos membros do Conseg interferiu e chamou a atenção para os *cuidados* que deveriam ser tomados na área de assistência social ao se elaborar um projeto para atender a demanda proveniente das penitenciárias. De acordo com ele, seria uma *faca de dois gumes*,

⁵⁰ O Projeto de Lei nº 556/07, de autoria da Deputada Ana Perugini, “estabelece a obrigatoriedade da execução, pelo Estado, de ações compensatórias e de minimização dos efeitos negativos gerados por unidades prisionais nos municípios onde são instaladas, bem como da elaboração de estudos prévios de seus impactos”. Tratarei especificamente deste projeto no próximo item deste capítulo.

pois ao mesmo tempo em que um projeto específico para essa demanda poderia gerar maior captação de recursos do Estado, ele poderia também *atrair mais gente e ao invés de solucionar o problema* [do fluxo de presos] *iria aumentar*. O prefeito retomou a fala e apontou a dificuldade de lidar com essa *população flutuante* e afirmou que não tem autorizado mais novos ligamentos de fornecimento de água e luz nestes loteamentos irregulares que, segundo ele, são formados, sobretudo, pelos familiares dos presos e essa foi a maneira que ele encontrou para *conter e controlar* o crescimento destes *complexos*.

O prefeito falou também que o hospital municipal já havia realizado diversos partos de *mulheres de presos que acabaram engravidando nas visitas íntimas e tiveram os filhos em Itirapina*. E o maior problema, segundo o prefeito, é *como gerenciar tudo isso*. O prefeito também tocou no assunto da circulação de drogas no município, segundo ele, as drogas entram e saem das penitenciárias na mesma proporção e relacionou esta circulação aos familiares. A assistente social fez mais uma intervenção e falou sobre a importância dos projetos sociais implantados, já que existe uma demanda de pessoas de baixa renda no município e reforçou que essa população é a que deve ser focada nos programas de assistência, *nossa cidade tem pobre sim e nós temos que cuidar*. Para a assistente, se fosse possível desenvolver um projeto para atender os presos e seus familiares, este projeto deveria encaminhá-los aos seus municípios de origem, pois que *nossa população é o nosso povo e cada cidade tem que cuidar dos seus, cada um no seu município e cada um para sua casinha*.

Depois destas falas o presidente do Conseg encaminhou o encerramento da reunião marcando uma nova data de encontro, no mês seguinte. O presidente pediu empenho na coleta dos dados e propôs a elaboração de um documento com a sistematização dos dados já na próxima reunião.

A segunda reunião do Conseg aconteceu no dia 14 de outubro de 2009, em uma escola municipal. O encontro foi aberto com a leitura da ata da reunião anterior; logo após, um membro do Conseg que havia ficado responsável pela elaboração dos ofícios que seriam encaminhados aos diretores das penitenciárias para a coleta de dados referentes às unidades disse que não conseguiu fazê-los e pediu desculpas aos demais membros. Em seguida o presidente apresentou aos demais membros, uma funcionária da polícia civil que estava representando o delegado e também um sargento da PM que estava representando o capitão do município, duas autoridades que não puderam comparecer.

Logo em seguida, o prefeito municipal tomou a palavra e disse que *está cada vez mais difícil a situação* do município, principalmente nos aspectos relacionados às *drogas, DSTs e violência*. Agradeceu aos representantes da polícia civil e militar por uma ação que

ocorrera semanas atrás, na qual fora apreendido um casal que vendia entorpecentes em um bairro periférico da cidade. O prefeito agradeceu enfaticamente esta apreensão, pois segundo ele, aquele ponto de vendas de drogas estava se tornando a maior *boca* da cidade e a *ação da polícia naquela semana havia sido muito gratificante*. Segundo ele, esta ação mostrou que a polícia vinha agindo na cidade, juntamente com os demais setores municipais.

Depois da fala do prefeito, alguns membros fizeram reclamações e solicitações a algumas das autoridades presentes, reivindicações relacionadas ao trânsito e aos barulhos causados em alguns bairros, vindos de bares e carros com aparelhos de som. Representantes do Conselho Tutelar também agradeceram ao apoio da PM em algumas fiscalizações feitas pela cidade. Depois de diversas falas neste sentido, as questões relacionadas às penitenciárias voltaram ao centro da discussão somente no momento em que o sargento da PM usou a palavra.

O sargento destacou algumas ações da PM, mas enfatizou que a falta de recursos para a Cia vem dificultando o trabalho no município e citou o exemplo das escoltas realizadas nas transferências de presos. De acordo com o sargento, a Cia da PM em Itirapina contava naquele momento com cinco viaturas que, segundo ele *uma é para o município com catorze mil habitantes e quatro para quatro mil presos*, segundo ele, as solicitações para escoltas eram constantes durante toda a semana e o *contingente hoje está se refletindo em fazer escoltas*. O policiamento no município estava sendo feito por apenas uma viatura que ficava disponível, já que as outras estavam sendo constantemente realizando escoltas. O sargento falou também do empenho em conseguir novas viaturas e aumentar o efetivo, que girava em torno de dez policiais e pediu desculpas aos moradores dos bairros em que o policiamento não estava sendo feito periodicamente, justificando o fato pelos argumentos já expostos.

O sargento falou também da necessidade de uma maior integração entre a *comunidade local e a PM* e propôs a colocação de *caixas de sugestão e denúncias* em alguns pontos da cidade para que esta relação se estreitasse, já que, segundo o sargento *nem sempre as denúncias chegam onde têm que chegar* e assim, a PM poderia dar um maior *respaldo* à população. Depois o sargento respondeu a algumas colocações dos moradores e novamente a discussão se distanciou das problematizações em torno das penitenciárias.

Após discussões sobre a municipalização da liberdade assistida, novas instalações do Conselho Tutelar e os trabalhos realizados pelas polícias, o prefeito voltou às discussões sobre as penitenciárias. Ele disse que recentemente havia recebido alguns prefeitos de outros municípios que seriam *contemplados* com unidades prisionais, para mostrar a

realidade vivida em Itirapina depois da implantação das penitenciárias e afirmou que todos eles haviam ficado *assustados com a situação vivida pelo município* e comentou ainda, sobre uma nota do governador do Estado informando que as 49 unidades seriam construídas e entregues naquele ano (2009) não seriam mais inauguradas. O prefeito falou também sobre uma reunião que ocorreria dentro de alguns dias, na qual ele e um deputado federal da região se encontrariam com o secretário de Segurança Pública do Estado para discutirem *a questão do CDP*, assim como a falta de efetivo policial no município. Ele também apresentou aos membros do Conseg, uma matéria publicada em um jornal de Bauru que trazia dados sobre a fuga de presos durante as saídas dos indultos, de acordo com a matéria, durante os dez meses de 2009, 521 presos fugiram. Depois de citar este exemplo o prefeito questiona *o que está acontecendo com o sistema prisional?* Sem resposta, voltou a problematizar a situação da falta de efetivo policial, ao passo que agradeceu aos policiais ali presentes e afirmou que *se não fosse o empenho deles a situação de Itirapina estaria ainda pior*. O prefeito afirmou também que *é de praxe que depois dos indultos a porta da prefeitura virar um depósito de reclamações*, segundo ele, diversas pessoas procuram a prefeitura para reclamarem de roubos na cidade e também no comércio, mas que no último feriado as reclamações haviam diminuído muito em função da ação policial.

Um membro do Conseg argumentou que Itirapina deve ser tratada de forma *diferenciada* pelas autoridades, já que a cidade apresenta *problemas* que outras cidades do mesmo porte não têm, segundo ele, além dos *transtornos* gerados pelas penitenciárias, o município tem três bairros que ficam a cerca de cinco a dez quilômetros afastados da zona urbana, o que dificultaria ainda mais o trabalho da polícia. Ele ressaltou também a importância da reunião que ocorreria em alguns dias junto com o secretário de Segurança Pública do Estado, para que a situação e os *problemas sérios* de Itirapina chegassem ao conhecimento destas autoridades.

O prefeito passou a explicar a municipalização da Liberdade Assistida que se tornou obrigação dos municípios, conforme foi previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Ele afirmou que estava sendo pressionado a assinar um termo de ajustamento de conduta para assumir a responsabilidade pela execução das medidas de LA, no entanto, se mostrou contrário a este processo por afirmar que o município não tinha condições financeiras de realizar a LA, além disso, já contava com duas unidades prisionais e um CDP e que seria muito *oneroso arcar* com a execução das medidas de LA. A assistente social interferiu para esclarecer que as medidas socioeducativas não implicam na construção de mais

uma unidade prisional e *queria deixar claro que não é presídio, não entendam assim, a Fundação Casa está apenas nos orientando.*

Depois o prefeito voltou ao assunto dos indultos concedidos e afirmou que, *o advogado vem às dez da noite e solta o preso, mas colocar no carro dele ele não quer.* O sargento disse que a PM estava se empenhando em fazer a condução dos *meliantes* nas viaturas desde os portões das unidades até as saídas das cidades e acreditava que com isso a circulação de presos na cidade estaria diminuindo, este trabalho estava sendo feito em conjunto com os diretores das unidades que entravam em contato com a PM para informar a saída destes presos. Entretanto, o sargento admitiu que o acompanhamento do regresso destes presos era mais difícil, já que eles voltavam em horários diferentes, *isso não dá pra controlar.* Ele solicitou ainda ao prefeito que providenciasse a retirada de um entulho acumulado em um terreno próximo da ala de progressão da penitenciária 2, que segundo ele, estaria dificultando a visibilidade da polícia e estaria facilitando algumas fugas.

Ao final destas solicitações, outros membros do Conseg teceram comentários em torno das questões postas na reunião e, após uma dispersão de falas, o presidente do Conseg encerrou a reunião e marcou o próximo encontro para dentro de um mês. A coleta e sistematização de dados que foi proposta na reunião anterior acabou não sendo apresentada por nenhum dos membros que havia se responsabilizado.

Os encontros seguintes que registrei apresentaram discussões e debates que se distanciaram, em parte, das questões em torno das penitenciárias que é o objeto central deste trabalho. As falas relacionadas às duas unidades passaram a aparecer de forma mais indireta, dentro de discussões de outros assuntos, como drogas e a municipalização da liberdade assistida. Entretanto, acredito ser importante descrever aqui, ainda que de forma breve, parte das discussões trazidas pelo Conseg, pois elas demonstram, de certa forma, as representações que os moradores de Itirapina têm da Segurança Pública e dos seus operadores, além de nos mostrar como os problemas de ordem pública são constantemente relacionados a problemas de ordem moral dentro das discussões sobre segurança.

A terceira reunião do Conseg ocorreu no dia 17 de novembro de 2009, em um centro comunitário e começou com reclamações dos moradores de um bairro que se localiza cerca de cinco quilômetros da área urbana, nas margens de uma represa, entre Itirapina e São Carlos. Este balneário é um dos atrativos turísticos de Itirapina e recebe diversos turistas, sobretudo aos finais de semana e feriados e é popularmente conhecido como Broa. As reclamações dos moradores giravam em torno da *bagunça* que os turistas estavam fazendo no bairro, com músicas e festas, um morador apresentou ao Conseg uma gravação do barulho

feito em uma casa ao lado da sua que, segundo ele, fora alugada e estava sendo frequentada *por usuários de drogas*. Disse que estava preocupado e com medo daquela movimentação, e trouxe a reclamação ao Conseg para que alguma providência fosse tomada, pois as negociações que ele havia tentado fazer com o proprietário casa foram em vão, *eles não respeitam mais pessoas idosas*. As discussões continuaram em torno da *bagunça* no Broa e sobre as medidas que poderia ser tomadas pela policia e pelo município.

O prefeito disse, então, que uma das medidas tomadas para conter o avanço destas pessoas no Broa foi aumentar o preço pago pelos carros de turistas na portaria do local⁵¹. Além disso, estava trabalhando para melhorar a iluminação da cidade, pois isso facilitaria o trabalho da polícia e falou de diversos pontos em que a iluminação foi melhorada ou ampliada, inclusive *locais usados para prática de atos sexuais e por usuários de drogas*. Segundo o prefeito, *a iluminação ajuda a polícia a trabalhar, é também um investimento em segurança*. O representante da PM disse que a medida de aumentar o preço da portaria do Broa facilitaria o trabalho de patrulhamento no local, pois *pessoas endinheiradas, em regra, são mais fáceis de conversar, aumentar o preço seleciona as pessoas e tira a classe “Z”*. O prefeito disse, logo após, que não aumentou o preço da portaria para *discriminar ninguém, porque também tem muito rico sem vergonha* e um morador do Broa disse então que a *comunidade decente* do bairro apoiava a decisão do prefeito.

As penitenciárias voltaram à discussão no momento em que o prefeito falou sobre diversas reclamações que havia recebido em torno do alambrado existente no anexo da Ala de Progressão da P2, a qual funciona em um prédio separado dos pavilhões do regime fechado e não há muros que a isolem da rua, apenas um alambrado de metal que possibilita a visualização entre os presos da ala e as pessoas que passam pela rua. As figuras a seguir ajudam a compreender esta espacialidade.

⁵¹ Os moradores, pedestres e os veículos com placa do município de Itirapina têm acesso gratuito ao balneário.

Figura 6 – Vista aérea da Penitenciária 2.



Fonte: Google maps

Figura 7 – Ala de Progressão Penitenciária de Itirapina.



Fonte: arquivo pessoal

Segundo o prefeito, os moradores e trabalhadores do distrito industrial reclamavam da ausência de um muro separando a ala de progressão penitenciária da rua que, além de dar acesso à P2, também dá acesso ao distrito industrial. O prefeito disse que aquele alambrado dava pouca segurança aos moradores e por conta disso, solicitou ao diretor da P2 a construção de um muro no local como *uma barreira a mais pra proteger a população*. O diretor da P2, segundo o prefeito, daria encaminhamento a um pedido de verba para a construção o muro.

Depois de outras discussões em torno de assuntos relacionados a programas de moradias, LA, comércio de drogas e policiamento no Broa, o prefeito relatou a sua visita ao secretário de Segurança Pública do Estado e que ele já havia anunciado no último encontro do Conseg. O prefeito, um membro do Conseg e um deputado federal da região participaram desta reunião. Ao relatarem o encontro, o prefeito e o membro do Conseg se mostraram decepcionados, pois de acordo com a fala de ambos, *não sentimos firmeza no Secretário*. O secretário, segundo eles, não se dispôs a ouvir com atenção as demandas levadas à reunião, sobretudo em relação ao pedido de aumento do efetivo policial, *antes mesmo da gente se sentar ele já disse que não tinha efetivo*. Ao tratar das questões do CDP, o prefeito disse que o Secretário *negou a existência* de um CDP no município e *cortou o assunto na hora*, segundo o prefeito, houve uma tentativa de sua parte de mostrar que havia o funcionamento *informal* do CDP em Itirapina, mas o secretário não admitiu este funcionamento. Tanto o prefeito como o membro do Conseg se mostraram insatisfeitos com a visita ao secretário, segundo ambos, o seu único comprometimento foi em relação ao bairro do Broa que, por estar distante cidade poderia *estudar o caso* para melhorar o policiamento no local.

O prefeito disse ainda que sua comitiva fora recebida por um assessor que logo os alertou: *vocês peguem leve com o Secretário porque hoje ele ta de mau humor* e ironizou essa fala diante dos membros do Conseg: *a gente vai lá cheio de boas intenções e ouve isso?*, provocando os risos dos presentes. O prefeito assumiu que saiu da reunião *sem nenhum otimismo* em relação às respostas do secretário, entretanto, o membro do Conseg que acompanhou o prefeito falou da importância *de não desanimar diante desse fato* e propôs que todos ali pensassem novas formas de agir e cobrar dos *políticos que precisam dos nossos votos*.

Após algumas discussões que perpassaram por outros temas, o presidente do Conseg retomou a fala e propôs a criação de um *grupo para pensar a questão das penitenciárias*. Segundo ele, as discussões estavam se dispersando e o que precisavam era começar a *documentar a realidade para ter em mãos documentos pra mostrar o que é a*

realidade. Ele disse que seria importante levar dados que *comprovassem o verdadeiro impacto das penitenciárias no município* e me surpreendeu ao me convidar para coordenar essa tarefa. Ele pediu ainda que os representantes das penitenciárias, do serviço social, da PM, o prefeito e eu permanecêssemos ali após a reunião para uma breve conversa sobre as possibilidades desse estudo.

O presidente do Conseg encerrou a reunião, após a última fala do prefeito e marcou a data da reunião seguinte. Após o encerramento ele pediu então, que eu os ajudasse a pensar em uma coleta e uma sistematização de dados para a elaboração de um documento que mostrasse os déficits existentes nas áreas de segurança, saúde, educação e todas as outras possíveis áreas que estariam sofrendo impacto direto ou indireto pela presença das penitenciárias. No momento ouvi suas considerações e disse a ele que precisávamos conversar melhor sobre aquela ideia em outro momento, dei a ele meu email e pedi que entrasse em contato posteriormente, em uma reunião que só acabou acontecendo em fevereiro de 2010.

No dia 8 de dezembro de 2009 ocorreu o último encontro do Conseg daquele ano, na sede da Associação dos Proprietários de Imóveis do Broa – APIB. O prédio era bem espaçoso e foi possível contabilizar superficialmente mais de cinquenta pessoas no local, muitas que pude observar ali no Conseg pela primeira vez. Uma estrutura diferente das reuniões ocorridas até então havia sido montada, com microfones e caixa de som, além de uma mesa ao fundo em um piso mais elevado na qual se sentaram o presidente do Conseg, o prefeito, o Capitão da PM de Itirapina e São Carlos, um vereador que também comparecia ali pela primeira vez e o representante da Polícia Civil. Também diferentemente das outras reuniões, este encontro foi aberto com a leitura de uma passagem da Bíblia, realizada por uma moradora do bairro.

A questão da segurança naquele final de ano era a pauta da reunião, assim como a proposta da elaboração de um plano de diretrizes e ações a serem postas em prática, as questões relacionadas às penitenciárias apareceram em alguns momentos pontuais. Os representantes da PM de São Carlos e Itirapina, respectivamente, fizeram uso da palavra para a explanação das noções de segurança, destacando ainda a necessidade de articulação entre os diversos setores que integram a Segurança Pública, como Judiciário e Ministério Público. Os policiais falaram também das especificidades de cada cidade e das *dificuldades* comum aos municípios de São Carlos e Itirapina, como a falta de viaturas. O Capitão da PM foi questionado se a Cia do município havia recebido alguma resposta do secretário de Segurança Pública em relação ao policiamento no Broa, já que ele tinha se comprometido *em estudar o*

caso do Broa, o Capitão esclareceu que até aquele momento não havia recebido nenhum aumento no efetivo e nem viaturas.

O Capitão da PM fez alguns apontamentos sobre as estratégias de segurança que *hoje nós devemos seguir*. Citando os investimentos feitos nos Estados Unidos e as chamadas *teoria da tolerância zero* e a *teoria da janela quebrada*, o Capitão disse que o apoio da tecnologia era fundamental a segurança nos dias atuais, pois a vigilância feita por câmeras de monitoramentos e alarmes eram estratégias de sucesso nos Estados Unidos e deviam ser *seguidas por nós*. O capitão conclui ainda que viaturas e efetivo eram *importantes*, mas o investimento dos moradores em tecnologias *deve ser o próximo passo*.

O prefeito começou a dar respostas para algumas das questões levantadas ali por moradores e também falou dos *problemas* de Itirapina na área de segurança. Entre os pontos destacados, estavam as penitenciárias, que segundo sua fala, *trouxeram problemas muito grande para o município*, mas não necessariamente pelos presos, pois de acordo com o ele há um convênio com as penitenciárias para que os presos prestem serviços no município e a relação entre prefeitura e penitenciárias é de *acordo mútuo*. Segundo o prefeito o *grande transtorno trazido* pelas penitenciárias eram *as visitas de finais de semana, feriados prolongados e os indultos* e teceu alguns argumentos como a ausência de linhas de ônibus para os presos liberados pelos indultos, assim como a quantidade dos homens que são liberados no mesmo período. Ele aproveitou ainda a presença do diretor da P2 para dizer que o mesmo já havia se comprometido com a construção do muro para substituir o alambrado da ala de progressão, pois aquele alambrado *estava proporcionando um contato muito próximo das pessoas que estão detidas das pessoas que passam na rua*.

O prefeito tocou na questão da geração de empregos e, segundo ele, o haveria dificuldade em atrair a instalação de novas indústrias, pois as penitenciárias existentes ali, sobretudo a P2 que se localiza ao lado do distrito industrial, teria criado um *estigma* para Itirapina e empresários estariam se recusando a instalar suas empresas naquele local. O prefeito disse ainda que, *os problemas* relacionados à violência que ocorrem *no entorno da penitenciária ocorrem por conta dos visitantes e não por falta de autoridade dos dois diretores*. Com o que ele chamou de *regionalização dos presos*, ou seja, um aumento de presos da região aumentou também o número de famílias instalando-se no município, *e é aí que está o problema*; e destes argumentos, o prefeito afirmou que não se tratava de uma fala preconceituosa em relação aos familiares dos presos, *não to dizendo que as famílias dos presos são gente ruim, não*. Seus argumentos caminharam na direção de relacionar o possível crescimento da população com uma elevação nos valores dos aluguéis na cidade, assim como

o aumento moradias precárias e de pessoas inscritas no programa ‘Bolsa Família’ que, segundo ele, passam de setecentas.

As discussões posteriores seguiram no sentido de temas específicos do bairro do Broa, como iluminação, coleta de lixo, saneamento e fluxo turistas; e se tornou mais um espaço de diálogo direto entre prefeito e moradores, distanciando-se assim, das questões relacionadas a segurança. Após pouco mais de duas horas de reunião, o presidente do Conseg encaminhou o encerramento, mesmo sem a elaboração de um plano de segurança para o final de ano, conforme a pauta inicial.

O encontro seguinte do Conseg ocorreu no dia 19 de janeiro de 2010, em uma escola municipal. Logo no início da reunião, o presidente do Conseg justificou as ausências do prefeito municipal e da PM e disse que, por conta disso, gostaria de ter adiado a reunião, mas como havia tomado conhecimento destas informações no final da tarde daquele dia, aproveitaria o espaço para discutir a *legalização do Conseg*. Juntamente com o delegado, o presidente disse que sua condição ali era interina, pois ele era o único que fazia parte da diretoria anterior e que ainda estava participando das reuniões, e aquela situação precisava ser regularizada.

Logo depois o delegado falou sobre a oficialização de outros membros, como vice-presidente e secretários e explicou brevemente o que competia a cada um. Depois de alguns esclarecimentos, os presentes passaram a discutir e eleger as funções que cada um assumiria. Embora tivesse falado que estava se sentindo sobrecarregado com as tarefas assumidas no Conseg, o presidente interino foi mantido como presidente. As demais funções foram distribuídas entre os representantes de bairro e as representantes do Conselho Tutelar. Após estas definições, o delegado distribuiu as fichas cadastrais a serem preenchidas e enviadas à Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança. Este processo durou cerca de uma hora e vinte minutos e, após o recolhimento das fichas, o presidente do Conseg encerrou a reunião, não havendo assim, nenhuma discussão sobre as penitenciárias naquele dia. Até o momento da redação deste trabalho, o Conseg de Itirapina continuava inexistente no site⁵² da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

As duas últimas reuniões que acompanhei aconteceram respectivamente nos dias 04 de fevereiro e 02 de março de 2010, entretanto, todas as discussões destas reuniões giraram em torno do plano de segurança municipal para o carnaval, assim como uma avaliação de resultados. Nestas duas reuniões estiveram presentes os representantes dos

⁵² <<http://www.conseg.sp.gov.br/conseg/default.aspx#>> Acesso em 29/03/2011

blocos carnavalescos da cidade, o secretário municipal responsável pela organização do carnaval de rua e os representantes da polícia civil e militar. Com o foco votado às discussões do carnaval de rua, a temática das penitenciárias não surgiu em nenhum momento destes dois encontros.

No dia 24 de fevereiro, ocorreu a reunião a que me referi anteriormente, em que o presidente do Conseg havia proposto que eu os auxiliasse na sistematização da coleta de dados dos setores que estariam tendo déficit no município. Nesta reunião estavam presentes representantes da Polícia Militar, o diretor da P1, a assistente social do município, a secretária de educação, e presidente do Conseg e eu. O pedido feito pelo presidente do Conseg foi que eu, como socióloga, auxiliasse o Conseg na sistematização dos dados relativos à segurança no município e na elaboração de um relatório que seria encaminhado ao secretário de Segurança do Estado para justificar a necessidade de se aumentar o repasse de verbas para algumas áreas que estariam sendo sobrecarregadas em Itirapina por conta de uma demanda causada pelas penitenciárias e pela presença de familiares dos presos, assim como justificar o pedido de aumento do efetivo policial. A contrapartida que eu receberia em ajudá-los seria o acesso a estes dados para a elaboração da minha dissertação de mestrado. Após algumas horas de conversa e ressalvas, me comprometi com o grupo em elaborar uma diretriz para um levantamento de dados para cada segmento municipal; assim o fiz, pedindo que eles coletassem os dados e que me retornassem depois de aproximadamente seis meses, no entanto, nenhum novo contato foi feito comigo até o momento.

2. Compreendendo os discursos

Conforme expus no início do capítulo, as reuniões do Conseg foram articuladas com a proposta inicial de se discutirem “soluções” para o “problema” do CDP que funciona informalmente na P2 de Itirapina, estes problemas estariam relacionados, principalmente a um “aumento da circulação de presos na cidade”. Este argumento reforça a ideia apresentada neste trabalho, de que os elementos norteadores da relação entre sociedade e prisão no contexto de instalação da P1 não predominam mais nem nas políticas penitenciárias e nem no ideal coletivo. Se no contexto do ideal ressocializador a integração entre o preso e a sociedade era estimulada, no contexto atual sobressai o isolamento e a negação dos presos na vida comunitária, a intenção agora é manter a ‘comunidade pura’ livre da mistura que ela considera perigosa (Foucault, 1987).

Não por menos a assistente social deixa transparecer em suas falas o seu desejo de afastar a população indesejável, fornecendo os recursos – ainda que contrariada - para que os supostos presos saiam da cidade. Sua vontade fica mais explícita ainda em afirmações com esta: *nossa população é o nosso povo e cada cidade tem que cuidar dos seus, cada um no seu município e cada um para sua casinha*. O desejo de manter o isolamento dos presos fica mais nítido ainda quando o prefeito diz que solicitou ao diretor da P2 a construção de muro na ala de progressão, onde há apenas um alambrado de metal que possibilita o contato visual entre os presos e a população, segundo ele, a ausência do muro estava proporcionando *um contato muito próximo das pessoas que estão detidas das pessoas que passam na rua* e o muro seria *uma barreira a mais pra proteger a população*.

Embora a assistente social e o prefeito tenham deixado transparecer que suas ideias operam fora dos pressupostos da integração entre preso e sociedade, o diretor da P1 interveio em sua fala contra-argumentando dentro dos pressupostos do ideal ressocializador. Ao afirmar que *a gente tem que trabalhar em cima da ressocialização do preso e a gente tem que se preparar pra isso, mas o que dá pra perceber é que nós como sociedade não estamos preparados pra isso*, o diretor da P1 demonstra que suas ideias ainda operam dentro do ideal ressocializador, mas que a sociedade já não contribui mais neste sentido e prefere manter o preso afastado da vida comunitária. Não por menos, o diretor da P1 compareceu em todas as reuniões do Conseg que acompanhei, integrando-se nas discussões e contribuindo no

fornecimento dos dados solicitados pelo presidente, representando assim, a integração entre a P1 e a sociedade.

O embate gerado entre a fala do diretor da P1, de um lado, e a fala da assistente social e do prefeito, do outro, deixa transparecer a coexistência de dois ideais de punição distintos operando concomitantemente em Itirapina. Enquanto o discurso da assistente social é permeado por elementos que relacionam a punição com isolamento, negação e gestão dos presos, o discurso do diretor da P1 faz referências à ressocialização e integração do preso à sociedade. É a oposição e a coexistência entre a ‘comunidade pura’ - pautada no isolamento e gestão da população indesejável – e a ‘sociedade disciplinar’ pautada na disciplina e vigilância (cf. Foucault, 1987).

A descrição das reuniões do Conseg nos permite observar ainda que, embora as pautas fossem relacionadas às discussões sobre os “problemas” gerados pelo impacto das penitenciárias, outras questões fora da pauta acabavam sendo discutidas no decorrer dos encontros, rompendo por vezes, com a linha argumentativa dos atores e obrigando o presidente do Conseg a retomar a pauta constantemente. Questões de ordem moral, religiosa e cívica se misturavam às questões de segurança pública. Também é possível notar que alguns dos atores comprometidos com a coleta de dados proposta nas reuniões não conseguem realizá-las, as autoridades insistem em mensurar o “impacto” das penitenciárias em diversas áreas, mas não sabem como fazê-lo, seja por falta de articulação ou por falta de um saber técnico; talvez por isso tenham visto na minha presença, a oportunidade de alcançar tal objetivo.

Embora o foco das reuniões fosse “a questão do CDP”, constantemente as discussões recaíam na presença dos familiares dos presos na cidade. A preocupação com as possíveis mudanças destes familiares para Itirapina era relatada sempre na perspectiva de uma precarização do espaço urbano, ou que o prefeito caracteriza como *afavelamento*, de uma sobrecarga nas demandas da assistência social municipal, e de um aumento nos índices de violência, traçando assim, uma associação direta entre os familiares dos presos, violência e pobreza. Não por acaso, o prefeito afirma na reunião ocorrida no Broa que *os problemas no entorno da penitenciária ocorrem por conta dos visitantes e não por falta de autoridade dos dois diretores*. Além disso, os presos e seus familiares que possivelmente já estariam morando no município nunca eram tratados como “moradores”, reforçado assim uma posição de distanciamento em relação a aquele grupo ‘outsider’.

Ainda no setor da assistência social, parece haver na demanda por auxílios uma hierarquia de discriminação, na qual presos, ex-presos e seus familiares aparecem abaixo de

todos os níveis, sendo desconsiderados enquanto demanda por assistência social, já que a proposta apresentada pelo município, em tese, é voltada apenas para a população em situação de rua, limitando o acesso por parte dos presos e seus familiares, ainda que residam no município. Também na área da saúde é possível observar que, apesar do prefeito relatar que o repasse de verbas para município ocorre de acordo com o número de atendimentos, há uma recorrente argumentação que coloca os presos e seus familiares como agravantes da demanda no hospital municipal.

Por fim, com relato do prefeito e dos membros do Conseg sobre a visita ao secretário de Segurança Pública fica clara a ausência de força política do poder municipal frente à esfera estatal. Neste sentido é possível notar o autoritarismo das políticas estaduais que não oferecem um canal efetivo de diálogo à participação municipal para expressão de opiniões e problemas objetivos de ordem local. Assim, toda a articulação realizada no espaço do Conseg tem um alcance estritamente local e circunscrito.

3. O projeto de lei nº 556/07.

Os impactos causados pela implantação de unidades prisionais em cidades de pequeno porte também atingem a dinâmica dos municípios nas questões ambientais, de saneamento básico, moradia, entre outras. Não por menos, desde 2007 tramita na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo o Projeto de Lei nº 556/07, de autoria da Deputada Ana Perugini. Este projeto visa garantir aos municípios que possuem e aos que receberão unidades prisionais, medidas e incentivos a fim de minimizar os impactos “negativos” gerados aos municípios, assim como a elaboração de estudos prévios sobre tais impactos. Assim, o Projeto de Lei dispõe de seis artigos:

Artigo 1º - É obrigatória a execução, pelo Estado, de ações mitigatórias e mecanismos compensatórios, visando a minimizar os efeitos dos impactos negativos gerados por unidades prisionais estaduais, sobre a vida da população afetada e sobre os limites de sustentabilidade social, econômica, ambiental e da oferta de serviços públicos nos Municípios onde estão ou venham a ser instaladas, com fundamento em Estudos e Relatórios de Impactos Sociais e Ambientais.

Artigo 2º - A construção, instalação e funcionamento de unidades prisionais no Estado, dependem de licenciamento ambiental e da elaboração e aprovação de Estudo prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de

Impacto Ambiental – EIA-RIMA. Requeridos nos termos legislação ambiental;

Artigo 3º - Para os efeitos dessa lei considera-se impacto qualquer alteração, benéfica ou negativa, de pequena ou de grande expressão, imediata ou de médio e longo prazos, direta, temporária ou permanente, decorrentes direta ou indireta, temporária ou permanente, decorrentes direta ou indiretamente da instalação no território do município de unidades prisionais e que afetem:

1. O desenvolvimento urbano e as funções sociais da cidade;
2. a educação, a saúde, a segurança e a qualidade de vida da população residente no município e nas proximidades da unidade prisional;
3. as atividades sociais e econômicas locais;
4. as condições de saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino de efluentes, coleta e destinação de resíduos e a limpeza pública;
5. a capacidade econômica e financeira do Poder Público local, da infraestrutura e da oferta de serviços públicos no município sede da unidade prisional suportar o acréscimo de demanda e de despesas resultante da implantação da unidade prisional;
6. a paisagem, o patrimônio cultural e potencial turístico;
7. as condições de riqueza, emprego, longevidade, mortalidade e vulnerabilidade social da população residente;
8. o Plano Diretor, a política urbana, a ordenação, controle e uso do solo, bom como a oferta de moradia;
9. o adensamento populacional, a alteração da população flutuante, a valorização imobiliária e a demanda por serviços públicos;
10. o ambiente natural e construído.

Artigo 4º - A falta de cumprimento de qualquer das determinações desta lei importa crime de responsabilidade, a que estão sujeitos o chefe do Poder Executivo e seus subordinados diretos responsáveis pela implementação dos referidos projetos, independentemente das demais sanções civis e penais cabíveis ao caso.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta lei e sua disposição transitória entram em vigor na data de sua publicação.

No entanto, em uma leitura mais atenta do projeto de lei apresentado, podemos observar que ele deixa passar a ideia de que os impactos sofridos pelos municípios são predominantemente negativos e por isso se faz necessária uma compensação, por vezes financeira. Segundo o projeto, estes investimentos propostos pelas medidas compensatórias deveriam ser aplicados nas áreas que seriam diretamente afetadas pela presença das unidades prisionais, como a segurança, o abastecimento, tratamento de esgoto e resíduos, habitacional, entre outras.

Neste sentido, é possível observar que o argumento da geração de empregos que fora constantemente utilizado pelo governo do Estado na década de 1990 para “compensar” a construção de novas unidades no interior não é mais eficaz como um elemento

de troca. Nos últimos anos, os municípios estão cada vez mais recorrendo ao Judiciário nas tentativas de impedir a construção de unidades prisionais e muitos deles encontraram um respaldo no PL 556/07, oferecendo apoio no esforço da Deputada Ana Perugini para que o projeto seja aprovado.

A Deputada Ana Perugini realizou, entre 2008 e 2009, treze audiências públicas nos municípios de Campinas, Casa Branca, Itirapina, Guarulhos, Osasco, Mairinque, Porto Feliz, Aguaí, Bauru, Lucélia, Dracena, Limeira, e também na Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa. Durante as audiências, a Deputada fez a divulgação de seu projeto de Lei objetivando angariar o apoio dos prefeitos. Em uma matéria divulgada no site, no dia 11 de setembro de 2009, há a notícia da revogação do projeto de construção de 49 unidades por parte do governo do Estado para aquele ano; a matéria informa que após a realização das audiências públicas, a Deputada Ana Perugini impetrou uma representação judicial contra o governo do Estado junto ao Procurador Geral de Justiça, Fernando Grella Vieira. A matéria afirma que, na ação a Deputada

fez questão de ressaltar a falta de diálogo do Estado com as autoridades municipais. Segundo ela, os prefeitos e os vereadores haviam tomado conhecimento da intenção do Governo de construir novos presídios por intermédio de publicação, fundamenta em desapropriações de áreas, feita no Diário Oficial do Estado. “Uma afronta”, desabafa a deputada, ao recordar das numerosas reclamações que recebeu ao colocar seu projeto em debate durante as Audiências, em Câmaras Municipais e nas sedes da Ordem dos Advogados do Brasil.⁵³

Também é possível observar que o projeto de lei prevê que os impactos gerados pelas unidades prisionais sejam mensurados somente por estudos prévios às instalações. Neste caso, não seria considerado um acompanhamento das transformações ocorridas nos municípios, desconsiderando ainda os efeitos posteriores.

Já nas justificativas do projeto de lei fica clara ainda uma associação direta entre a presença de uma unidade prisional e o “aumento da violência e sensação de insegurança gerada pelo alto grau de impunidade” (São Paulo, 2007). As justificativas reproduzem esta idéia sem demonstrar uma reflexão ou ainda dados que sustentem tais afirmações.

Todavia, o projeto de lei apresenta uma tentativa de romper com a relação verticalizada entre governo estadual e municipal, fazendo com que haja espaço para o diálogo

⁵³Disponível<http://www.anaperugini.com.br/2008/index.php?option=com_content&view=article&id=481:governador-recua-na-construcao-de-novos-presidios&catid=34:noticias&Itemid=11> Acesso feito em: 01/10/2009.

e negociação entre estas duas esferas de governo no que se refere ao processo de instalação de unidades prisionais no Estado de São Paulo. A criação do projeto torna mais evidente ainda a existência de um campo de disputas e conflitos que envolve gestores das políticas penitenciárias, os gestores municipais e estaduais, e o corpo legislativo e o judiciário. Não por acaso, até o mês de março de 2011, o projeto tramita na Assembléia Legislativa, sem ser posto em votação.

Capítulo 5.

***Da “cadeia” ao “mercado”: a etnografia do
“dia de visita”***

Saímos da casa onde as mulheres estavam hospedadas depois de um bom tempo de conversa, já passava das 17 h. Ana, Fernanda e eu fomos caminhando até o *mercado*, no caminho passamos pela praça central. Era a primeira vez que Fernanda ia ao mercado, ela não sabia o caminho, Ana já estava acostumada e comentou comigo que ela achava o preço dos produtos muito caro naquele mercado, mas não tinha outra opção: *nem tudo dá pra gente trazer de São Paulo, tem coisa que estraga, aqui eles sobem os preços nos finais de semana*. Quando chegamos ao mercado acabamos nos dividindo, Fernanda foi para a padaria e Ana e eu fomos para a fila do açougue. Enquanto Ana escolhia a carne e reclamava comigo sobre os preços, pude perceber diversos olhares de dúvidas ou até estranhamento, por parte de moradores que, certamente me conheciam e estranhavam o fato de me verem ali na companhia de Ana. Na fila do açougue também estava uma mulher que participava das reuniões do Conseg e seu olhar para mim foi ainda mais curioso, me seguindo até onde alcançou. Depois caminhamos entre as prateleiras em busca de um macarrão que Ana queria comprar, ela comentou comigo: *macarrão até dá pra eu trazer de São Paulo, mas meu jumbo tava muito pesado, eu to ficando até com problema no ombro*. Recebi novos olhares enquanto conversávamos. Fomos até a fila da padaria e nos encontramos de novo com Fernanda, ela então pergunta para Ana: *bolo assim entra?* mostrando um pedaço de bolo de chocolate recheado e com bastante cobertura. *Pedaço acho que entra (...) se bem que amanhã é o Seu L. ele é tranquilo, se fosse aquele mala do Z. não entrava* respondeu Ana. Depois disso, fomos até a fila do caixa para pagar as compras, no caminho Ana pegou um refrigerante. Fernanda entrou em uma fila, Ana e eu em outra, elas estavam com pressa, já era quase 19 h e Ana ainda ia preparar a carne e a macarronada, Fernanda estava mais tranquila, ia levar apenas pães e frios. Enquanto Ana e eu tirávamos os produtos do carrinho de compras e passávamos pelo caixa, ela me contava como gostava de preparar a comida, seus temperos, molhos, etc. Quando a operadora que computava as compras passou o último produto, ela lançou um olhar para Ana e logo depois para mim, ela me conhecia, e mesmo vendo que eu e Ana conversávamos e passávamos as compras juntas ela me perguntou: *vocês estão juntas?* (Caderno de campo 30/01/2010).

Como já expus na introdução deste trabalho, meu contato com as mulheres que visitam seus parentes em Itirapina se deu por intermédio da dona de um hotel que me apresentou Julia. Ela, por sua vez, mediou a maior parte de meus contatos posteriores naquela casa onde as conheci. Também já descrevi a minha opção metodológica pela etnografia diante da rotina destas mulheres aos finais de semana, deste modo, posso dizer que meu trabalho de campo percorreu diversos espaços da cidade de Itirapina neste período, começando muitas vezes nos portões da *cadeia*, quando as mulheres encerravam suas visitas, passando por ruas dos bairros próximos à penitenciária, pelas ruas do centro, muitos de seus estabelecimentos comerciais, farmácias, mercearias, sacolões de frutas e, principalmente o supermercado.

O supermercado da cidade foi um dos locais mais importantes do meu trabalho de campo com as *mulheres de preso*. Ainda nas entrevistas com os moradores de Itirapina, o supermercado aparecia em suas falas como um dos principais espaços onde a circulação

destas mulheres era mais evidente e, conseqüentemente, os enfrentamentos entre as *visitas* e os moradores mais explícitos. Algumas falas dos moradores apontam isso:

Não digo aqui na minha loja, mas que nem você entra no supermercado, no sábado, elas mandam no supermercado! Elas não querem que a população de Itirapina esteja no supermercado depois das quatro da tarde no sábado! O mercado é delas... Elas empurram, elas são grossas, entendeu? (comerciante 5)

Olha já aconteceu de eu estar no mercado, e estar aquele alvoroço, inclusive da parte deles também, porque eles [donos do supermercado] não ficam sossegados, porque as visitas elas vêm, elas aprontam, e elas não têm medo, não são todas, mas elas não têm medo. Se você está na fila, vamos supor, do açougue, e ela achar que vai ser atendida antes de você, ela entra na sua frente! Se ela achar que ela vai passar no caixa antes de você, ela passa na sua frente! Você entendeu? (comerciante 3)

O supermercado é o espaço que evidencia a presença e circulação daquelas mulheres diante dos moradores da mesma maneira que os incomoda, já que naquele local as mulheres estão na mesma condição de muitos deles, de consumidoras. O incômodo com a presença delas é bastante visível em grande parte dos moradores evidenciando um estranhamento e uma estigmatização diante destas mulheres que têm contato direto com as penitenciárias e sobretudo, com os presos.

O desenvolvimento desta pesquisa já mostrou que Itirapina pode ser caracterizada como uma pequena cidade, na qual grande parte dos moradores, sobretudo os mais antigos, tem a pretensão de conhecer uns aos outros e as relações sociais são estabelecidas por laços de familiaridade. O grau de coesão grupal foi alcançado por meio de uma identificação coletiva, que fez com que seus membros seguissem normas e condutas comuns que, entre outras coisas, mantém uma honra a ser seguida, mantendo assim o ideal da ‘comunidade pura’ (Foucault, 1987).

Reforço esta idéia justamente para mostrar como este ideal é abalado com a presença das mulheres de preso na cidade e ainda, duplamente abalado quando há, em meio a elas, uma pessoa que não é estranha para a comunidade, neste caso eu. Deste modo, fazer uma etnografia com as *mulheres de preso* nas ruas e no comércio da cidade, sobretudo no supermercado, me possibilitou perceber além dos enfrentamentos entre ‘estabelecidos’ e ‘outsiders’, o estranhamento por parte dos moradores ao notarem naquele grupo que eles consideram ‘outsider’, a presença de uma “insider”.

1. Quem são elas?

Todo o desenrolar do meu trabalho de campo aconteceu junto a um grupo específico de mulheres, que possuía algumas particularidades que atravessaram a minha pesquisa. Quando decidi ir a campo com *mulheres de presos*, busquei a mediação de uma pessoa que já tinha contato com estas mulheres para facilitar minha aproximação, no entanto, não delimiti ou selecionei qualquer grupo em específico, busquei apenas o contato com mulheres que visitavam seus parentes em qualquer uma das unidades prisionais de Itirapina. As especificidades do grupo com o qual trabalhei foram trazidas pelo meu campo e me revelaram diversos aspectos, que eram ainda desconhecidos por mim, mesmo estudando tal temática já há alguns anos.

Conforme eu havia combinado com a dona do hotel, fui até o estabelecimento durante a semana, uma quinta-feira. Lá conheci Julia, minha primeira interlocutora e nossa conversa revelou diversos aspectos do cotidiano das pessoas que, de uma forma ou de outra, estão relacionadas ao sistema prisional, mesmo estando do lado de fora.

Julia me explicou que seu marido não faz parte do Primeiro Comando da Capital - PCC⁵⁴ e de nenhuma outra *facção*, mesmo ele estando preso na Penitenciária 2 de Itirapina, onde a presença do PCC é reconhecida pelos interlocutores desta pesquisa. A penitenciária 2 é formada pela unidade de regime fechado e por um anexo da ala de progressão penitenciária, que se localiza em outro prédio, conforme foi mostrado na figura 6 do capítulo anterior. Segundo Julia, esta divisão não separa apenas os tipos de regime de reclusão, ela também separa e distingue os membros e não membros do PCC. Assim, de acordo com Julia, na unidade onde vigora o regime fechado, o número de presos é significativamente maior e é onde estão os membros do PCC, enquanto que na ala de progressão estão os presos que não fazem parte de nenhuma *facção* e que, segundo Julia, são chamados de *coisa* pelos membros do *Partido*.

A divisão espacial de presos em unidades prisionais de acordo com as *facções* a que pertencem não é desconhecida, já que alguns estudos relacionados à atuação do PCC, como os já citados, e até mesmo matérias jornalísticas já abordaram tal prática. No entanto,

⁵⁴ Segundo Adorno e Salla (2007) “(...) o que se sabe sobre a emergência do PCC é ainda bastante insatisfatório. Tudo indica que essa organização foi constituída, em 1993, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (SP), conhecida por longa história de maus-tratos impingidos aos presos. Tudo indica que a organização nasceu de uma resistência aos maus-tratos, como uma forma de proteção contra as arbitrariedades cometidas por agentes penitenciários e mesmo contra a dureza do regime disciplinar imposto pela direção do estabelecimento penitenciário”. No entanto, existe uma série de pesquisas que buscam retratar as dinâmicas do PCC, tais como os estudos de Adalton Marques, (2009), Camila Dias, (2008) e Karina Biondi, (2009).

Julia me revelou que, assim como os presos eram segregados nas unidades por pertencerem ou não a uma facção, as suas mulheres em *dias de visita* também vivem uma separação, física e simbólica. De acordo com Julia, ela morava no hotel com a dona do estabelecimento em troca de ajudá-la na limpeza e organização do local, mas não podia permanecer ali aos finais de semana, pois neste período chegavam as mulheres de membros do PCC, que geralmente vinham em um ônibus fretado e representavam a maior parte da clientela do hotel. Para solucionar este impasse, a dona do hotel alugou uma pequena casa, cerca de quatrocentos metros dali, e a sublocava às outras mulheres, as quais como Julia, não eram companheiras dos membros do PCC. Nas tardes de sexta-feira, Julia ia para lá e fazia a administração dessa casa, chamada por elas de *casinha*, organizando a quantidade das hóspedes, recebendo o pagamento das diárias e repassando o dinheiro para a dona do hotel. Na segunda-feira, Julia fazia a limpeza da *casinha* e retornava para o hotel, onde ficaria até a próxima sexta-feira.

O fato de estarem presos nesta ala de progressão penitenciária dava a estes homens o direito de receber visitas todos os finais de semana, aos sábados e domingos⁵⁵. Desta maneira, a maior parte de minhas interlocutoras viajava para Itirapina todos os finais de semana e se hospedavam nesta pequena *casinha* administrada por Julia, meus encontros com elas se davam nestes períodos, sobretudo aos sábados que, como já descrevi na introdução deste trabalho, eram os dias de compra no supermercado e preparação do *jumbo* que seria levado no domingo.

Diante destes aspectos que atravessaram meu campo, decidi focar meu trabalho junto a este grupo de mulheres. Decidi dedicar-me à particularidade que meu campo trouxe, pois atualmente existem alguns trabalhos que buscam analisar os processos que envolvem a história do PCC, desde seu nascimento até suas práticas atuais, no entanto, poucos estudos se dedicam a outros grupos estabelecidos dentro das prisões ou até mesmo a presos que não se identificam com estes coletivos. Embora meu trabalho não tenha a pretensão de se tornar um estudo sobre facções ou coletivos de presos, as histórias das *mulheres de preso* são constantemente atravessadas por esta questão, neste sentido, com o intuito de evidenciar esta outra faceta das dinâmicas criminais, persisti no trabalho etnográfico com as mulheres, cujos parceiros não são nem *irmãos* e nem *primos*⁵⁶.

⁵⁵ As regras e normas para a realização das visitas variam de acordo com cada unidade prisional, não havendo uma determinação comum para todas as unidades.

⁵⁶ *Irmão* é a categoria nativa usada para se referir a um membro do PCC, ou como os atores denominam *batizado*. *Primo* é o preso que vive em *cadeias do PCC*, mas não *batizado*.

Assim, permaneci em campo com este grupo por aproximadamente seis meses. Um período que considero relativamente curto para traçar análises em profundidade acerca das trajetórias destas mulheres, mas um período bastante intenso no qual me aproximei do cotidiano delas, tanto pelos finais de semana compartilhados, quanto pelas histórias de suas vidas que, muitas vezes, eram comigo partilhadas por meio de longos desabafos. Um período que me permitiu ainda acompanhar o nascimento do filho de Julia, o desenvolvimento da gravidez de Claudia, a dificuldade enfrentada por Vera com a saúde de sua mãe, as dificuldades financeiras de Maria e, sobretudo, a esperança de todas elas em relação à liberdade de seus companheiros.

Neste sentido, descreverei nas próximas páginas parte das trajetórias, dos enfrentamentos e das experiências relatadas por algumas de minhas interlocutoras durante nossos encontros, assim como minhas percepções durante o trabalho de campo, tudo registrado em meu caderno de pesquisa. Optei em não descrever todas as histórias que ouvi e acompanhei, pois não foram poucas, elegi assim a história de quatro mulheres que trazem elementos que irão balizar as análises. Entretanto, ao final traçarei algumas linhas de análise que levarão em conta elementos que perpassam as falas de todas as mulheres que ouvi durante a experiência.

1.1. Julia

Julia foi a primeira mulher com quem conversei, ela estava morando no hotel mencionado havia oito meses, desde que seu marido fora transferido para a penitenciária em Itirapina. Ela estava grávida de seis meses do seu segundo filho, o primeiro tinha quase 18 anos e morava em São Paulo. Julia começou a me contar sua história dizendo que já passara muita dificuldade nesses dez anos em que seu marido estivera preso, largara o emprego, deixara seu filho mais velho vivendo em São Paulo e estava sempre com dificuldades financeiras. O marido de Julia já passara por mais de dez unidades prisionais diferentes e desde que ele fora transferido para unidades do interior, Julia o acompanhava em cada cidade, embora ela já tenha passado alguns períodos viajando para realizar as visitas, ela sempre buscava se mudar para a cidade onde ele estava preso.

Logo depois, Julia começou a me falar do amor que sente por seu marido, pois segundo ela, *tem que amar muito para aguentar*. Julia considera que estes *sacrifícios* valem a pena pelo amor e também por acreditar que seu marido se *regenerou*, pois nos 10 anos em que

está preso, *nunca aprontou nada na cadeia*. Ao falar da sua confiança no comportamento dele, Julia começou a me contar histórias sobre mulheres que levam drogas para dentro das unidades. Segundo ela, o comércio de drogas dentro da cadeia é algo muito comum e algumas mulheres são a principal via para a entrada destas drogas. Julia disse que não concorda com essa prática e que nunca levou nenhum tipo de droga para seu marido preso, embora tenha *colegas* que o façam. Perguntei então a Julia como era possível entrar com drogas na unidade, sendo que havia uma revista para todas as mulheres que ali entravam e ela me respondeu: *Tem mulher que coloca tanto na frente como atrás! Você entende o que eu to falando, né? Tenho uma amiga que botou trezentas gramas na frente e duzentas gramas atrás*.

Julia falou então do procedimento de revista para entrada na unidade, segundo ela, este momento é *muito humilhante*, no qual todas as mulheres ficam nuas diante de agentes penitenciárias e devem se agachar repetidamente na frente das agentes para que elas observem se não há nada dentro de suas genitálias⁵⁷. Além disso, todas as mulheres devem se sentar nuas em banco com detector de metais. Julia voltou a afirmar que é bastante comum encontrar mulheres que levam drogas nas genitálias e muitas vezes acabam sendo flagradas no momento da revista e presas. Julia me disse ter várias colegas que *caíram assim* e concluiu que não vale a pena correr o risco, pois *daí fica preso o marido e a mulher*. Segundo Julia, algumas vezes as agentes penitenciárias, ainda que não vejam nada de ilícito no momento da revista, fazem um tipo de coerção simulando ter identificado a presença de algo e assim, muitas mulheres acabam se entregando. *Tem que ficar esperta, porque eles dão um psicológico e elas acabam se entregando*.

Foi neste momento, Julia começou a me contar que seu marido não fazia parte do PCC e de nenhum outro coletivo, por isso ele era chamado de *coisa*, termo que, segundo ela, é usado para determinar todos os presos que não fazem parte do PCC e assim, como *eles não se misturam lá dentro, eles falam pra elas não se misturar, eles não gostam*. Julia me explicou então, a sua relação com a dona do hotel sobre a sublocação e administração da *casinha* para onde vão as mulheres que não são companheiras de membros do PCC. Perguntei então a Julia se nas viagens para as penitenciárias elas também *não misturavam* e ela me explicou que os ônibus fretados, geralmente são pagos pelo *Partido* e somente as visitas dos membros do PCC é que podem fazer uso, mas quando a viagem ocorre em ônibus de linhas

⁵⁷ Não acompanhei os procedimentos de revista, todas essas informações foram fornecidas por minhas interlocutoras. Uma descrição mais detalhada pode ser encontrada na etnografia de Karina Biondi (2009), ou ainda vista no documentário “Visita Íntima” de Joana Nin (2005).

convencionais muitas vezes as mulheres viajam juntas, *mas daí fica cada uma quietinha no seu canto.*

Julia continuou me relatando fatos sobre as relações entre presos e suas mulheres, segundo ela, assim como as condutas dos presos são observadas e cobradas dentro da *cadeia* pelos próprios presos, as condutas de suas mulheres também são cobradas nas ruas.

Se uma mulher não se comporta fora da cadeia eles ficam sabendo lá dentro, daí eles fazem uma reunião pra decidir o que fazer e dão a ordem pra outra mulher acertar as contas.

Perguntei então a Julia que tipo de comportamento era esperado das mulheres e ela citou uma série de exemplos como *não ficar andando sozinha pela cidade a noite, não ir pra bar, não ficar de conversa com outros homens, essas coisas...* Perguntei ainda como é que os presos ficam sabendo o que suas mulheres estão fazendo nas ruas e ela me respondeu *as próprias mulheres falam.*

Apesar de me dizer, logo no início da conversa, que seu marido não fazia parte do PCC, Julia tentou me explicar o funcionamento do *Partido* e também falou dos motivos alegados pelo seu marido para não fazer parte do grupo. Segundo ela, existe uma hierarquia de funções dentro das *cadeias* e fez uma comparação com os poderes legislativo e executivo: *tipo na cidade não tem os vereadores e o prefeito? Lá é mais ou menos assim.* Julia falou também que os presos devem pagar um tipo de *mensalidade* ao *piloto*⁵⁸, um valor que ela acredita estar em torno de mil reais e que também considera muito alto, *daí se o cara não consegue pagar cai pra família também, a família tem que se virar.* Julia disse que seu marido *não é mais bandido*, ela disse acreditar que ele se regenerou e que cobra dele um *bom comportamento* dentro da prisão, pois: *segunda chance eu já falei pra ele que eu não dou, não quero passar o resto da minha vida na porta da cadeia.*

Depois disso, Julia começou falar dos preconceitos que os presos sofrem na sociedade e conseqüentemente seus familiares. Falou da dificuldade em conseguir emprego, embora acredite que isso também esteja relacionado ao seu nível de escolaridade, já que ela não completou o ensino médio. As únicas oportunidades que disse ter encontrado foram como faxineira, no entanto, ela prefere não revelar aos patrões que seu marido está preso, *eles pensam que a gente vai lá pra roubar, ou então que a gente tá olhando pra falar pro marido as coisas que tem lá.* Além dos preconceitos que Julia tem enfrentado durante estes dez anos,

⁵⁸ Posição política exercida por alguns presos. (cf. Biondi, 2009).

ela também passou por dificuldades financeiras que a levaram a dormir em albergues municipais e até mesmo junto aos portões das penitenciárias.

Julia também me contou a experiência que viveu em algumas rebeliões, ela chegou a dormir na porta da penitenciária à espera de notícias sobre seu marido e disse ter muito medo que outras rebeliões ocorram. *Rebelião é uma coisa muito feia, é muita morte, muito sangue, eles matam mesmo. Não sei de onde sai tanta faca na hora da rebelião, eles fazem as facas, escondem na parede e na hora pegam.* Julia falou também da importância da presença da família para o preso, e ela considera que eles sentem muita falta deste apoio. Contou que quando um preso não tem família ou então não recebe visitas, *ele sempre tenta fazer amizade com alguém da família do outro preso, pra ter uma companhia.* Para Julia, a família é uma peça fundamental para que o preso consiga *se manter dentro da cadeia*, principalmente para que ele não faça nenhuma *besteira*. Neste caso, Julia associava a expressão *fazer besteira* com o envolvimento em atividades ilícitas dentro da unidade.

Julia também me explicou como se dava o procedimento de entrada na unidade e a organização das filas, que acompanhei em idas a campo posteriores. Como seu marido estava detido na ala de progressão penitenciária, onde o número de presos é menor do que nos pavilhões do regime fechado, não havia muita espera na fila e nem necessidade de retirar a senha com antecedência e, ainda, há visita todos os sábados e domingos. No entanto, Julia disse que já *madrugou* muito para chegar cedo às filas das unidades por onde seu marido esteve preso e garantir uma das primeiras senhas, e até hoje tem o hábito de ser uma das primeiras a chegar, mesmo que não enfrente mais filas, *eu quando dá quatro, cinco horas da manhã já to despertada andando pela casa.* Ela me explicou que no regime fechado, onde as filas são maiores, as senhas começam a ser distribuídas na quinta-feira pela tarde, *às vezes não dão senha e só anotam o nome no caderninho*, mas a maioria das mulheres só começava a chegar na sexta-feira, já que costumam vir de outras cidades e Julia acredita que o número de mulheres na fila ultrapassa a casa dos trezentos. No regime fechado da unidade, segundo ela, as visitas acontecem de forma alternada entre finais de semana com apenas um dia de visita e finais de semana com dois dias, a *dobradinha*.

Passada cerca de uma hora e meia desta minha primeira conversa com Julia, começamos a nos despedir, me levantei e agradei a Julia e a Claudia, que ficou ali o tempo todo, mas praticamente não falou, apenas concordava, acenando com a cabeça quando Julia a indagava. Combinamos que no próximo sábado eu iria até a *casinha* para conhecer as *colegas* e minha chegada lá já foi relatada neste trabalho.

Esta é uma parte da história de Julia que certamente não representa toda a complexidade de sua trajetória, mas sem dúvida, traz alguns elementos que a marcaram. Encontrei-me e conversei com Julia diversas vezes durante os trabalhos de campo, entretanto, tratarei destes diálogos em outro momento, por ora quero oferecer ao leitor um pouco da história destas mulheres com as quais convivi, evidenciando algumas de suas características e suas maneiras de lidar com os enfrentamentos e as dificuldades que as rodeiam nesses deslocamentos.

1.2 Vera

Vera era uma mulher que se destacava naquele grupo pelo seu jeito bastante falante, animada e extrovertida, sempre fazendo brincadeiras, entretanto, eu só pude perceber estas características depois de algum tempo convivendo com elas na *casinha* e depois de conquistar, pelo menos uma parcela da confiança daquelas mulheres. Quando cheguei à *casinha*, conforme havia combinado com Julia, ela me apresentou primeiro às mulheres que estavam na parte externa da casa, Vera estava na cozinha preparando seu *jumbo*. Eu então me apresentei e cumprimentei uma a uma com um beijo no rosto, depois falei a elas da minha pesquisa e de como cada uma poderia colaborar se assim quisesse. Nesse momento, Vera deixou a cozinha e veio ao meu encontro, eu então a cumprimentei como fiz com as demais, pouco tempo depois eu estava acompanhando Vera na cozinha, enquanto ela preparava uma macarronada.

Vera começou a me contar um pouco da sua história. Ela mora em Bauru, interior de São Paulo, tem 39 anos e visita seu marido em Itirapina todos os finais de semana. Ela já tinha dois filhos de um casamento anterior, e quando conheceu seu atual companheiro disse que se envolveu e se apaixonou por ele rapidamente. Ele já era condenado a cumprir pena restritiva de liberdade, mas estava foragido, morando em uma fazenda de familiares e, segundo Vera, quando os dois começaram o relacionamento ele omitiu esse fato. Vera só descobriu que seu companheiro era foragido quando ele foi preso novamente, o que segundo ela foi um choque, mas ela disse que já estava envolvida demais para *voltar atrás*. Depois de refletir sobre a situação de seu companheiro, Vera se dispôs então a continuar o relacionamento, visitando sempre seu parceiro e acreditando quando ele dizia que faltava apenas um ano de pena para ser cumprido. Somente com o passar de um ano foi que Vera descobriu que a pena que seu companheiro ainda deveria cumprir era de vinte e dois anos.

Vera me disse que sua vida *mudou completamente*, ela era professora primária e deixou o antigo emprego fixo, atualmente faz trabalhos temporários e alguns *bicos* como costureira, para que não precise trabalhar aos finais de semana, podendo assim viajar e visitar seu companheiro. Considera sua vida *muito difícil*, sofreu e sofre muito todos os dias, mas acredita que o amor que sente pelo seu companheiro compensa todo o sofrimento, um amor, segundo ela, quase maternal conforme sua fala:

Amor de mulher de preso é igual um amor de mãe, porque mesmo longe a gente não para de pensar nele, se a gente vai dormir a gente pensa se eles não estão com frio, com fome, você tá entendendo?

Vera me disse que sempre viaja pedindo carona na estrada, já que não tinha condições financeiras de arcar com as despesas das viagens todos os finais de semana e por isso, como ela dizia, ficava *sempre com dedão na estrada*. Ela me disse ainda que nunca conta o verdadeiro motivo da viagem à Itirapina para as pessoas que lhe dão carona, ela prefere contar outras histórias, como por exemplo, dizer que está indo visitar seus parentes doentes ou hospitalizados e me contou isso de forma bem humorada, brincando com a situação, *olha, já matei tanto parente [risos], é tia, prima, mãe...*

Para Vera as “mentiras” contadas em suas caronas são necessárias, ou como ela mesma disse: *é uma defesa pra mim*. Quando consegue carona com uma pessoa desconhecida, principalmente com caminhoneiros, *que são os que mais dão carona*, Vera tenta deixá-los sensibilizados com a sua situação, pois ela acredita que essa seja uma maneira de bloquear qualquer possível tentativa *mal intencionada* que o estranho possa vir a ter. Além disso, Vera acredita que não pode *confiar* em todas as pessoas contando a elas que seu marido está preso e que, portanto, ela é uma *mulher de preso*, pois segundo ela, no imaginário popular as *mulheres de presos* sofrem tanta discriminação quanto seus maridos. *As pessoas acham que mulher de preso tudo não presta*.

Ainda enquanto preparava sua macarronada na cozinha da *casinha*, Vera seguiu me contando sua história, dizendo que uma das *piores humilhações que a gente passa é na hora da revista*. Segundo Vera, não há uma estrutura para as mulheres que passam horas na fila, como banheiros, por exemplo, e já passou *muito aperto* com isso. Ademais, disse que muitos funcionários as fazem passar por humilhações desnecessárias e não as tratam de forma educada, salvo algumas exceções, e pensa que esta é uma postura bastante equivocada por parte dos funcionários, pois acredita que é justamente a presença da família junto aos presos que faz com que eles suportem a situação de prisão *sem cair no crime*. *A família é o alicerce*

do preso, o alicerce bom, porque também tem o alicerce podre, que é o crime. Vera acredita que a sua presença, assim como a presença de suas colegas ali, todos os finais de semana, traz aos presos uma perspectiva de futuro fora dali e me disse que sempre faz planos junto com seu marido para quando ele for libertado, pois acredita que isso o incentiva a não *cair no crime*.

Esse preconceito direcionado aos familiares dos presos é bastante sentido pelas mulheres quando vindo de parte dos moradores das cidades por onde seus maridos passam, sobretudo as pequenas cidades. O marido de Vera já havia passado por mais de cinco cidades diferentes e ela já havia vivenciado esse preconceito diversas vezes, inclusive em Itirapina. Segundo Vera, os moradores as olham de forma diferente e adotam posturas de indiferença e de estranhamento. *As pessoas da cidade evitam até encostar na gente, parece que a gente vai contaminar elas.* Neste momento perguntei a Vera se ela sabia como os moradores da cidade conseguiam identificá-las como sendo *mulheres de presos* e a resposta veio na mesma hora *porque eles olham pra gente e sabem que a gente é de fora.*

Vera me contou que assim que eu cheguei à *casinha* para conversar com ela e com as demais mulheres, ela logo veio me *testar*, observando atentamente a maneira como eu iria cumprimentá-las, ou seja, como eu iria *chegar nelas*. Nas palavras de Vera, *quando você chegou e deu um beijo em cada uma de nós, a gente viu que você não tinha preconceito com a gente e que a gente podia confiar em você.* Percebi que um fato aparentemente simples para mim, como o de ter cumprimentado uma a uma das mulheres com um beijo, teve um significado maior para elas e abriu o caminho para a consolidação de uma relação de confiança.

Diante desta fala de Vera, que por sua personalidade forte havia assumido uma espécie de liderança naquele grupo, as demais mulheres que ali estavam também passaram a se abrir mais comigo naquele dia e nos outros que sucederam, e assim consegui estabelecer um vínculo de confiança com minhas interlocutoras.

Depois disso, ainda permanecemos por mais de uma hora na cozinha. Vera terminou de preparar a macarronada, colocou em um pote de plástico e deixou em cima da mesa. Logo, Julia, que havia chegado do *mercado*, foi para o fogão e começou a cozinhar feijão, enquanto Vera se sentou na sala ao lado. Continuei a conversar com Julia na cozinha, enquanto Claudia picava os ingredientes que usaria na comida que iria preparar, sendo a próxima a usar o fogão. Embora o espaço da cozinha fosse pequeno na *casinha* e tivesse ali apenas um fogão para cerca de dez mulheres, elas se organizavam e conseguiam criar uma rotatividade naquele espaço, de modo que todas conseguissem deixar suas comidas

preparadas para a manhã do dia seguinte. Percebi o quanto era importante para estas mulheres a rotina de preparo dos alimentos que seriam levados aos seus maridos e o quanto isso representava um cuidado para com eles.

1.3. Ana

Ana é uma pernambucana de 29 anos que vive em São Paulo há alguns anos, está com seu companheiro há seis anos e, assim como Vera, também começou seu relacionamento quando seu companheiro já estava preso. Ana me contou que tinha sido casada com outro homem, com o qual ela tem uma filha, mas disse que ele era muito *frio e rude* no relacionamento, não dava *carinho e atenção* para ela, fato que a *magouava muito*. Ela me contou que conheceu seu atual companheiro num momento difícil de sua vida, quando estava terminando seu casamento, ele já estava preso, mas havia sido liberto temporariamente por uma *saidinha*⁵⁹. Ana era vizinha de alguns familiares de seu atual companheiro, e todas as vezes que ele *estava na saidinha* ela acabava encontrando-o e foi assim que seu relacionamento começou.

Ana disse que se apaixonou muito rapidamente por seu atual companheiro, por ter encontrado nele um homem muito *carinhoso e atencioso*, atributos que ela não encontrara em seu ex-marido. Logo que os dois começaram a se relacionar, o companheiro de Ana revelou a ela que estava preso no interior do estado de São Paulo e ela *aceitou* a situação, passando a visitá-lo aos finais de semana nas unidades pelas quais ele passou nestes seis anos de relacionamento. Segundo Ana, seu companheiro já passou por algumas unidades da capital paulista, como Pinheiros, e na região metropolitana, como Osasco, e assim era mais fácil realizar as visitas todos os finais de semana, já que ela mora na capital. No entanto, desde que seu companheiro fora transferido para unidades do interior, ficava mais difícil comparecer às visitas todos os fins de semana, pois ela sempre viajava de ônibus, custeando as suas passagens. Ele já havia passado por unidades em Guareí, Mirandópolis e recentemente Itirapina.

Na capital, Ana me disse que trabalha em um restaurante localizado numa região bastante frequentada por empresários, sendo este grupo a principal clientela do

⁵⁹ *Saidinha* é uma categoria nativa utilizada para fazer referência às saídas temporárias dos presos pelos indultos em algumas datas comemorativas, como natal, dia das mães, etc.

restaurante. Em seu ambiente de trabalho, Ana disse que apenas uma amiga tem conhecimento sobre a situação do seu companheiro, ela disse que evita contar a outros colegas e principalmente aos clientes e patrões, pois afirmou que as pessoas têm muito preconceito e discriminam os familiares dos presos, assim como fazem com os mesmos. Ao me contar isso, Ana disse que já ouviu diversos comentários preconceituosos em seu trabalho, principalmente por parte dos clientes empresários.

Eu já ouvi coisas assim: preso tem que morrer mesmo, tem que matar mesmo, por isso eu não conto! Imagina se eles descobrem que quem faz a comida deles é uma mulher de preso?

Ainda me relatando sobre o preconceito em seu local de trabalho, Ana contou que no prédio onde funciona o restaurante em que trabalha há um caixa eletrônico que é constantemente assaltado, ela acredita que se os proprietários ou clientes souberem que ela é casada com um preso, iriam acusá-la de ser facilitadora dos recorrentes assaltos. *Imagina se eles sabem que meu marido é preso? Vão falar: foi ela que deu a fita! Esse tipo de coisa.* Diante disso, Ana disse que sempre *inventa uma mentira* quando a questionam sobre seu marido, *eu sempre digo que ele está trabalhando no interior e que vem pouco pra São Paulo, coisas do tipo.*

Além de sentir a necessidade de esconder a situação de seu marido em seu trabalho, Ana disse que já sentiu muito preconceito por parte dos funcionários das unidades tanto da capital, como do interior. Segundo ela, em unidades da capital ela já passou por diversas situações de *humilhação*, como ser ofendida e ter sua entrada barrada na visita, sem motivo relevante. No interior, passou pelas piores situações em Guareí⁶⁰, onde, segundo ela, os funcionários eram muito severos em situações desnecessárias. Contou-me que certa vez teve sua entrada barrada na visita porque tentou entrar na unidade com um produto em gel que usaria na sua relação íntima com seu marido, *você acha que eles precisavam me deixar pra fora? Era só deixar o vidrinho lá e me deixar entrar, não era uma droga, uma bebida, coisa que a gente sabe que não pode.*

Também perguntei a Ana se ela sentia algum tipo de preconceito vindo de outras pessoas, além dos funcionários, ela então afirmou que sentia por parte dos moradores das pequenas cidades em que seu marido esteve preso, como Guareí e Itirapina. Segundo ela, Guareí foi uma das *piores cidades em relação a essa coisa, a população de lá... No mercado*

⁶⁰ Guareí é um município localizado a cerca de 100 km de Sorocaba, tem uma população de aproximadamente 14.568 habitantes de acordo com último censo e possui duas unidades prisionais masculinas, totalizando cerca de 2.700 presos, segundo dados da SAP.

eles ficavam muito em cima da gente, achava que a gente ia roubar tudo. Perguntei então à Ana se ela sabia como os moradores conseguiam identificar que ela era uma *mulher de preso* e ela me respondeu:

Porque eles sabem que a gente é de fora, a cidade é muito pequena e eles reconhecem quem tá ali durante os finais de semana, principalmente no mercado que só tem um e todo mundo vai lá.

Segundo a fala de Ana, pude perceber que Guareí é um município com característica muito semelhante a Itirapina, em relação a população, número de unidades prisionais e inclusive o fato de ter apenas um supermercado, onde a circulação destas mulheres é percebida pelos moradores aos finais de semana.

Depois disso, Ana continuou me contando sobre seu relacionamento atual, ela se diz muito feliz com seu companheiro, apesar de todas as dificuldades que eles passam, ela se sente *muito amada* e valorizada dentro da relação. Neste momento, Vera que estava na cozinha da *casinha* se aproximou de nós e nos disse: *Gi presta atenção, amor de preso é o melhor amor do mundo!* Perguntei então às duas o motivo dessa afirmação e Vera me respondeu:

o homem preso sabe valorizar a mulher que tem, porque sabe que só tem a ela e só pode contar com ela, pra tudo, por isso o preso ama sua mulher a trata ela como uma princesa, eles são gratos.

Ana concordou com todos os argumentos de Vera e começou a me descrever como o seu marido a trata quando ela chega à unidade para realizar a visita. *Ele me abraça, me chama de princesa, fala que tava com saudade, ele é muito carinhoso, essas coisas que eu nunca tive com meu ex-marido.* Ana também me disse que seu casamento é bastante tranquilo e quase nunca discutem ou brigam, apenas uma vez houve uma briga em que eles quase se separaram e Ana me narrou o episódio:

A gente só brigou uma vez, quando eu achei que ele tava meio estranho, meio distante, sabe? Daí eu descobri que ele tava escrevendo uma carta pra outra mulher, eu fiquei arrasada. Mas, depois que a gente brigou, mandei ele escolher se queria mesmo continuar comigo e ele se arrependeu de tudo e depois voltou tudo ao normal e a gente tá bem até hoje.

Ana afirmou ainda que passaria por todas as dificuldades que passou novamente se fosse preciso e que acredita muito no futuro que irá construir com seu marido

assim que ele deixar a prisão, embora ela não saiba quando isso vai acontecer. Segundo Ana, ela e seu marido fazem muitos planos para o futuro, principalmente relacionados à construção de uma casa: *a gente vai começar a construir uma casa assim que ele sair, tem vários terrenos no bairro que eu moro.*

Depois dessa conversa com Ana ainda na casinha, nós fomos ao supermercado, onde a acompanhei na compra dos alimentos que ela iria preparar para levar para seu marido no dia seguinte.

1.4 Juliana

Juliana é natural de Piracicaba, tem 31 anos e dois filhos que atualmente moram com o pai, de quem ela se separou e em seguida voltou a morar na casa de sua mãe. Juliana visita seu namorado que está preso na P2 em Itirapina e, quando conversei pela primeira vez com ela, fazia quatro meses que seu namoro havia começado. Juliana me contou que conheceu seu namorado durante uma *saidinha*. Assim como Ana e Vera, o relacionamento de Juliana é posterior à prisão de seu companheiro. Juliana trabalha como segurança em eventos artísticos na região em que mora e me relatou que nunca disse a ninguém em seu trabalho que mantém um relacionamento com um detento. A única pessoa da sua família que tinha conhecimento de seu namoro era sua mãe, embora ela tivesse revelado muito recentemente. Juliana me disse ainda que não conta a ninguém sobre seu namoro, pois teme que haja discriminação e preconceito por parte das pessoas. Também em seu trabalho, Juliana afirma que não contou a ninguém, pois ela acredita que poderia ser demitida se o fizesse, *eu trabalho fazendo segurança de shows, fico perto de muitos artistas, acho que se meu chefe souber que namoro preso ele me manda embora na hora.*

Juliana me contou que conheceu seu atual namorado no mesmo período em que estava terminado outro relacionamento e que, o fato de conhecê-lo foi decisivo para que ela tomasse a decisão de deixar o namoro anterior. Segundo ela, um dia seu telefone celular tocou e quando ela atendeu era um homem que queria falar com outra pessoa, ela disse que explicou que ele havia ligado para o número errado, pois aquele era o telefone dela; passados alguns minutos, Juliana disse que seu celular tocou novamente e era o mesmo homem, ela me disse então que ficou irritada e repetiu ao homem que ele havia se enganado, no entanto, o homem a surpreendeu dizendo que havia ligado novamente, pois tinha achado sua voz muito bonita e queria conversar um pouco mais com ela, que por sua vez, aceitou. Juliana me contou que eles

passaram meses se falando apenas por telefone e ela se apaixonou por ele já nesse processo, pois segundo ela, *ele falava umas coisas tão bonitas, mexeu comigo*.

Durante o período em que apenas conversavam ao telefone, Juliana disse que ele nunca contou que estava preso e marcaram uma data para se conhecerem, no final de semana de um feriado em outubro. Eles passaram o final de semana juntos em um hotel, tempo suficiente, para ela se apaixonar *ainda mais*. Somente no momento em que eles estavam indo embora do hotel foi que seu namorado contou que estava preso e só estava com ela naquele final de semana por ter saído da penitenciária com o indulto daquele feriado. Ela me disse que foi um choque no primeiro momento, mas que depois ela refletiu e resolveu investir no relacionamento, pois já estava apaixonada por ele e acreditava que os dois poderiam ter uma vida feliz quando ele saísse da *cadeia*.

Juliana acredita que hoje seu namorado não está *no crime* pelo incentivo que ela dá a ele, estando sempre presente ao seu lado e fazendo planos para quando ele sair da cadeia. Segundo me contou, antes de começar o namoro com ela, seu companheiro era casado com outra mulher que não o *ajudava a ficar fora do crime*, como ela disse que faz. Segundo Juliana, a antiga parceira de seu namorado o incentivava a *roubar nas saidinhas e ficar dando grana pra ela*. A família do namorado de Juliana, segundo ela, se afastou do seu namorado por conta dos delitos que ele cometia incentivados pela ex-mulher, e naquele momento, Juliana estava contribuindo para a reaproximação do seu namorado com a família dele.

Apesar de estarem juntos há quatro meses, um período relativamente curto, Juliana me disse que já passou por situações desagradáveis durante os *dias de visita*. Para ela, o pior momento é a revista para entrada na unidade, situação da qual ela tinha *vergonha*, pois se sentia muito humilhada naquele processo. Além disso, são feitas revistas nos alimentos que ela e suas colegas levam, o que também é *bastante complicado*, pois não há uma determinação ou regra comum em relação aos alimentos que podem ou não entrar na unidade; muitas vezes, me disse Juliana, o alimento que é permitido entrar em um dia pode não entrar no dia seguinte, variando de acordo com o agente penitenciário que está na portaria. *Semana passada eu trouxe maionese e entrei, hoje eu tive que jogar um pote cheio de maionese fora porque não deixaram entrar, daí estragou*.

Além disso, Juliana me contou, com a concordância de Vera, que alguns dos funcionários da penitenciária revistam os alimentos que elas preparam de forma desrespeitosa e me disseram que, *além de não respeitar a gente, eles não respeitam nem nossa comida*. Segundo elas, a revista dos alimentos não é feita de maneira muita higiênica, pois os agentes utilizam o mesmo talher para revistar os diferentes recipientes de comida, trazidos por todas

as mulheres. Segundo Juliana e Vera me contaram, os agentes ficam com um rolo de papel higiênico em cima da mesa onde fazem a revista dos alimentos e usam pedaços deste papel para limparem o garfo que usam em entre um recipiente e outro de comida que revistam.

Eles enfiam aquele garfo em todas as comidas e nem limpam direito e com o papel higiênico que a gente nem sabe de onde eles pegam, fora que eles mexem na comida de qualquer jeito.

As quatro histórias que relatei até agora são apenas fragmentos das trajetórias destas mulheres que se deslocam aos finais de semana para visitar seus companheiros que estão detidos em Itirapina, obviamente suas trajetórias e histórias são muito mais complexas do que os fatos que resumi nestas páginas, no entanto, acredito que os breves fatos relatados já oferecem os subsídios para uma reflexão sociológica que tentarei traçar nas próximas linhas. Apesar de ter elencado parte das histórias de Julia, Vera, Ana e Juliana neste texto, acompanhei um número maior de mulheres durante os *dias de visita* e ouvi muitas histórias, as quais, também recorrerei constantemente.

2. A cidade, o sistema e os ASPs: os conflitos com os 'insiders'

Os dados que obtive por meio da etnografia realizada junto às mulheres no período de trabalho de campo vêm complementar as análises que desenvolvi sobre as transformações no paradigma punitivo a partir do estudo de Itirapina. Neste sentido, trarei para a discussão alguns dos pontos que apareceram nas falas destas mulheres e que, além de revelarem parte de suas trajetórias dentro destes enfrentamentos enquanto *mulheres de presos*, revelam também algumas das consequências ainda pouco conhecidas ou vistas desta nova política penitenciária. Os embates que surgiram entre as falas dos moradores mostram a existência de um conflito identitário e moral que se estendeu às dimensões dos conflitos políticos, exacerbados pelas discussões apresentadas nas reuniões do Conseg.

Já relatei neste trabalho que, de acordo com Norbert Elias (2000), as relações sociais estabelecidas em pequenos grupos sociais são permeadas por relações de poder que acabam por qualificar e determinar as posições de cada indivíduo em uma determinada sociedade ou grupo. Mesmo dentro de um pequeno grupo existem divisões que hierarquizam

e determinam o lugar de cada um dos sujeitos, mostrando assim as implícitas formas de relações de poder ali existentes. Por vezes, alguns grupos sentem-se numa posição de prestígio em relação aos outros, legitimando assim suas visões e comportamentos. A coesão grupal dos chamados estabelecidos é alcançada por meio de uma identificação coletiva que faz com que os membros deste grupo sigam normas e condutas comuns que, entre outras coisas, mantêm uma honra a ser seguida. Os grupos que não possuem um alto grau de coesão passam por um processo de estigmatização e não são reconhecidos como pertencentes à comunidade por meio dos grupos estabelecidos.

Tal relação de poder que determina posições e prestígios de um grupo em relação ao outro pode ser observada nas falas de minhas interlocuturas quando as questiono sobre como os moradores da cidade as reconhecem como *mulheres de presos* e prontamente respondem: *porque eles sabem que a gente é de fora, a cidade é muito pequena e eles reconhecem quem tá ali durante os finais de semana*. Estas respostas demonstram ainda que o próprio grupo constituído pelas mulheres assume e se reconhece nessa condição de ‘outsider’.

É preciso destacar, entretanto, que esta estigmatização do ‘outsider’ não ocorre necessariamente a qualquer grupo ou pessoa considerada *de fora*, ou seja, qualquer não nativo. Tal estigmatização é direcionada às mulheres que têm uma relação com a penitenciária, como já citei uma relação que é permeada por um contato não apenas institucionalizado e sim um contato íntimo com os detentos. Isso fica mais claro quando observo que muitos agentes penitenciários vieram de outras cidades para trabalhar nas penitenciárias de Itirapina e não sofrem esse tipo de estigmatização por parte dos moradores, embora esses agentes tenham uma relação direta com a penitenciária, essa relação é permeada por um contato institucionalizado, mesmo que se critique neles o gosto pelos *assuntos de cadeia* e se veja a crescente diferenciação deles na linguagem, na postura corporal e na permanente ameaça de *contaminação*.

Posso afirmar ainda que o processo de estigmatização pelo qual as mulheres passam implica também em sofrer um maior controle tanto institucional quanto social. As mulheres passam por rígidas revistas para entrar nas unidades prisionais, por vezes abusivas e vexatórias, ao mesmo tempo em que são vistas pelos moradores da cidade como “criminosas em potencial”, e são apontadas como causa dos principais problemas vivenciados, desde pequenos furtos, disseminação da sensação de insegurança, até o *afavelamento* e a falta de médicos nos plantões do hospital, como mostraram as falas obtidas junto aos moradores e também no Conseg. Assim, a pena imposta ao sujeito preso, de certo modo, é estendida aos

seus familiares, sobretudo às mulheres que os visitam, ainda que elas não tenham pena a cumprir.

Neste sentido, este estigma não pode ser entendido simplesmente como uma rotulação arbitrária, ou ainda uma simples disputa por significações morais, esta estigmatização pela qual as mulheres passam é um processo social em que se classifica e determina as posições e os atos de sujeitos. Uma criação e reprodução social de tipos considerados socialmente criminosos, onde a prática do indivíduo não se apresenta como o foco central. Um indivíduo é preso e passa por um processo de ‘incriminação’, entretanto, sua família, sobretudo sua companheira, mesmo que não tenha cometido nenhum crime, também poderá ser considerada uma desviante, ainda que não tenha sido incriminada. De acordo com Becker (2008), nem todas as pessoas rotuladas como desviantes infringiram alguma regra, “algumas pessoas podem ser rotuladas de desviantes sem terem de fato infringido uma regra”. (p.24).

No entanto, observo que o processo de estigmatização pelo qual estas mulheres passam apresenta uma especificidade, pois, por mais que elas tentem esconder a ligação com o preso (e conseguem quando estão fora da cidade), em Itirapina elas estão sempre na margem das relações sociais. O rótulo e o processo de estigmatização, que até poderiam ser evitados ou contornados em uma esfera social mais ampla e impessoal, é incontornável em Itirapina, onde “a cidade” nos dias atuais é partidária de uma moralidade que opõe sistematicamente os presos aos moradores e faz daqueles, a origem de todos os problemas vividos ali, demonstrando assim, como o ideal ressocializador já não encontra mais espaço no imaginário coletivo dos moradores.

A noção de contágio pelo contato físico que estrutura a relação que os moradores têm com as mulheres fica nítida quando elas mesmas sentem tal temor e relatam: *As pessoas da cidade evitam até encostar na gente, parece que a gente vai contaminar elas.* Tal fato fica ainda mais evidente quando vemos que foi justamente pelo toque, pelo contato físico com a pele que eu consegui estabelecer uma relação de confiança com estas mulheres: *you chegou e deu um beijo em cada uma de nós, a gente viu que você não tinha preconceito com a gente e que a gente podia confiar em você.* Assim, é evitando o contato físico que os moradores se “protegem delas”, evitando qualquer tipo de “contaminação” que possa vir de dentro da penitenciária, além de mantê-las afastadas dos círculos de relações sociais consolidados entre os moradores.

Durante a minha pesquisa ocorreu um fato significativo nessa mesma direção, quando eu conversava com a vizinha de minha mãe – a mesma que intermediou meu contato

com a dona do hotel. Ouvi a seguinte história: um dia a dona do hotel trouxe para minha vizinha uma vasilha cheia de panquecas e, como ela mesma disse, *umas panquecas bonitas, um cheiro bom!* Ela disse que agradeceu a dona do hotel, sua amiga, e levou a vasilha para a cozinha e, então jogou todas as panquecas no lixo. Segundo ela seu marido *até queria comer, mas joguei tudo no lixo, não deixei ninguém comer! Não vou comer, né? Não sei quem fez.*

Na verdade, ela sabia que quem tinha feito as panquecas, provavelmente teria sido uma *mulher de preso* e justamente por saber quem fez, ao contrário do que disse, foi que ela optou em não comer, assim como não permitiu que sua família o fizesse.

Oferecer pratos de comida preparada é um costume entre as amigas e vizinhas, e configura um circuito de dádivas que devem ser retribuídas com a devolução do recipiente contento comida preparada por quem recebeu a dádiva. Essas trocas alimentares são bem vistas e as comidas são sempre apreciadas e compartilhadas pelos membros da família que recebe. Em geral, a comida trocada é uma receita especial, mais elaborada, não é um prato do cotidiano. A recusa da vizinha significa uma recusa de admitir as mulheres de preso nesse circuito, de admiti-las nas tradições familiares locais e nas obrigações de retribuição, o que poderia significar uma abertura para a admissão delas ao lado estabelecido da cidade. Tanto para quem fez como para quem recebeu, a comida está carregada de significados; é pela comida que essas mulheres entram em contato com a cidade, através do supermercado, quando fazem suas compras, com os seus maridos durante as vistas, e com os funcionários da penitenciária no momento da revista, e pela maneira como eles fazem a revista nos pratos preparados por elas; e é pela comida que os conflitos também são tecidos e vivenciados: a comida que é estragada porque não pode entrar na unidade, ou o medo de saber que quem faz a sua comida é *mulher de preso*.

A recusa da entrada destas mulheres nas relações sociais de Itirapina é constantemente reafirmada, seja pelas falas dos moradores que se recusam a *tocar* ou compartilhar a dádiva do circuito das comidas, ou ainda pela fala das autoridades como a assistente social que quer *cada um em seu município* e o prefeito que não quer a expansão dos bairros com o *afavelamento*.

Os conflitos com a instituição também são recorrentes nas trajetórias destas mulheres. Segundo minhas interlocutoras apontaram, não há uma determinação comum que regule os objetos, alimentos e as roupas permitidas para a entrada nas unidades prisionais, estas normas variam de acordo com a administração de cada unidade. Na ala de progressão penitenciária onde minhas interlocutoras visitavam seus maridos não era permitido entrar com sapatos fechados, nem calças jeans e sempre era obrigatória a apresentação do documento de

identidade. Certa vez, Julia me disse mostrando seu documento: *isso aqui é uma das coisas mais importantes pra mulher de preso, a gente não dá um passo sem o RG, sem ele a gente não entra, já vi mulher que esqueceu o RG e não entrou.*

No entanto, o maior problema, segundo elas, era em relação aos alimentos, pois autorizar ou não a entrada de um alimento no dia de visita era um critério que estava muito mais relacionado à subjetividade do agente penitenciário que fazia a revista do que a qualquer regulamentação. As reclamações eram permeadas por histórias de mulheres que foram obrigadas a descartar os alimentos que haviam preparado por não terem a entrada autorizada, embora alguns destes alimentos já tenham sido autorizados em outros momentos por outros funcionários. E descartar os alimentos, nesses casos é uma ofensa moral, pois desprezar a comida significa também desprezar as mulheres e suas subjetividades que estão investidas na comida através do preparo, que é tudo quanto elas fazem nos *dias de visita* fora da cadeia. Assim, quando elas afirmam que *a comida que entra em um fim de semana às vezes não entra no outro*, podemos notar que há um poder arbitrário dos agentes penitenciários que controlam o que permitido ou não na entrada da unidade.

Além dos procedimentos de revistas dos alimentos, as falas das mulheres sinalizaram para outras situações que elas consideram humilhantes, como o processo de revista para a entrada na penitenciária. Segundo a maioria delas, este processo é muito constrangedor, no qual elas têm que ficar nuas, se agacharem sucessivas vezes e sentarem em pequenos bancos com detectores de metais, e muitas vezes, segundo elas os funcionários não as tratam de forma educada. Embora hoje a maioria das mulheres com as quais conversei não precise esperar muito tempo para entrar na unidade por conta de seus parceiros estarem na ala de progressão, onde o número de presos é relativamente pequeno, os relatos das experiências anteriores mostram a falta de estrutura para a espera nas filas de entrada, segundo elas, a espera se dava por algumas horas na fila sem acesso a banheiros, água e sujeitas a adversidades do clima, como frio e chuva.

Os conflitos observados nas falas dos moradores, *asps* e autoridades de Itirapina também estão presentes nas falas dos familiares dos presos. Quando as mulheres estão na cidade aos finais de semana, a penitenciária se torna uma “experiência total” para elas, pois todas as suas ações são marcadas pela *cadeia*, ainda que estejam fora dela. Neste período, elas estão tanto sob o controle estatal – da unidade que as revistam e as observam durante a revista – quanto sob o controle informal dos moradores, comerciante e autoridades que não querem suas presenças ali. Esta experiência marcada pela *cadeia* faz que com as mulheres estejam sempre sob um clima de tensão enquanto estão em Itirapina. Não por menos

narrei na introdução deste trabalho a tensão que eu sentia durante as minhas idas em Itirapina, estando sempre imersa ao trabalho de campo, ainda que não quisesse. De certo modo, ainda que em diferentes proporções acabei vivenciando um pouco do “peso” do controle que estas mulheres sentem quando estão em Itirapina.

3. O PCC por elas

Desde meu primeiro contato com Julia, algumas questões relacionadas ao PCC surgiram durante o desenvolvimento do meu trabalho de campo. Julia me revelou logo de início que seu marido não fazia parte do *Partido*, assim como os demais homens que estavam presos na ala de progressão, *ali não tem PCC, só lá em cima*, ao dizer isso ela estava se referindo aos pavilhões da unidade do regime fechado.

Os principais argumentos trazidos pelas minhas interlocutoras e que marcavam esta diferenciação entre ser ou não do PCC estavam relacionados à questão da “recuperação” de seus companheiros. Isso porque, segundo elas, seus companheiros haviam cometido algum delito e estavam cumprindo a pena restritiva de liberdade por isso, no entanto, eles não estavam mais *no crime*, ou não mais *eram bandidos*. Segundo as mulheres com que conversei, seus companheiros não se envolviam mais em atividades ilícitas dentro da prisão e esperavam pelo final da pena para “reconstruírem” suas vidas *longe do crime* e elas se viam como peças fundamentais neste processo.

De acordo com a fala de minhas interlocutoras, esta é também uma diferença entre elas e as *PCCéias*⁶¹, pois elas afirmavam que o PCC obrigava o preso a permanecer no crime e com isso também envolviam sua família. Segundo a fala de Julia:

Tem muita mulher que faz a cabeça do preso pra ele continuar aprontando, ser do PCC, elas acham que dá status, mas elas não vê que só prejudica o marido, ele não vai sair da cadeia nunca.

Neste sentido, é possível perceber que dentro deste grupo mais amplo de *mulheres de presos*, vistos pelos moradores de Itirapina como um grupo ‘outsider’ sujeitado

⁶¹ *PCCéia* foi um termo que ouvi de minhas interlocutoras para se referirem as mulheres que são companheiras de membros do PCC. Certa vez questioneei uma das mulheres com quem conversava sobre os motivos de usarem este termo, ela então me respondeu: *elas chamam a gente de coisa, porque a gente não pode chamar elas de PCCéia?*

criminalmente, existem diferenças que demarcam discursos e práticas; percebi que não é possível falar em *mulher de preso* como um grupo homogêneo, apesar de viverem processos semelhantes em Itirapina.

É possível notar que as práticas e os discursos das mulheres que acompanhei operam no registro da ressocialização e da disciplina que estavam presentes no contexto de implantação da P1. Elas acreditam que o apoio delas (família) e o trabalho são os alicerces que sustentam a ressocialização de seus companheiros, ao mesmo tempo em que acusam as mulheres dos membros do PCC de valorizarem a presença de seus companheiros no *crime*⁶². Neste sentido, a tensão existente entre os dois projetos de prisão existente em Itirapina também está presente nos discursos e práticas dos familiares dos presos. Já demonstrei no terceiro capítulo deste trabalho que há uma diferença no perfil dos presos de cadeias do PCC e os presos que não pertencem a coletivos: no primeiro há uma afirmação da ética do *ladrão* e sua reafirmação no ‘mundo do crime’, enquanto que no segundo esta valorização não está necessariamente presente. Assim esta tensão é reafirmada pela fala das minhas interlocutoras; no entanto, ainda que elas estejam operando nos preceitos do ideal ressocializador, elas estão completamente enredadas na nova economia política da prisão, já que elas acompanham as constantes transferências de unidades de seus companheiros e têm que lidar o tempo todo com a ética do ‘mundo do crime’, mesmo sem se identificarem com ele.

Ainda durante minhas conversas pude perceber que minhas interlocutoras conheciam e agiam dentro de algumas normas de condutas que, de certa forma, orientavam seus comportamentos. Julia foi a primeira a evidenciar isso, ao dizer que: *se uma mulher não se comporta fora da cadeia eles ficam sabendo lá dentro* e quando Julia me descreveu o que seria não se “comportar fora da cadeia” ela relatou uma série de ordenamentos para o cotidiano destas mulheres. Neste sentido percebi uma relação entre as condutas destas mulheres e o estudo sobre o ‘proceder’ desenvolvido por Marques (2010) que, embora envolva outros níveis analíticos, nos mostra que

No interior das prisões o “proceder” é uma enunciação que orienta parte significativa das experiências cotidianas, distinguindo presos de acordo com seus históricos “no crime”, diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios entre presos, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere etc.

⁶² É importante frisar que as afirmações que faço em relação à valorização do mundo crime por parte das mulheres de membros do PCC foi descrita pelas minhas interlocutoras, pois não tive contato com este grupo de mulheres. Para o aprofundamento destas ideias seria necessária a realização de uma pesquisa com este grupo específico.

Assim, percebi nesta relação que este ‘proceder’ que “orienta as experiências cotidianas”, ou pelo menos parte delas, se estende às mulheres dos presos, orientando suas condutas de acordo tais preceitos. É uma ética da *cadeia* e de todos aqueles que convivem com ela. Neste sentido, pude perceber que a regulação de uma conduta em torno dos comportamentos dos atores envolvidos na dinâmica da *cadeia* não impera apenas sobre os presos, mas também sobre seus familiares, independentemente de ser ou não membro do PCC ou qualquer outro coletivo, ainda que estas possam cobrar outras condutas específicas de seus atores. Assim, a situação percebida em campo parece estar em consonância com a idéia defendida por Feltran (2008 c) sobre a expansão do ‘mundo do crime’, onde um conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas em contextos locais e em torno de negócios ilícitos, “tem expandido sua capacidade de impor parâmetros de organização social” (p. 122).

4. O amor, a família e o futuro

Era a primeira vez que ia esperar minhas interlocutoras no portão da penitenciária após a realização da visita, era um domingo chuvoso e cheguei ali por volta das 15h45min. No caminho encontrei algumas mulheres descendo, mas elas não faziam parte do grupo que eu estabelecia um contato mais frequente. Esperei poucos minutos e encontrei Vera, que me cumprimentou rapidamente e saiu apressada, pois estava pegando carona com uma colega que já a esperava. Logo depois saíram Julia e Claudia. Não há muros que isolem a ala de progressão da rua de acesso, apenas um alambrado de metal que divide o “dentro e o fora”, por isso consegui observar alguns detalhes daquele momento de despedidas. Os presos acompanhavam suas mulheres até o primeiro portão que ficava alguns metros antes do portão principal, ali se abraçavam, beijavam e trocavam algumas palavras; em seguida as mulheres passavam por dois portões e saíam da ala, enquanto que seus companheiros voltavam e se debruçavam sobre o alambrado, seguindo suas mulheres com os olhos. Elas paravam ali na rua de frente para eles, do outro lado do alambrado e separados por cerca de cinco ou seis metros, continuavam fazendo declarações em voz alta uns para os outros. “Eu te amo”, “boa semana” “eu volto semana que vem” “se cuida” se intercalavam com gestos que formavam corações com as mãos e desenhos no ar e assim ficaram até o agente penitenciário chamar os presos para a contagem. (Diário de campo 31/01/2010).

As falas das minhas interlocutoras e as situações semelhantes a esta descrita acima foram recorrentes durante meu trabalho de campo e me mostraram como o amor tem uma centralidade nos discursos destas mulheres. Constantemente ouvi falas argumentando que a manutenção daquele relacionamento e a disposição para enfrentar os processos pelos

quais elas passavam só eram possíveis por causa do forte amor que elas sentiam. *Tem que amar muito pra aguentar*. Muitas vezes as mulheres marcavam uma diferença entre o amor que viviam com seus companheiros presos de outras experiências amorosas que tiveram e, neste sentido, elas afirmavam que os companheiros presos sabiam *valorizar a mulher*, ser *carinhosos* e que tinham o *melhor amor do mundo*.

A esperança depositada na perspectiva de um futuro melhor também permeava esses discursos. Aquelas mulheres acreditavam em uma *mudança* ou ainda em uma *regeneração* de seus parceiros, e alimentavam um ciclo de dependência, pois ao mesmo tempo em que se sentiam responsáveis por tal mudança, também se apoiavam nesta ideia para seguirem nos processos de enfrentamento que vivenciam. Talvez seja este um dos principais elementos de união destas mulheres e que as faz se manterem em grupo, compartilhando uma identidade coletiva que se sustenta apesar das dificuldades que passam.

Como já apontei, a família e o trabalho são os pilares que sustentam a esperança de um “futuro melhor” para estas mulheres, neste sentido, além de pensarem e agirem de acordo com os preceitos do ideal ressocializador, estas mulheres também se veem enquanto agentes desta ressocialização. Os elementos norteadores destas mulheres são a família e o trabalho, para onde elas querem “resgatar” seus companheiros e os trazem efetivamente aos finais de semana, nos almoços de família. Curiosamente, estes valores relacionados à família e ao trabalho, trazidos pelas *mulheres dos presos* não são muito diferentes dos valores presentes nas famílias itirapinenses. As preocupações com a moral, com a família, com as comidas e com o futuro aproximam as *mulheres de preso* das mulheres das famílias de Itirapina e, talvez seja exatamente por isso, que as itirapinenses se “protegem”, evitando o contato e negando a entrada deste grupo marginalizado nas relações sociais estabelecidas entre as moradoras, como foi visto no episódio das panquecas. Neste caso, a experiência do contato com o ‘mundo do crime’ é o que diferencia as mulheres dos presos e as mulheres de Itirapina, e por isso o diferencial tem que ser afirmado e reafirmado nas relações.

Por fim, é possível observar também através dos relatos das mulheres que o projeto ressocializador definitivamente entrou em declínio nas políticas penitenciárias atuais, já que a família, que era considerada um pilar deste projeto, não tem nenhum apoio do Estado ou da sociedade para atuar neste sentido. Se a ressocialização ainda fosse de fato uma intenção forte do Estado, as famílias dos detentos estariam sendo alvo de políticas de apoio ao contato e participação efetiva no cotidiano dos presos, no entanto, o que podemos perceber é

que elas são “indesejadas”, quando muito toleradas, tanto pelos agentes da instituição quanto pela sociedade, estando ainda sob permanente suspeita e controle.

Este último capítulo tentou discorrer sobre algumas das categorias que surgiram no âmbito do trabalho de campo com estas mulheres nos *dias de visita* nas penitenciárias de Itirapina. Ficou claro que vida destas mulheres sofre uma modificação quando seus companheiros são presos ou ainda quando elas decidem investir no relacionamento apesar deste fato. As mudanças perpassam desde o abalo emocional ao impacto profundo no curso da vida cotidiana que a prisão implica, até os enfrentamentos que as mesmas passam na instituição e nos deslocamentos que são obrigadas a viver desde então.

Assim, o estigma da prisão imposto aos presos se estende aos seus familiares, sobretudo às mulheres que acabam sofrendo tanto um controle formal, como informal, seja por parte da instituição, da comunidade urbana ou do ‘mundo do crime’. Elas são partidárias e agentes da ressocialização pela família e pelo trabalho, características do projeto disciplinar da prisão, mas não encontram ressonância ou apoio nas políticas penitenciárias e assistenciais para desempenharem este papel, que é sustentado exclusivamente com o seu engajamento pessoal e privado. Por meio destas trajetórias e enfrentamentos aqui relatados, espero contribuir com a reflexão acerca dos processos que envolvem o *dia de visita*.

Considerações Finais

O Estado de São Paulo encerrou o ano de 2010 com uma população prisional de 170.916 pessoas, cifra que representa 38,2% da população carcerária brasileira. Apesar dos investimentos na expansão física do sistema nas últimas duas décadas terem resultado no montante de 148 unidades prisionais em 2010, o déficit de vagas no sistema chega a 64.681 no mesmo período. O processo de interiorização penitenciária ganhou visibilidade como política de segurança governamental e de geração de empregos, seus efeitos, ao contrário, seguem na esteira da invisibilidade, tanto na opinião pública, quanto nas políticas e investimentos do governo.

Este trabalho buscou resgatar as transformações ocorridas nas diretrizes das políticas penitenciárias do Estado de São Paulo, partindo do estudo de caso de Itirapina e de suas penitenciárias com diferentes temporalidades. Neste sentido, foi possível observar, sobretudo com o amparo da discussão bibliográfica, que as transformações ocorridas no paradigma punitivo em um contexto global refletem localmente nas práticas brasileiras, principalmente no estado de São Paulo. O contexto da redemocratização brasileira é marcado pelas frustrações na garantia dos direitos civis, assim como as transformações qualitativas ocorridas nas manifestações da violência neste período, somado a isso, as marcas deixadas pelo governo militar nos aparelhos da segurança pública brasileira, deram à nossa democracia o seu caráter ‘disjuntivo’ (Caldeira, 2000).

No âmbito destas transformações a prisão se reinventou, deixando para trás os preceitos de uma instituição ressocializadora, passando a operar como um pilar da “ordem” contemporânea, (Garland, 2008) gerindo e controlando a população indesejável através de políticas massificadoras (Foucault, 2005). Neste sentido, o estudo caso de Itirapina nos permitiu observar empiricamente os sinais desta transformação, assim como a coexistência de diferentes ordenamentos políticos operando no mesmo local.

Assim, para se pensar as consequências locais de transformações globais foi preciso entender a construção da sociedade de Itirapina e sua consolidação enquanto um grupo social coeso, pautado em uma identificação coletiva. Passando da “ferrovia às grades”, o perfil da classe média mudou, assim como mudou a sua clientela. Se antes os melhores empregos eram ocupados pelos ferroviários que serviam aos passageiros dos trens, hoje os agentes penitenciários ocupam os melhores postos, servindo uma clientela já não tão desejável, os presos, que agora só viajam *de bonde*. Assim, a história de Itirapina foi marcada pela nova política penitenciária implementada no estado de São Paulo a partir da década de 1990, que expandiu suas unidades para o interior, oferecendo “estímulo econômico” às pequenas cidades de economia estagnada neste período. Na onda desta expansão “ramificada”

pelo interior do paulista, o aumento substancial da população encarcerada acabou passando quase que despercebido por grande parte da opinião pública, que só deu conta da quantidade de pessoas encarceradas no ano de 2006 com o episódio dos “ataques do PCC”.

As consequências diretas desta nova política estatal geraram diversos conflitos sociais e políticos no âmbito local. Até o início dos anos 1990, a relação entre sociedade itirapinense e penitenciária se dava no registro do progresso, do trabalho e da ressocialização; já com os rumores da chegada da segunda unidade, as preocupações com a segurança, com o crime e o perigo passaram a ocupar a pauta das discussões populares e das negociações políticas. O resgate histórico deste período mostrou, no entanto, a ausência de canais de diálogo entre os poderes estatal e municipal, mostrando ainda a falta de representatividade política do município frente às decisões impostas pelo governo paulista.

Com a efetivação do projeto da segunda unidade penitenciária, em 1998, a sociedade local sentiu que sua ‘comunidade pura’ (Foucault, 1987) estava ameaçada pela presença constante de “pessoas estranhas” que, mesmo movimentando alguns setores da economia local, não eram bem-vindas, pois não compartilhavam daquela identificação coletiva consolidada há gerações, e que, mais do que simples estranhos, tais pessoas formavam um grupo marcado pela experiência e pelo contato com o ‘mundo do crime’.

Foi também após a consolidação do projeto da P2 que se tornou possível observar a coexistência de dois ordenamentos punitivos operando racionalidades penais divergentes a orientar os atores envolvidos com o cotidiano prisional. Se o paradigma da punição se deslocou de um ideal ressocializador para um repressor (e disso não há dúvidas), este deslocamento não se deu em uma substituição excludente, pois o estudo do caso de Itirapina nos permite observar nos discursos dos atores as ambiguidades, ambivalências e os conflitos gerados por conta desta coexistência. Conflitos de ordem moral se misturam aos conflitos de ordem política e aos discursos sobre segurança, demonstrando ainda, a representatividade política estritamente local das autoridades políticas e dos interesses coletivos de Itirapina, como se percebe por meio dos debates levados ao Conseg.

Os problemas objetivos que decorrem da presença de unidades prisionais, como ausência de viaturas, efetivo policial e investimentos em infraestrutura não são ouvidos pelas autoridades estatais, que não os reconhecem, nem os legitimam. Contudo, em reconhecimento a ausência de canais de participação entre estado e municípios com unidades prisionais, é proposta a criação da Lei 556/07, que não por acaso é defendida por uma deputada do PT, que por sua vez, não tem força política dentro da ALESP para efetivar a criação da lei.

A ausência de políticas públicas direcionadas aos familiares dos presos, que também sofrem uma desestruturação financeira e emocional com a prisão, demonstra que as consequências desta nova racionalidade penal não são pensadas (ou não querem ser) pelos seus gestores. Além disso, fica explícito que a ressocialização não faz mais parte dos objetivos das políticas penitenciárias paulistas, já que a família seria um dos pilares de sustentação desta proposta. No entanto, o que podemos perceber com este trabalho, é que os familiares dos detentos são submetidos a constantes deslocamentos, ainda que involuntários, devido às constantes transferências dos presos, assim como precisam se hospedar em condições precárias, por conta das limitações financeiras. Além disso, os familiares são submetidos constantemente ao controle social exercido tanto formalmente pela instituição, quanto informalmente pelos moradores das pequenas cidades que os veem como “criminosos em potencial”, ainda que alguns valores morais sejam compartilhados por estes dois grupos.

Os dados e as análises trazidos por este trabalho buscaram trazer para a discussão as consequências e os problemas objetivos que derivam de uma política penitenciária repressiva e encarceradora. Foi possível observar com isso, que as mudanças ocorridas no paradigma punitivo no âmbito global atravessam as políticas penitenciárias locais sem mensurar seus resultados, exacerbando assim, a visibilidade das práticas e a invisibilidade de suas consequências.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. “Consolidação Democrática e Políticas de Segurança no Brasil: rupturas e continuidades”. In: ZAVERUCHA, Jorge (org.) **Democracia e Instituições Políticas Brasileiras no Final do Século XX**. Recife: Bagaço 1998.

_____ A prisão sob a ótica de seus protagonistas – Itinerário de uma pesquisa. In: **Tempo Social**, São Paulo, 1991.

_____ Prisões, violência e direitos humanos no Brasil In: **Direitos Humanos no Século XXI**, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 1998

_____ Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4 n°8, 2002.

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. Medo, violência e insegurança. In: Lima, Renato S.; Paula, Liana de. (orgs). **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo seu papel?** São Paulo: Contexto, 2006.

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 21 n° 61, set/dez. 2007.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n°. 1, São Paulo, Jan/Mar 2004.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luis Antônio Francisco de. Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 173-199, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____ **Comunidade** – A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BECKER, Howard. **Outsiders** – estudos de Sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do Diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987.

CRUZ, Ana Paula Galdeano. Para falar em nome da segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PENITENCIÁRIA – InfoPen - Estatística. Ministério da Justiça.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo**: religião e violência na prisão. São Paulo: Humanitas, 2008.

DIAS, Camila; SILVESTRE, Giane. Situação Carcerária no Estado de São Paulo. In: SOUZA, L. A. F. (ORG) **Políticas de Segurança Pública no Estado de São Paulo**: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____ **O processo civilizador**. Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu** - trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. In: Dilemas, Rio de Janeiro, nº 1, 2008 c, pp. 93-126.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso – pesquisa etnográfica e educação. XXI Reunião da ANPEd, Caxambu, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____ **Vigiar e Punir**: Histórico da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 1987.

_____ **Segurança Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____ **Ditos e Escritos**. Volume IV: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____ **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

_____ **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____ **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, Puc-Rio, 2002.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis, Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: Trabalho e vida operária – 1930 – 1940. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp: Campinas, 1992.

GARLAND, David. As contradições da ‘sociedade punitiva’: o caso britânico. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº. 13, nov. 1999.

_____. **A Cultura do Controle** – Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____. **Punishment and Modern Society: a study in social theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

GOÉS, Eda Maria. A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas, 1982-1986. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. Transição Política e Cotidiano Penitenciário. In: **História**, São Paulo, 23, 2004.

GOFFMAN, Ervin. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GUARIENTO, Antônio. **Itirapina relato de sua história** (de 1883 a 1936). São Paulo: Ed. Ave Maria.

ILANUD Brasil – Levantamento Nacional sobre execução de penas alternativas – Relatório final de Pesquisa, 2006.

LEMGRUBER, Julita. Controle da criminalidade: mitos e fatos. In: OLIVEIRA, N. V. (ORG) **Insegurança Pública** – Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria. 2002

_____. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1999.

MARQUES, Adalton. Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2009.

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil – esboços de uma interpretação. In: Misse, Michel (Org.). **Acusados e acusadores** estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008a. pp. 13-32.

_____. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, vol. 8, nº 3, set-dez 2008b. pp. 371-385. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/4865/3641>>

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. **Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agente penitenciários**. São Paulo: IBCCRIM, 2005.

OHTAKE, Maria Flora. O Processo de Urbanização em São Paulo: Dois momentos, duas faces. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC de São Paulo: São Paulo, 1982.

PAIXÃO, Antonio L. **Recuperar ou punir?** Como o Estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez. 1987

PINHEIRO, Paulo Sérgio e ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

RAMALHO, José R. **O mundo do crime: a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo: 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

_____. Os Impasses da democracia, o balanço de uma década de políticas para prisões no Brasil. In: **Lusotopie**, 419-435 São Paulo, 2003.

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. In: **Revista de Brasileira de Segurança Pública**, Ed. 1 Ano 1, 2007.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê e ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Tempo Social**, vol. 18, nº 1, pp. 329-350, São Paulo, jun. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na pós-modernidade**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 556, de 14 de Junho de 2007. Processos Legislativos e Proposições. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/BuscaSPL>>. Acesso em 06 jul. 2009.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – Governo do Estado de São Paulo.

SECRETARIA DA JUSTIÇA – DEPARTAMENTO DE INSTITUTOS PENAIIS DO ESTADO – DIPE. Informativo, 1978.

SILVESTRE, Giane. Prisões, Sociedade e Punição: As Penitenciárias e suas Relações com o Município de Itirapina. 2007, 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Sociologia) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP

SINHORETTO, Jacqueline. Corpos do poder: operadores jurídicos na periferia de São Paulo. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan/jun 2005, p. 136-161.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, nº1, São Paulo, Jan/Mar. 2004.

_____. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TEIXEIRA, Alessandra. Do Sujeito de Direito ao Estado de Exceção: o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro. Dissertação. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, Alessandra; BORDINI, Eliana Blumer Trindade, Decisões Judiciais da vara das execuções criminais, punindo sempre mais. In: **São Paulo em Perspectiva**: São Paulo, 2004.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: Nunes, Edson de Oliveira (Org.) **A aventura sociológica** – objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VARELA, Dráuzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Cia. das Letras. 1999.

VERLENGIA, Walter. **Itirapina de ontem, Itirapina de hoje**. Campinas: Ed. Palavra muda, 1987.

VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas urbanas** – desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____ O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, nº 80, Mar. 2008.

WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. **Ciência e saúde coletiva**, vol. 11, Rio de Janeiro, 2006, p. 1147-1153.

_____ O novo paradigma da violência. **Tempo Social**, vol. 9, nº1, São Paulo, 1997, p. 5-41.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.